

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA

MAFALDA ALES SIKORA

**AS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL NOS SÉCULOS
XIX E XX E O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS:**
Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II - Campo Largo - Paraná

DISSERTAÇÃO

CURITIBA
2014

MAFALDA ALES SIKORA

**AS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL NOS SÉCULOS
XIX E XX E O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS:**

Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II - Campo Largo - Paraná

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Décio Estevão do Nascimento.

CURITIBA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S579p Sikora, Mafalda Ales
2014 As políticas de imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios : estudo de caso da Colônia Dom Pedro II - Campo Largo - Paraná / Mafalda Ales Sikora.-- 2014.
210 f. : il. ; 30 cm

Texto em português, com resumo em inglês
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Curitiba, 2014
Bibliografia: f. 176-189

1. Colônias - Campo Largo (PR) - Estudo de casos.
2. Poloneses - Migração - Paraná. 3. Migração - Política governamental - Brasil - Séc. XIX. 4. Migração - Política governamental - Brasil - Séc. XX. 5. Planejamento regional. 6. Desenvolvimento econômico. 7. Desenvolvimento rural. 8. Tecnologia - Dissertações. I. Nascimento, Décio Estevão do, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. III. Título.

CDD 22 -- 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba

TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação N° 412

As Políticas de Imigração no Brasil nos Séculos XIX E XX e o Desenvolvimento de Territórios: estudo de caso da Colônia Dom Pedro II - Campo Largo - Paraná

por

Mafalda Ales Sikora

Esta Dissertação foi apresentada às ____ 14h00 (quatorze horas) ____ do dia **29 de abril de 2014** como requisito parcial para obtenção de título de MESTRE EM TECNOLOGIA, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho _ _ _ APROVADO _ _ _ (Aprovado, Aprovado com restrições ou Reprovado).

Prof.^a Dr.^a Faimara do Rocio Strauhs
(UTFPR)

Prof.^a Dr.^a Maclovía Corrêa da Silva
(PPGTE / UTFPR)

Prof.^a Dr.^a Aleksandra Marcela Piasecka- Till
(UFPR)

Prof. Dr. Décio Estevão do Nascimento
(UTFPR)
Orientador

Visto da Coordenação:

Prof.^a Dr.^a Faimara do Rocio Strauhs
Coordenadora do PPGTE

OBS: O documento original encontra-se arquivado na secretaria do PPGTE.



Dedico este Trabalho aos “Mestres de infinita Sabedoria”, que iluminaram e inspiraram este projeto de vida profissional.

Às memórias de Luíz e Sofia, “pais queridos eternamente”, que com sua simplicidade, conhecimento e sabedoria inspiraram e direcionaram a minha vida e em família. E que, acima de tudo, está a humildade, o amor e o perdão.

Ao meu Esposo, Afonso, pelo incansável incentivo aos novos conhecimentos, mesmo em meio aos desafios, sacrifícios e ausências, na alegria e na tristeza.

Ao Filho Andrew e à sua noiva Juliana, pelos acertos, desacertos, desafios e descobertas conjuntas.

Ao Filho Anderson e à sua esposa Tathiely e aos netos Lucas e Thiago.

Ao Filho Adhaurly e à sua esposa Simone e aos netos Henry e Lara. A todos minha gratidão pela paciência e compreensão das muitas ausências em momentos difíceis e preciosos da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o maior dos Mestres pela iluminação na realização deste trabalho.

Reverencio a Professora Dr.^a Faimara do Rocio Strauhs, pela sua dedicação à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e, por meio dela, eu me reporto a todos os Professores e à comunidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) pelo apoio incondicional.

Agradeço ao Professor Dr. Décio Estevão do Nascimento, por acreditar e pela orientação desta pesquisa, pelos momentos de aprendizado e dedicação, externo a minha admiração e eterna gratidão. Agradeço, também, à Professora Dr.^a Maclovia Corrêa da Silva, pela orientação inicial desta importante fase.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Paraná, setor de pesquisa, da Biblioteca Pública do Paraná, setor de História do Paraná. Ao Instituto de Terras e Cartografia do Paraná e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, setor de documentos, pela colaboração e apoio.

Agradeço à comunidade da Colônia Dom Pedro II, pela oportunidade de trabalhar o tema desta Dissertação no âmbito do observatório e, por ela, gostaria de reconhecer o apoio do Padre Stanislaw Słowik a esta pesquisa. E, principalmente às famílias que colaboraram com a pesquisa, gostaria de externar minha satisfação em poder conviver com o conhecimento simples e de muito significado, dos antepassados.

Agradeço ao Padre Pedro Valeriano Klídzio, Pároco da Paróquia de Santo Antônio de Orleans, pelo apoio.

Agradeço aos pesquisadores e professores da banca examinadora referenciada e à Professora Dr.^a Aleksandra Marcela Piasecka Till (UFPR), pela atenção e contribuições dedicadas a este estudo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela Bolsa de Estudos concedida para viabilizar o desenvolvimento do Mestrado e da pesquisa e ao Professor Dr. Nilson Marcos Dias Garcia.

Deixo registrado, também, o meu reconhecimento e agradecimento à minha família, pois acredito que sem o apoio deles seria muito difícil vencer este desafio. E agradeço ao meu Esposo Afonso, ao filho Andrew e à sua noiva Juliana. Ao filho Anderson, à nora Tathiely e aos netos Lucas e Thiago. Ao filho Adhaury, à nora Simone e aos netos Henry e Lara, a todos agradeço pelo carinho, amor e compreensão.

O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2011, p.14).

O poder de laço territorial revela que o espaço está investido de valores, não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico, [...] (BONNEMAISON ; CAMBRÈZY, 1996, p.10).

RESUMO

SIKORA, Mafalda Ales. **As políticas de imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios:** Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II - (Campo Largo – Paraná) 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as influências das políticas brasileiras de imigração dos séculos XIX e XX no desenvolvimento da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná) sob a perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses. Por meio do Estudo de Caso, como método de trabalho científico, e utilizando as técnicas de pesquisa documental, bibliográfica e de campo, desenvolveu-se uma investigação nesse território. Como principais resultados, constatou-se que as políticas imigratórias do século XIX e XX favoreceram a formação de colônias de imigrantes em diferentes regiões do Brasil. No Paraná, uma delas foi a Colônia Dom Pedro II (1876), formada por imigrantes poloneses. Desde sua implantação, esta Colônia passou por mudanças socioeconômicas, políticas e cultural, impactadas por políticas imigratórias, dos períodos, imperial, de transição do final de trabalho escravo, e da república. A Colônia estruturou-se e desenvolveu-se a partir das políticas imigratórias do governo, com o apoio importante da igreja. Na economia, as mudanças ocorreram principalmente nos sistemas de produção agrícola. Da agricultura familiar de subsistência, para as agriculturas familiar tradicional, orgânica, mecanizada, do agronegócio, turismo rural. Os imigrantes poloneses foram gradativamente inserindo a sua cultura, costumes, tradições e a religiosidade na estruturação do território.

Palavras-Chave: Políticas imigratórias. Imigração. Colonização europeia. Desenvolvimento de Territórios. Poloneses. Colônia Dom Pedro II.

ABSTRACT

SIKORA, Mafalda Ales. **Immigration policies in Brazil during 19th and 20th centuries and the development of territories:** Case study of the Colony Dom Pedro II - (Campo Largo - Paraná) 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

This research aims to analyze the influences of Brazilian immigration policies of the nineteenth and twentieth centuries in the development of the colony Dom Pedro II (Campo Largo - Paraná) from the perspective of the descendants of Polish immigrants. Through the case study, a method of scientific work, and through the techniques of documentation, bibliographic and field research, was developed an investigation on the territory of Cologne. As main results, it was found that the immigration policies of the nineteenth and twentieth century has favored the formation of colonies of immigrants from different regions of Brazil. In Paraná State, one of them was the Cologne Dom Pedro II (1876), formed by Polish immigrants. Since its implementation, this Colony passed socioeconomic, political and cultural changes, impacted by immigration policies from the periods imperial, the transition from the end of slavery and the republic. The Colony it was structured and developed from the immigration policies of the government, with the important support of the Catholic Church. In economics, the changes occurred mainly in agricultural production systems. From the familiar subsistence farming, for traditional farming, mechanized agriculture, agribusiness and rural tourism.

Keywords: Immigration policies. Immigration. European Colonization. Development of territories. Polish. Cologne Dom Pedro II.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE CURITIBA - 1853 A 2000	30
FIGURA 02 - METODOLOGIA DA PESQUISA	83
FIGURA 03 - PROCEDIMENTOS, MÉTODOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	89
FIGURA 04 - ANÁLISE DE CONTEÚDO	92
FIGURA 05 - ESTRUTURA DAS RELAÇÕES HUMANAS E SOCIAIS NA COLÔNIA DOM PEDRO II – 1876 A 1960	130
FIGURA 06 - ESTRUTURA DA VIDA FAMILIAR NA COLÔNIA DOM PEDRO II ENTRE 1876 A 1960	131
FIGURA 07 - SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DA VIDA NA COLÔNIA DOM PEDRO II – 1876 A 2014	148
FIGURA 08 - SISTEMA DE TRABALHO AGRÍCOLA NA COLÔNIA DOM PEDRO II.	153
FIGURA 09 - ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS, SOCIAIS E ÉTICAS NA COLÔNIA DOM PEDRO II.....	157
FIGURA 10 - ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS, SOCIAIS E RELIGIOSAS NA COLÔNIA DOM PEDRO II.....	161

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO, SEGUNDO AS PROVÍNCIAS-1808-1872.....	29
TABELA 02 - NÚMERO DE IMIGRANTES NO PERÍODO 1890-1899 – REGIÃO SUL DO BRASIL.....	30
TABELA 03 - COLÔNIAS DE IMIGRANTES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA – 1876 ...	37
TABELA 04 - QUADRO SINÓTICO DAS COLÔNIAS FUNDADAS ENTRE 1869 E 1876. POPULAÇÃO POR NACIONALIDADES. DATA 01/01/1878.....	38
TABELA 05 - IMIGRANTES POR NACIONALIDADE - REGIÕES DE CURITIBA - 1890.....	39
TABELA 06 - COLÔNIA DOM PEDRO II POR NACIONALIDADE - 1876/1878	109

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - QUADRO DO MARCO TEÓRICO	22
QUADRO 02 - UNIDADE DE REFERÊNCIA.....	93
QUADRO 03 - MODELO DE REFERÊNCIA PARA CATEGORIAS DE PESQUISA	94
QUADRO 04 - CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE PESQUISA	97
QUADRO 05 - CADASTRO DO NÚCLEO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – 1876.....	108
QUADRO 06 - DADOS BIODEMOGRÁFICOS DOS RESPONDENTES DA PESQUISA	115
QUADRO 07 - ANÁLISE DA CATEGORIA: IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO BRASIL – QUESTÃO 01	117
QUADRO 08 - ANÁLISE DA CATEGORIA: IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO BRASIL – QUESTÃO 02	119
QUADRO 09 - ANÁLISE DA CATEGORIA: IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO BRASIL – QUESTÃO 03	121
QUADRO 10 - ANÁLISE DA CATEGORIA: IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO BRASIL – QUESTÃO 04	122
QUADRO 11 - ANÁLISE DA CATEGORIA: IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO BRASIL – QUESTÃO 05	123
QUADRO 12 - ANÁLISE DA CATEGORIA: IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO BRASIL – QUESTÃO 06	125
QUADRO 13 - ANÁLISE DA CATEGORIA: IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO BRASIL – QUESTÃO 07	127
QUADRO 14 - ANÁLISE DA CATEGORIA: POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO DO BRASIL / COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 01	132
QUADRO 15 - ANÁLISE DA CATEGORIA: POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO DO BRASIL / COLÔNIA DOM PEDRO II QUESTÃO 02	133
QUADRO 16 - ANÁLISE DA CATEGORIA: POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO DO BRASIL / COLÔNIA DOM PEDRO II QUESTÃO 03	135
QUADRO 17 - ANÁLISE DA CATEGORIA: POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO DO BRASIL / COLÔNIA DOM PEDRO II QUESTÃO 04	137
QUADRO 18 - ANÁLISE DA CATEGORIA: POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO DO BRASIL / COLÔNIA DOM PEDRO II QUESTÃO 05	139
QUADRO 19 - ANÁLISE DA CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 01	142
QUADRO 20 - ANÁLISE DA CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 02	144
QUADRO 21 - ANÁLISE DA CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 03	146
QUADRO 22 - ANÁLISE DA CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 04	149
QUADRO 23 - ANÁLISE DA CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 05	150
QUADRO 24 - ANÁLISE DA CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 06	154
QUADRO 25 - ANÁLISE DA CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 07	156

QUADRO 26 - ANÁLISE CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 08.....	159
QUADRO 27 - ANÁLISE DA CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 09.....	162
QUADRO 28 - ANÁLISE DA CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – QUESTÃO 10.....	165

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CAEP	Comissão Administrativa e Econômica Paroquial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFB	Constituição Federal do Brasil
CNI	Conselho Nacional de Imigração
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
EUA	Estados Unidos da América
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
ITC	Instituto de Terras e Cartografia do Paraná
LBA	Legião Brasileira da Assistência
MA	Ministério da Agricultura
MNRA	Ministério Nacional de Reforma Agrária
PPGTE	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	TEMA.....	13
1.2	DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	15
1.3	PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.4	OBJETIVOS.....	16
1.4.1	Objetivo Geral.....	16
1.4.2	Objetivos Específicos.....	17
1.5	JUSTIFICATIVA.....	17
1.5.1	Justificativa Teórica.....	17
1.5.2	Justificativa Prática.....	18
1.6	METODOLOGIA – ABORDAGEM INICIAL.....	20
1.7	QUADRO TEÓRICO.....	21
1.8	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	22
2	OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	24
2.1	O FENÔMENO DA IMIGRAÇÃO.....	24
2.2	AS FASES DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS AO BRASIL.....	27
2.3	A IMIGRAÇÃO POLONESA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	31
2.3.1	A Imigração Polonesa no Paraná.....	36
3	AS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO.....	40
3.1	AS POLÍTICAS E OS ASPECTOS CONCEITUAIS.....	40
3.2	O ASPECTO LEGAL DAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO.....	41
3.3	POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO – SÉCULO XIX.....	44
3.4	POLÍTICAS DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E A IMIGRAÇÃO.....	49
3.4.1	Colonização Europeia e a Formação de Núcleos Coloniais 1870 - 1920.....	51
3.4.2	A Colonização e Políticas Imigratórias no Século XX.....	56
3.5	AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO DO PARANÁ.....	63
4	DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS NO ÂMBITO DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA.....	70
4.1	OS TERRITÓRIOS E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL.....	70
4.2	AS ABORDAGENS TEÓRICAS E A CONSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS.....	74
4.3	O DESENVOLVIMENTO DAS COLÔNIAS RURAIS.....	78
4.4	ALINHAMENTO TEÓRICO.....	80
4.4.1	A Imigração nos Séculos XIX e XX ao Brasil e ao Paraná.....	80
4.4.2	Políticas Imigratórias e de Colonização.....	80
4.4.3	Territórios.....	82
5	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	83
5.1	MÉTODO DA PESQUISA.....	84
5.2	ÁREA DO CONHECIMENTO.....	84
5.3	FINALIDADE.....	85
5.4	OBJETIVOS E PROPÓSITOS DA PESQUISA.....	85
5.5	NATUREZA DOS DADOS.....	86
5.6	CAMPO DE ESTUDO E COLETA DOS DADOS.....	86
5.7	TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE.....	87
5.8	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA PESQUISA.....	91
5.9	REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	99

6	ESTUDO DE CASO: COLÔNIA DOM PEDRO II (CAMPO LARGO – PARANÁ)	106
6.1	DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II	106
6.2	CARACTERIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO DA COLÔNIA DOM PEDRO II	110
6.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	113
6.3.1	Análise das Categorias da Pesquisa	113
6.3.2	Categoria de Análise: a Imigração Europeia no Brasil.....	116
6.3.3	Categoria de Análise: As Políticas de Colonização e Imigração do Brasil - Colônia Dom Pedro II	131
6.3.4	Categoria de Análise: O Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II ..	141
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
	REFERÊNCIAS	174
	APÊNDICES	188
	ANEXOS	198

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção são apresentados o tema, a delimitação do tema, o problema, as justificativas, os objetivos, os procedimentos metodológicos, o quadro teórico e a estrutura deste trabalho.

1.1 TEMA

O fenômeno da migração de pequenos ou grandes agrupamentos de pessoas é uma constante na história da humanidade, desencadeada por motivos políticos, econômicos, religiosos, culturais entre outros. Balhana, Machado e Westphalen (1969) destacam que as migrações constituem um fenômeno permanente e universal. No Brasil, os fatores econômicos foram os principais responsáveis pelas diversas correntes migratórias do continente europeu aos Estados do Brasil. Este fenômeno ampliou as possibilidades para o desenvolvimento econômico e integração entre outros países, principalmente entre o século XIX e início do século XX (WACHOWICZ, 1997).

Com a vinda da Família Real ao Brasil, no início do século XIX, foram instituídas políticas por meio da Carta Régia de 1808, que tratava da abertura de portos aos estrangeiros, comércio e concessão de terras. Essas políticas de colonização foram implementadas no período entre 1814 e 1822, privilegiando a vinda de camponeses da Europa Central (NADALIN, 2001). O sistema de colonização se baseava em pequenas propriedades de terras e tinha por objetivo o povoamento de territórios nos vazios demográficos (BRÁZ, 2002). A partir dessas legislações, houve a entrada de imigrantes europeus de diferentes nacionalidades (alemães, suíços, italianos, poloneses e ingleses) e favoreceu o surgimento de colônias em alguns Estados do Brasil (SCHNEIDER, 1980).

As migrações foram motivadas pelas crises sociopolíticas e econômicas que afligiam os países da Europa decorrentes das revoluções burguesas, da Revolução Industrial, das revoltas e insurreições que desencadearam mudanças profundas nos meios produtivos e industriais. Esses acontecimentos afetaram diretamente os modelos econômicos, sociais e de sobrevivência humana. Em termos políticos, a Rússia, a Polônia, a Alemanha, a Itália, entre outros, constituíam-se em territórios de lutas, de insurreições, de invasões que assolavam a

Europa desde 1795 (ZEUS, 1970). Em termos sociais, havia crise agrária, excesso da força de trabalho para as indústrias, a rápida proletarização do pequeno agricultor. Estas crises políticas e sociais despertavam a imigração para as Américas, inclusive o Brasil (GRONIOWSKI, 1972).

Neste contexto, a propaganda desenvolvimentista feita pelo governo brasileiro, mas também por outros países das Américas, acentuava o interesse destes povos pela terra, pelo trabalho e pelo desenvolvimento oferecidos (BRÁZ, 2000). Países como Brasil, Argentina e Uruguai começaram a receber grandes contingentes de imigrantes estrangeiros europeus no final do século XIX e durante a primeira metade do século XX (OLIVEIRA, 2009). Após 1850, o Brasil instituiu políticas de terras, colonização e imigração. Estas políticas previam a colonização que privilegiava a vinda de imigrantes camponeses da Europa Central para um trabalho familiar, em Núcleos Coloniais de pequenas propriedades (NADALIN, 2001).

Grupos étnicos, constituídos por ingleses, suíços, alemães, franceses, italianos, ucranianos e poloneses, povoaram várias Províncias, (Estados) brasileiros. Foram instituídas Colônias de imigrantes no Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná (NADALIN, 2001). No caso da imigração polonesa, o período de maior fluxo de imigrantes da Polônia recebeu a denominação de "Febre Brasileira". A maior onda da imigração polonesa para o Brasil ocorreu no período de 1870 a 1914 (GRONIOWSKI, 1972; WACHOWICZ, 1970).

No âmbito do Paraná, a imigração europeia se desenvolveu com base em princípios de colonização que começou a dar resultado quando o Governo Lamenza Lins (1875-78) implementou uma nova política de imigração, com viés desenvolvimentista. O plano do governo denominado como "cinturão verde", favorecia o desenvolvimento de territórios, cujo trabalho dos imigrantes europeus vinha instituir novas profissões e novas técnicas agrícolas para o suprimento de alimentos agrícolas de subsistência aos núcleos regionais e à capital. Este plano previa a instituição de núcleos coloniais no entorno da cidade de Curitiba para assentamento de famílias de imigrantes europeus (WACHOWICZ 1976). Entre eles encontra-se a Colônia Dom Pedro II¹ - Município de Campo Largo, Paraná, que fez parte deste processo migratório, com vistas à colonização e ao desenvolvimento de território.

O núcleo da Colônia Dom Pedro II foi fundado em 1876 e teve a sua emancipação em 10 de julho de 1878. O grupo fundador foi composto por 17 famílias, totalizando 69 pessoas, constituídas por poloneses galicianos, salesianos e prussianos, por suíços e franceses

¹ A Colônia Dom Pedro II localiza-se no Município de Campo Largo, no Paraná. Endereço: Rua Vicente Nalepa, nº 3821, com entrada pela Rodovia BR 277, km 10,5.

(WACHOWICZ, 1976), vindos das regiões da Galícia da Polônia. A emigração a esta colônia continuou nos anos seguintes, inclusive de outros núcleos coloniais situados nos arredores de Curitiba.

Segundo Wachowicz (1976), os poloneses, desde a sua chegada ao Brasil, estiveram vinculados ao trabalho extrativista, de agricultura familiar de subsistência. No decorrer do século XX experimentaram as mudanças decorrentes do capitalismo industrial; do desenvolvimento econômico; da condução das políticas da imigração; da exploração dos territórios. Nas últimas décadas do mesmo século, são observadas mudanças na produção, surgiram novas relações de trabalho na agricultura, ampliaram-se novas formas para o desenvolvimento econômico e comercialização de produtos agrícolas, sua interação com questões tecnológicas e ambientais, diante das exigências da modernidade, com repercussões nas diferentes dimensões do território. Em termos sociais, a reestruturação produtiva vem repercutindo no desemprego e na renda de muitos agricultores, impondo mudanças de profissão e a busca de alternativas de renda na Colônia. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar as influências das políticas de imigração dos séculos XIX e XX no desenvolvimento da Colônia Dom Pedro II, formada por imigrantes poloneses.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Em termos de delimitação da pesquisa, um primeiro recorte feito é temporal. Foi considerado o período da imigração europeia ao Brasil realizado entre o século XIX e o século XX. Um segundo recorte da pesquisa é geográfico e étnico. O movimento de emigração para o Brasil envolveu países europeus, como: Itália, Alemanha, Prússia e Polônia, entre outros, que atingiu as Províncias (Estados), como Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Neste estudo, investigaram-se as políticas brasileiras de imigração, instituídas para a entrada de povos estrangeiros no território brasileiro. Dentre as políticas, buscou-se identificar os objetivos do governo brasileiro com a imigração europeia e a constituição e desenvolvimento de territórios, os chamados núcleos coloniais, como foi o caso da Colônia Dom Pedro II, do município de Campo Largo, que em seu processo histórico recebeu imigrantes poloneses desde 1876.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

O desenvolvimento e a reestruturação produtiva do Brasil foram marcados por transformações decorrentes de um sistema colonial imperial instituidor de políticas de imigração. Estas políticas estabeleciam uma forma de colonização que privilegiava a vinda de camponeses da Europa Central durante o século XIX para um trabalho familiar, nos núcleos coloniais em pequenas propriedades, diferente do trabalho escravo (NADALIN, 2001). Neste contexto, o Estado do Paraná recebeu imigrantes de diversos países do continente europeu. Emigraram os italianos, poloneses, ucranianos, prussianos, holandeses e suíços e se instalaram nos núcleos coloniais no entorno de Curitiba, constituídos como territórios de desenvolvimento.

Assim, propõe-se investigar o tema a partir do processo de formação e desenvolvimento da Colônia Dom Pedro II - Município de Campo Largo, PR. Esta Colônia foi constituída por imigrantes europeus (poloneses) que, em seu período de desenvolvimento, viveu diferentes processos decorrentes das políticas da imigração. A pergunta que a pesquisa pretende responder é:

Como as políticas brasileiras de imigração dos séculos XIX e XX influenciaram o desenvolvimento da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná), sob a perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses que a constituíram?

1.4 OBJETIVOS

Neste item serão apresentados os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar as influências das políticas brasileiras de imigração dos séculos XIX e XX no desenvolvimento da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná) sob a perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses que a constituíram.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Identificar os movimentos migratórios europeus no Brasil e, mais especificamente, no Paraná.
- Contextualizar e identificar as políticas brasileiras de imigração entre os séculos XIX e XX.
- Caracterizar o desenvolvimento do território sob a perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná).
- Relacionar as dimensões de desenvolvimento, sob a percepção dos descendentes de imigrantes poloneses da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná), com os objetivos das políticas da imigração séculos XIX e XX.
- Situar no contexto político o desenvolvimento do território, cruzando os resultados da pesquisa bibliográfica com o material coletado na pesquisa de campo para o estudo de caso.

1.5 JUSTIFICATIVA

Neste item serão apresentadas as justificativas teóricas e práticas da pesquisa.

1.5.1 Justificativa teórica

Esta pesquisa, vinculada à Linha de Pesquisa Tecnologia e Desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, busca gerar e disseminar novos conhecimentos sobre políticas brasileiras de imigração e o desenvolvimento regional de territórios. É possível perceber algumas lacunas nos estudos a respeito do tema. No levantamento bibliográfico, realizado para elaboração do referencial teórico, identificaram-se trabalhos sobre a imigração europeia no Estado do Paraná, com abordagens em distintas áreas. Autores como Balhana, Machado e Westphalen (1969, 2003), Rocha Pombo (1980), Nadalin (2001), Oliveira (2009),

Bráz (2000), entre outros, abordam a história, a geografia, as análises demográficas, os períodos da imigração. Entre esses autores, há os que pesquisaram a emigração polonesa ao Brasil e ao Paraná como (BOSCHILIA, 2004; SWIERCEK, 1980; WACHOWICZ, 1970, 1976, 1977, 1981, 1985; MALCZEWSKI, 2000; DEMBICZ; SMOLANA, 1993; KAWKA,1980). São investigações que evidenciam as análises demográficas, os períodos da imigração (principalmente de alemães, poloneses e italianos), ressaltando processos de reestruturação produtiva do Estado e alguns estudos focalizados de regiões específicas. Há estudos de dois padres que focam a Colônia Dom Pedro II. O Padre Swiercek (1980) descreve a colonização polonesa no Paraná, abordando as várias colônias, inclusive a Colônia Dom Pedro II. O Padre Biernaski (2003) desenvolveu estudos sob a ótica vocacional religiosa, na qual apresenta uma relação de padres missionários descendentes de poloneses vinculados à Congregação de São Vicente de Paula, destes incluindo os que realizaram o trabalho na Colônia Dom Pedro II. Porém, são estudos que não tratam as colônias do ponto de vista de suas dimensões de territorialidade, políticas e desenvolvimento.

Neste sentido:

- Esta pesquisa se justifica por ampliar o conhecimento sobre o desenvolvimento de territórios a partir de núcleos coloniais, com base nas políticas brasileiras de imigração e colonização europeia, no que tange aos territórios, seu desenvolvimento regional e local.
- Esta pesquisa contribui com o esforço da comunidade científico-acadêmica na sua busca contínua de respostas para problemas que lhes são postos, no caso envolvendo o binômio, políticas de imigração e desenvolvimento de territórios.
- Pela relevância da pesquisa ao PPGTE-TD e à CAPES, fundamental pela ampliação de pesquisas relacionando-se à Tecnologia e Desenvolvimento de territórios no aprofundamento e expansão do conhecimento.

1.5.2 Justificativa prática

Muitas são as “histórias” que podem ser escritas e que explicam as contribuições da imigração para a sociedade brasileira. Reconhece-se o papel da imigração na constituição, no crescimento e na expansão das regiões brasileiras, diante de suas diversas influências, seja no crescimento da população, seja no desenvolvimento de territórios e nas contribuições

econômicas, políticas, sociais e culturais. A colonização do Paraná contou com um forte movimento de imigração europeia, de diferentes nacionalidades. Foi inicialmente um espaço a ser trabalhado para impulsionar as atividades econômicas do Estado do Paraná (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969). Neste contexto, a Colônia Dom Pedro II, localizada no Município de Campo Largo, apresenta-se como um núcleo colonial e território rural habitado por imigrantes poloneses (WACHOVICZ, 1976).

As Colônias originadas pelas imigrações são territórios que sofreram várias influências e impactos na sua estruturação. Muitas pereceram e outras se desenvolveram e se transformaram em bairros e cidades. Essa investigação procura correlacionar dois temas de interesse: políticas de imigração e desenvolvimento de territórios. Dessa forma, contribuir na construção de instrumentos de gestão ao Município de Campo Largo, baseados em princípios democráticos para o desenvolvimento local sustentável de comunidades. E, com isso, assegurar os direitos às comunidades tradicionais, como a dos poloneses da Colônia Dom Pedro II (1876), provenientes de políticas migratórias.

A pesquisadora é originária da Colônia Dom Pedro II, Campo Largo, e desenvolve atividades com vistas à preservação da memória histórica e cultural na história comunidade. Esta pesquisa, sobretudo, é resultado de observações continuadas, diálogos e da participação em ações na comunidade. Nesse contexto, foram identificadas características étnicas e de tradição, marcadas desde a imigração que evidenciam o processo de organização familiar e social, do trabalho com seus saberes e fazeres geracionais e culturais. Igualmente, foram observadas as mudanças ocorridas nas últimas décadas nesta Colônia, quanto ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, percebendo-se fundamental a atividade desta investigação de uma área rural, tradicional na colônia de imigração europeia (poloneses).

A pesquisa se justifica pela relevância do processo histórico desta colônia tradicional de imigrantes europeus do final do século XIX, e também pela sua importância na concepção e implementação de políticas públicas voltadas à conservação de localidades de povos tradicionais, como os da Colônia Dom Pedro II.

Os resultados esperados da pesquisa podem contribuir:

- para a concepção e implementação de políticas públicas voltadas à conservação de localidades de povos tradicionais, como da Colônia Dom Pedro II;
- para a concepção e implementação de políticas públicas de imigração, destacando-se a necessidade de legislações nacionais e internacionais ao imigrante, cujas normas venham garantir-lhes direitos, observadas suas obrigações;

- para a disseminação de informações sobre o papel e a história dos imigrantes escravos, dentre eles os poloneses e outros na colonização do Brasil, de um modo geral, e do Paraná, em particular.

1.6 METODOLOGIA – ABORDAGEM INICIAL

Para o desenvolvimento da presente pesquisa procurou-se definir uma metodologia que viesse ao encontro dos seus objetivos. “[...] O CNPq classifica as pesquisas em [...] categorias. [...] subdivididas em áreas de conhecimento, segundo a natureza, objetos e finalidades de investigação” (GIL, 2010, p. 26).

Quanto à natureza, a presente pesquisa é aplicada, uma vez que, de acordo com Gil (2010, p. 27), “são pesquisas voltadas à aquisição de conhecimentos com vista à aplicação numa situação específica”. Está direcionada aos trabalhos originais, desenvolvidos para aquisição de novos conhecimentos e, no entanto, pode ser direcionada para objetivos de sua aplicabilidade.

Segundo seus objetivos mais gerais, a pesquisa é exploratória. De acordo com Gil (2010, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]”. No caso desta pesquisa, busca-se uma maior luz em relação às políticas de imigração e de desenvolvimento de território. “Nos estudos exploratórios enquadram-se pesquisas bibliográficas, levantamento de campo e estudos de caso”, segundo Gil (2010, p. 27), bem como as pesquisas descritivas e explicativas. Nas pesquisas descritivas “são incluídas nesse grupo, as pesquisas que tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL 2010, p. 28). Assim, a pesquisa exploratória pode se direcionar a várias modalidades e esta investigação se constituiu como caso de estudo. “É uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32). Com base nesse estudo será possibilitada a investigação do fenômeno, território da Colônia Dom Pedro II, Município de Campo Largo, habitada por imigrantes europeus (poloneses), seu desenvolvimento e influências.

Como procedimentos de pesquisa para esta fase, os métodos, instrumentos e técnicas utilizados para sua realização constituem-se de pesquisa bibliográfica, documental e de

campo. A pesquisa bibliográfica, necessária para a fundamentação teórica, compõe-se de fontes secundárias que abrangem materiais já explorados. Constituem-se por informações obtidas por publicações, como: livros, revistas, pesquisas, monografias, teses e dissertações, “[...] sendo complementada por dados de fontes primárias, restritos a documentos, escritos ou não” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 174-175). A pesquisa de campo se realiza por meio de observação assistemática e a entrevista semiestruturada. Com base nos objetivos da pesquisa, neste estudo, faz-se uso da entrevista semiestruturada acompanhada por um formulário de temas de perguntas (LAKATOS; MARCONI, 2003). Complementada por meio de um plano previamente elaborado, composto por um protocolo de pesquisa.

Em se tratando da pesquisa qualitativa, a análise e o tratamento dos dados coletados foram feitos por meio do método de análise de conteúdo, [...] “cuja intenção, é a inferência de conhecimentos das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42). A análise de conteúdo utilizada no tratamento de dados visa identificar as mensagens dos conteúdos das informações especificadas em relação a um determinado tema. Esse processo de interpretação pode assumir a modalidade apriorística, quando o pesquisador apresenta uma base previamente determinada na experiência ou nos interesses. São categorias pré-definidas que, geralmente, se compõem por subcategorias que emergem do texto. Por outro lado, a modalidade não apriorística, as categorias podem emergir inteiramente do contexto das respostas dos entrevistados da pesquisa. Essa modalidade exige do pesquisador uma constante análise do material com base em teorias, atendendo aos objetivos da pesquisa (BARDIN, 1977).

1.7 QUADRO TEÓRICO

O quadro teórico consiste na apresentação do corpo de referência no qual a pesquisa tem seus fundamentos. Segundo Lakatos e Marconi (2003), o referencial teórico permite verificar o estado do problema pesquisado, sob o aspecto teórico, verificando-se os estudos e pesquisas já realizados, que possibilitem fundamentar e dar consistência ao tema. Tem a função de nortear a pesquisa, apresentando um embasamento da literatura publicada, demonstrando o conhecimento suficiente em relação às pesquisas relacionadas ao tema. Para o desenvolvimento da presente pesquisa, as teorias que a embasam encontram-se descritas no Quadro 1.

Quadro 01 - Quadro do marco teórico

Base teórica da pesquisa	Autores
<p>A origem do fenômeno da imigração, abordagem histórica e as fases da imigração relacionadas aos grandes acontecimentos no mundo.</p> <p>Conceituam e identificação dos movimentos migratórios e a emigração europeia ao Brasil, incentivadas pelas políticas de colonização e imigração. Núcleos coloniais no entorno de Curitiba, para imigrantes europeus. Colônia Dom Pedro II formada por poloneses. Dados demográficos de imigração de documentos originais, dos registros históricos da colonização do Paraná, Curitiba e caracterização da imigração.</p>	<p>Autores Castles e Muller (2009), Sasaki e Assis (2000), Ravestein, (1980) e Massey (1998). Balhana, Machado e Westphalen (1969, 2003), Wachowicz (1970, 1976, 1977, 1981, 1985), Oliveira (2009), Groniowski (1972), Dembicz e Smolana (1993), Boschilia (2004), Petrone (1982), Malczewski (2000). Encontram-se vários Documentos originais, Ofícios e Relatórios do Governo do Paraná, mapas de Colonização de Curitiba e do Paraná/Arquivo Público do Paraná, Livro Tombo da Colônia Dom Pedro II.</p>
<p>Conceito das políticas, identificação das políticas migratórias e seus aspectos legais. Identificação das políticas brasileiras de imigração entre os séculos XIX e XX. Políticas de imigração, colonização e criação de Núcleos Coloniais. Política imigratória no Paraná.</p>	<p>Bobbio (2002), Behring e Boschetti (2008), Costa (1987). Balhana, Westphalen e Machado (1969, 2003), Bráz (2000), Nadalin (2001), Petrone (1982). Compreendem essa fase Cartas Régia, Leis e Decretos dos séculos XIX e XX.</p>
<p>A compreensão, o consenso de desenvolvimento de territórios e sua relação entre espaço, territorialidade e as colônias rurais. Territórios analisados sob o ponto de vista econômico, antropológico, social e cultural.</p> <p>Desenvolvimento e as políticas ambientais.</p>	<p>Albagli (2004), Do Nascimento e Souza, (2004), Haesbaert (2011), Santos (2011), Bonnemaïson e Cambrèzy (1996). Becker (1983), Paludo e Barros (1995), Kronemberger (2009), Sachs (2008).</p>

Fonte: Autoria Própria (2014).

1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em 7 seções. A primeira trata do tema, delimitação do tema, do problema, dos seus objetivos, das justificativas, do quadro teórico. A 2ª seção apresenta a fundamentação teórica da pesquisa relacionada aos temas conceituais que caracterizam o fenômeno da imigração e as abordagens teóricas ressaltam a imigração e os movimentos migratórios no contexto histórico. Abordam-se as diferentes fases da imigração ocorridas no mundo, as quais estavam relacionadas aos grandes acontecimentos da humanidade. No contexto brasileiro, as políticas imigratórias favoreceram a colonização de várias regiões do Brasil por imigrantes europeus. No Paraná, a imigração se caracteriza pela criação de colônias próximas a Curitiba. Entre as nacionalidades de europeus, estão os poloneses que se organizavam em colônias, como a Colônia Dom Pedro II.

A 3ª seção apresenta conceitos sobre as políticas e as políticas imigratórias empregadas em certos países da Europa e das Américas. No Brasil, desde o período colonial, as políticas imigratórias estavam vinculadas ao processo de ocupação demográfica,

povoamento e colonização. Na 4ª seção apresenta-se o desenvolvimento de territórios no âmbito da imigração europeia, ocorrida a partir de 1870. O espaço construído é decorrente das relações de poder do Estado, intervenção humana e econômica de subsistência nas colônias. A 5ª seção apresenta a metodologia da pesquisa. Descreve-se as técnicas de pesquisa, a pesquisa de campo, a coleta de dados, a entrevista semiestruturada, o formulário, a observação assistemática, que, realizados mediante um protocolo de pesquisa, favoreceram o estudo de caso, do território da Colônia Dom Pedro II, Município de Campo Largo – PR, instituída em 1876. O estudo compõe-se de uma amostra intencional justificada por tipicidade, constituída por sete ramos de descendência, dos primeiros imigrantes poloneses. Os resultados foram analisados pelo método de análise de conteúdo, com enfoque qualitativo. Na 6ª seção descreve-se o Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II, as análises e resultados da pesquisa. Na 7ª seção apresentam-se as considerações e conclusões da pesquisa.

2 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

O objetivo desta seção é registrar as contribuições e discussões teóricas sobre o fenômeno da imigração. Nas subseções seguintes, busca-se mostrar as várias fases que compõem os movimentos emigratórios ao Brasil, no período que abrange o século XIX, relacionando-se com a fase de imigração oficial a partir de 1870. Explora-se o contexto sobre a imigração polonesa no Brasil e no Paraná.

2.1 O FENÔMENO DA IMIGRAÇÃO

A imigração é um fenômeno presente no mundo desde os séculos remotos, constituindo-se pela mobilidade humana universal, que ocorreu e ocorre por diversos motivos políticos, econômicos, religiosos e culturais, entre outros.

Balhana, Machado e Westphalen (1969) destacam que as migrações constituem fenômeno permanente e universal. No caso da imigração no Brasil, os fatores econômicos foram os principais responsáveis pelas diversas correntes migratórias dos países do continente europeu. Autores como Wachowicz (1970, 1976, 1977, 1981,1985), Balhana, Machado e Westphalen (1967, 1969, 2003), Swierczek (1980), Boschilia (2004), Petrone (1982) e Malczewski (2000) descrevem a imigração entre o final do século XIX e no século XX no Brasil e no Paraná, os seus fatores e o processo de colonização.

De acordo com Rocha e Trindade (1995), emigrar significa deixar a pátria ou a terra própria para se deslocar, refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em outro país. A imigração é o movimento de entrada de estrangeiros em um país de forma temporária ou permanente. O emigrante, normalmente deixa seu país por falta de condições de ascensão social, tornando-se o imigrante em outro país, percebido como oferecedor de possibilidades de melhoria de vida (ROCHA TRINDADE, 1995).

Enquanto fenômeno, a imigração aparece em uma série de estudos realizados em diferentes áreas e com diferentes abordagens teóricas. Em função disso, apresentam-se interpretações com relevantes contribuições que tentam explicar o fenômeno migratório e visam a uma maior elucidação e compreensão sobre suas possíveis causas.

Na base das pesquisas encontra-se a abordagem histórica, focada nos movimentos migratórios mundiais. Segundo Cohen (1999), os movimentos migratórios se desenvolvem por várias situações, como econômicas, culturais, políticas ou religiosas. Ao se tratar de condições de gravidades extremas, consideram-se as “*diásporas*”², quando há expulsão de contingentes populacionais nativos de suas regiões. Essas modalidades de migrações se encontram em narrativas bíblicas, desde a antiguidade.

Em se tratando da abordagem clássica, a imigração é concebida como consequência do processo de desenvolvimento da industrialização, da urbanização e mobilidade populacional. Por sua vez, a abordagem neoclássica apresenta diferentes formas de compreender e interpretar o fenômeno migratório. Nos processos migratórios, além de apresentar manifestações demográficas, as questões econômicas geram mudanças espaciais e geográficas de trabalhadores, porém, nessa abordagem, não se dá importância para os fatores históricos da imigração. Nesse tipo de imigração, as decisões são voluntárias, determinadas pelo próprio indivíduo que opta pela imigração (CASTLES; MILLER, 2009).

Diante dos movimentos migratórios ocorridos entre o final do século XIX e no início do século XX para os países das Américas do Norte e do Sul, sociólogos americanos colocam a migração em debate focando como um problema, diante da crescente mobilidade populacional da Europa para outros países. As migrações desse período são decorrentes do crescimento populacional e das crises econômicas dos vários países da Europa, gerando, porém, intensos debates na instância política nos Estados Unidos, diante da preocupação emergente nesse país frente à grande presença de imigrantes.

Em relação às migrações ocorridas nos séculos XIX e XX, Sasaki e Assis (2000) destacam a relevante obra *The Polish Peasant in Europe and América*³, do polonês Florian Znaniecki (1918). Esta obra retrata as investigações relacionadas aos mais de dois milhões de imigrantes poloneses que migraram para a América do Norte entre 1880 e 1910. O foco destas análises se volta aos processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade norte-americana. Tratam das consequências do processo migratório quanto ao rompimento dos vínculos do sistema familiar, fatores que influenciaram outros estudos sobre imigração (SASAKI; ASSIS, 2000).

² Segundo Robin Cohen (1999) o termo diáspora define o deslocamento de grandes massas populacionais, originárias de uma zona determinada para distintas áreas de acolhimento. A diáspora implica conotações de movimento disperso, disseminação, descentramento e deslocamento.

³ Florian Znaniecki, sociólogo, nasceu na Polônia, foi trabalhar na University of Illinois em Chicago, junto com o Professor Williams Thomas, realizaram pesquisas sobre o camponês polonês das Américas. THOMAS, Williams I. & ZNANIECKI, Florian. **The Polish peasant in Europe and América**. A classic work in immigration history. Edited by Eli Zaretsky. Chicago: University of Illinois Press, 1996.

Em sintonia com essa abordagem, segundo Castles e Miller (2009), encontra-se o trabalho de Ravestein (1885-1913), considerado um dos primeiros teóricos a explicar o fenômeno da migração do ponto de vista nacional e internacional. Ravestein (1980) elaborou as “Leis da Migração”, com base no contexto da revolução industrial, defendendo que os fatores econômicos são os principais impulsionadores da migração. Segundo Ravestein (1980), a migração é fruto de movimentos de atração e expulsão de populações. A atração ocorre em função das condições econômicas, sociais e políticas de um país por atrair a população. Constituem-se em oportunidades econômicas, de trabalho, disponibilidade de terras. O fator de expulsão advém das demandas do crescimento demográfico, excedente de mão de obra, falta de oportunidades de trabalho e desigualdade social.

Segundo Sasaki e Assis (2000), as ciências sociais apontam recentes estudos sobre migrações, os quais são encontrados em várias pesquisas e ganharam força depois da metade do século XX, especialmente com a visão neoclássica. Essas novas teorias sobre os movimentos migratórios internacionais vêm com a intenção de clarificar os pressupostos sobre o desenvolvimento da sociedade urbana industrial moderna e os processos dos seguimentos dos fluxos migratórios no tempo e no espaço (MASSEY, 1998).

De acordo com Massey (1998), os períodos do processo migratório mundial podem ser identificados por diferentes fases. Em princípio, desdobram-se em quatro momentos, de acordo com os acontecimentos históricos no desenvolvimento das sociedades. Inicialmente houve a ocupação de territórios como reinos de Portugal e Espanha. Enquanto segunda etapa migratória encontra-se o processo de colonização da América, África, Ásia e Oceania, cuja inclusão da população originava-se das metrópoles da Europa e da África, sendo esta em situação de escravidão. A terceira etapa se caracterizava pela industrialização e suas consequências no continente da Europa ocidental. A quarta etapa caracteriza o período entre 1850 a 1925 e sinaliza as situações como a escassez de terras e o consequente aumento da pobreza, pelo acelerado crescimento da população europeia, cuja transição demográfica configurava a instabilidade econômica e política no continente Europeu que levaram milhões de pessoas a emigrar para outros países dos diversos continentes (MASSEY, 1998).

2.2 AS FASES DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS AO BRASIL

De acordo com Balhana e Westphalen (2003), os movimentos migratórios no Brasil se caracterizam por várias fases e podem ser identificados desde o período pré-colonial, tomando-se como etapa inicial a ocupação de territórios por Portugal. Neste período, ainda segundo os autores, o Brasil Colônia se constituía de amplas áreas despovoadas, que originavam iniciativas de povoamento e imigração instituídas pelo governo de Portugal. Foram instituídas expedições exploratórias e expedições de povoamento no território brasileiro. Possibilitaram a vinda de estrangeiros para o Brasil como, portugueses, espanhóis e holandeses enviados pelos governos de seus países, e tinham por objetivo a colonização que povoaram grande parte do Brasil (BALHANA; WESTPHALEN, 2003).

Para Souto Maior (1970), os povoados e colonização originários dessas formas de imigração possibilitaram a vinda de estrangeiros para o Brasil, que se compunha da plebe da Península Ibérica. Somavam-se a esses imigrantes os egressos da grande e pequena nobreza, que viveram como senhores e fidalgos. Eles tinham a perspectiva de fazer fortuna no Brasil e, depois de alguns anos, enriquecidos, retornarem para a Metrópole. No Brasil, segundo o autor, apropriavam-se dos campos despovoados, como proprietários e, assim, formavam-se imensos latifúndios. Inseriam-se nos engenhos de açúcar, nas regiões do nordeste e leste, nas minas de ouro e no comércio dessas regiões. Diante disso, Souto Maior (1970) ressalta que, ao mesmo tempo em que aumentavam os contingentes de colonos portugueses no Brasil, diminuía-se consideravelmente a população de indígenas pelas guerras, escravidão ou doenças que contraíam em contato com o branco.

Na Região Sul as expedições procuravam povoar os campos do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estabeleciam-se com suas famílias, agregados, escravos, instrumentos e gado. Os povoados estruturavam-se pela abertura da Estrada de Viamão, pelas atividades de tropeiros que vinham do Rio Grande do Sul que se deslocavam para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, constituindo-se o Brasil Meridional (MACHADO, 1963). Esse movimento favoreceu a colonização e a formação de povoados e do povo brasileiro, composto pelo processo de miscigenação entre indígenas, negros e portugueses. Nas três províncias do Sul do Brasil, a ocupação de territórios e o crescimento populacional seguiram lentamente até o final do período colonial (BALHANA; WESTPHALEN, 2003).

A segunda fase dos movimentos migratórios ao Brasil se caracteriza pela sua vinculação aos processos de colonização e de desenvolvimento econômico, ocorrido entre o

final do período colonial e o início do século XIX. Nesse momento histórico, os países da Europa viviam os conflitos em decorrência das Revoluções Burguesas e da Revolução Industrial. Ocorreu a introdução de novas tecnologias para a produção, rompendo-se monopólios e a exclusividade comercial de vários países, centrados entre as Metrôpoles e as colônias europeias, com repercussão também no Brasil. Isso gerou certa instabilidade política e econômica, o que acelerou os movimentos migratórios dos países europeus para o continente Latino-Americano, principalmente para a Argentina, Uruguai e Brasil, estimulando a colonização nestes países (FERNANDES; NUNAN; CARVALHO, 1995).

No Brasil, segundo Bráz (2000, p. 88), “a imigração espontânea é evidenciada nas primeiras décadas do século XIX por grupos de imigrantes europeus constituídos por colonizadores atraídos pelas políticas instituídas por D. João VI, em 1808”. Foram originando-se povoados nas províncias do Brasil. Formaram-se colônias no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no período de 1819 a 1859. Nestas colônias, em pequenas propriedades rurais, estabeleceram-se os italianos, alemães, ingleses, suíços, franceses e poloneses (PETRONE, 1982).

A terceira fase dos movimentos migratórios no Brasil está vinculada à instituição das políticas de terras (1850), colonização e imigração. Essa fase se caracteriza pela imigração europeia oficial ou tutelada. Estava vinculada a convênios firmados entre as autoridades brasileiras e estrangeiras envolvidas nas ações do movimento migratório maciço da Europa com o objetivo de povoar as áreas desabitadas, sobretudo na parte meridional do País, e contribuiu para a inserção de trabalhadores para a produção agrícola (MALCZEWSKI, 2000).

No contexto europeu, esse período marca a segunda etapa da Revolução Industrial, período entre 1860 a 1900. Ao contrário da primeira fase, países como Alemanha, França, Rússia e Itália também são industrializados (FURTADO, 1976). As crescentes mudanças urbanas garantiam o bem-estar e conforto às sociedades europeias (SEVCENKO, 1998).

Os resultados da industrialização interferiam na economia mundial com alterações no setor produtivo, econômico e social, cujas mudanças impulsionavam a imigração para outros países (MALCZEWSKI, 2000). No continente europeu havia muita gente necessitada para emigrar. As migrações transoceânicas, êxodo rural, industrialização e urbanização mais acelerados são aspectos de um mesmo fenômeno. A conquista pelo trabalho, terras disponíveis em abundância, melhores condições de vida além-mar, atraía grandes massas de europeus que se encontravam em estado de extrema pobreza (PETRONE, 1982). Essa fase sinaliza as situações como a escassez de terras e o conseqüente aumento da pobreza, pelo acelerado crescimento da população europeia, cuja transição demográfica configurava a instabilidade

econômica e política no continente Europeu que levaram milhões de pessoas a emigrar para outros países dos continentes. Esses acontecimentos favoreciam o deslocamento de grandes contingentes humanos da Europa, inclusive dos países como Itália e dos países que dominavam a Polônia entre (1795/1918): Áustria, Rússia e Prússia (Alemanha), onde a maioria, ao emigrar, optava pelos Estados Unidos da América do Norte, da América do Sul e ao Brasil (GRONIEWSKI, 1972). Integram as migrações desse período os alemães, italianos, ucranianos, franceses, poloneses, ingleses e suíços. A tabela 1 mostra as estimativas de crescimento da população no Brasil entre 1808 a 1872, início da imigração oficial.

Tabela 01 - Estimativas da População, segundo as Províncias-1808-1872.

PROVÍNCIAS	ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO							
	1808	1819	1823	1830	1854	1867	1869	1872
BRASIL	2.424.463	3.596.132	3.960.866	5.350.000	7.677.800	11.280.000	10.200.000	10.112.061
PARANÁ	...	59.942	72.400	120.000	100.000	126.722
SANTA CATARINA	38.687	44.031	50.000	50.000	105.000	200.000	140.000	159.802
RIO GRANDE DO SUL	83.167	92.180	150.000	170.000	201.300	580.000	440.000	446.962

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990)⁴.

Os dados da tabela 1 demonstram os níveis de crescimento da população entre os períodos 1808 e 1872. No início se caracteriza pela imigração espontânea e depois de 1850 até 1872 há um aumento da população, que se justifica pela instituição das políticas de terras, colonização e imigração europeia oficial para o Brasil.

Em termos de nacionalidade, os primeiros movimentos migratórios do continente europeu foram os de origem italiana. A princípio se deslocavam para as grandes fazendas de São Paulo e mais tarde se instalaram no Paraná e Rio Grande do Sul. Os de nacionalidade alemã se dirigiam para Santa Catarina e os de nacionalidade polonesa para o Paraná. Formaram grandes contingentes populacionais que originaram inúmeras colônias nas províncias do Brasil Meridional. Em 1891, os imigrantes ucranianos se dirigiram ao Paraná (BRÁZ, 2002). E dentre outros grupos étnicos minoritários havia a presença menos expressiva de “[...] judeus, sírios, libaneses, holandeses, austríacos, irlandeses, norte americanos, búlgaros, russos” (BRÁZ, 2002, p. 92). Conforme a Tabela 2, os movimentos migratórios entre 1890 e 1899 apresentam os seguintes números:

⁴ IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 - a 1988. 2ª edição revisada e atualizada. Rio de Janeiro. IBGE, 1990. Disponível em: <Biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/liv17983_v3.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

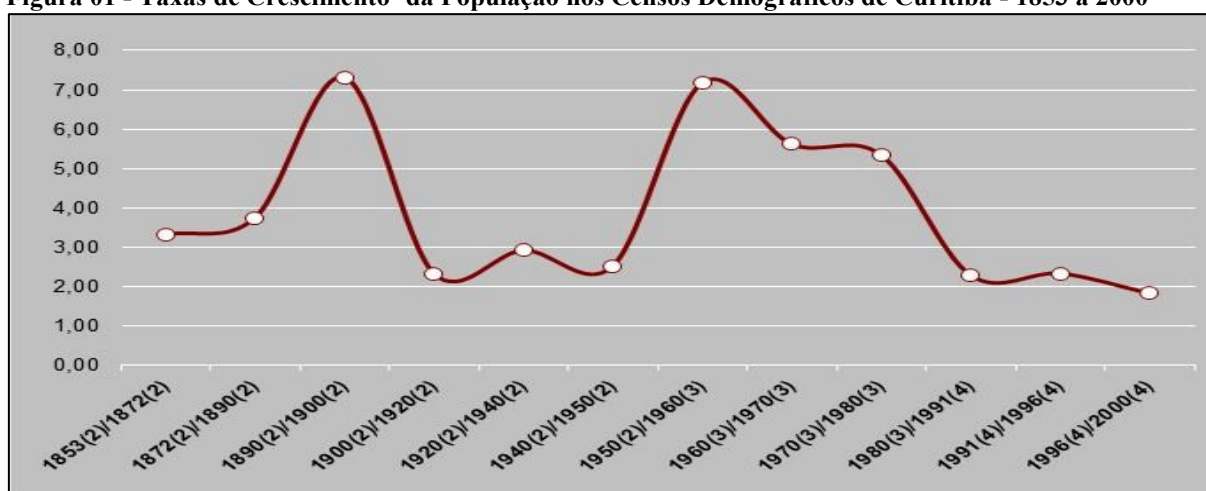
Tabela 02 - Número de imigrantes no período 1890-1899 – Região Sul do Brasil.

Correntes Migratórias	Data	Quantidade
Italianos,	1890-1899	690.365
Portugueses		219.653
Espanhóis		164.293
Alemães	1890-1894	17.084
Poloneses		62.786
Total		1.153.183

Fonte: Revista de Imigração e Colonização (1940).

As maiores correntes migratórias se formaram entre 1870 e 1920 nos Estados do Sul do Brasil. Na década de 1920, no Governo de Epitácio Pessoa, em decorrência da Primeira Guerra Mundial, são instituídas várias medidas restritivas e as migrações diminuem consideravelmente. Essas medidas se acentuam no período do Estado Novo, e, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, as imigrações se tornam menos expressivas.

Após os conflitos das duas Guerras Mundiais, os movimentos migratórios apresentam indicadores de crescimento na década de 1950 até 1960. Essa fase se caracteriza pela entrada de imigrantes japoneses nas regiões de São Paulo e Norte do Paraná (WACHOVICZ, 1985). Há fluxos migratórios com um crescimento elevado, com certa queda nas demais décadas, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 01 - Taxas de Crescimento* da População nos Censos Demográficos de Curitiba - 1853 a 2000

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1853 a 2000.

*Taxa Média Geométrica de Incremento Anual, representa a evolução anual no período.

De acordo com os dados da Figura 1, a taxa de crescimento populacional tem variações que culminam com os períodos dos grandes fluxos migratórios. Na década entre

1890 e 1900 há uma taxa de 7,32% de crescimento demográfico e entre 1950 e 1960 os índices são de 7,18% de crescimento.

2.3 A IMIGRAÇÃO POLONESA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A emigração polonesa para o Brasil se desenvolveu a partir de 1870, acompanhando as correntes migratórias das demais nacionalidades, quando milhares de pessoas buscaram melhores condições de vida em outros países. Embora haja registros de imigrantes poloneses antes desse período, em 1869, que acompanharam a onda migratória alemã, os maiores movimentos migratórios da Polônia ocorreram no final do século XIX e início do século XX (DEMBICZ; SMOLANA, 1993).

A emigração polonesa foi motivada pelas crises sócio-políticas e econômicas, que assolavam os países Europeus. A Polônia teve seu território dividido entre o império Austro-húngaro, Russo e Prussiano, o que englobou todo o período da imigração polonesa para o Brasil (OLIVEIRA, 2009). Os países se constituíam em territórios de lutas, insurreições, invasões que assolavam o continente europeu desde 1795 (ZEUS, 1970),

Segundo Groniowski (1972), o fenômeno da emigração polonesa ao Brasil se caracteriza pelos movimentos migratórios com elevados números de imigrantes vindos das regiões da Polônia, seus marcos, são decorrentes da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo, da inexistência do Estado Polonês e da escravidão nacional, que durou mais de cem anos até a Primeira Guerra Mundial.

Entre 1795 e 1918, a Polônia estava sob a ocupação de países econômica e politicamente potentes como a Rússia, Prússia (Alemanha) e Áustria. Na Polônia havia uma estrutura agrária herdada do sistema feudal, arcaica, que mantinha o controle de uma população camponesa isolada, conservadora ao extremo, resistente às mudanças e os camponeses tinham cada vez menos acesso às terras (GRONIOWSKI, 1972). Esses acontecimentos têm origem no período feudal, quando os poloneses viviam em condições de opressão, com restrição às mudanças, mesmo depois da abolição da Corveia⁵, isso

⁵ Corveia é o trabalho gratuito que no tempo do feudalismo os servos e camponeses deviam prestar ao seu senhor feudal ou ao Estado durante três ou mais dias por semana, como previa o contrato de enfeudação. Além de cuidar das plantações do senhor, o servo devia construir ou consertar caminhos, reparar pontes, cortar e carregar madeira. Nas cidades-estado da Idade Antiga, como o Antigo Egito e a Mesopotâmia, a corveia constituía-se no trabalho compulsório da população, imposto pelo Estado. Por João José Cardoso. Abolição de

permaneceu por vários séculos.

O domínio pela Prússia (Alemanha) atingia a Posnania, Pomerânia e Silésia, havendo duras perseguições impostas aos poloneses pelos invasores germânicos. A proibição da língua polonesa nas escolas, “despolonização” dos nomes poloneses de acidentes geográficos e logradouros públicos, repressão ao culto religioso dos católicos, censura na imprensa polonesa e venda obrigatória das terras agrícolas dos poloneses. Essa campanha, denominada de *Kulturkampf*, originou as intensas crises. A luta de Bismark contra o catolicismo e a polinidade se estendia à “guerra agrária”, repressão ao cultivo da terra em suas aldeias sob a pressão para desfazer-se das terras (STAWINSKI, 1976; WACHOWICZ, 1970).

O domínio da Rússia atingia as regiões da Polônia central e do leste, principalmente as áreas mais densamente povoadas e pobres. Sob a influência das ideias liberais da Revolução Francesa aboliu-se a servidão em 1807, a maioria da população era proveniente de condições agrárias. As relações se agravaram entre poloneses e russos com a ascensão do czar Nicolau I ao trono da Rússia, que passou a ignorar o que eram os direitos constitucionais dos poloneses. Esses acontecimentos favoreceram violentos levantes nos anos de 1830, 1864, e 1905, desencadearam-se conflitos, revoluções sangrentas e confisco de bens, impostos tornavam-se cada vez mais pesados e induzia os poloneses à venda de propriedades pela troca da não prisão. Muitos poloneses foram banidos para a Sibéria, havia os que foram exilados em vários países da Europa e outros fugiam e emigravam. Contudo, isso não amenizou a perseguição e continuava a opressão à prática religiosa ao catolicismo polonês e aos sacerdotes católicos, com imposições da filiação à Igreja Ortodoxa Cismática (Russa). A partir de 1864, a política de represália atuou na desnacionalização dos poloneses, criou-se para essa finalidade o “Comitê para os assuntos do Reino da Polônia” (WACHOWICZ, 1970, p. 20). Criava-se o *Kulturkampf* russo e, desse domínio, o governo estimulava a emigração.

O domínio austríaco atingia as regiões da Galícia, Opole, das regiões da Cracóvia e das fronteiras da Ucrânia. O Tratado de Viena (1815) renomeou a região para o nome de Galícia e retornou novamente para a Áustria. Em 1867, o Império Austríaco tornou-se o Império Austro-Húngaro (ZEUS, 1970). Os pequenos proprietários sofriam sucessivas divisões da propriedade familiar, inviabilizando a produção agrícola. Trabalhavam como arrendatários ou como empregados temporários em terra alheia e em condições de extrema pobreza e miséria. A região de Galícia transformou-se em uma das regiões mais pobres e de maior atraso e estagnação do Império. Manteve-se na Polônia até 1918, final da Primeira

Guerra Mundial, em domínio austríaco pela aristocracia polonesa e pela igreja. A maioria dos emigrantes poloneses era da Silésia (Sudoeste) e da atual região *Podkarpackie*, então chamada Galícia Austríaca (WACHOWICZ, 1970).

De acordo com Stawinski (1999, p. 13):

enquanto a Prússia e a Áustria, na ânsia de germanizar a população polonesa, começaram proibindo o uso da língua polonesa nas escolas, igrejas e repartições públicas, a Rússia tomava medidas mais drásticas, fechando as escolas primárias e vedando aos estudantes poloneses o acesso às escolas de ensino secundário e superior. Criou-se, então, para os poloneses um clima de opressão e de ostracismo.

Essa política de repressão dos países dominantes causou um enorme sentimento de revolta do povo polonês, fatores que favoreceram o movimento migratório para as Américas do Norte e do Sul (ZEUS, 1970).

Segundo Dembicz e Smolana (1993), na primeira fase emigratória da Polônia ao Brasil, a população se originava da Silésia, da região sob o domínio alemão, embora houvesse também imigrantes da Pomerânia Oriental e da Polônia central. De acordo com Oliveira (2009):

o ano de 1870 caracteriza o início da emigração polonesa ao Brasil, a Polônia não existia como país independente. Seus territórios, desde fins do século XVIII, estavam divididos entre os impérios Austro-Húngaros, Russo e Prussiano. Essa partilha durou até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, englobando assim o período mais importante da imigração polonesa para as Américas, (EUA, Argentina e Brasil).

Wachowicz (1977, p. 2) afirma que “os imigrantes poloneses para se estabelecer nos núcleos, foram recrutados em grande parte pelo agente de imigração Eugenio Bendazewski, natural de Gorlice, cidade situada na antiga Galícia austríaca e residente na oportunidade em Curitiba”. Segundo Hempel (1973, p. 85):

A chegada dos primeiros poloneses ao Brasil foi obra da Sociedade Colonizadora Pereira, Alves & Bendazewski, igualmente responsável pela imigração de um incontável número de poloneses e alemães para os EUA. Esse primeiro grupo havia partido da região da Silésia (sob a ocupação prussiana) da Polônia. A Prússia não colocava obstáculos à imigração e concedia passaporte aos que desejavam partir. Contudo, apesar dos pedidos nesse sentido, o governo imperial brasileiro se recusou a pagar os custos da viagem (400 francos por cabeça), alegando tratar-se de "imigração espontânea". Desembarcados no Brasil, e munidos de passaporte emitido pela Prússia, os poloneses foram imediatamente enviados às "zonas de colonização alemã", as colônias de Blumenau, Itajaí e Brusque, todas em Santa Catarina.

Os imigrantes originários da Polônia eram encaminhados para as localidades de Santa Catarina. Inseriam-se nas zonas de colonização alemã, na Colônia Blumenau e, também, no Estado do Rio Grande do Sul (DEMBICZ; SMOLANA, 1993). Os colonos alemães se estabeleceram na Colônia Dona Francisca (atual Joinville), em Santa Catarina. Em 1869, estabeleceram-se as primeiras 16 famílias de poloneses da Silésia, próximo ao atual município de Brusque em Santa Catarina. Em 1871, esse grupo de poloneses se dirigiu ao Paraná e fundaram a Colônia Pilarzinho. Tiveram o apoio de Edmund Wós Saporski, considerado o “Pai da imigração polonesa”, e do Padre Zielinski, que atuavam como mediadores no processo migratório com o apoio de Jerônimo Durski (WACHOWICZ, 1970). Na década de 1870, várias levadas de imigrantes chegavam ao território brasileiro, às Províncias da Região Sul. Foram instituídas várias colônias próximas ao Núcleo de Curitiba, a maioria era constituída por poloneses silesianos, galicianos e prussianos.

Em menor número, no ano de 1873, imigrantes poloneses também se fixaram em colônias no Estado do Espírito Santo. Várias famílias polonesas imigraram como cidadãos alemães, provenientes da região da Polônia dominada pela Prússia, da Pomerânia e da Silésia, região de Wroclaw, na atual divisão territorial da Polônia (MALCZEWSKI, 2000). No mesmo período surgiram colônias de imigrantes poloneses em São Paulo e no Rio de Janeiro. As colônias mais fortes surgiram no Paraná a partir de 1871 (FERREIRA, 1996).

A maior onda da imigração polonesa para o Brasil ocorreu, no entanto, no período de 1880 a 1914 (WACHOWICZ, 1977). Foi o período de maior fluxo de imigrantes das terras polonesas, recebendo a denominação de "Febre Brasileira". Além de poloneses, outros grupos étnicos emigravam também em grande proporção. A propaganda das políticas de colonização do governo brasileiro nestes países estimulava os poloneses a emigrar para o Brasil. Abriram-se agências de recrutamento de imigrantes em Portugal, Itália, Áustria, Alemanha, pelos emissários conhecidos por “agentes”, que estimulavam a população para imigrar (WACHOWICZ, 1970).

O movimento migratório foi condicionado à ação dos emissários de companhias de navegação e do governo brasileiro, encontrando terreno fértil na Polônia diante da difícil situação política e econômica. Para promover a vinda de europeus para o trabalho agrícola em terras brasileiras, as companhias de imigração divulgavam as vantagens oferecidas pelo sistema de imigração brasileiro, o que facilitava e atraía a imigração do excedente da população rural, camponeses das aldeias polonesas (GRONIOWSKI, 1972).

Segundo Wachowicz (1970, p. 30), o governo brasileiro:

Assinou contratos com várias companhias de navegação oceânica, no sentido do pagamento “per capita” dos imigrantes desembarcados no Brasil. A taxa paga pelo governo brasileiro variava de adulto para criança. Para facilitar mais ainda o recrutamento do colono na Europa, o governo brasileiro comprometeu-se a pagar a passagem transoceânica para quem quisesse vir radicar-se no Brasil. Tal ônus, arcado pelo governo brasileiro foi empregado, pela primeira vez, na chamada grande imigração, que compreende o período referente do final do século XIX até a 1ª grande guerra mundial.

De acordo com Wachowicz (1970, p. 31), “o Brasil era apresentado como a continuação do paraíso bíblico, terra onde corria leite e mel [...]”, abençoado pela Nossa Senhora, padroeira da Polônia. Além disso, os agentes contaram com a carta do escritor, político imperial, ex-presidente da província do Paraná, o Visconde de Taunay. Esta carta, denominada de “carta à colônia Polonesa no Paraná”, foi enviada no final de 1885 aos padres, Francisco Xavier Corowski e Ludovico Przetarski, das colônias polonesas localizadas nos arredores de Curitiba, versando sobre as perseguições aos poloneses na Polônia (WACHOWICZ, 1970, p. 31).

Na realidade, conforme observa Wachowicz (1970, p. 32):

Os descontraídos boatos, referentes ao Brasil, propagavam-se como se fosse uma epidemia. Era o início do que logo foi denominado de “Febre Brasileira”. Trabalhadores rurais, pequenos e médios proprietários, trabalhadores urbanos, todos divisaram uma rara oportunidade para imigrarem. Era necessário apenas pagar passagem até o porto de embarque. Uma vez no navio, todas as despesas corriam por conta do governo brasileiro.

“Os grupos de imigrantes se originavam da parte ocupada pela Áustria, das regiões da Galícia, Opole, Cracóvia e das fronteiras da Ucrânia” (DEMBICZ; SMOLANA, 1993, p. 6). Das regiões da Polônia central e do leste, dominadas pela Rússia, principalmente das áreas mais pobres e mais densamente povoadas, sobretudo da Mazóvia, imigravam aldeias inteiras. Nessas regiões as pessoas viviam em estado de miséria, com relações quase feudais da agricultura (WACHOWICZ, 1997). Alguns milhares de imigrantes vindos da Polônia ao Brasil, entre 1890 e 1891, eram das regiões de Bug e da Galícia, muitos deles pereceram ainda na viagem e outros morreram por motivos de doenças ou de pobreza (MALCZEWSKI, 2000).

Segundo Malczewski (2000):

Calcula-se que até 1914 chegaram ao Brasil mais de 100 mil imigrantes poloneses. Essa imigração era principalmente constituída de colonos, que buscavam a propriedade da terra, trabalho e melhores condições de vida. Entre esses emigrados houve também casos de regresso à Polônia.

Wachowicz (1970, p. 22) detalha que:

Imigraram a princípio artesãos e os operários menos qualificados das cidades e depois as populações camponesas fronteiriças. Embora as leis russas proibissem a saída dos imigrantes do império, as “autoridades faziam vistas grossas” para a saída da população. Desenvolveu-se a saída clandestina de imigrantes do país, surgindo organizações especializadas para imigração. A preferência de saída se realizava pelo domínio da Prússia (Alemanha). O governo liberava passaporte transoceânico para América, em companhia de navegação de bandeira alemã, o que dado o vulto, só vinha em benefício da sua própria economia.

Com a eclosão da I Guerra Mundial de 1914/1918, a terceira onda migratória foi menos intensa. Vários países da Europa se organizam, a Polônia passava por um processo de reunificação. Segundo Kawka (1980), de acordo com as estatísticas, a emigração de poloneses ao Brasil no período entre o final do século XIX e início do século XX atingiu um número de 102.196 poloneses.

2.3.1 A imigração polonesa no Paraná

De acordo com Wachowicz (2002), o Paraná começou a ser colonizado desde 1654, quando foi fundado o povoado de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais. Era um local de encontro entre os mineradores e os criadores de gado. Em 1668, a pequena vila foi incorporada a Paranaguá. Em 1693, o povoado é elevado à vila (WACHOWICZ, 2002). Durante o início do século XIX, o povoado, já então chamado de Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba, possuía pouco mais que 200 casas. Com o início da exploração e do comércio da erva-mate, segundo o autor, com apoio da extração de madeiras nobres tem-se um novo impulso de crescimento. Na metade do século XIX, em 1842, Curitiba já possuía 5.819 habitantes. Foi elevada à categoria de cidade e em 1853 foi criada a província do Paraná. No ano seguinte, já com o nome de Curitiba, foi escolhida para sua capital (WACHOWICZ, 2002).

A imigração no Paraná se inicia ainda na primeira metade do século XIX, quando a Província era habitada por grupos constituídos por africanos, portugueses e castelhanos. Antes da emancipação da Província do Paraná (1853), surgem os primeiros núcleos coloniais constituídos por imigrantes vindos da Europa ao território paranaense, que não eram de Portugal (BRÁZ, 2000). Após 1829, o território paranaense começa a ser habitado por alemães, na Colônia Rio Negro (1829), por franceses e suíços na Colônia Thereza Christina

(1847), por suíços na Colônia de Superagui (1852) e por ingleses, franceses e alemães na Colônia Assungui (1859) (BALHANA; WESTPHALEN, 1969).

No período do Governo Lamenha Lins (1875-1878) foram implementadas as políticas de colonização, estimulando com isso a imigração na Província do Paraná (WACHOVICZ, 1977). Em 1869 e 1871 chegam os primeiros imigrantes e são instituídas as primeiras colônias no entorno de Curitiba, na Província do Paraná. São as Colônias de Argelina (Bacacherry), São Venâncio e Pilarzinho. Entre 1875 a 1878, são instituídas as Colônias de Abranches, Santa Cândida, Orleans, Thomaz Coelho, Lamenha, Dom Augusto, Santo Inácio, Dom Pedro e Riviere. Entre estas Colônias, nove eram habitadas por poloneses da Galícia, da Prússia e da Silésia (WACHOVICZ, 1977, p. 2; BOSCHILIA, 2004, p. 30).

Os núcleos coloniais se formavam com imigrantes europeus de diferentes nacionalidades. Neles encontravam-se ucranianos, suíços, franceses, alemães, italianos, ingleses, suecos, belgas, porém os poloneses prevaleciam em maior número. A Tabela 3 apresenta a imigração, os anos de criação das colônias e as origens dos imigrantes.

Tabela 03 - Colônias de Imigrantes do Município de Curitiba – 1876

COLÔNIA	FUNDAÇÃO	IMIGRANTES	FAMILIAS	ETNIAS
ARGELINA (Bacacherry)	1869	109 Habitantes	-	Franceses; Alemães; Suíços; Ingleses e Suecos.
VENÂNCIO	1870	139 Habitantes	-	Alemães e Suecos.
PILARZINHO	1871	116 Habitantes	36	Alemães e Poloneses.
ABRANCHES	1875	432 Habitantes	64	Poloneses Silesianos.
SANTA CÂNDIDA	1875	208 Habitantes	45	Poloneses Silesianos; Prussianos; Suíços e Franceses.
ORLEANS	1875	249 Habitantes	63	Poloneses Silesianos e Galicianos; Ingleses; Italianos; Franceses; Alemães e Brasileiros.
DOM PEDRO	1876	69 Habitantes	23	Poloneses; Suíços e Franceses.
DOM AUGUSTO	1876	140 Habitantes	36	Poloneses e Prussianos.
TOMÁZ COELHO	1876	740 Habitantes	170	Poloneses Silesianos e Galicianos; Franceses e Alemães.
LAMENHA	1876	643 Habitantes	139	Poloneses Silesianos; Prussianos; Belgas, Lituanos e Alemães.
SANTO INACIO	1876	334 Habitantes	70	Poloneses Silesianos e Prussianos
REVIERE	1876	327 Habitantes	97	Poloneses; Prussianos e Alemães.
12 COLONIAS	1870/1876	3.506	743	Poloneses e outras nacionalidades.

Fonte: Adaptado de Wachowicz (1976) e do Arquivo Público do Paraná (1876). (Doc. manuscrito).

Conforme os dados da Tabela 3, várias colônias foram criadas nos arredores de Curitiba na década de 1870, por imigrantes europeus. Porém, desde o início, os movimentos migratórios apresentavam um elevado número de entrada de emigrantes ao Paraná.

Na sequência, a Tabela 4 detalha os dados quantitativos de imigrantes das colônias criadas no período de 1869 a 1876, no entorno do núcleo de Curitiba. Nessas colônias, observa-se a participação expressiva de imigrantes de origem polonesa (poloneses prussianos, silesianos e galicianos).

Tabela 04 - Quadro sinótico das colônias fundadas entre 1869 e 1876. População por nacionalidades. Data 01/01/1878

Nacionalidades	Sta. Cândida	Orleans	Sto. Inácio	Riviera	Dom Pedro	Dom Augusto	Lamenha	Tomaz Coelho	São Venâncio	Piorzinho	Argentina	Abranches	Total
Poloneses prussianos	58	196	303	368	88	149	712	10	-	-	-	-	1.884
Poloneses silesianos	241	-	83	-	-	-	21	178	-	-	-	-	523
Poloneses galicianos	-	43	-	-	5	-	-	883	220	-	236	-	1.387
Suíços franceses	26	-	-	-	-	-	-	-	25	9	-	-	60
Alemães	-	4	-	9	-	-	1	-	114	36	-	-	164
Ingleses	11	4	-	-	7	-	-	-	-	11	-	-	33
Italianos	-	20	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	23
Franceses	-	11	-	-	-	-	-	-	-	32	-	-	43
Belgas	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4
Lituanos	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	8
Brasileiros	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Islandeses	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-	-	31
Suecos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Total	336	284	386	377	103	149	746	1.071	139	251	92	236	4.170

Fonte: Adaptado de Wachowicz (1976).

Nessa mesma década (1870), surgem outras colônias de imigrantes poloneses, como a Colônia Muricy (1878) em São José dos Pinhais e a Colônia Cristina (1880) em Araucária. Foram criadas colônias de outras etnias em regiões que atualmente integram os municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Além dos poloneses, identificam-se imigrantes de outras nacionalidades que se instalavam em colônias no entorno de Curitiba, como, italianos, franceses, alemães, suíços, ingleses, lituanos, belgas e suecos.

A Tabela 4 evidencia a continuidade do fluxo de imigrantes para a região de Curitiba. Comparando-se os dados da Tabela 4 com os dados da Tabela 5, verifica-se o aumento significativo de participação de imigrantes na população de Curitiba na década de 1890 e após esse período.

Tabela 05 - Imigrantes por nacionalidade - Regiões de Curitiba - 1890

NACIONALIDADE/ETNIAS	Quantidade
Brasileiros	7.684
Italiana	3.069
Polonesa	6.247
Alemã	541
Francesa	209
Diversas etnias	362
Total de imigrantes	10.428
Total geral	18.112

Fonte: Adaptado do Arquivo Público do Paraná (1890).

A princípio, os imigrantes se inseriam nas colônias no entorno de Curitiba. Nas demais décadas surgem colônias nas demais regiões do Estado do Paraná. Originam-se as colônias em São Mateus do Sul, Mallet, União da Vitória e Rio Azul e, depois, Prudentópolis com seus núcleos (FERREIRA, 1996). Surgem também colônias na Lapa, Contenda, em Castro, Ponta Grossa, Cruz Machado, Irati, Apucarana, Palmeira. Essas colônias foram formadas em grande parte por imigrantes de etnias eslavas, entre eles poloneses, ucranianos e russos que se instalaram nessas regiões. Havia imigrantes poloneses em Campo Mourão, na cidade de Pitanga, em Cascavel, Toledo, Telemaco Borba, dentre outros municípios do Paraná (GOVERNO DO PARANÁ, 1989).

A imigração polonesa alcança maiores índices entre o ano de 1890 e 1914 quando ocorre a eclosão da Primeira Guerra Mundial que começa a modificar radicalmente a situação política e econômica nas terras polonesas. No Paraná, os povos eslavos, em sua maioria polonesa, constituíram a maior corrente migratória, formando-se assim um dos maiores grupos étnicos do Estado. Entre 1869 e 1920, estima-se que dos 60.000 mil poloneses que entraram no Brasil, 95% estabeleceram-se no Paraná, nas várias colônias do interior e na região de Curitiba. Em menor quantidade, rumaram para o interior das Províncias (Estados) do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (GOVERNO DO PARANÁ, 1989; FERREIRA, 1996). Segundo Diégues Junior (1980), pela história étnica dos poloneses, em termos de religião predominou o catolicismo, eles filiavam-se a agremiações, associações e clubes culturais. Em indumentária, aproximavam-se dos eslavos. Desde a imigração, a maioria se dedicava ao trabalho na agricultura, pecuária e, em menor número, ao comércio e às indústrias, entre outros.

3 AS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO

Nesta seção são explorados conceitos e preceitos relativos ao debate em torno das políticas, seu aspecto legal e, em especial, as políticas de colonização no Brasil, durante o século XIX e o século XX. Esta pesquisa se insere no campo de conhecimento das políticas de colonização e imigração vinculadas às ações dos governos nos referidos séculos.

3.1 AS POLÍTICAS E OS ASPECTOS CONCEITUAIS

As políticas imigratórias se originam com a finalidade de controlar a entrada de imigrantes na maioria dos países do mundo por meio de medidas legais, para proteção da Nação. As migrações internacionais, suas legislações, contratos, acordos, sempre movimentaram organismos e instituições oficiais e da sociedade civil para a sua efetivação e segurança nacional. As políticas de imigração que vigoravam entre o século XIX e início do século XX apresentam diferentes aspectos. Distinguem-se nos diferentes contextos históricos caracterizados desde os séculos anteriores, cujas legislações foram se constituindo com o desenvolvimento político, econômico e territorial dos países da Europa e das Américas (QUIRINO; MONTES, 1992).

Vários filósofos e pensadores se debruçaram em reflexões sobre a política, quanto às ações, responsabilidades e decisões referentes ao governo e à sociedade. De acordo com Dallari (2004), a política está relacionada à organização da vida em coletividade e ao ordenamento de suas formas sociais. Está associada à existência de autoridade ou governo, às estratégias de organização pública. Essa organização se constitui como Estado e governo, em que as políticas públicas se inserem na dinâmica de suas ações. Segundo Bobbio (2002), o termo política refere-se à administração da cidade e, conseqüentemente, ao que é urbano, civil, público e até mesmo social. Neste sentido a política refere-se ao primeiro tratado sobre a natureza, as funções e a divisão do Estado e, às suas formas de Governo.

Tradicionalmente, as políticas públicas compreendem o conjunto de ações e decisões designadas pelo Estado em seu modo de governar. As formas de governar estão relacionadas à organização do Estado e aos seus elementos constitutivos. As políticas públicas são “[...] as de responsabilidade do Estado, quanto à implementação e manutenção, a partir de um processo

de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos de diferentes organismos e agentes da sociedade” (SCHMIDT, 2006, p. 16). Assim, as políticas públicas, no sentido amplo, podem ser entendidas como o Estado desenvolvendo suas ações. Expressam-se, “[...] por um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e normas de caráter permanente e abrangente, que orientam a atuação do poder público em uma determinada área” (CARVALHO, 2002). A sua origem está relacionada aos movimentos e ao estabelecimento dos Estados nação na Europa ocidental, no decorrer destes séculos e se consolidou no século XX (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Segundo Polanyi (2000) e Castel (1998), historicamente as políticas se formaram em distintas modalidades⁶. Para Behring e Boschetti (2008), no processo histórico, as políticas públicas se constituíram em diferentes configurações em decorrência da Revolução Industrial e de movimentos sociais, respaldados em direitos. As políticas públicas se consolidaram em diferentes períodos, englobando os movimentos migratórios e de colonização nos séculos XIX e XX. Neste caso, trata-se de políticas relacionadas à concessão de terras para a colonização e a imigração.

3.2 O ASPECTO LEGAL DAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO

As migrações internacionais, suas legislações, contratos, acordos, sempre movimentaram organismos e instituições oficiais e da sociedade civil para sua efetivação e segurança nacional. Sua governança é decorrente de lutas e tensões, que resultaram em leis de imigração configuradas como instrumento legal instituído pelo Estado, nestes últimos séculos.

As legislações de imigração são instituídas com a finalidade de controlar e impedir a entrada de imigrantes nos países ricos, criando-se medidas legais e até mesmo barreiras físicas para dificultar a entrada de imigrantes. Pois o modo de legislar “sempre traduz, nas mais

⁶ No período da Idade Média ao século XVI foram criadas ‘*legislações seminais*’, denominadas como Leis Inglesas e as políticas públicas vigoravam com base na Lei dos Pobres (1601) e a Lei do Domicílio (1662) e confinavam na jurisdição da Paróquia, os excluídos gerados pelo cercamento das terras. Os proprietários contribuíam com o dízimo para que as Igrejas sustentassem os confinados. Quando estes saíam dos limites de “sua Paróquia” o castigo era duro: na 1ª vez era com trabalho forçado; na 2ª vez os infratores eram marcados, atrás do pescoço, com um ferro em brasa, com a letra S (*Slave*) o que sinalizava ser um “trabalhador gratuito” por toda a vida. Na 3ª vez, enforcamento sumário. Segundo pesquisas entre 1750 e 1850, mais de 100 mil pessoas foram executadas por essa razão. Com o avanço dos direitos dos cidadãos, as autoridades passaram a estimular a emigração desses “indesejáveis”. Assim, de 1830 a 1930, as nações periféricas receberam em torno de 59 milhões de imigrantes.

diversas sociedades, a necessidade de tornar explícita a organização das relações sociais” (QUIRINO; MONTES, 1992 p. 12). De acordo com as formas de governo e os tipos de Estado, as políticas de imigração em vários países da Europa, Estados Unidos e no Brasil, no período que antecedeu os movimentos da imigração europeia do século XIX, fundamentavam-se nas leis vigentes daqueles períodos. A entrada de estrangeiros nos países se baseava nas legislações do Código Civil holandês (1839), do Código Civil chileno (1855), do Código Civil argentino (1869); do Código Civil italiano (1865). Tanto é que essas legislações se equiparavam aos dos Direitos Humanos.

Segundo Marinucci e Milesi (2012), entre os séculos XVI e XVIII, os movimentos migratórios se fundamentavam nos códigos e nos regulamentos e os imigrantes estrangeiros se constituíam como cidadãos livres e podiam se fixar em qualquer lugar. Independente das legislações e restrições delegadas para imigração, alguns países adotavam atitudes mais liberais. Segundo Costa (1911)⁷, a Grã-Bretanha oferecia total liberdade aos movimentos migratórios, tanto de nível nacional como estrangeiro. Porém, procurava manter os registros da entrada e saída de passageiros que imigravam, instituiu e regulamentou as condições de transporte. No entanto, os países do continente Europeu que viviam processos históricos mais conflituosos, geralmente mantinham as formas de controle administrativo ou policial da imigração. Portugal também restringia a entrada e saída de pessoas em seu país e aos de seus domínios, como o Brasil. Durante os primeiros séculos do Brasil Colônia, o caráter proibitivo permaneceu em meio a empecilhos institucionais criados ainda com base nas Leis Filipinas⁸ e Leis das Índias (1500-1542), que perduraram por vários séculos (FALEIROS, 1982).

De acordo com Marmora (2003), nos países Latino-Americanos e caribenhos, as migrações se realizaram em etapas. No período colonial, as leis portuguesa e espanhola impunham inúmeras restrições com a proibição da entrada de imigrantes. A imigração se caracterizava como estimuladora “forçada” aos trabalhadores escravos africanos. Essas limitações não se restringiam só aos trabalhadores, a legislação portuguesa sobre a imigração apresentava características restritivas em geral. Segundo Costa (1911), a legislação sobre o assunto é toda inspirada no critério proibitivo da imigração.

Souto Maior (1970) ressalta que, para estimular a emigração portuguesa ao Brasil, as políticas foram impulsionadas pelo Rei de Portugal, pelas expedições, para exploração do

⁷ COSTA LEITE, Joaquim. **Imigração portuguesa**: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social*, vol. XXIII (97), 1987, p. 162. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223027265V7zXA5sz0Qo45UM6.pdf>>. Acesso em: 13 dez 2012.

⁸ As Ordenações Filipinas, liv. V tit. 107, onde é posta em vigor a doutrina mercantilista, estabelecem sob pena de, fazendo-o, morrer por isso morte natural e perder todos os seus bens que pessoa alguma emigre sem licença régia, segundo Costa (1911).

Brasil Colônia, as quais ocorreram por circunstâncias políticas e econômicas desencadeadas em seu país. O Governo tinha como pressupostos a ocupação do território brasileiro, explorar suas riquezas, fundar povoados e escravizar índios. A imigração que acontece nestes séculos se justifica pelos processos vinculados aos planos de Portugal para exploração e ocupação de territórios das regiões do Brasil. Nesse período, são instituídas políticas para ocupação de terras descobertas, por meio de várias Ordenanças, Tratados, Cartas Régias. Havia restrições para imigração se fosse independente dos planos do governo.

Pereira⁹ (2008 apud Matos; Sousa; Hecker, 1995, p. 35) destaca a Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional e ressalta a mobilidade de pessoas no império português. Sua circulação nunca foi livre já que o Estado, desde cedo, tentou superintender a difícil conciliação da colonização e a permanência dos reinóis (portugueses da Metrópole). No século XVIII, segundo Costa (1911), há prevenção determinada pela legislação para emigrar ao Brasil. Nesse processo, D. João V reconheceu a importância dos passaportes estabelecidos pela Lei de 20 de maio de 1720, como um marco referencial. Portugal estabelecia restrições proibitivas de entrada de imigrantes às suas colônias. As restrições limitavam a imigração aos funcionários de qualquer natureza de emprego ao Brasil, sem prévia autorização da metrópole. As pessoas, cujos interesses demandavam negócios, suas justificativas se davam mediante análise de documentos e de uma rigorosa investigação judicial, para concessão de passaportes. As legislações nesse período e a sua execução demonstravam como a Metrópole assumia a natureza e o direito do controle dos movimentos migratórios. Vários Alvarás e regulamentos foram instituídos no decorrer do século XVIII, voltados aos processos migratórios e mantendo a orientação proibitiva do Estado em matéria de imigração de estrangeiros aos Reinos de Portugal.

De acordo com Costa (1911, p. 78):

Nenhum funcionário poderia partir para o Brasil sem ter sido despachado na metrópole para qualquer emprego civil ou eclesiástico ou para servir das missões. E os particulares que embarcavam, necessitavam justificar com documentos, que iam fazer negócio considerável, com fazendas próprias ou alheias, para voltarem ou acudir a negócios urgentes ou precisos, podendo apenas, nestes restritos casos e depois de rigorosa investigação judicial, ser-lhes concedidos passaportes.

Nos últimos séculos do período colonial, Portugal cria legislações como forma de controle sobre os processos migratórios dos países estrangeiros, restringindo a entrada de imigrantes em diferentes épocas. Em matéria de emigração, o Alvará de 25 de junho de 1760

⁹ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional. São Paulo: Edusc, 2008.

criava a Intendência Geral da Polícia que organizava os registros para facilitar a sua missão, exigindo o passaporte visado pelo intendente ou seus comissários. Segundo Costa (1911, p. 36), “no período pombalino a emissão de passaportes é descentralizada, pois a exclusiva competência das Secretarias de Estado quebra-se em virtude das novas atribuições da intendência geral da polícia e comissários de polícia na província”. E em 6 de março de 1810, o Regulamento de passaportes mantém a orientação proibitiva do Estado em matéria de imigração. Esse regulamento de polícia refere-se apenas aos “estrangeiros que entrarem nestes reinos e aos que neles se acham estabelecidos” (COSTA, 1911). Ainda, no início do século XIX no Brasil, a Carta Constitucional de 1822 - Art. 145 § 5.º dispunha textualmente que, qualquer um pode conservar-se ou sair do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens, guardados os regulamentos policiais e salvo o prejuízo de terceiros.

3.3 POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO – SÉCULO XIX

Na primeira metade do século XIX, as políticas imigratórias no Brasil vinculavam-se ao processo de colonização. Constituíram-se por objetivos políticos e econômicos e pelas várias circunstâncias provenientes da questão fundiária, concessão de sesmarias, os grandes vazios demográficos, a economia açucareira de base latifundiária escravista, submetida a um lento desenvolvimento e a falta de mão de obra para as lavouras. Essa fase também caracteriza a primeira fase de colonização do Brasil, por imigrantes europeus não procedentes só de Portugal.

As políticas favoráveis à colonização foram mais intensamente motivadas no final do período colonial, com transferência da Corte Portuguesa (1808)¹⁰ ao Brasil. Com a vinda de Dom João VI e a transformação da Colônia Brasileira em Reino Unido de Algarves, são instituídas medidas favoráveis à colonização e imigração. Resultaram em transformações na economia, na indústria, na cultura e na sociedade brasileira. Esse espírito procede do Tratado assinado por Dom João VI em 1808, em que a imigração se constitui num ato civilizatório. Abria-se uma política voltada para a colonização e à imigração de estrangeiros, com acesso à propriedade fundiária (NADALIN, 2001).

¹⁰ D. João VI, Rei de Portugal, após sofrer a invasão Napoleônica em 1807, diante da resistência ao Bloqueio Continental da França, em função dos acordos estabelecidos com a Inglaterra, se retira com toda a corte para o Brasil, aportando em Salvador em 22/01/1808 e depois se instala na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Bráz (2000), a primeira medida de maior relevância, adotada por Dom João VI, se refere à entrada de estrangeiros no Brasil. Pelo Decreto em Carta Régia, de 28 de janeiro de 1808, concedia a abertura dos portos ao comércio aos estrangeiros; pondo fim ao pacto colonial entre Brasil e Portugal, abrindo livre comércio aos Ingleses; para a vinda de negociantes, artistas e operários profissionais. Pelo Decreto em Carta Régia, de 22 de junho de 1808, o Governo Imperial autorizava a mesa do desembargo do Paço Imperial a confirmar todas as sesmarias para serem concedidas na Corte e aos governadores nas suas Províncias do Brasil. Sua preocupação com as extensas áreas de terras desabitadas e improdutivas fez adotar medidas para aumentar a população, o número de lavouras e serviços das províncias no Brasil. Estas medidas foram instituídas pelo Decreto de 25 de novembro de 1808, autorizando a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil (BRÁZ, 2000).

As Legislações instituídas entre 1808 e 1822 fundamentavam juridicamente a organização das terras, para revalidar as concessões em sesmaria¹¹ e legitimar a posse de terras, cuja prática era desordenada até o final do período colonial (SEYFERTH, 2002). A concessão de sesmarias nas Capitânicas (estados) do Brasil estava prevista na Carta Régia de 13 de março de 1797, implementada pelo Alvará de 25 de janeiro de 1809, que recomendava a doação de terras aos que necessitarem. A Carta Régia de 17 de Janeiro de 1814 permitia a formação de pequenas propriedades agrícolas de imigrantes europeus, para a produção de culturas mais convenientes. Aos colonos se deveria conceder a porção do terreno devoluto, proporcionado às forças de cada um dos novos povoadores; fazendo-se esta demarcação oficial das sesmarias, sem despesa alguma aos colonos (BRASIL, 1814)¹².

Pelo Decreto de 16 de maio de 1818 instituída-se a primeira Colônia de estrangeiros não portugueses no Brasil. Estabelecia-se uma Colônia de cem famílias de origem suíça em Nova Friburgo, aos quais se concedia inúmeros favores, como a terra, infraestrutura, animais para o trabalho e alimentação (cavalos, porcos e gado), com administração da Colônia. “Os imigrantes europeus recebiam o transporte, terra, casa provisória, instrumentos de trabalho, sementes, recursos em dinheiro e outras vantagens” (LAZZARI, 1980, p. 32; MANFROI, 1975, p. 22).

¹¹ Segundo Riter (1980), as concessões de sesmarias eram feitas pelo governo. Os sesmeiros tinham a obrigação de cumprir obrigações e comprometer-se a cultivar a terra. O descumprimento dos acordos por muitos sesmeiros abriu precedente e possibilitou o surgimento do posseiro, que passou a ocupar e a cultivar as terras improdutivas. Representavam grandes unidades produtoras, trabalhadas por escravos. Durante o período de (1822 até 1850), a posse de terra era a única forma de aquisição, domínio e apropriação territorial sobre as terras no território brasileiro.

¹² BRASIL, 1814. Carta Régia de 17 de Janeiro de 1814. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1814, Página 1 Vol. 1 (Publicação Original).

Com base nessas legislações são criadas mais colônias nas províncias do Brasil meridional. “Em [...] 1818 criam-se colônias de germânicos [...] nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo (1818) e Bahia (1818)” (SCHNEIDER, 1980, p. 79). Essa política de colonização se manteve por um período limitado, sendo suspensa a concessão de sesmarias, pela Resolução de 17 de julho de 1822, por D. Pedro I. A partir disso as terras assumem outra concepção e o posseiro passa a ter uma importância social no desenvolvimento da agricultura (CAVALCANTE, 2005).

Após a Independência do Brasil (1822), a colonização incorporou as ações da política imperial de acordo com Constituição de 1824, delegava-se às províncias a sua administração, mantendo o seu controle até final do Império. As colônias de pequena propriedade continuaram sua estruturação em um processo lento, originaram-se as colônias na Região Sul do Brasil. O governo estimulava a implantação de colônias de imigrantes nas províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por ser alvo de avanços das fronteiras de países vizinhos na região sul, diante das vastas terras despovoadas.

De acordo com Bráz (2002, p. 91):

Em 1824 foi instituída a primeira colônia de Alemães em São Leopoldo, Rio Grande do Sul e de Italianos no Paraná; em 1829, são formadas colônias por germânicos em Santa Catarina; no Paraná surgem as colônias alemãs em Rio Negro, (1929) Colônia Thereza de Franceses próximo ao rio Ivaí pelo Doutor João Maurício Faivre (1847); a Colônia de Santa Leopoldina em Castro no Paraná (1855); a colônia Superagüi de alemães e suíços foi instituída em 1852 pelo suíço Carlos Peretti Gentil, isenta dos subsídios administradas pelo governo imperial, atual cidade de Serro Azul.

Com a instituição das colônias nestas províncias, surgem novas formas de povoamento e de trabalho nas fazendas, rompia-se o sistema do latifúndio e introduziam-se novas técnicas agrícolas para o trabalho em pequena propriedade. As colônias se desenvolviam ao lado dos grandes latifúndios de monoculturas que abasteciam o mercado externo. Nesta perspectiva a pequena propriedade viria ocupar os vazios demográficos, criar um sistema agrícola de policulturas, abastecer o mercado consumidor e criar uma classe intermediária entre senhores e escravos, constituída pelos colonos, agricultores europeus, que com novas técnicas de trabalho viriam suprir as necessidades do mercado consumidor (PETRONE, 1982; MANFROI, 1975; LAZZARI, 1980).

A economia brasileira se desenvolvia num sistema agrário arcaico com base no antigo sistema agrícola colonial até a década de 1830, de produção do café, açúcar e mate, cuja base de trabalho se sustentava no trabalho escravo. “As tentativas de colonização ocorridas por imigrantes europeus em sua maioria fracassaram, pela falta de apoio do

governo, de estrutura das colônias e dificuldades para a produção agrícola” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969 p. 164).

A política imigratória adotada pelo governo Imperial na implantação de núcleos coloniais gerou várias reações das elites latifundiárias, que se mostravam contrárias ao financiamento oneroso da colonização. “Estimular os colonos para fazê-los proprietários a custas de grandes despesas, é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro de nossas finanças” (PETRONE, 1982, p. 22).

As tensões políticas provocadas no país em função dos acordos com a Inglaterra, pela Independência do Brasil e a rejeição do povo pelas formas de administração do Governo desencadearam vários conflitos no Primeiro Reinado. Bráz (2000, p. 98) observa que:

A tensão política que encaminhou a renúncia do Imperador Dom Pedro I, e o período regencial, provocou uma diminuição na implantação de colônias pelo corte das verbas a serem aplicadas no projeto da imigração. Em decorrência disso e, entre o ano de 1829 e 1835 o fluxo de imigrantes enfraqueceu e não foi registrada nenhuma entrada de estrangeiros no país. Nos anos seguintes até 1846. [...] a entrada registrou-se em menor número [...] em grande parte, a diminuição de imigrantes resultava dos diversos fracassos oficiais [...].

A falta de financiamento para implantação de núcleos coloniais provocou um retrocesso, assim como as colônias fundadas durante o Primeiro Reinado (1822-1831) fracassaram pela falta de subsídios do governo para a colonização. Embora a preocupação com as terras fosse uma constante entre o governo brasileiro e as elites agrárias, no início do Segundo Reinado, o Imperador Dom Pedro II organiza o Parlamento e propõe mudanças para Constituição, pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. Este “Ato instituiu a Lei de Reforma Constitucional promulgada pela Regência delegando às Assembleias Legislativas Provinciais, competências para a fundação de novas colônias de língua estrangeira (art.11)” (NADALIN, 2001, p. 67). São adotadas novas medidas de descentralização do Governo Central do Império (1836) e a partir disso os governos das províncias (estados) assumem a promoção da imigração e instituição das colônias (NADALIN, 2001).

O projeto colonizador idealizado pelo Governo Imperial de Dom Pedro II se estrutura a partir do levantamento feito pela Câmara Imperial, em 1838, sobre as terras devolutas. As propostas para legitimar as terras sugeridas por José Bonifácio de Andrada e Silva e pelo Padre Diogo Antônio Feijó, à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado em 1842, vem favorecer as políticas de terras e colonização no Brasil (CAVALCANTE, 2005).

Com a promulgação da Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848 (art.16º), garantia-se a concessão de terras devolutas a cada província que desejasse promover um projeto de colonização. Com essa legislação, o Poder Público reativou a corrente migratória que definia a doação, a cada província, de 36 léguas em quadra de terras devolutas, a fim de promoverem a imigração e a colonização (art. 16º). A partir dessa lei, são criadas as colônias oficiais, imperiais e provinciais (NADALIN, 2001).

As Colônias Oficiais Imperiais eram criadas pelo governo Imperial. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. As Colônias Mistas se formavam com o apoio do Governo, que financiava o transporte e as instalações do imigrante, que, ao final do contrato, acumulava recursos financeiros para adquirir o lote de terra (FURTADO, 1976). E as Colônias em Parceria tinham como regimes de trabalho a parceria no trabalho nas fazendas de café ou, ainda, como “meeiro”, com a participação nos resultados da atividade agrícola e a garantia de uma remuneração. A esperança do rompimento da servidão, “servo da gleba”¹³ e livrar-se das dívidas compulsórias de viagem, de sobrevivência de primeira necessidade no armazém do fazendeiro, resultavam no empobrecimento, revoltas, desistências e repatriações (PETRONE, 1982). Esse sistema de colônias provocou revolta dos imigrantes colonos de Ibicaba, em 1856, pelos contratos desfavoráveis à emigração para o Brasil, suspendendo-se convênios de imigração oficial da Prússia para São Paulo e para outras Províncias (Estados) (DIÉGUES JR. 1964).

A formação das colônias nessa primeira metade do século XIX foi mais uma tentativa frustrada para solucionar o problema de colonização, do desenvolvimento econômico e a solução da mão de obra para as grandes lavouras. O Brasil dependia da exportação da produção agrícola, de um produto primário constituído pelo café, em uma economia brasileira sustentada pelo sistema agrário de latifúndios, com base na exploração escrava. Era uma atividade altamente lucrativa e legal que designava impostos, tanto para a Coroa Portuguesa como para a Igreja Católica. Independente das várias restrições e leis instituídas proibindo o tráfico internacional de escravos para esse território, somente com a pressão militar e a política exercida pela Grã-Bretanha ocorreu a abolição definitiva do tráfico

¹³ Rosita Milesi (2002 apud ZAMBERLAM, 2004) identifica posturas legais e concepções de aplicadores da lei brasileira, reforçadas, hoje, pela grande mídia, criando figuras estereotipadas do imigrante, “servo de gleba” (década de 1840); “anarquista” (primeiras décadas do século XX); “comunista” / “fascista” (durante o Estado Novo e no pós II Guerra Mundial); “subversivo” (na ditadura militar de 1964-1985); “terrorista” (após o atentado às torres de Nova York, em 11 de novembro de 2002).

negreiro no território brasileiro, pela Lei nº 591, de 04 de setembro de 1850, por meio da ação do Ministro Eusébio de Queiroz (FURTADO, 1976).

Ao ser extinta a imigração de africanos, a questão da mão de obra se agrava no Brasil. A ocorrência desses fatos exigia mudanças estruturais no contexto brasileiro (FURTADO, 1976). “O debate sobre o que seria melhor, trazer imigrantes para fornecerem seus braços para a grande lavoura ou fazê-los pequenos proprietários a fim de obedecer aos desígnios de promover o povoamento, avoluma-se em meados do século” (PETRONE, 1982, p. 22). Os latifundiários, proprietários de terras pressionados pela conjuntura internacional e pelo Governo Imperial, procuravam propostas de povoamento para o Brasil. Idealizavam uma forma de imigração que fosse estimulada e oriunda da Europa. Nessa questão destaca-se a liderança do Marquês de Barbacena, que frequentemente visitava Estados europeus em busca de mão de obra europeia “faz aliciamentos e engajamentos” de trabalhadores para as lavouras no Brasil (PETRONE, 1982).

3.4 POLÍTICAS DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E A IMIGRAÇÃO

As políticas de terras se integravam aos ideais do Brasil de se modernizar e se fortalecer em meio às crises e transformações políticas, econômicas e sociais que alteravam as estruturas do país. Favoreciam a imigração estrangeira, tornando a mão de obra livre, acessível para atender as necessidades dos latifundiários para a lavoura cafeeira e para a agricultura nacional. Esses acontecimentos formalizavam o projeto colonizador e os movimentos migratórios ao Brasil.

No dia 18 de setembro de 1850, D. Pedro II, ao sancionar a Lei 601, Lei de Terras, estabeleceu a legislação para a questão fundiária, instituindo as políticas de terras para o território brasileiro. Esta lei (BRASIL, 1850):

Estabelecia a compra como única forma de acesso à terra, abolindo o regime de Sesmarias. As terras ainda não ocupadas passavam a ser propriedade do Estado e só podiam ser adquiridas mediante compra, e não mais através de posse; as terras já ocupadas podiam ser regularizadas como propriedade privada. [...] Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgarem necessárias para a colonização dos indígenas; para a fundação de povoações; abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos, e para a construção naval. [...] Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem à sua custa exercer qualquer indústria no país, serão naturalizados querendo, depois de dois anos de residência.

A referida lei legalizava a propriedade das terras no território brasileiro, que só podia ser através da compra, cessando-se o processo de distribuição de terras. Mesmo as terras não ocupadas se constituíam como propriedade do Estado. Porém, as terras já ocupadas podiam ser regularizadas como propriedade privada. O Governo deveria reservar as terras devolutas, julgadas necessárias para a colonização, para a fundação de povoações e abertura de estradas (Art. 12). Sua regulamentação foi efetivada em 1854 com uma série de procedimentos sobre a imigração. O Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854, regulamentava a Lei 601 de terras e uma série de procedimentos sobre a imigração: criava a Repartição de Terras Públicas, instituindo a comissão técnica da colonização; proibia a doação de terras públicas aos imigrantes; regulamentava a naturalização e o serviço militar. Afirmava que a regulamentação da mesma, em 1854, possibilitou o acesso à propriedade de terras devolutas aos estrangeiros aqui radicados, regulamentou a colonização por empresas particulares e a ação individualizada dos governos provinciais nos assuntos de imigração (BRASIL, 1854).

A partir dessa regulamentação, entre os procedimentos, foi instituída a comissão técnica da colonização. Também se proibia doação de terras públicas aos imigrantes, assim como as terras devolutas poderiam ser concedidas aos estrangeiros aqui radicados por meio da compra. Autorizava a colonização por empresas particulares e a ação individualizada dos governos provinciais nos assuntos de imigração. Com a regulamentação da Lei de Terras (1850), criava-se a Repartição Geral das Terras Públicas a qual passava a ser subordinada ao Ministro e à Secretaria dos Negócios do Império (MOTTA, 1998). A regulamentação estabelecia um prazo fixado, em que todos os colonos deveriam registrar suas terras na paróquia próxima, onde se localizavam suas terras, utilizando-se dos registros paroquiais de terra. Ela determinava o registro das terras no território brasileiro e encarregava o vigário de cada paróquia de receber os requerimentos e registrá-los nos livros de registros. Esses livros eram abertos, numerados, rubricados e encerrados pelos párocos, e, posteriormente, remetidos ao Diretor Geral das Terras Públicas (BRASIL, 1854).

No âmbito da imigração, a igreja católica, como paróquia, desempenhou um papel fundamental entre o Estado e os imigrantes e se constituía como um órgão articulador na administração das políticas de terras junto ao Governo Imperial e das Províncias. Tinha como responsabilidade os registros e a administração dos documentos referentes às terras dos colonos, situadas nas diferentes localidades do país para, depois, repassá-los ao Presidente da Província. Além disso, a ela cabia o registro dos proprietários das terras, dos classificados para a votação depois de serem analisados pela junta paroquial, dos batizados, e, depois de

1871, da relação dos “ingênuos”, filhos livres de mães escravas¹⁴. Esse órgão foi extinto em 1861, sendo que mais tarde foi criado outro órgão do governo imperial, subordinado a uma Repartição Especial das Terras Públicas, sob a responsabilidade do Presidente das Províncias. “Suas principais atribuições eram medir, dividir, descrever, distribuir e fiscalizar as vendas de terras públicas, além de promover a colonização nacional e estrangeira. Em cada província havia um órgão especial para as questões das terras devolutas” (MOTTA, 1998, p. 161).

Em 1867, o Governo Imperial pelo Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867, instituiu a formação de Núcleos Coloniais, em regime de pequena propriedade. O Decreto concedia aos colonos, entre outros favores: o contrato de venda das terras para cinco prestações, a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento (art. 6º); lotes para os filhos maiores de 18 anos que quisessem se estabelecer separadamente dos pais (art. 7º); edifício especial para abrigar os colonos recém-chegados; e um auxílio gratuito de 20\$000 réis para seu estabelecimento (art.30.) (BRASIL, 1867).

Com base nas políticas de terra (1850), a partir de 1870 o sistema de colonização se organizava de forma oficial. Diversos decretos foram promulgados depois de 1850, aprovando contratos celebrados entre o governo e particulares para venda e colonização de terras devolutas, celebrados com as Sociedades Colonizadoras para fundação de colônias agrícolas. No sentido de efetivar a colonização, em 1876, pelo Decreto nº. 6.129, de 23 de fevereiro de 1876, instituiu-se a Inspeção Geral de Terras e Colonização, subordinada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um órgão responsável¹⁵ pela administração das terras e imigração na capital federal, e com delegacias, agências de colonização, comissões técnicas e hospedarias em diferentes estados.

3.4.1 Colonização Europeia e a Formação de Núcleos Coloniais 1870 - 1920

Desde o início do século XIX, as colônias se desenvolviam ao lado dos grandes latifúndios de monoculturas que abasteciam o mercado externo. Segundo Petrone (1972, p. 38), “a imigração e colonização tinham, entretanto mais outros objetivos. [...] “o

¹⁴ Ofício ao Presidente da Província Laménha Lins. (APP. 0492 fl 05/1876). Arquivo Público do Paraná, (Doc. manuscrito).

¹⁵ Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1891 e em 1910, Secretaria do Interior e Secretaria das Finanças; Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas (1910).

aprimoramento da raça” e o “branqueamento da raça” estavam presentes entre os objetivos dos ideólogos que se empenharam em favor da imigração e da pequena propriedade”.

A princípio, o Governo tratou de organizar as terras instituindo as políticas de terra. Instituiu os Núcleos Coloniais em regime de pequena propriedade. Para despertar as formas de colonização entre os benefícios concedia aos colonos imigrantes o contrato de venda das terras, casa, instrumentos de trabalho e recursos para manutenção. A criação dessas medidas despertava o interesse das empresas colonizadoras para exploração dos empreendimentos lucrativos, em concorrência com o Estado, na constituição de núcleos coloniais (NADALIN, 2001). Diversos decretos foram promulgados, aprovando-se contratos celebrados entre o governo e particulares para venda e colonização de terras devolutas. Esses contratos foram celebrados com as Sociedades Colonizadoras para fundação de colônias agrícolas, para desenvolver a imigração oficial constituída por acordos e convênios com os governos dos países da Europa.

Enquanto o governo brasileiro vislumbrava o desenvolvimento econômico, demográfico e social, por meio da colonização dos estados meridionais do Sul do País, os países europeus viviam os resultados da industrialização. As grandes nações da Europa, como a França, Inglaterra e Alemanha, viviam o apogeu do desenvolvimento dos meios produtivos e industriais. Nesses países com a diminuição do desenvolvimento econômico, a baixa produtividade agrícola, as indústrias manufatureiras e têxteis, com seu alto grau de desenvolvimento, nesse período desorganizavam-se. Ocorria a depressão nas províncias, a pressão sobre as terras com excedentes da população agrícola, surgem a intranquilidade, os conflitos sociais e políticos (FURTADO, 1976). Em função destes acontecimentos, há deslocamento de grandes contingentes humanos da Europa, de países como Itália, Polônia, Prússia, Alemanha, onde a maioria, ao emigrar, optava pelos Estados Unidos da América do Norte e América do Sul (ZEUS, 1970).

A primeira fase de colonização se desenvolveu na década de 1870 a 1880, quando imigrantes europeus, atraídos pelas políticas de colonização e imigração do governo brasileiro, se inserem nos núcleos coloniais nas regiões do Brasil e no trabalho nas fazendas de café em São Paulo. Segundo Furtado (1976 p. 127) “o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos emigrantes que deveriam servir a lavoura cafeeira”. Em termos de nacionalidade, os imigrantes italianos integram os primeiros movimentos migratórios do continente europeu e se deslocam para as grandes fazendas de São Paulo e, mais tarde se instalam no Paraná e no Rio Grande do Sul. Em 1869, os imigrantes de nacionalidade alemã se dirigiam à Santa Catarina, na região de Blumenau. E os de

nacionalidade polonesa, a partir de 1871, dirigiam-se ao Paraná, instalando-se nos arredores de Curitiba. Esses contingentes populacionais originaram inúmeras colônias nas províncias do Brasil Meridional (BRÁZ, 2002).

A imigração oficial, de interesse das autoridades brasileiras, tinha por objetivo a colonização pelos núcleos coloniais, sobretudo da parte meridional do País, com mudanças na produção e a inserção da mão de obra barata para a produção agrícola. “O emigrante europeu, instalado em pequena propriedade, deveria constituir-se no agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira” (PETRONE, 1972, p. 18).

Os ideais de colonização almejados pelo governo previam o desenvolvimento econômico para atender as expectativas do capitalismo no Brasil. Os agricultores europeus representavam o imigrante ideal para o desenvolvimento e progresso do país, embora não houvesse restrições para inserção de imigrantes em regiões urbanas. Esse imigrante apresentava experiências agrícolas, lidava com a criação de gado, com técnicas artesanais novas e hábitos de vida diferentes das populações existentes. “Esperava-se que o imigrante contribuísse para tirar o país da situação de atraso, do sistema colonial” (PETRONE, 1982, p. 18). O constante descontentamento, ocasionado pelas formas de trabalho e dos contratos desfavoráveis à emigração para o Brasil, fez suspender vários convênios de imigração oficial ainda na década de 1870. Essas medidas estenderam-se a todo território brasileiro. A Inglaterra, em 1875, e a França, em 1876, adotaram medidas restritivas da imigração para o Brasil (DIÉGUES Jr., 1964). Nesse período, entre 1871 e 1889, registra-se a promulgação de diversos atos legislativos, facilidades e favores especiais foram concedidos aos imigrantes, para estimular a vinda ao Brasil. Sobre essa forma de colonização, Maria Theresa Petrone (1982, p. 23) destaca que “numa sociedade de mentalidade escravista não era fácil introduzir o trabalhador livre que não tinha emigrado para se sujeitar a certas condições de vida e de trabalho que o fazendeiro queria lhe impor”.

Segundo Wachowicz (1970), no final da década de 1880, no Brasil, os movimentos abolicionistas se propagavam e os ideais de colonização previstos pelo governo para o desenvolvimento econômico não atingiam as expectativas, pela deficiência de mão de obra para a produção agrícola e para as grandes fazendas de café de São Paulo. Paralelamente a esse lento processo da abolição da escravatura, entre outras questões, o governo imperial procurou incentivar a vinda de imigrantes europeus. Segundo Manfroi (1975, p. 44), “entre 1867 a 1887, a média anual da entrada de imigrantes foi de 30.000, e de 1888 a 1900 essa média situou-se em torno de 100.000”.

Embora houvesse numerosos núcleos coloniais organizados por imigrantes em diversas províncias imperiais, em colônias e em trabalho nas fazendas, sua afluência até a década de 1880 era considerada lenta. Diante disso, o governo brasileiro adotou uma nova política imigratória e foi organizada a segunda fase de colonização no Brasil, tendo por objetivos:

1º Criar núcleos coloniais, principalmente nos estados meridionais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) a fim de organizar sólidos núcleos de produção agrária de subsistência. 2º Obter numerosa mão de obra para as fazendas de café, notadamente para os de São Paulo (WACHOWICZ, 1970, p. 30).

A nova política previa criar centenas de núcleos de novas colônias espalhadas pelo Brasil, com objetivo de ampliar o desenvolvimento demográfico e econômico. Em seu plano, pela primeira vez, o governo brasileiro investe na chamada grande imigração, que compreende o período referente ao final do século XIX até a Primeira Grande Guerra Mundial (1914 a 1918). Tal situação levou o governo do Rio de Janeiro a adotar uma política mais intensiva para o recrutamento de mão de obra imigratória na Europa. Foram assinados contratos com várias companhias de navegação oceânica, para financiar o pagamento “per capita” de imigrantes que viessem a radicar-se no Brasil. O desembarque dos imigrantes acontecia na Ilha das Flores, na Baía de Guanabara, local onde funcionava a recepção dos escravos vindos da África (WACHOWICZ, 1970).

Abriram-se agências, escritórios de recrutamento em vários países europeus: Portugal, Itália, Áustria, Alemanha, Polônia, com intensa ação de propagandistas e agentes que divulgavam as vantagens viabilizadas pelas políticas de colonização do governo brasileiro. Essa iniciativa desencadeou o que foi denominado de “Febre Brasileira”. Imigravam trabalhadores rurais, proprietários de terras, trabalhadores urbanos; todos viam as perspectivas para imigrar e conseguir terra e trabalho. Quanto ao custo para imigrar, era necessário apenas pagar passagem até o porto de embarque no país de domínio na Polônia. Depois do embarque no navio, todas as despesas eram subsidiadas pelo governo brasileiro. Dezenas de milhares de camponeses italianos e poloneses desembarcaram em pequeno espaço de tempo no Rio de Janeiro. O governo brasileiro sentiu sérias dificuldades para alojar os imigrantes nas respectivas colônias, a serem destinados para as províncias do Sul do Brasil (WACHOWICZ, 1970).

O plano do governo brasileiro para fixar imigrantes nos núcleos coloniais começou a apresentar problemas logo de início. Segundo Wachowicz (1970, p. 42), “as autoridades

brasileiras ao iniciarem essa política de recrutamento de imigrantes, através de convênios com as companhias de navegação, [...] esperavam que a vinda de imigrantes fosse lenta”. E que haveria números baixos dos movimentos migratórios. Na ocasião, a hospedaria do imigrante na Ilha das Flores, situada na Baía de Guanabara, tinha capacidade para absorver 2 mil pessoas e se alojavam até 5 mil pessoas. Os terrenos nos núcleos coloniais das Províncias não se encontravam demarcados. Constatava-se a falta de material para construção de casas nos lotes de terra e de mantimentos, alimentação e água suficiente. Os imigrantes ficavam em acomodações precárias, o que levou ao surto endêmico de febre amarela e tifo em muitos imigrantes. Essa situação crítica levou a Embaixada da Áustria e da Inglaterra a intervir junto ao governo brasileiro para resolver o problema da imigração (WACHOWICZ, 1970).

Nesse contexto foram adotadas várias medidas interventivas. Envio de imigrantes para o Paraná, demissão de funcionários da hospedaria da Ilha das Flores, houve reformas sanitárias e construção de um hospital para atender os imigrantes (WACHOWICZ, 1970). Essa fase negra da imigração e colonização das províncias do Brasil levou ao governo brasileiro adotar medidas e readequações das políticas de colonização e imigração (WACHOWICZ, 1970). “Essas restrições, também são adotadas por outros países como Itália, Áustria, que, em 1895 o Governo italiano proibiu a imigração para o Espírito Santo, e em 1902 para São Paulo” (DIÉGUES JR., 1964, p. 46-47).

O grande contingente migratório ao Brasil vem conciliar com a abolição do trabalho escravo no território brasileiro. A partir de 1890, há readequações das legislações e surgem as primeiras restrições para a imigração, principalmente a entrada de “indígenas da Ásia ou da África”. Haja vista que a Lei Áurea (1888) previa a proibição da entrada de africanos, incluindo os asiáticos ao Brasil, por não serem propícios ao desenvolvimento econômico e social do Brasil (PETRONE, 1982).

Com Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, de acordo com o Art.64 da Constituição Federal de 1891, as terras devolutas passaram à propriedade e domínio dos Estados da Federação. Com isso, a colonização e a imigração passaram à competência dos governos estaduais, regidos pela Constituição (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891).

Segundo Prudente (1979) e Malczewski (2000), depois da promulgação do Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, o Governo Provisório¹⁶ regularizou o Serviço de Imigração na República dos Estados Unidos do Brasil. Assim, o governo deu continuidade à política

¹⁶ Marechal Deodoro da Fonseca, feito primeiro Presidente da República brasileira após o golpe militar de 15 de novembro de 1889 que pôs fim ao Império; citado em *Preconceito Racial e Igualdade Jurídica no Brasil - A Cidadania Negra em Questão*, de Eunice Aparecida de Jesus Prudente. São Paulo: Julex, 1979.

imigratória imperial, na medida em que concedia auxílios e recursos públicos para introdução de imigrantes no país. Proporcionava subsídios aos trabalhadores, estimulava o interesse ao trabalho, à prosperidade e ao progresso da Nação. Dava abertura livre à entrada, nos portos da República, de indivíduos válidos e aptos para o trabalho e que fossem isentos da ação criminal de seu país, excetuados os indígenas da Ásia ou da África, cuja autorização seria cedida pelo Congresso Nacional mediante as condições estipuladas (Art.1). Diante das demandas de imigrantes europeus vindos ao Brasil, em 1891 o Governo Provisório, pelo Decreto nº. 68, de 21 de março, regulamentava as disposições dos § 1º e 2º e ampliava a regularização do serviço para introdução e localização de imigrantes no Brasil (PRUDENTE, 1979; MALCZEWSKI, 2000).

3.4.2 A colonização e políticas imigratórias no século XX

Independente das legislações instituídas para colonização e imigração, os fluxos migratórios se intensificavam a cada ano. Ainda no período do Império, assim como no período da República, as migrações se constituíam num caminho aberto a todos sem restrição de quantidade ou raça. Incluíam-se pessoas de toda natureza, desde agricultores de áreas rurais, das áreas urbanas, os desvalidos de toda espécie, doentes e velhos (PRUDENTE 1979). Com essa abertura irrestrita dos movimentos migratórios ao Brasil e em função dos grandes contingentes populacionais, as legislações passaram por diversas readequações, a começar no final do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX.

No início do século XX são promulgadas várias Leis e Decretos, visando à promoção da imigração e colonização no Brasil. Em 1907, o Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907, no Art. 1 ressalta que “o serviço de povoamento do solo nacional será promovido pela União, mediante acordo com os Governos dos Estados, empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações outras, e particulares, observadas as garantias necessárias à sua regularidade” (BRASIL, 1907). Neste decreto, há restrições e retrocessos em relação às políticas de imigração, com características de eugenia estipuladas pelas legislações, conforme o Art. 2:

Serão acolhidos como imigrantes os estrangeiros menores de 60 anos, que, não sofrendo de doenças contagiosas, não exercendo profissão ilícita, nem sendo reconhecidos como criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes, ou

inválidos, chegarem aos portos nacionais com de terceira classe, á custa da União, dos Estados ou de terceiros; e os que, em igualdade de condições, tendo pago as suas passagens, quiserem gozar dos favores concedidos aos recém-chegados; Os maiores de 60 anos e os inaptos para o trabalho só serão admitidos quando acompanhados de suas famílias, ou quando vierem para a companhia destas, contanto que haja, na mesma família, pelo menos, um individuo valido para outro invalido, ou para um até dois, maiores de 60 anos (BRASIL, 1907).

Já o Art. 3 traz que (BRASIL, 1907):

Aos imigrantes que se estabelecerem em qualquer ponto do país, e se dedicarem a qualquer ramo de agricultura, indústria, comércio, arte ou ocupação útil, são garantidos o exercício pleno da sua atividade; inteira liberdade de trabalho, desde que não haja ofensa á segurança, á saúde e aos costumes públicos; liberdade de crenças e de culto; e, finalmente, o gozo de todos os direitos civis, atribuídos aos nacionais pela Constituição e leis em vigor.

No mesmo decreto, estabelecem-se outros pontos importantes (BRASIL, 1907)¹⁷:

(Art. 4) Por esse Decreto, a União poderá realizar a introdução e localização de imigrantes, que, necessitem de patrocínio dos Estados para a sua instalação como proprietários, porém que se destinem a trabalhar em núcleos coloniais. [...] O Estado fornecerá aos imigrantes os títulos provisórios e definitivos de propriedade dos lotes (Art. 9) Uma vez instalados em núcleos colônias, o Estado fornecerá gratuitamente aos imigrantes ferramentas e sementes, como auxílio ao primeiro estabelecimento. (Art.21) Cada lote de terra receberá a construção de uma casa, para residência do imigrante e sua família. Será preparado o terreno para as primeiras culturas a serem realizadas pelo imigrante adquirente. § 1º Para atender a imigrantes que prefiram construir as casas por sua conta e a seu gosto, poder-se-ão conservar lotes sem casa. Os Estados, que fundarem núcleos coloniais sob sua administração direta, a União poderá conceder auxílios Destaca no (Art. 35) aos imigrantes recém-chegados ao núcleo serão fornecidos, a título gratuito, sementes e ferramentas de trabalho, como sejam enxadas, pás, alviões, machados e foices. (Art.51) Com esta mesma Lei foi criada a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento em 16 de maio de 1907, com a função de encaminhar e inspecionar os trabalhos concernentes aos serviços de imigração e colonização, promovidos e auxiliados pelo Governo Federal (BRASIL, 1907).

As mudanças instituídas no processo migratório se apresentam com alterações e restrições, vindo favorecer a entrada do emigrante agricultor. Especificava-se sobre o serviço de povoamento do solo nacional promovido pela União em acordo com Estados, empresas e companhias. Regulamentava-se o Serviço de Povoamento do Solo, sua administração e a emancipação dos núcleos coloniais, fundados pelos Estados e pela União.

Independentemente dos fatores que estimulavam os fluxos migratórios, o Estado intervia mediante os processos de administração dos serviços em todo período, fazendo o controle da entrada dos estrangeiros ao Brasil. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o

¹⁷ BRASIL. Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907. Diário Oficial da União - Seção 1 - 04/05/1907, Página 3086 (Publicação Original).

sistema de imigração e colonização sofreu novas formulações. Em 1911 são instituídas medidas para a entrada de imigrantes ao Brasil e no processo de colonização. Pelo Decreto nº 9.081, de 3 de novembro de 1911, regulamentava-se os serviços de imigração e povoamento, sua organização e administração¹⁸ (BRASIL, 1911). Esse decreto expressa de forma condensada as medidas necessárias promovidas pela União em acordo com os Governos estaduais, empresas de navegação, companhias ou associações particulares. Estabelece as diretrizes da imigração desde a origem até a chegada, com a responsabilidade dos órgãos do governo para instalar os imigrantes em núcleos coloniais.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), ocorrem várias mudanças quanto ao processo de imigração. Inúmeros países estabelecem restrições ideológicas e políticas, limitando a imigração. Houve retrocessos em relação aos direitos do imigrante, impedindo a livre circulação aos imigrantes estrangeiros ao Brasil (DEMBICZ; SMOLANA, 1993). A Polônia era um dos países que tinha grande potencial para remessa de imigrantes. Segundo Boschilia (2004), com a reconquista da Independência da Polônia em 1918, a imigração continuou adquirindo uma forma organizada e dirigida pelas instituições do Estado polonês. Nesse tempo ocorreu a diminuição de entrada de imigrantes da Polônia e de outros países do continente europeu, que reapareceu após a Segunda Guerra Mundial.

Após o período de Guerra, o governo sentiu a necessidade de novas adequações para a efetivação de assentamentos de imigrantes conduzidos pelo Estado ou pelas companhias de colonização. Em 16 de outubro de 1918, pelo Decreto nº 3.550/1918, instituiu-se a Diretoria do Serviço de Povoamento, como Departamento Nacional do Trabalho. Além dos serviços administrativos, suas funções eram preparar e dar execução regulamentar às medidas referentes ao trabalho em geral; dirigir e proteger as correntes emigratórias que procurarem o país e amparar as que se formarem dentro do mesmo; superintender a colonização nacional e estrangeira; regulamentar e inspecionar o Patronato Agrícola (Art.1º) (BRASIL, 1918). Entre as adequações instituídas nesse período, foram suprimidas a Intendência de Imigração no Porto do Rio de Janeiro e a Diretoria da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e incorporadas como atribuições da própria Diretoria do Serviço de Povoamento (BRASIL, 1918).

Depois de 1920, no governo de Epitácio Pessoa, foram adotadas medidas que restringiam a livre entrada de imigrantes europeus. Havia preferência para entrada de imigrantes agricultores ao Brasil, entre eles os que apresentassem potencial para o sistema de

¹⁸ Brasil. Decreto nº 9.081, de 3 de novembro de 1911. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/12/1911, Página 1641.

colonização e para o trabalho agrícola. A legislação possibilitava maior atuação de empresas colonizadoras que recebiam concessões de terras devolutas para o assentamento de colonos estrangeiros e nacionais (SEYFERTH, 2002).

Na década de 1930, a crise econômica contribuiu para a restrição da política imigratória do governo brasileiro. São instituídas novas medidas de imigração e povoamento no período do Estado Novo. Essa restrição resultava também do projeto de nacionalização do Estado Novo, adquirindo maior intensidade em razão da polarização existente entre os inimigos políticos. Em 1931, pelo Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro de 1931, recria-se o Departamento Nacional do Povoamento, pelo órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Teve por função específica atuar em questões ligadas ao povoamento e à entrada de estrangeiros, acompanhar os serviços de imigração e colonização promovidos pela União e por empresas particulares. Fiscalizar a entrada de estrangeiros nos portos e fronteiras, amparar e orientar as migrações internas, organizar a colocação de estrangeiros (Escritório Oficial de Informações e Colocação de Trabalhadores), administrar as terras públicas (AGUIAR, 2013). Foi uma fase marcada por inúmeras restrições para entrada do imigrante ao Brasil (Art. 121, §6º e 7º), da Constituição Federal de 1934¹⁹ (BRASIL, 1934). O governo limitava-se à entrada de imigrantes no território nacional de forma a garantir a integração étnica.

Durante o Governo de Getúlio Vargas, de acordo como o Art.151 da Constituição Brasileira de 1937, as limitações para entrada de estrangeiros se ampliaram. As correntes migratórias de países estrangeiros não poderiam exceder anualmente o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil. Essas restrições dificultavam a imigração nesse período de crises e, em função da Segunda Guerra Mundial, limitava-se, à entrada de determinadas origens e raças. Isso caracterizava o Nacionalismo exacerbado e a xenofobia que serviram de elementos ao debate mascarado pela intenção de “garantir a integração étnica” e a capacidade física e cívica do imigrante (CARNEIRO, 2002). As restrições que ocorreram por questões ideológicas e de eugenia são decorrentes do Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938 (BRASIL, 1938). O Governo Federal restringia a entrada de estrangeiros, conforme o Art. 1º:

Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo: I - aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos; II - indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres; III - que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicômanos; IV - doentes de moléstias infectocontagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública; V - que

¹⁹ BRASIL. Constituição Federal de 1934, de 16 de julho de 1934. Art. 121, § 6.

apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional; VI - menores de 18 anos e maiores de 60, que viajarem sós, salvo as exceções previstas no regulamento; VII - que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e às pessoas que os acompanhem na sua dependência; VIII - de conduta manifestamente nociva à ordem pública, e segurança nacional ou à estrutura das instituições; IX - já anteriormente expulsos do país, salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado; X - condenados em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira; XI - que se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestamente imorais (BRASIL, Lei nº 406, de 4 de maio de 1938).

O Governo Federal reservava-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização (Art. 2º) (BRASIL, 1938). Essa legislação do Estado Novo reflete os pressupostos de eugenia, com restrições para entrada de doentes, aleijados, pessoas de condutas indesejáveis, apontando para os critérios raciais. Caracterizava questões de concentração e assimilação, pois se definia que nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou Colônia, será constituído por estrangeiro de uma só nacionalidade (Art.39). Cada núcleo colonial seria constituído por estrangeiros de nacionalidades variadas. Reservava-se ao Governo Federal o direito de limitar a entrada de “indivíduos de determinadas raças ou origens” (Art. 2º) (BRASIL, 1938).

Às restrições no processo migratório incluíam-se as cotas para entrada de imigrantes no território brasileiro. As cotas especificavam que a entrada do número de estrangeiros de uma nacionalidade, admitidos no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil nesse caráter, no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933 (Art. 14). Com base no Art. 27, os estrangeiros destinados ao território nacional não poderão desembarcar ou transpor as fronteiras senão depois de identificados pelo Departamento de Imigração, segundo as normas que o regulamento desta lei estabelecer (BRASIL, 1938),

As restrições incluíam as cotas no processo das migrações, expressavam a questão do branqueamento da população no processo de “formação nacional” (SEYFERTH, 2002). No período da Segunda Guerra Mundial, em função de questões ideológicas, étnicas e raciais, a entrada de imigrantes deveria se constituir por elementos de origem estrangeira, em núcleos coloniais oficiais, particulares ou os em parceria entre o Estado e Companhias de Colonização. Nessas restrições, a classificação dos imigrantes não desejáveis se expressa na seleção de “europeus brancos” limitando outras etnias e raças, pela crença do branqueamento da população no processo de “formação do povo” brasileiro (CARNEIRO, 2002).

Por meio do Decreto nº 3.691, de 6 de fevereiro de 1939, regulamentava-se o Conselho de Imigração e Colonização, instituído pelo Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, diretamente subordinado ao Presidente da República (Art. 1º). Entre as competências, de acordo com o Art. 3º, competia ao Conselho fixar as cotas, fiscalizar a sua distribuição considerando os dados fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Departamento de Imigração; deliberar sobre os pedidos de Estados, empresas e particulares, relativos à introdução de estrangeiros no território brasileiro (BRASIL, 1939).

Durante a primeira metade do século XX, as políticas de imigração e colonização estiveram em constante processo de adequações e reformulações pelo governo brasileiro. A cada governo, as legislações criadas restringiam mais a entrada de estrangeiros ao território brasileiro. Com isso, o governo procurava não só organizar o sistema de imigração e colonização, mas dar legitimidade às políticas imigratórias para o contexto brasileiro. Na década de 1940, instituíam-se novas formas para o sistema de colonização.

O Decreto-Lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940 (BRASIL, 1940) traz nova organização aos núcleos coloniais. Segundo essa lei, os Núcleos Coloniais seriam uma reunião de lotes medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais (Art. 1º). Sua formação poderia ser promovida: pela União, pelos Estados e Municípios, por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou por particulares (Art. 2º). De acordo com o seu Art. 3º, o Ministério da Agricultura reservava para si o direito de inspecionar os núcleos coloniais fundados pelos Estados, Municípios, empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações e particulares, embora os fundadores gozassem ou não dos auxílios oficiais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as atenções dos países europeus se voltavam para a reconstrução da Europa devastada e para os problemas dos refugiados de guerra. A reabertura da imigração pelo Decreto-Lei 7.967, de 18 de setembro de 1945, vislumbrava uma grande afluência de imigrantes diante da situação de caos e miséria em que se encontrava o continente europeu. O Conselho de Imigração e Colonização, subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, teve a função de orientar a nova modalidade de imigração. Segundo Dembicz e Smolana (1993), houve um grande contingente de ex-prisioneiros e refugiados, sem condições de retornar aos seus países de origem, que emigraram ao Brasil. Foram criadas entidades internacionais e nacionais de apoio aos ex-combatentes da Guerra. No Brasil foi instituída a Legião Brasileira da Assistência – LBA, um órgão assistencial público brasileiro, fundado em 28 de agosto de 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda

Guerra Mundial, com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria. Teve por objetivo prestar assistência aos familiares que tiveram participação na Segunda Guerra Mundial.

Nessa época, o Brasil recebeu centenas de refugiados poloneses, ex-combatentes das Forças Armadas Polonesas no Ocidente e suas famílias. Estabeleceram-se, sobretudo, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A imigração diminuiu consideravelmente e os registros são unicamente de grupos de ex-militares nos anos 1945-1947. Neste período ocorre a emigração por motivos políticos e econômicos (DEMBICZ; SMOLANA, 1993). Entre 1950 e 1960, os movimentos migratórios se expandem e, novamente, adquirem números significativos. Com o novo movimento migratório aparece o imigrante japonês no Brasil. Estes se dirigem para o Estado de São Paulo e para o interior do Paraná (WACHOWICZ, 1985).

As questões relacionadas à colonização e imigração tiveram várias mudanças. As legislações referentes aos processos migratórios, relacionados à colonização, passam a ser subordinadas aos órgãos do Governo Federal em suas áreas específicas. Em 1954 cria-se o Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC, pela Lei nº 2163, de 5 de janeiro de 1954 (BRASIL, 1954), vinculado ao Ministério da Agricultura (MA), o qual assume a responsabilidade em relação à imigração em todos os aspectos. Sofre alterações e, em 1962, juntamente com outros órgãos, é transformado na Superintendência de Política Agrária (SUPRA), entidade de caráter autárquico, pela Lei nº11, de 11 de outubro de 1962 (BRASIL, 1962).

Na década de 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma Autarquia Federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 (BRASIL, 1970), com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Foi implantado em todo o território nacional por meio de Superintendências Regionais, com atuação em todos os Estados do País.

A questão da imigração é definida pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (BRASIL, 1980), que instituía a Lei de Imigração no Brasil e criava o Conselho Nacional de Imigração (CNI). Foi republicada pela determinação do Art. 11, da Lei nº 6.964, de 09 de dezembro 1981 (BRASIL, 1981), lei esta que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e pelo Conselho Nacional de Imigração (CNI), pela Constituição Federal do Brasil (CFB), de 1988, e pela Polícia Federal.

Até a década de 1980, a gestão das políticas migratórias e de colonização de terras estava subordinada ao Ministério da Agricultura. Seu desmembramento ocorreu a partir da

Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em que a questão da terra passava a ser de responsabilidade da União, pelo Ministério Nacional de Reforma Agrária (MNRA).

Os movimentos migratórios nos últimos anos são constantes ao território brasileiro. A mídia e os jornais de grande circulação apontam que no período entre 2012 e 2013 há constantes entradas de imigrantes oriundos de países como a Nigéria, Haiti, Bangladesh (2013) que, de forma clandestina, vêm em busca de melhores oportunidades de trabalho e vida no Brasil. Sua entrada ocorreu pelos países da América Latina, Peru e Venezuela e Rondônia, no Brasil, deslocando-se para o Norte do Paraná. Independente das políticas migratórias instituídas pelo governo brasileiro nestes anos, esses imigrantes, mesmo clandestinamente, procuram o Brasil para se radicar e continuar a sua vida.

3.5 AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO DO PARANÁ

As políticas de desenvolvimento do Paraná estiveram vinculadas ao processo de colonização²⁰ que integravam as estratégias do Governo Imperial e das Províncias (Estados). Fundamentavam-se num projeto agrícola e de colonização aos estados do Brasil, de formação de núcleos coloniais, em regime de pequena propriedade.

Após a instituição da Província do Paraná, em 19 de dezembro de 1853, o Governo de Zacharias de Goés procurou promover a imigração na Província do Paraná. Estabeleceu metas que buscavam favorecer o desenvolvimento da Província. Deu abertura para a imigração no Paraná, que se efetivou por meio da Lei nº 29, de 21 de março de 1855 (PARANÁ, 1855). De acordo com essa Lei, o Estado teria também papel importante a promover a imigração na Província do Paraná. Porém, no final do século XIX, a Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892²¹, determinava o uso das terras devolutas compreendidas dentro dos limites do Estado do Paraná (PARANÁ, 1892).

²⁰ Leo Waibel. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 236. Conceitua colonização, distinguindo os objetivos da iniciativa do governo e os objetivos da iniciativa de particulares. Para o governo, a colonização seria a política de povoamento e de desenvolvimento de áreas desabitadas e, para as companhias particulares, ela seria negócio.

²¹ Lei n.º 68, de 20 de dezembro de 1892, foi instituída pelo Congresso Legislativo do Estado do Paraná no Governo de Joaquim Francisco Gonçalves Junior (1892). Entre os capítulos referendados, no Capítulo I, Art. 1º, as terras devolutas são compreendidas dentro dos limites do Estado do Paraná e a ele exclusivamente pertencentes, só podem ser adquiridas a título de compra ou pela transmissão de seu domínio útil por aforamento.

A colonização das terras nos arredores da cidade de Curitiba tinha por objetivo o desenvolvimento da produção agrícola por meio da implantação de Núcleos Colônias. Essa proposta, pouco difundida no Brasil, baseava-se nos regimes agrícolas de países desenvolvidos da Europa, proporcionava o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura, ideal para os povos emigrantes da Europa. O governo brasileiro, com interesse em atrair trabalhadores europeus, tinha como principal objetivo “[...] solucionar o problema de abastecimento interno, incrementar a agricultura de subsistência [...]”, e a ocupação demográfica das terras próximas do núcleo de Curitiba, surgindo assim os primeiros núcleos de emigrantes de origem europeia, em território paranaense (ANDREAZZA; NADALIN, 1994, p. 91). Esse projeto colonizador buscava desenvolver uma agricultura de subsistência e a ocupação demográfica das terras próximas do Núcleo de Curitiba, capital da Província do Paraná (WACHOWICZ 1976). De acordo com Wachowicz (1976, p. 10):

[...] a produção agrícola da província do Paraná era extremamente limitada, estando bem longe de suficiente e sendo necessária a importação de gêneros alimentícios, [...], baseada na exploração do mate, do comércio do gado bovino, suínos e muar, procedentes do sul do Brasil [...]. A população manifestava certa repugnância pela profissão agrícola.

O plano do governo favorecia a colonização. O trabalho dos imigrantes europeus vinha instituir novas profissões e novas técnicas agrícolas para o suprimento de alimentos agrícolas de subsistência aos núcleos regionais e à capital, constituído por um planejamento denominado como “cinturão verde”. Aspectos esses que viriam contribuir para o desenvolvimento da Capital da Província (WACHOWICZ, 1976). A otimização desse projeto previa resultados positivos em função da proximidade dos centros de comercialização dos produtos agrícolas aos consumidores e menos despesas na construção das estradas para a circulação das mercadorias e acesso aos núcleos coloniais.

Os assuntos com relação à colonização e imigração eram frequentemente destacados nos relatórios da província, enviados à Assembleia Provincial sobre a colonização. O interesse do governo brasileiro pelo imigrante europeu se constituía pela ideia de desenvolvimento do progresso e civilização, com objetivo de construir uma nova representação do trabalho, diferente do sistema escravista. Essas expectativas são evidenciadas com frequência nos discursos governamentais e reforçadas pela necessidade do contato entre o imigrante europeu e os habitantes brasileiros. “Estes se constituiriam como aprendiz do “colono laborioso” e da cultura europeia. Dessa forma poderia desenvolver melhor a sua própria lavoura” (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ, 1865, p. 60).

Com o desmembramento da Província de São Paulo (1853), o governo do Paraná instituiu políticas para a ocupação das terras e sertões existentes nas áreas da nova província, para colonização. Segundo Balhana, Machado e Westphalen (1967, p. 158), o governo tinha o objetivo de “[...] promover e estimular em colaboração com o poder central o estabelecimento de colônias”. A colonização do território paranaense começa a se formar ainda na primeira metade do século XIX, com a criação de colônias de estrangeiros de pequena propriedade, pouco antes da emancipação da Província do Paraná (1853). Estas colônias tinham como função a ocupação do território e o desenvolvimento, porém, nem todas ofereciam condições e estrutura para prosperar. Estas tentativas de colonização, ocorridas pelos imigrantes europeus no Paraná, em sua maioria fracassaram diante da carência estrutural para o desenvolvimento das colônias e produção agrícola. De acordo com Boschilia (2004, p. 67):

No final do século XIX, quando o processo de industrialização teve início, outros grupos de imigrantes, de composição bastante heterogênea, também haviam se estabelecido nas colônias ao redor de Curitiba. A política imigratória no Paraná procurava, através da instalação desses imigrantes camponeses nos arredores da cidade, solucionar o problema de abastecimento, incrementando a agricultura de subsistência e a produção de hortigranjeiros.

A imigração tutelada ao Paraná fez parte das estratégias de governo, que inicialmente organizava a ocupação do solo para o desenvolvimento de territórios com estruturação das atividades produtivas a partir da instituição das políticas de terras (1850), colonização e imigração, os núcleos coloniais, no período dos maiores fluxos migratórios ao Brasil. Segundo Rocha Pombo (1980, p. 99), “no período de administração do Governo de Dr. Antônio de Augusto da Fonseca, de 14/09/1868 a 28/08/1869, teve início o sistema de colonização puramente oficial nos arredores de Curitiba”. Porém começou a dar resultado depois que se organizou uma nova política de imigração, com base na Lei de Terras (1850) e no Decreto nº 3.784 de 19 de janeiro de 1867. O governo instituía os Núcleos Coloniais no entorno de Curitiba, na Província do Paraná, durante o Governo de Adolpho Lamenha Lins (1875-1878) (WACHOWICZ, 1976).

As colônias eram compostas por inúmeras nacionalidades de imigrantes, sendo a maioria formada por poloneses. Nas demais décadas do século XIX, a imigração polonesa continuou no Paraná, foram criados núcleos coloniais tanto nas regiões próximas de Curitiba, como em outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba e no interior do Estado. O governo estabelecia medidas para as colônias fundadas durante a colonização europeia no

Paraná (WACHOVICZ, 1976). Suas adequações estabeleciam medidas de apoio e benefícios concedidos ao imigrante. Conforme o Relatório do Governo do Paraná (1877, p. 80),

Depois de medidos e demarcados os lotes de terras de cultura nos arredores da cidade, traça-se as estradas; entrega-se um lote a cada família, com uma casa provisória, regularmente construída. Ao colono maior de dez anos dá-se como auxílio de estabelecimento 20\$000; Cada família recebe mais de 20\$000 para compra de utensílios e sementes. Além da terra e moradia o Governo oferecia a manutenção aos colonos. Logo que o colono se estabelece é empregado na construção das estradas do núcleo, recebendo ferramenta necessária e cessa, então, a alimentação por conta do governo. Em cada núcleo funda-se uma escola e edifica-se uma capela. [...] além do trabalho nas estradas do núcleo, encontra o colono serviço nas obras públicas gerais.

Por meio dessa política, o Governo concedia os benefícios com base em suas propostas desde a entrada dos imigrantes ao território brasileiro (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ, 1877). Os imigrantes europeus eram recebidos no porto de Paranaguá pela Comissão da Imigração e pelo guia Edmund Wóz Saporski, mediador entre os imigrantes e o Governo do Paraná. Após esta recepção, eram:

Imediatamente transportados para Antonina nos vapores da Companhia Progressista. Em Antonina passam a noite no melhor hotel da cidade e no dia seguinte partem para a Capital. A viagem é feita de carroça recebendo cada chefe de família a quantia suficiente para a viagem (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ, 1877, p.92).

Deslocavam-se para a região de Curitiba, permaneciam em alojamentos na hospedaria do imigrante, situada na localidade do Barigui, mantinham-se lá por tempo necessário, até se inserirem no núcleo colonial. Aos imigrantes era fornecida hospedagem, alimentação, vestuário e acompanhamento médico na hospedaria (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ, 1877). Ainda segundo este documento:

Nesta cidade foram alojados em hospedarias e no fim de cinco dias de descanso seguem os homens para o núcleo que lhes é destinado, sendo logo empregado na abertura de estradas; sendo remunerado este serviço, cessa para eles a alimentação por conta do governo, continuando para a sua família enquanto permanecem na hospedaria (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ, 1877, p.92).

Tão logo reconhecido e identificado o núcleo colonial, seguiam com a família para a colônia destinada, nas quais se estabeleciam em sua moradia para desenvolver atividades agrícolas, recebendo ainda por certo tempo o auxílio do governo. “No fim de um mês quando o chefe de família deve ter recebido o seu lote e construído a sua casa provisória, seguem as famílias para o núcleo e cessa o fornecimento da alimentação, dando-se, porém trabalho aos

homens na estrada por algum tempo” (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ, 1877, p. 92).

No processo de imigração o governo demonstrava as necessidades materiais e o custo para as despesas por família, em cada núcleo colonial. Sua pretensão também, num primeiro momento, foi dar ao imigrante a oportunidade de tornar-se colono proprietário de terras adquiridas, concedendo-se a terra a preços acessíveis (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ 1877, p. 80).

As ocupações de terra que se desenvolviam no sistema de colonização composta por núcleos coloniais, enquanto ocupação espacial e geográfica constituía-se por diferentes tamanhos. Segundo Wachowicz (1976, p.12), “[...] seus lotes não eram todos homogêneos apresentavam inclusive grande variação em sua extensão dependendo da localidade onde se situavam”. A diferença dos lotes era necessária, pois estes se compunham para diferentes finalidades, como de moradia, para trabalho, lotes destinados à construção da igreja e para construção da escola.

De acordo com o Governo (GOVERNO DO PARANÁ, 1989), os imigrantes, em sua maioria, inseriram-se em colônias rurais e se dedicavam principalmente ao trabalho de agricultura familiar de subsistência. Dedicavam-se ao cultivo de milho, feijão, repolho, batata. Difundiram o uso do arado e de técnicas agrícolas no Paraná. Trouxeram consigo um modelo de carroça tipicamente eslava, utilizada até hoje no Paraná para o transporte de materiais e de produção agrícola (GOVERNO DO PARANÁ, 1989).

A partir do momento que o colono se estabelecia na colônia, além das atividades agrícolas realizadas em seu terreno, “[...] era empregado na construção das estradas do núcleo, recebendo ferramentas necessárias. [...] Além do trabalho nas estradas do núcleo, o colono encontrava serviço nas obras públicas gerais” (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ, 1877, p. 80).

Em meio às matas, os imigrantes procediam à extração e exploração das terras nas colônias. Encontraram habitantes provenientes de imigrações anteriores e de outras nacionalidades com suas formas arcaicas de vida. “As populações agrícolas locais eram constituídas de escravos libertos e caboclos, bem diferentes das populações agrícolas europeias. [...] Os poloneses, apesar de seu atraso com relação aos moldes da Europa Ocidental, sentiram sua superioridade técnica” (WACHOWICZ, 1981, p. 12).

O Governo Adolfo Lamenha Lins (1875-1878), ao fazer uma análise sobre a colonização no entorno de Curitiba, em relatório apresentado à Assembleia da Província do Paraná relata que, até o ano de 1877, havia nos núcleos coloniais de Curitiba em torno de

6.000 imigrantes. Esses núcleos prosperavam e se desenvolviam, cujos resultados obtidos, tanto pelo trabalho realizado pelo colono ao governo, como pela produção agrícola, são destacados no Relatório do Governo do Paraná (1877):

Os colonos estabelecidos nos núcleos coloniais, [...], acham na cidade o mercado pronto para o comércio da produção de sua lavoura e para o consumo de lenha, hortaliças e produtos de pequena indústria, o colono em tempo breve libertará da dívida para com o estado e se habilitará a desenvolver a sua lavoura [...].os imigrantes laboriosos que vão fazendo prosperar de um modo espantoso este importante município (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ, 1877, p.81).

O governo, além de implantar as colônias nos arredores de Curitiba, acompanhava o seu desenvolvimento, cujas análises e avaliações reproduziam os resultados do processo da colonização. Em relatório apresentado à Assembleia da Província do Paraná destacam-se os resultados dos núcleos coloniais de Curitiba:

Os imigrantes laboriosos que vão fazendo prosperar de um modo espantoso neste importante município. [...]para o aumento da produção e desenvolvimento das indústrias. E assim que esta sendo à base da alimentação dessa população, o pão de centeio ou vulgarmente broa, o município de Curitiba não importa a farinha de centeio, cuja produção satisfaz largamente o consumo. O mesmo acontece com a batata, milho e outros cereais, [...]. Como a cultura do trigo tentei reanimar distribuindo sementes que vem se desenvolvendo com excelente resultado assim como o feno e pequenas indústrias (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ, 1877, p.81).

No final do século XIX surge um movimento migratório no Estado do Paraná, na Região Sudoeste. Aparece o migrante luso-gaúcho, originado da revolução federalista em 1893/1895. Eram paranaenses, catarinenses e gaúchos que se espalhavam pelas diversas regiões do território paranaense para se refugiar. E para conduzir as ações de colonização, o Governo do Paraná instituiu a Secretaria de Obras Públicas e Colonização pela Lei nº 120, de 15 de dezembro de 1894 (PARANÁ, 1894). Segundo Wachowicz (1985 p. 68), “em 1899 o Paraná não possuía potencialidades econômicas nem demográficas para povoar seus extensos vazios demográficos”. As empresas colonizadoras assumiam a colonização das regiões do oeste e sudoeste, mediante conflitos para desocupação de terras habitadas por posseiros.

No Paraná, nas primeiras décadas do século XX, destaca-se, “[...] como sendo uma colonização planejada e dirigida, seja pelo Governo Estadual, Federal, ou seja, pelas companhias de colonização ou imobiliárias que vendiam as terras e lotes e ofereciam a estrutura aos interessados em fixar-se em suas terras” (BRÁZ, 2000 p. 24). As colônias eram instituídas pelas companhias colonizadoras que se expandiam pelas terras paranaenses com

vistas ao desenvolvimento econômico do Oeste do Paraná. Esta colonização se realizou com a vinda de imigrantes estrangeiros e reimigrantes de outras colônias paranaenses e dos estados do Sul do Brasil. Estes colonos eram pessoas expulsas das regiões ocupadas pela empresa de Colonização de Santa Catarina, *Brasil Railway Company*, de construção de estradas de ferro, da Revolução Federalista e do Contestado (1918), que se embrenhavam nos sertões no interior do Paraná (BRÁZ, 2002; WACHOWICZ, 1985).

4 DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS NO ÂMBITO DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA

Esta seção tem por objetivo apresentar e discutir conceitos relativos a territórios no contexto do seu desenvolvimento. O desenvolvimento de territórios abrange várias dimensões, como, econômicas, culturais, ideológicas e políticas. Buscava-se também evidenciar a relação entre o desenvolvimento das colônias de imigrantes e as políticas imigratórias.

4.1 OS TERRITÓRIOS E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

A partir de 1950, o desenvolvimento assume diferentes concepções. Constitui-se como “[...] crescimento econômico, ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, governança global, que foram hegemônicos em determinados períodos, materializando-se através da elaboração de planos ou de reflexões teóricas em nível mundial” (KRONEMBERGER, 2011, p.17). Incorporou várias correntes de pensamento, moldando os termos conceituais entre os aspectos sociais, econômicos e ecológicos de desenvolvimento, segundo COLBY (1991²² apud KRONEMBERGER, 2011, p. 17).

No processo histórico, desde o século XIX até a Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento é percebido, visto e analisado na sua relação, quase que exclusiva, com o progresso econômico. Esse modelo vigente de desenvolvimento começa a mudar com a industrialização urbana e agrícola, diante das necessidades de ações sustentáveis (SACHS, 2008).

O desenvolvimento, em qualquer circunstância, precisa ser espacialmente contextualizado e demarcado. Neste sentido, encontram-se na literatura referências ao desenvolvimento de um país, de uma região ou de um local. Mais harmonizado com a perspectiva do território, tema desta parte do estudo, estaria a noção de região. Segundo Albagli (2004, p. 49), “o regional é alguma parte entre o continental e o nacional, ou entre o nacional e o local. [...] região é geralmente entendida como uma unidade de análise mais

²² COLBY, M. E. **Environmental Management in Development: The Evolution of Paradigms.** Em *Ecological Economics*, nº 3, Amsterdam, 1991.

ampla do que uma determinada área ou localidade”. O local geralmente é mais restrito, situa-se vinculado mais à noção de lugar, independente da multiplicidade de significados que apresenta. Entende-se a região como o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém configurada por diferentes características.

A região se constitui como uma fração estruturada do espaço territorial, caracterizando-se, portanto, por uma identidade que a diferencia do seu entorno (CASTRO, 1989²³, apud RHODEN, 2005). Por isso, ao se analisar um território em sua estruturação regional, deve se levar em consideração a sua constituição, uma vez que o mesmo não é formado somente pelos recursos geográficos, mas por meio da história construída pelos sujeitos, suas convenções, valores e formas de organização (LEMONS; SANTOS; CROCCO, 2005). Cada região ou localidade demonstra diferentes características na organização de territórios. Eles são decorrentes de combinações coletivas inter-relacionadas aos aspectos físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos e institucionais, num contexto histórico.

No Brasil, como visto anteriormente, os territórios de colônias se originaram a partir da instituição de políticas de governo, nos séculos XIX e XX, voltadas ao povoamento, colonização, reestruturação produtiva e desenvolvimento econômico. Esse período caracterizava-se pelos planos do Governo, no desenvolvimento das regiões meridionais, mediante políticas de colonização (ANDREAZZA; NADALIN, 1994).

No que se refere a conceitos ligados à noção de território, segundo Lefebvre (1995), o território é considerado como um espaço geralmente definido para sobrevivência de um grupo ou pessoa, significando "pedaço de terra apropriada". Os estudos sobre territórios difundiram-se efetivamente na Geografia a partir do final da década de 1970 e, no contexto contemporâneo, sua discussão abrange abordagens em várias áreas.

O território é construído historicamente ao qual se remetem várias perspectivas de análise e de contextos. Ele resulta de articulações estruturais e conjunturais construído por indivíduos ou grupos sociais, num determinado período de tempo e sistema econômico vigente. Suas “[...] abordagens podem abranger áreas de interesse como, a geográfica, antropológica, cultural, sociológica, econômica, jurídica, política e bioecológica” (ALBAGLI, 2004, p. 26). Independente das dimensões e características que assumem, os territórios, no processo da sua formação, moldam-se na medida em que são inseridos nas demais estruturas organizadas em determinadas regiões.

²³ CASTRO, Iná Elias de. **Política e território**: evidências da prática regionalista no Brasil. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 3, 1989. In: Luiz Fernando Rhoden. **A fronteira sulina do Brasil na primeira metade do século XIX e seus traçados urbanos** – Tese de Doutorado, 2005.

Albagli (2004), ao analisar territórios, destaca que as noções de espaço e territórios são distintas e podem se caracterizar por diferentes níveis de interpretação. Cada região ou localidade demonstra diferentes características na organização de territórios. Eles são decorrentes de combinações coletivas inter-relacionadas aos aspectos físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos e institucionais, num contexto histórico. Para Raffestin, (1993, p. 26), “[...] território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder em suas múltiplas dimensões”.

Em sua formação, o território é “[...] o espaço geográfico apropriado por grupos que possuem uma representação particular deles mesmos, de sua história, de sua singularidade, [...] ele é suporte de uma identidade coletiva” (DI MEO, 1999²⁴, apud DO NASCIMENTO; LABIAK JUNIOR, 2011, p. 78).

Segundo Corrêa (1991), a organização de um espaço se constitui pelo conjunto de elementos e objetos criados pelo homem, dando sentido à dimensão espacial do território. Essa configuração no espaço territorial resulta da intervenção humana, favorece mudanças e transformações, pois o desenvolvimento regional se consolida por meio de atividades e relações econômicas e humanas. “[...] Nele implanta suas cidades, suas estradas, suas culturas, suas civilizações” (BRANDÃO DE PROENÇA, 1973, p. 7).

Os processos de organização espacial evidenciam que o desenvolvimento regional se insere nas relações econômicas e humanas num determinado espaço territorial, socialmente construído. Sua formação se configura como resultado das práticas e das representações sociais estruturadas nas diferentes dimensões. A formação do território no desenvolvimento de uma região está relacionada a várias dimensões. Segundo Sachs (2008), as dimensões podem ser constituídas pela atividade econômica, social, cultural, ambiental. Essas dimensões dão base às relações entre indivíduos e organizações, capaz de identificar a existência variada de ligações, conexões de vinculação.

Para Llorens (2002, p. 111)²⁵:

[...] da perspectiva do desenvolvimento local e regional, [...] o “território”, compreende a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos e a existência e o acesso aos recursos estratégicos para o desenvolvimento. [...].

²⁴ DI MÉO, Guy. **Geographies tranquilles du quotidien**: une analyse de la contribution de sciences sociales et de la géographie à l'étude des pratiques spatiales. Cahiers de géographie du Québec, Québec, v.43, n.118, abr.1999.

²⁵ LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

As dimensões que se estruturam na formação de um território configuram também as ações políticas. Segundo Raffestin (1993, p. 58), “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. Nesse sentido, o poder exerce sua ação, por meio do potencial exercido num território, conjugando-se o espaço, a população e os recursos naturais e outros. Assim, a exploração dos recursos da natureza fundamenta a constituição econômica de territórios. Neste sentido no território “[...] emerge então como uma noção fundamental: expressão concreta das unidades políticas no espaço, o território define a existência física da entidade jurídica, administrativa e política que é o Estado” (BECKER, 1983, p.01). Para esse autor, historicamente, os territórios assumem características de Estado quando se somam as dimensões politicamente organizadas.

A soberania do Estado reúne a consciência espacial da comunidade de forma geopolítica, enquanto que o Estado prevalece comumente como uma unidade político-administrativa. “Historicamente, o Estado assume a forma de regulador de relações institucionais, o que lhe assegura o domínio de territórios. Mesmo existindo outros atores, (como a Igreja, ONGs), o Estado mantém o domínio na gestão do território” (BECKER, 1983, p. 01).

Segundo Albagli (2004), o território é suporte do produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade. As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se, materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos aos atores sociais e cristalizam uma identidade territorial.

Outro conceito importante associado à questão do desenvolvimento territorial é o de territorialidade. A territorialidade remete à condição de território constituído de relações de poder espacialmente delimitadas, operando sobre a base territorial. Sob essa ótica, “[...] a territorialidade como atributo humano é primeiramente condicionada por normas sociais e valores culturais”, de acordo com as sociedades e os períodos que a compõe (SOUZA, 1995, p. 99). Segundo Do Nascimento e Labiak Junior (2011, p. 78), “o conjunto das dimensões econômicas, ideológicas e ou políticas, com elementos culturais, concede ao território seu caráter de singularidade [...] de territorialidade, quando combinados aos recursos locais, materiais, humanos e organizacionais [...]”. Assim, a territorialidade está vinculada aos aspectos das relações entre indivíduos e grupo social, em seu meio de referencia, “[...] de uma localidade [...] expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir, no âmbito de um espaço geográfico. [...] A territorialidade reflete então ao vivido territorial em toda sua

abrangência e em suas múltiplas dimensões, cultural, política e social” (ALBAGLI, 2004, p. 28).

De modo mais detalhado, pode-se dizer que a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas, de processos sociais e políticos e requer uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos que se originaram. Nessa perspectiva, para se compreender o desenvolvimento territorial sugere-se uma visão multidimensional de análise sistêmica. São dimensões que permeiam o desenvolvimento territorial e abrangem vários aspectos, que, para Sachs (2008), envolve a busca pela sustentabilidade do território. Suas dimensões são relacionadas ao aspecto social, econômico, ambiental, cultural, espacial e político. Assim, o espaço geográfico não se constitui somente de recursos naturais e geográficos, mas é socialmente construído e integra o processo histórico dos seus habitantes, com suas características étnicas e culturais.

4.2 AS ABORDAGENS TEÓRICAS E A CONSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS

De acordo com Haesbaert (2011, p. 45), o conceito de território é amplamente utilizado não só pela geografia, mas também por outras áreas. Esse autor defende o enfoque da abordagem cultural idealista como uma vertente teórica mais aberta, ou seja, voltada para a abordagem ideal-simbólica de território. Haesbaert (2011, p. 121) ressalta que em uma dimensão simbólica cultural,

[...] o território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (de apropriação). É uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: apropriação e ordenamento do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos [...] Assim, associar o controle físico ou a dominação “objetiva” do espaço a uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica em discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social.

Esta posição segue a mesma direção das ideias de Bonnemaïsson e Cambrezy (1996²⁶ apud HAESBAERT, 2011, p. 50) ao defenderem a abordagem cultural ou simbólica de

²⁶ BONNEMAÏSSON, Joel.; CABREZY Luc. **Le lien terrotorial:entre frontières et identités**: Geoographies et cultures. Paris : L.Hartmat - CNRS, 20, 1996.

territórios. Contestam a lógica territorial Cartesiana Moderna pelas suas formas de análises limitadas, de forma estática, sem movimentos e fluxos. Em sua abordagem, os autores defendem que o “território é primeiro um valor”. Pois “[...] a existência e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida. [...]” (BONNEMAISON; CAMBRÈZY, 1996²⁷, p.10 apud HAESBAERT, 2011, p. 50).

Essa ligação entre o território e os sujeitos pelos valores simbólicos, normalmente fundamenta as sociedades, independente de sua condição étnica. Nesse processo, a representação se estabelece no território atribuindo valor constituído por elementos de ligação de grupos sociais e o espaço construído. De acordo com Bonnemaïson e Cambrèzy (1996 apud HAESBAERT, 2011, p. 10), “o poder de laço territorial revela que o espaço está investido de valores, não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico [...]”. Esses autores destacam que nas sociedades tradicionais, agrícolas e pré-industriais, que de certa forma caracteriza o tema desta pesquisa sobre colônias de imigrantes, evidenciava-se com maior intensidade a constituição de território a partir de princípios culturais de identificação. O território representa a fonte de recursos e o espaço se constitui por valores de identificação e como apropriação simbólica religiosa. Nesta perspectiva, para Bonnemaïson e Cambrèzy (1996²⁸, p. 13 apud HAESBAERT, 2011, p. 51):

O território não se define por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, [...] de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido como uma posse ou entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade fonte de uma relação afetiva ou mesmo amorosa ao espaço.

Nessa reflexão, os autores mencionam que, sob a abordagem simbólica, o território emerge tacitamente com sua simbologia, impregnando a sua identidade de pertencer enquanto “ser”, atribuindo valor de representação não só aos vivos na ocupação dos territórios. A presença dos mortos marca o lugar sob o signo do sagrado. Essa força simbólica de pertencimento cumpre a função material e a condição espiritual dos que habitam o território, que vai se constituindo enquanto construtor de identidades. A primazia que concedem à natureza simbólica das relações sociais, na sua definição de território, principalmente quando

²⁷ BONNEMAÏSSON, Joel.; CABREZY Luc. **Le lien terrotorial:entre frontièreset identités**: Geoógraphies et cultures. Paris: L.Hartmat - CNRS, 20, 1996.

²⁸ Idem, p.13.

se referem às sociedades tradicionais (BONNEMAISON; CAMBRÈZY, 1996²⁹ apud HAESBAERT, 2011).

Godelier (1984), por sua vez, afirma que quando uma sociedade se apropria de um território ela está buscando o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades “*visíveis, quanto dos poderes invisíveis*” que as compõem e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais dependem (GODELIER, 1984³⁰, p. 114, apud HAESBAERT, 2011, p. 49). Ainda, de acordo com Godelier (1984 apud Haesbaert, 2011 - grifo do autor), o território, ao ser ocupado por sujeitos, assume formas de controle e manutenção para o bem comum destes sujeitos e da comunidade. Considera a base material espacial do território sobre a qual se estabelecem e manifestam as inúmeras relações entre os indivíduos e as demais estruturas. Neste âmbito, o ordenamento geográfico, visível, e os poderes invisíveis constituem o território que podem estar relacionados a diferentes escalas de análise, como indivíduo, localidade, região ou território nacional. A conservação do território depende essencialmente de uma estrutura de poder para o controle. Segundo Raffestin (1993, p. 58), “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. Nesse sentido, o poder exerce sua ação, por meio do potencial exercido num território, conjugando-se o espaço, a população e os recursos naturais. Assim, a exploração dos recursos da natureza fundamenta a construção econômica de territórios (RAFFESTIN, 1993).

Santos (2011) ressalta que a identidade é entendida e se forma como um processo de incorporação do sentimento de pertencer a um território, de local onde se vive. De acordo com o autor:

o território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2011, p. 14, grifo do autor).

Segundo Santos (2011), entende-se o território como um espaço de apropriação dos sujeitos, onde se organiza e se constrói a vida em todas as suas dimensões. São compartilhadas as relações humanas, sociais, espirituais e de produção, fundamentadas nos

²⁹ BONNEMAISON, Joel.; CABREZY Luc. **Le lien territorial: entre frontières et identités**: Géographies et cultures. Paris: L.Hartmat - CNRS, 20, 1996.

³⁰ GODELIER, Maurice. **L'idéel et le matériel**. Paris: Fayard, 1984.

laços de identidade. O território se constitui como resultado da formação de identidades tanto individuais como coletivas, condicionando sentimentos de pertencimento e de sociabilidade.

Para Albagli (2004, p. 39), “as representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se, materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns aos atores sociais, cristalizando-se numa identidade territorial”. Complementam-se nesse processo de formação da identidade territorial, “[...] os lugares, os trajetos, os territórios apresentam-se impregnados da consciência da intencionalidade humana da identidade” (SENÈCAL, 1992, p. 28³¹ apud ALBAGLI, 2004, p. 40). Nessa perspectiva que as práticas e representações cotidianas se consolidam, “[...] se enraízam, se territorializam, num húmus, que é o fator de sociabilidade. É nesse sentido que se pode falar de [...] sociabilidade que necessita de um solo para se enraizar” (MAFFESSOLI³², 1984, p. 54 apud ALBAGLI, 2004, p. 40).

Ainda, segundo Albagli (2004, p.40), “ao formar uma identidade coletiva vinculada a um território, definem-se as relações com os outros, formando imagens dos amigos e dos inimigos, dos rivais e aliados”. A dimensão cultural relacionada a este aspecto atua justamente como, “[...] um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço” (SENÈCAL, 1992 p. 28³³, apud ALBAGLI, 2004, p. 40). São identidades coletivas ou individuais, cujas características evidenciadas diferenciam e distinguem as relações sociais de uma comunidade ou grupo social que se constitui na faceta simbólica do território. Isso denota expressões que se configuram pelas “marcas” territoriais, o que condiciona os sujeitos ou grupos sociais, aos processos de análise positiva ou não, no território. Nesta perspectiva, o território assume um caráter de identidade, de representação cultural simbólica sobre os sujeitos ou grupos sociais. São características que favorecem a socialização do território.

Para Putnam (1996), historicamente o processo de socialização entre pessoas não é imediato, há um processo gerador de receios, tensões na proximidade relacional, associada aos níveis de confiança com o outro na sociedade. Assim, a identidade cultural se constitui por um processo de incorporação do conhecimento tácito e da cultura étnica do local onde se vive. É construída a partir da interiorização de uma tradição, afinidades que são estabelecidas, transmitindo às pessoas que as vivenciam um sentimento de pertencer a determinados grupos sociais. A identidade pode basear-se na “ideia de uma descendência comum, de uma história assumida em conjunto ou de um espaço com o qual o grupo assume elos [...]” (CLAVAL,

³¹SENÈCAL, G. *Aspects de l'Imaginaire Spatial*: Identité ou fin dos territoires. *Annales de Géographie*, n 563, 1992.

³²MAFFESSOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

³³Idem SENÈCAL, 1992 p. 28.

2001, p. 179). Para Nonaka e Takeuchi, (1997³⁴, apud Strauhs, 2012 p. 38) “o conhecimento tácito é acumulado ao longo da vida, depende das muitas experiências pessoais, dos valores culturais e familiares e da educação formal, [...] se manifesta em conhecimento explícito, tangível, compartilhável que pode ser transformado”. Pelo conhecimento tácito expressam-se as ações cotidianas, cujas experiências, habilidades e práticas pessoais são fundadas em crenças, ideais, valores culturais e tradições que são vivenciados e se constituem em elementos colaborativos para o desenvolvimento do território.

4.3 O DESENVOLVIMENTO DAS COLONIAS RURAIS

Historicamente, as sociedades se formaram e evoluíram a partir de pequenos povoados, formando comunidades e cidades. Segundo Souza (2008), a comunidade se constitui por grupos sociais que convivem em determinado território urbano ou rural. Sua dinâmica se compõe por interesses e objetivos comuns e o desenvolvimento se expressa, vinculado aos interesses coletivos da comunidade. “A comunidade é, portanto, uma forma particular de expressão da própria sociedade [...] denota operacionalmente uma população que habita um determinado território, cujo nome se identifica e que por viver e conviver nele desenvolve algo em comum” (SOUZA, 2008, p. 67).

Os membros de uma comunidade, na sua vivência, compartilham códigos de comunicação e seus hábitos cotidianos são similares. Eles têm em comum um estoque de técnicas de produção e de procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e a reprodução do grupo. “Eles aderem aos mesmos valores, justificados por uma filosofia, uma ideologia ou uma religião compartilhadas” (CLAVAL, 2001, p. 63).

Embora as comunidades sejam constituídas por agrupamentos de moradores, em um mesmo espaço geográfico, num território, nas áreas rurais, podem se constituir por laços distintos. Nesta perspectiva, Mendes (2005), ao analisar áreas agrícolas no município de Catalão (GO), conceitua comunidade como pequenas aglomerações concentradas pelo parentesco e vizinhança que estabelecem diversos tipos de relações. Nessa perspectiva, as relações entre família, vizinhança e comunidade, num determinado território rural, formam uma área de integração social.

³⁴ NONAKA, Ikujiro e TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do Conhecimento na Empresa**: como as empresas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Para Smith (1971), a integração social entre a família, a vizinhança e a inserção de outras pessoas no local, favorece a formação da personalidade comunitária, a qual se constitui por sujeitos com características culturais heterogêneas. Isso caracteriza que a comunidade é composta pelos aspectos sociais e culturais num mesmo território e que, embora não haja afinidade entre as pessoas, porém, dependem e participam das mesmas instituições. Essa formação de comunidade, para Albagli (2004), integra o território e compõe-se de representações sociais que se materializam no espaço geográfico e transformam-se na identidade territorial, condicionada aos grupos sociais, onde a experiência territorial se expressa em toda sua abrangência e dimensões.

Em grande parte das regiões do Brasil, a maioria das comunidades se originou a partir dos processos de colonização, em decorrência dos movimentos migratórios provenientes do continente Europeu. Nesta perspectiva, as colônias de pequena propriedade, a princípio foram instituídas nas áreas rurais, nas províncias do Sul do Brasil. O assentamento de imigrantes europeus criou um sistema agrícola de policulturas, que, com suas técnicas de trabalho, viriam atender o mercado consumidor (PETRONE, 1982).

Entre 1840 e 1880, no Paraná, a base econômica se concentrava no ciclo da extração da erva-mate, chegando a sua estagnação na década de 1920. Esse ciclo foi substituído pelo ciclo da extração da madeira e a produção de café, que se fortalecia em algumas regiões do Paraná, resultado das demandas do mercado consumidor interno e das condições criadas pelas duas grandes Guerras Mundiais (PADIS, 1981). De acordo com Furtado (1976), a economia e a agricultura de subsistência se desenvolviam de forma linear, sem subsídios do governo até meados do século XX e abre-se uma nova fase de desenvolvimento econômico brasileiro. Segundo Paludo e Barros (1995) e Magalhães Filho (1972), em termos econômicos, o ciclo econômico madeireiro na década de 1960 teve seu desenvolvimento máximo, contribuindo com a expansão da indústria madeireira, aliada as outras perspectivas de inovações da ciência e da tecnologia, ampliando as possibilidades para o desenvolvimento industrial e agrícola (GRAZIANO NETO, 1982). Nesse processo, o Paraná favoreceu a entrada de indústrias automobilísticas para os diversos centros industriais.

Nesse contexto, a economia brasileira se integrou às estratégias do capitalismo internacional, inserindo-se em importantes setores das indústrias, interligando-se com o setor agrícola modernizado (BRUM, 1985). Nas últimas décadas do século XX, as inovações da tecnologia ampliaram as possibilidades para o desenvolvimento econômico, que entre outros fatores propiciou significativas alterações ambientais (BECKER, 2002).

4.4 ALINHAMENTO TEÓRICO

Nesta parte do trabalho buscou-se sistematizar e apresentar os principais conceitos e concepções nas linhas de pensamento das Ciências Humanas e Sociais, História, Antropologia, Geografia, que contribuíram para a análise da pesquisa.

4.4.1 A imigração nos séculos XIX e XX ao Brasil e ao Paraná.

Na primeira seção da revisão de literatura, foi explorada a teoria sobre os movimentos migratórios a partir dos conceitos de Castels e Miller (2009), Sasaki e Assis (2000), Ravestein (1980) e Massey (1998). A base das pesquisas sobre este assunto encontra-se em várias abordagens, como a histórica e sociológica, e se refere aos movimentos migratórios internacionais mundiais o que permitiu a compreensão. Na seção seguinte, os autores como Balhana; Machado e Westphalen (1967, 1969, 2003), Wachowicz (1970, 1976, 1977, 1981, 1985), Groniowski (1972), Dembicz e Smolana (1993), Boschilia (2004), Petrone (1982), Malczewski (2000), conceituam e descrevem sobre a imigração do século XIX e XX para o Brasil e ao Paraná, os fatores e resultados demográficos.

4.4.2 Políticas imigratórias e de colonização

- Na segunda seção deste trabalho, com a finalidade de compreender sobre as políticas públicas e políticas imigratórias, buscou-se conceitos de Estado e Governo em Bobbio (2002), políticas públicas em Behring e Boschetti (2008), Costa (1987). Sobre políticas imigratórias e de colonização, fundamentou-se em conceitos de Balhana, Westphalem e Machado (1969, 2003), Bráz (2000), Nadalin (2001), Petrone (1972) e em várias Legislações instituídas pelas políticas de terras (1850). As políticas de imigração, entre o século XIX e metade do século XX, estiveram vinculadas ao povoamento, colonização e reestruturação produtiva. Os fatores econômicos e

fundiários influenciaram na ocupação demográfica, no sistema de produção agrícola e para o desenvolvimento econômico do País.

- Instituiu-se a Lei nº 601/1850 de Terras, regulamentada pelo Decreto nº 1318/1854, e pelo Decreto nº 3784/1867 foram criados os Núcleos Coloniais e organizaram-se as políticas de terra, a colonização e imigração.
- No período entre 1870/1920, a colonização se fundamentava nas políticas de terras (1850), imigração e colonização e sua administração é vinculada ao Ministério da Agricultura. São instituídos núcleos coloniais de pequena propriedade nas Províncias (Estados) do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, constituídos por imigrantes italianos, poloneses, alemães, suecos, austríacos, franceses e ingleses, cujos territórios se formaram e se desenvolveram de acordo com as localidades e suas características.
- Nesta dimensão o conhecimento abrange os períodos do século XIX e XX. Nesse sentido, a revisão de literatura sobre as contribuições destes autores ampliou o conhecimento sobre as políticas imigratórias, que favoreceram a análise sobre a imigração europeia, a colonização, a reestruturação produtiva, a formação e o desenvolvimento de territórios a partir dos núcleos coloniais.
- No Paraná, a política de colonização se desenvolveu mediante um projeto agrícola implantado pelo Governo Adolpho Lamenza Lins (1875-1878). No período de seu governo são instituídas doze colônias nas imediações de Curitiba. Entre as várias correntes migratórias, os poloneses colonizaram a maior parte do território paranaense. Os movimentos migratórios tiveram início em 1871 e se estenderam até as primeiras décadas do século XX. A maioria dos emigrantes veio das regiões agrícolas da Polônia, inserindo-se nas colônias em área rural. Surgem vários núcleos coloniais nesses Estados. No Paraná, os imigrantes, em princípio, começam a se instalar no entorno de Curitiba. Entre as diversas Colônias instituídas, encontra-se o Núcleo da Colônia Dom Pedro II, atual Município de Campo Largo. Essa Colônia, sendo resultante das políticas imigratórias, sofreu processos de adaptação e mudanças no decorrer do século XX, cujo território é decorrente de influências e impactos dessas políticas.
- Durante o século XX há adequações no processo migratório ao Brasil, com restrições aos movimentos migratórios. Nos períodos da Primeira Guerra Mundial, no período do Estado Novo e durante a Segunda Guerra Mundial, por questões ideológicas, étnicas e de eugenia, é retomada na década de 1950 e 1960, a colonização que adquire

um novo sentido com a imigração japonesa e de outras nacionalidades, se inserem nas regiões de São Paulo e no Norte do Paraná.

4.4.3 Territórios

- Com a finalidade de responder a questão de pesquisa sobre territórios, buscou-se compreender o seu processo de formação e as dimensões que envolvem a sua constituição e desenvolvimento. O debate em torno dos territórios e suas abordagens traz o conhecimento dos conceitos relativos que abrangem diferentes áreas de interesse, como: a geográfica, a antropológica, a cultural, a sociológica, a econômica, a jurídica e a política. Vários autores conceituam o território sob diferentes abordagens e definem território por seus princípios, material, de apropriação, pelo princípio cultural, simbólico, de identidade, de pertencimento entre outros. Adicionalmente, a exploração da literatura destaca várias dimensões que integram o desenvolvimento de territórios em nível espacial, regional e local e suas características na organização, inter-relacionadas aos aspectos físicos, espaciais, econômicos, sociais, culturais,
- Os autores como Albagli (2004), Do Nascimento e Souza (2004), Haesbaert (2011), Santos (2011), Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), Sachs (2008) proporcionaram a construção da base teórica sobre territórios, que permitiu a compreensão do conhecimento para fundamentar as questões de pesquisa. Entre esses autores, há os que conceituam o território sob diferentes abordagens e definem território por seus princípios, material, de apropriação, pelo princípio cultural, simbólico, de identidade, de pertencimento, entre outros.

5.1 MÉTODO DA PESQUISA

Em se tratando de pesquisa científica, ela deve ser estruturada com base nos métodos científicos. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 83), “as ciências se caracterizam pela utilização de métodos científicos” que, por sua vez, “são entendidos como um conjunto das atividades sistemáticas e racionais”.

Entre os vários métodos existentes para construção do conhecimento científico, a presente pesquisa se fundamenta no raciocínio do método dedutivo. Segundo Lakatos e Marconi (2003), esse método pressupõe que só pela razão se pode chegar ao conhecimento verdadeiro. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas, por meio do raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chegando-se a uma conclusão. Faz uso do silogismo, na construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão (LAKATOS; MARCONI, 2003; GIL, 1999).

Considerando esta pesquisa, o processo de investigação decorre da análise de políticas de imigração do governo brasileiro e a influência no desenvolvimento de territórios, entre os quais está a Colônia Dom Pedro II, como realidade concreta, identificada para o estudo de caso. Ao se observar a Colônia Dom Pedro II, identifica-se que esta foi uma das colônias instituídas em 1876, nos arredores de Curitiba, capital da Província do Paraná. Fazia parte das políticas do Governo, no processo de colonização das regiões dos Estados do Sul do Brasil, integrando o Estado do Paraná. Portanto, nesse processo de argumentação as conclusões obtidas por meio da dedução correspondem a uma verdade contida nas premissas consideradas. Por meio da dedução chega-se a conclusões verdadeiras, quando baseadas em premissas verdadeiras (BARROS; LEHFELD, 1986).

5.2 ÁREA DO CONHECIMENTO

Em termos de área de conhecimento, o CNPq classifica as pesquisas em sete grandes áreas: “Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas, e; Ciências Humanas” (GIL, 2010, p. 26). Porém, considerando a natureza do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e do tema

deste estudo, além dos objetivos buscados pela pesquisa, fez-se necessário a adoção da abordagem interdisciplinar. A pesquisa se utilizou de conhecimentos das grandes áreas de Ciências Humanas e Sociais, principalmente das áreas da Geografia, História, Antropologia e da Tecnologia.

A interdisciplinaridade visa o diálogo entre as várias áreas de conhecimento, afim de que se perceba a unidade na diversidade dos conhecimentos. Segundo Japiassu (1976, p.74), “a interdisciplinaridade caracteriza-se pelas trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas”. Portanto, por meio da interdisciplinaridade, chamando o aporte de diferentes ciências, tem-se a possibilidade em buscar a compreensão das complexidades permeadas no contexto da pesquisa.

5.3 FINALIDADE

Segundo sua finalidade, a presente pesquisa é aplicada. De acordo com Gil (2010, p. 27), este tipo de pesquisa “tem como finalidade resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem”.

5.4 OBJETIVOS E PROPÓSITOS DA PESQUISA

Do ponto de vista de seus propósitos, esta pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2010, p. 27), as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]. É um tipo de estudo que considera diferentes aspectos relacionados ao fenômeno estudado. Neste sentido, enquadram-se como estudos exploratórios as pesquisas bibliográficas, levantamento de campo e estudos de caso (GIL, 2010). Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 188), “os estudos exploratório-descritivos combinados, são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”. Esse tipo de pesquisa compõe-se de descrições quantitativas ou qualitativas, bem como as obtidas por meio da observação participante. Seus procedimentos de amostragem são flexíveis (LAKATOS E MARCONI,

2003). São incluídas neste grupo, segundo Gil (2010, p. 28) “as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”.

5.5 NATUREZA DOS DADOS

Neste contexto, no que se refere à natureza dos dados, esta pesquisa pode ser classificada como qualitativa. Este tipo de abordagem “tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2006, p. 44).

A abordagem qualitativa se caracteriza por três aspectos. Pelo seu caráter epistemológico, relacionada à visão de mundo implícita na pesquisa. O pesquisador, ao realizar uma pesquisa qualitativa, busca a subjetividade da experiência humana. Outro aspecto é relacionado ao tipo dos dados da pesquisa que são ricos em descrições, de pessoas, situações, acontecimentos e vivências. E o terceiro aspecto se volta ao método de análise, que na pesquisa qualitativa busca compreensão dos significados (MARTINS; BICUDO, 1989). A pesquisa qualitativa possibilita analisar, observar, traduzir e expressar o sentido do fenômeno relacionado às políticas de imigração no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX e sua relação com o desenvolvimento de territórios.

5.6 CAMPO DE ESTUDO E COLETA DOS DADOS

Em relação ao ambiente de coleta dos dados, a pesquisa se utiliza do método de Estudo de Caso. Yin (2001, p. 19) afirma que o estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos (como em estudos de economia) são alguns exemplos de outras maneiras de se realizar pesquisa. “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32). O autor afirma que este método “permite uma investigação

para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2001, p. 21), o que está em sintonia com os objetivos deste estudo.

Nesta pesquisa foi definida como objeto de Estudo de Caso a Colônia Dom Pedro II, instituída em 1876, no período da imigração europeia no Paraná, resultante das políticas imigratórias e de colonização, instituídas pelo Governo brasileiro. A Colônia é formada por imigrantes de várias etnias e poloneses, que, em seu período de desenvolvimento, viveu diferentes processos decorrentes das políticas da imigração. No contexto do alinhamento estratégico, o estudo foca os aspectos recorrentes da imigração, no desenvolvimento de territórios em suas diferentes dimensões.

Neste caso, as questões capazes de responder ao problema da pesquisa se constituem pelas categorias de análise. São categorias que integram as questões de pesquisa e compõem o Estudo de Caso.

5.7 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE

Na estruturação da pesquisa são definidos os procedimentos metodológicos e os meios técnicos de investigação a serem adotados na realização do estudo. É o momento em que se parte em direção das informações necessárias para o atingimento dos objetivos do estudo. Para esta fase da pesquisa, os instrumentos e técnicas utilizados na sua realização constituem-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica se constitui de fontes secundárias que abrangem materiais já explorados (CERVO; BERVIAN, 1996). São informações encontradas em “[...] livros, revistas, jornais, teses e dissertações, anais de eventos científicos, [...] inclui-se material disponibilizado pela internet” (GIL 2010, p. 29).

A pesquisa documental constitui-se de fontes primárias, restritos a documentos, escritos ou não, segundo Lakatos e Marconi (2003). Sua análise permite passar os dados (brutos) primários, à sua representação em dados secundários (BARDIN, 1977, p. 46). Neste estudo, os dados da pesquisa documental são compostos por documentos originais. Tais documentos configuram uma série de Relatórios dos Presidentes das Províncias (1870-1880), de ofícios, de requerimentos, de leis referentes à imigração europeia e o estabelecimento de colônias de imigrantes estrangeiros, do Arquivo Público do Paraná. Informações históricas de

Livro Tombo da Colônia Dom Pedro II e da Paróquia Santo Antônio de Orleans, Curitiba, e Mapas do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná.

Já a pesquisa de campo “é uma investigação empírica realizada no local onde ocorreu o fenômeno” (VERGARA 2004, p. 45). Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 186), “a pesquisa de campo é aquela utilizada com objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca de um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

A pesquisa de campo se compõe de técnicas, como a observação e a entrevista. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 192), “a observação espontânea ou assistemática consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais”. Além disso, “é adequada aos estudos exploratórios, já que favorece a aproximação do pesquisador com o fenômeno pesquisado” (GIL, 2010, p.121). Em seu processo “pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, formulários, testes e observação participante ou não” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 186).

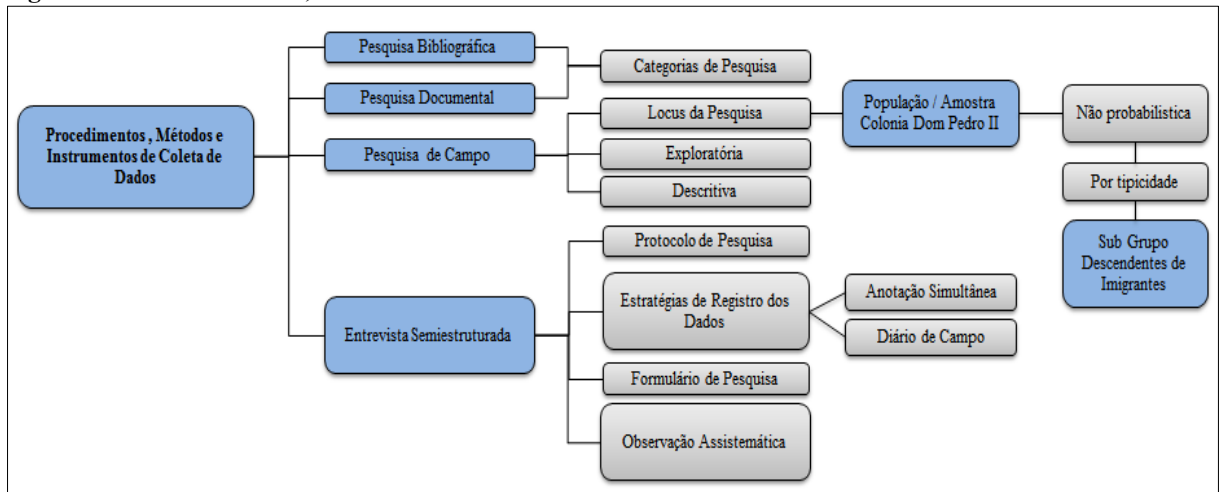
Entre as técnicas que compõem a coleta de dados é a entrevista. De acordo com Gil (2006), a entrevista se define como uma técnica de pesquisa em que o investigador formula perguntas com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação. Tem por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, situações vivenciadas, entre outros.

Esta investigação fez uso de entrevista semiestruturada encontrada no Apêndice C. Trata-se de uma técnica que apresenta maior flexibilidade para obter informações e viabiliza a observação do contexto da pessoa e da situação em que ela responde às perguntas, com análise de seus significados (SELLTIZ, 1975; PATTON, 1990). Segue um roteiro com perguntas abertas com tópicos relativos ao problema, por meio de um formulário. “O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado” (LAKATOS; MARCONI, 1993, p. 212).

A coleta de dados foi efetivada por meio de um roteiro previamente elaborado, constituído por um protocolo de pesquisa e um termo de aceite e acordo livre, apresentado aos entrevistados no ato da entrevista antes de proceder com a coleta de dados. Esse protocolo consiste em informações, objetivos, justificativa e processos da pesquisa, seguido das questões da entrevista, segundo (GIL, 2010). Os formulários estão disponíveis nos Apêndices A, B e C.

A Figura 3 explica a configuração dos procedimentos, dos métodos e dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa, que integram a pesquisa de campo.

Figura 03 - Procedimentos, métodos e instrumentos de coleta de dados.



Fonte: Adaptado de Gil (2010).

Nessa dinâmica investigativa emerge a necessidade de articulações com os respondentes da Comunidade da Colônia Dom Pedro II e o delineamento das estratégias de pesquisa. Segundo Minayo (1993), definem-se as formas de registro das falas e o sistema de anotação da comunicação. No caso desta pesquisa, sendo a entrevista utilizada para coleta de dados com registro em formulário, as observações adjacentes terão seu registro em Diário de Campo. No desenvolvimento desta, o Diário de Campo se constitui em um instrumento de rotina do trabalho de pesquisa, para os registros complementares da entrevista.

De acordo com Richardson (1999), a aplicação da pesquisa se realiza de forma espacial e temporal, com base em um universo em uma amostra selecionada. A presente pesquisa tem como base de seu desenvolvimento, o local/universo constituído pela comunidade da Colônia Dom Pedro II, instituída no período da imigração polonesa em 1876. Atualmente, seus descendentes habitam essa comunidade, cuja instituição e desenvolvimento do território foram em grande parte determinados pelas políticas do governo brasileiro para incentivo da colonização, imigração e produção. Segundo dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2013), esta Colônia compõe-se por 180 famílias e um total de 690 habitantes. Destas, 126 famílias são descendentes de imigrantes poloneses e as demais 30% são de outras etnias.

Do universo composto pelos habitantes da Colônia Dom Pedro II, para a pesquisa foi estabelecida uma amostra não probabilística e por tipicidade. Segundo Barros e Lehfeld (1986), a amostra não probabilística compõe-se de forma acidental ou intencional e os elementos não são selecionados aleatoriamente. “Essa amostra é baseada em uma estratégia

adequada. Os elementos da amostra relacionam-se intencionalmente com as características estabelecidas” (BARROS; LEHFELD, 1986, p. 107). Com base nas características, acrescentou-se a amostra por tipicidade, que se baseia em características específicas identificadas. Segundo Gil (1989, p. 97), “consiste em relacionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser representativo de toda a população, [...] esse tipo de amostra requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado”. Nesta pesquisa, envolvendo o processo decisório, a definição do tipo de amostra não probabilística, intencional e por tipicidade engloba um grupo de descendentes dos primeiros imigrantes poloneses residentes na Colônia Dom Pedro II. Identificaram-se os primeiros imigrantes poloneses inseridos na Colônia Dom Pedro a partir do ano de 1876, com registro dos seus lotes do nº 98 ao nº 121, segundo Arquivo Público do Paraná. Destes selecionou-se os imigrantes, cujos descendentes encontram-se radicados na Colônia Dom Pedro II, delimitando-se sete ramificações de descendências identificadas pelo sobrenome, conforme consta no cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II, em seu processo de colonização³⁵ iniciado em 1876. Para a seleção da amostra para a pesquisa, foram realizados os seguintes passos:

I – Identificação dos primeiros 20 imigrantes poloneses radicados na Colônia Dom Pedro, entre os anos de 1876/1878, com registro dos seus lotes do nº 98 ao nº 121- Arquivo Público do Paraná.

II – Seleção dos imigrantes, cujos descendentes encontram-se radicados na Colônia Dom Pedro, delimitando-se as ramificações de descendência.

III – Identificação pelo sobrenome das famílias que constam neste cadastro, constituindo-se pelo total de 07 ramos de descendências.

IV – A partir disso, definiu-se a amostra intencional de 03 gerações de cada ramo de descendência, compondo-se uma amostra de 21 pessoas, assim constituídas: Foram definidos 3 descendentes da 3ª geração (Idosos); 3 descendentes da 4ª geração (Adultos) e 3 descendentes da 5ª geração (Jovens).

IV - Que exerçam atividades de qualquer natureza nesta Colônia.

A definição da amostra para a pesquisa estabeleceu a preparação para a coleta de dados pela pesquisa de campo, no território da Colônia Dom Pedro II.

³⁵ Arquivo Público do Paraná. Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II. Códice 858.1876. (Doc. manuscrito).

5.8 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA PESQUISA

Independente da estratégia analítica escolhida, toda a pesquisa deve demonstrar a certeza de uma análise de qualidade (YIN, 2001). Segundo Gil (2006, p. 165), “o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos”. No processo da pesquisa, o uso de distintas fontes de evidências nos estudos permite ao pesquisador uma ampla diversidade de questões. Neste estudo a análise dos dados coletados será realizada com o uso da técnica de análise de conteúdo.

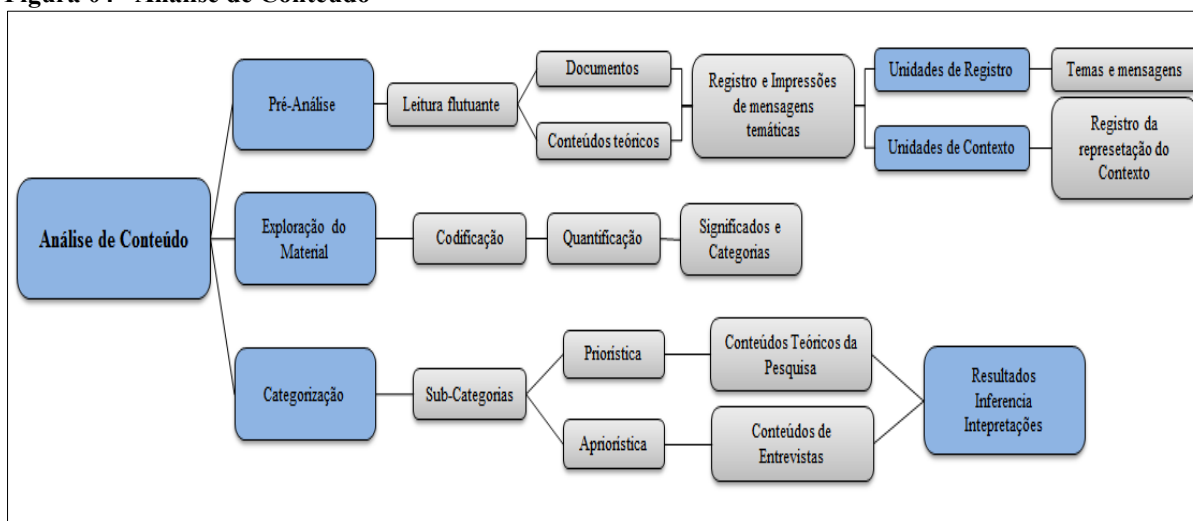
A análise de conteúdo, enquanto técnica de pesquisa, se vale da comunicação como ponto inicial de análise. Diferente de outras técnicas é sempre feita a partir da mensagem e tem por finalidade a análise e a produção de inferências (BARDIN, 2009). A análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

O objetivo da análise de conteúdo é identificar as mensagens dos conteúdos das informações especificadas em relação a um determinado problema (BARDIN, 2009). Entre as técnicas que podem ser empregadas para realização da análise de conteúdo constam a análise categorial, a análise de avaliação, a análise da enunciação, a análise da expressão, a análise das relações, nesta consideradas as análises de co-ocorrências e estrutural, e a análise do discurso (BARDIN, 2009).

A Figura 4, explica o processo da técnica de análise de conteúdo e suas fases.

Figura 04 - Análise de Conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (2009).

Conforme a Figura 4, segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo se compõe pela pré-análise, descrição analítica e o tratamento dos resultados. Na pré-análise organiza-se o material, que constitui o *corpus* da pesquisa. Compõe-se pela leitura e contato com os documentos para análise, conhecimento do contexto, originando as impressões e orientações. Para a primeira etapa do estudo, foram utilizadas diferentes técnicas de pesquisa, como levantamentos bibliográficos, documentais e em legislações pertinentes. Desse processo se constituiu o *corpus* da pesquisa, que Bardin (2009) denomina de leitura flutuante. A leitura flutuante na revisão bibliográfica teve como objetivo fornecer elementos que serviram como base conceitual e instrumental para as etapas seguintes.

Esta pesquisa foi efetivada com base em livros, teses, dissertações e artigos de revistas internacionais e nacionais que serviram para fundamentar a pesquisa. Foram colhidos dados junto aos órgãos do Governo do Paraná, como relatórios do Governo Imperial e legislações do século XIX e XX. Outra fonte utilizada foi o Livro Tombo da Colônia Orleans (1876 a 1885) e da Colônia Dom Pedro II (1876). A intenção desta etapa do estudo foi criar um respaldo teórico para consolidar conceitos, vislumbrando novos enfoques sobre o tema. Essa fase fundamentou a definição de questões para a pesquisa de campo.

Como regra, para seleção do referencial teórico foi usado como critério de inserção do material encontrado (artigos, teses, livros, documentos) aos objetivos da pesquisa, com ênfase aos documentos com princípios e critérios explícitos. Identificaram-se o fenômeno e as fases da imigração europeia ao Brasil, e mais especificamente ao Paraná, as políticas brasileiras de imigração entre os séculos XIX e XX, as políticas imigratórias e a colonização,

as políticas de terra, imigração e colonização e a criação de núcleos coloniais no Brasil e no Paraná. Foi ainda buscada na literatura uma compreensão sobre a questão do desenvolvimento de territórios e sua relação com as colônias rurais.

Com base nos requisitos apresentados, os documentos e teorias, como Unidade de Referência, que foram selecionados para subsidiar a análise de conteúdo, encontram-se descritas no Quadro 2.

Quadro 02 - Unidade de Referência

UNIDADE DE REFERENCIA DA PESQUISA	AUTORES
<p>Na base da presente pesquisa encontra-se a abordagem do fenômeno da imigração, o processo histórico e as fases da imigração. Identificam os movimentos migratórios e a imigração europeia ao Brasil, no Paraná e na Colônia Dom Pedro II. Constam os dados demográficos de imigração.</p>	<p>Autores Castles e Miller (2009), Ravestein (1980) e Massey (1998). Encontram-se os autores como Balhana, Machado e Westphalen (1969, 2003), Wachowicz (1970, 1976, 1977, 1981, 1985), Groniowski (1972), Dembicz e Smolana (1993), Boschilia (2004), Petrone (1982), Malczewski (2000). Encontram-se Documentos originais, Ofícios e Relatórios do Governo do Paraná.</p>
<p>Conceituam as políticas, identificam as políticas migratórias e seus aspectos legais. Identificam as políticas brasileiras de imigração entre os séculos XIX e XX. Abordam as políticas de imigração, colonização. Destacam a política imigratória ao Paraná.</p>	<p>Autores como Bobbio (2002), Behring e Boschetti (2008) e Costa (1911). Autores como Balhana, Westphalem e Machado (1969, 2003), Bráz (2000, 2002), Nadalin (2001), Petrone (1982). Compreendem essa fase Cartas Régia, Leis e Decretos dos séculos XIX e XX.</p>
<p>Abordam os conceitos de desenvolvimento, de territórios. Destacam sobre a territorialidade. Apontam as características na sua constituição. Destacam os territórios e abordagens. Abordam o desenvolvimento das Colônias em comunidades rurais.</p>	<p>Autores como Albagli (2004), Do Nascimento e Souza, (2004), Haesbaert (2011), Santos (2011), Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), Sachs (2008), Kronemberger (2011).</p>

Fonte: Autoria própria (2014).

As teorias e os documentos evidenciam as questões em relação à imigração, as políticas brasileiras de imigração, colonização no Brasil e o desenvolvimento de territórios. No conjunto das técnicas de análise de conteúdo, a análise favoreceu agrupar e desmembrar o texto em unidades de temas, relacionando-se as unidades de registro e de contexto aos objetivos dos temas relacionados ao fenômeno da emigração, às políticas imigratórias brasileiras do século XIX e do século XX, e ao desenvolvimento de territórios, descritas na sequência, no Quadro 3.

Quadro 03 - Modelo de Referência para Categorias de pesquisa

(Continua)

O fenômeno da imigração no Brasil	Características	Unidades de contexto
Imigração no Brasil durante o século XIX e XX.	Estímulo e promoção da imigração de europeus ao Brasil, visando à colonização e à reestruturação produtiva.	Os movimentos migratórios resultaram de fatores políticos, econômicos e sociais manifestados no Brasil e nos países do continente europeu. A imigração no Brasil se desenvolveu em várias fases entre o século XIX e início do século XX, vinculada à colonização.
Políticas imigratórias brasileiras 1808/1850	Características	Unidades de contexto
Carta Régia de 25 de nov. de 1808. Cartas Régia de 1809/1814/1816. Resolução de 1822. Constituição de 1824/1834. Lei de 1848.	Ocupação dos vazios demográficos, visando aumentar o número de lavouras, serviços e população das províncias (Estados). Criavam-se colônias de pequena propriedade pela imigração europeia no sentido de reestruturar a produção agrícola e mudar o trabalho escravo.	No Brasil, as políticas imigratórias até a metade do século XIX são vinculadas à ocupação demográfica, povoamento e colonização. Estimulava-se a imigração de estrangeiros, com doação de posses de sesmarias e datas de terras pelo Império e Capitânias/Províncias. Criavam-se as Colônias de pequena propriedade, para estruturação produtiva de policulturas, para o desenvolvimento econômico. Além da terra aos agricultores estrangeiros havia concessão de benefícios de transporte, casa provisória, instrumentos de trabalho, animais, sementes, recursos em dinheiro e outras vantagens. Esse período caracteriza-se por vários conflitos e pela escassez do trabalho escravo.
Políticas de Terras colonização e imigração 1870-1920	Características	Unidades de contexto
Lei Imperial nº 601, de 18/9/1850. Decreto 1318 de 30/01/1854. Decreto nº 3784 de 19/1/1867.	Ordenamento jurídico das terras, sua regulamentação e instituição de Núcleos Coloniais visando à colonização das regiões Meridionais do Brasil pelo Governo e pelas Companhias de Colonização. Estímulo à imigração europeia, com a concessão de benefícios para reestruturação da produção.	São instituídas as Políticas de Terras, colonização e imigração. Estabelecendo-se a compra como única forma de acesso à terra, abolindo-se o regime de doação de Sesmarias. Concessão de terras devolutas para colonização e criação de núcleos coloniais com benefícios para os imigrantes europeus. Previa-se a estruturação produtiva e o desenvolvimento regional e econômico do Brasil. Com a Constituição da República de (1891), há descentralização do poder para os Estados, em termos de administração e colonização.
Constituição da República de 1891. Decreto nº 6455 de 19 de abril de 1907. Decreto nº 9081 de 3 de novembro de 1911.	Com a Constituição de (1891) organizavam-se as orientações do Governo da República no Brasil. Regulamentação dos serviços de povoamento no solo nacional, com adequações dos serviços de imigração e povoamento com várias restrições.	Regulamentação do serviço de povoamento no solo nacional, pela União, em acordo com os Governos dos Estados, empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações particulares. Reestruturaram-se as formas de criação dos núcleos coloniais e a concessão dos demais benefícios aos imigrantes. São feitas adequações dos serviços de imigração e povoamento, com regulamentação dos serviços de imigração e povoamento, sua organização e administração.

(Conclusão)

Políticas de Colonização do Paraná, após 1870	Características	Unidades de contexto
Lei nº 29, de 21 de março de 1855. Governo Lamenha Lins (1875-1878).	A promoção da colonização e imigração na Província do Paraná, visando ao desenvolvimento, com base no plano de Governo, a implantação do “cinturão verde”. Estimulava à formação de colônias de imigrantes europeus no entorno de Curitiba e no interior do Estado.	Na Província do Paraná, a colonização se organiza com base nas Políticas de Terras. A partir de 1870 são instituídos núcleos coloniais no entorno de Curitiba e nas regiões do interior, com base em propostas de desenvolvimento do governo. Previam-se a concessão de terras para imigrantes; moradia, sementes, auxílio monetário e instrumentos de trabalho para a produção agrícola. Organiza-se a infraestrutura nos núcleos coloniais para o desenvolvimento local. A Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892, previa o uso das terras devolutas compreendidas dentro dos limites do Estado do Paraná.
Desenvolvimento de territórios	Características	Unidades de contexto
Instituição e desenvolvimento dos territórios.	Relações entre o espaço população e os recursos materiais, naturais. Relações humanas, de produção, sociais e de poder. Compartilhamento de valores, materiais, éticos, espirituais, simbólicos, afetivos e de pertencimento. Formas de organização. Apropriações política, econômica e ideológica de um espaço.	Os territórios são construídos historicamente, resultam de articulações estruturais e conjunturais por indivíduos ou grupos sociais num determinado período de tempo e sistema econômico vigente (ALBAGLI 2004; HAESBAERT, 2011). Formam-se historicamente pelos sujeitos com suas convenções, valores e formas de organização (LEMONS; SANTOS; CROCCO, 2005). Assumem as formas de controle e manutenção ao conjugar o espaço, a população e os recursos naturais materiais (GODELIER, 1984). A exploração dos recursos naturais fundamenta a construção econômica de territórios e as relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Seu desenvolvimento se consolida por meio de atividades e relações econômicas e humanas (BOUDEVILLE, 1973). É o local onde se organiza e se constrói a vida em todas as suas dimensões (SACHS 2008). São decorrentes das relações políticas, econômicas, ideológicas e sociais. Ao se relacionar com os recursos locais, materiais, culturais e formas de organização, o território assume seu caráter de singularidade, territorialidade (DI MÉO apud DO NASCIMENTO; LABIAK JUNIOR, 2011). Constroem-se e compartilham-se as relações humanas, sociais, espirituais e de produção, fundamentadas nos laços de identidade (SANTOS 2011). Compartilham-se os valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. O território representa a fonte de recursos e o espaço se constitui por valores de identificação, de pertencimento ao território (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996).

Fonte: A autoria própria (2014).

No processo de descrição analítica ou exploração do material, depois de selecionado o conjunto do material analisado pela leitura flutuante, foram definidas as unidades de análise. Compõe-se pela análise de registro e análise de contexto. A descrição analítica consiste na realização dos recortes e o desmembramento do texto em unidades, por agrupamentos de

temas, proximidade e afinidade (BARDIN, 2009). São selecionadas as unidades de registro que dão sentido às unidades de contexto. Nessa pesquisa prevaleceu o interesse pela análise temática, categorial, que leva ao uso de sentenças, frases, como unidades de análise.

Esta fase da análise de conteúdo consiste nas operações de codificação, classificação e categorização. Segundo Holsti³⁶ (1969 apud BARDIN, 1977, p. 24) “a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo”. Na definição das unidades dos recortes dos textos, buscou-se por temas de mensagem e suas significações voltadas ao contexto do fenômeno da imigração, das políticas imigratórias brasileiras e ao desenvolvimento de territórios. Sua validação, segundo Bardin (2009), realiza-se com base em algumas regras, como exaustividade: quando se esgota a totalidade de informações dos textos; representatividade: a amostra de análise representa o universo da pesquisa; homogeneidade: os dados são obtidos por técnicas iguais em todo o processo da pesquisa; pertinência: os documentos devem ser adaptados aos conteúdos e objetivos da pesquisa; exclusividade: os elementos das unidades são classificados em categorias.

Em se tratando de análise qualitativa, o que caracteriza a análise de conteúdo é a inferência. São variáveis inferidas e, sempre que realizadas devem ser fundadas em índices voltados ao tema, à palavra ou à personagem (BARDIN, 2009). A codificação se realiza pela inferência de variáveis e permite formular as unidades de registro, constituídos pelos temas correspondentes às unidades de significação. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 176):

A codificação é a técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Mediante a codificação, os dados são transformados em símbolos, podendo ser tabelados e contados. A codificação divide-se em duas partes: 1. Classificação dos dados, agrupando-os sob determinadas categorias; 2. Atribuição de um código, número ou letra, tendo cada um deles um significado.

Os temas recortados configuram as unidades de registro, que resultaram na definição das categorias de análise. Estruturaram-se com base em temas voltados ao processo da imigração, às políticas imigratórias brasileiras do século XIX e XX e ao desenvolvimento de territórios. A análise de conteúdo permitiu a definição de categorias de análise, base para a pesquisa de campo. Essas questões da entrevista se compõem de categorias e subcategorias, com temas de perguntas abertas, referentes ao fenômeno da emigração, às políticas imigratórias do século XIX e XX e ao desenvolvimento de territórios, conforme o Quadro 4.

³⁶ HOLSTI Ole R. Content analysis for the social sciences and humanities. França: Adison Wesley, 1969.

Quadro 04 - Categorias e subcategorias de pesquisa

(Continua)

Categorias	Unidades de Registro / Temas	Unidades de Contexto	Questões de pesquisa
<p>Categoria C1</p> <p>Emigração europeia (polonesa) ao Brasil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fatores políticos. - Fatores econômicos. - Fatores sociais. 	<p>Os movimentos migratórios como fenômeno da imigração resultavam de fatores políticos, econômicos e sociais, que afetavam os países do continente europeu. A Polônia vivia sob o domínio da Áustria, Prússia (Alemanha) e Rússia até o final da Primeira Guerra Mundial. No Brasil se vislumbrava a ocupação demográfica, estruturação produtiva de policulturas e a colonização. A imigração se desenvolveu em várias fases entre o século XIX e início do século XX, vinculada à colonização. Regiões do Sul do Brasil foram colonizadas, entre elas o Paraná.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Que motivos favoreciam os poloneses a emigrar ao Brasil? Fatores políticos; econômicos e sociais? - Por que escolheram o Brasil para emigrar? - Como os emigrantes se organizaram para emigrar ao Brasil e quem podia emigrar? - Havia alguém intermediando na providência dos documentos e da passagem para o Brasil? - De qual região da Polônia vieram os seus familiares? - O que pretendiam fazer no Brasil? - Como se relacionavam com imigrantes de outras etnias, alemães, ucranianos, prussianos e outros?
<p>Categoria C2</p> <p>Políticas brasileiras de colonização e imigração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Concessão de terras do Governo. - Colonização pelo Governo e pelas Companhias de Colonização. - Criação de núcleos coloniais. - Benefícios de infraestrutura, de comunicação e transporte. - Concessão de terras, moradia, sementes, auxílio monetário e instrumentos de trabalho, para a produção agrícola em núcleos coloniais e para negócios comerciais da produção e consumo. 	<p>No Brasil, as políticas de imigração entre o século XIX e início do século XX estiveram vinculadas ao povoamento, à colonização, à reestruturação produtiva e ao desenvolvimento econômico. A primeira fase das políticas se realizou com base na Carta Régia de 1808, Lei 1814/1822/1848, concessão de terras (posse) e pequena propriedade aos estrangeiros europeus em colônias. A segunda fase, estruturação produtiva do Brasil pela Lei 601/1850 de Terras e pelo Decreto 3784/1867. A colonização do Brasil e no Paraná, ocorrida a partir de 1870, favoreceu a concessão de terras e benefícios aos imigrantes europeus em núcleos coloniais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Como os imigrantes se acomodavam na chegada ao Brasil? Alguém ajudou? Quem? - Como ou por quem os imigrantes foram encaminhados para a Colônia Dom Pedro II? - Ao receberem o lote de terra, havia documentos dessa terra. E como pagaram as terras? - Os imigrantes depois de encaminhados para a Colônia receberam a infraestrutura no Núcleo Colonial, escola e capela? - Como os colonos se comunicavam com o governo? Havia mediadores?

(Conclusão)

Categorias	Unidades de Registro/Temas	Unidades de Contexto	Questões de pesquisa
<p>Categoria C3</p> <p>Desenvolvimento de territórios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relações entre o espaço, população e os recursos materiais, naturais. - Relações humanas, de produção, sociais e de poder. - Compartilhamento de valores, materiais, éticos, espirituais, simbólicos, afetivos e de pertencimento. - Formas de organização. - Apropriações política, econômica e ideológica de um espaço. 	<p>No Brasil, os territórios se formaram a partir da colonização e imigração, com a ocupação demográfica dos espaços geográficos nas diferentes regiões meridionais. Em sua estruturação regional, formaram-se pelos recursos geográficos, como também por meio da história construída pelos sujeitos, suas convenções, valores e formas de organização. Nas regiões do Paraná, os territórios são instituídos a partir de núcleos colônias, com diferentes características na ocupação de espaços geográficos e nas formas de organização. Os espaços locais construídos são decorrentes das relações políticas, econômicas, ideológicas e sociais. Ao se relacionar com os recursos locais, materiais, culturais e formas de organização, o território assume seu caráter de singularidade, territorialidade. São características que formam a identidade cultural e de pertencimento ao território.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Como se inter-relacionam o espaço, os moradores, os recursos materiais e naturais na Colônia Dom Pedro II? - Como se estruturou o território da Colônia Dom Pedro II? Como foi viabilizada e infraestrutura no local? - Como se organiza a vida na Colônia? - Como se configuram as relações humanas e sociais (vida na Colônia, família, grupos, atividades sociais)? - Como se estruturam as relações de produção (Como é o trabalho na Colônia)? - Como se organizam as relações de poder na Colônia Dom Pedro II? Como a Colônia é comandada ou conduzida? - Como são tratados os valores, a ética (moral/respeito)? - Como é a dimensão espiritual na colônia? - Como se construiu a identidade cultural, a afetividade e a expressão de pertencimento ao território na Colônia Dom Pedro II? - Como os habitantes da Colônia percebem o papel do Estado (governos) na vida da Colônia?

Fonte: Autoria Própria (2014).

Neste estudo as categorias tiveram os desdobramentos em subcategorias e foram determinadas e pré-definidas com base nos interesses da pesquisa e se originaram das unidades de registro e unidades de contexto da pesquisa, que compuseram a base para aplicação da pesquisa de campo voltada ao fenômeno da imigração, às políticas imigratórias e ao desenvolvimento do território da Colônia Dom Pedro II. São categorias pré-definidas que, geralmente, se compõem por subcategorias apriorísticas e não apriorísticas. As categorias apriorísticas são as que emergem do texto teórico da pesquisa. Por outro lado, a modalidade de categorias não apriorísticas se constituem de subcategorias que podem emergir

inteiramente do contexto das respostas dos entrevistados da pesquisa. Nessa modalidade se exige do pesquisador uma constante análise do material com base em teorias, atendendo aos objetivos da pesquisa (BARDIN, 2009). Nesta pesquisa, as subcategorias não apriorísticas foram originadas do contexto das respostas dos entrevistados da pesquisa, que se constituíram dos recortes extraídos para a análise de conteúdo. Para a análise de conteúdo, o tratamento dos resultados compreendem a inferência e a interpretação e devem ser tratados para tornarem-se significativos. Segundo Bardin (2009), produzir inferência acerca de determinada mensagem significa fundamentar com teorias, de forma concreta as mensagens, considerando-se o contexto histórico e social de sua constituição.

Quando se trata de uma pesquisa em uma abordagem qualitativa, a descrição geralmente se realiza de outra ordem. Para cada uma das categorias será produzido um texto-síntese em que se expressa o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise, incluídas em cada uma delas. Geralmente é recomendável que se faça uso intensivo de “citações diretas” dos dados originais (BARDIN, 2009).

Esta pesquisa se compôs de duas partes. Na primeira constam itens da coleta de dados biodemográficos. E a segunda parte se compõe de categorias e subcategorias que se constituíram de entrevista semiestruturada, aplicada aos descendentes de imigrantes da Colônia Dom Pedro II, conforme Apêndice C. A pesquisa foi aplicada aos descendentes de imigrantes poloneses, conforme amostra definida do Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II, composta por um total de 14 pessoas.

5.9 REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Este Estudo de Caso de cunho exploratório e descritivo teve por objetivos aprofundar o entendimento sobre as influências das políticas brasileiras de imigração dos séculos XIX e XX no desenvolvimento da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná), na perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses que a constituíram. Em seu desenvolvimento, essa Colônia viveu diferentes processos, decorrentes das políticas da imigração.

Com base nos propósitos da pesquisa qualitativa, recomendada para os estudos exploratórios e descritivos, a investigação do fenômeno em questão foi realizada. Esse tipo de pesquisa é utilizado, principalmente, quando um fenômeno necessita ser estudado com mais profundidade, uma vez que poucos estudos foram realizados sobre o tema ou população,

conforme já citado na página 20 deste trabalho. “Tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2006, p. 44). Sua abordagem qualitativa apresenta características de caráter epistemológico, relacionada à visão de mundo implícita na pesquisa, pois busca uma compreensão subjetiva da experiência humana; a coleta de dados apresenta descrições de pessoas, de situações, de acontecimentos, de vivências de significativo valor. E o método de análise busca a compreensão dos significados (MARTINS; BICUDO, 1989).

A pesquisa foi aplicada aos descendentes dos primeiros imigrantes poloneses, definidos do Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II, que constituíram a amostra intencional, tipificada, formada por sete descendências de três gerações cada. A 3ª geração, formada pelas pessoas idosas; a 4ª geração, pelos adultos; e a 5ª geração, pelos jovens; De acordo com o planejamento inicial, a representação teria um total de 21 participantes, mas nem todas as gerações que integravam esse processo de escolha são residentes na Colônia, portanto, 14 pessoas participaram da pesquisa. Nesse processo “é fundamental entender, porém, que a forma aleatória intencional da amostra, tem como finalidade a credibilidade dos conteúdos e não a sua representatividade” (PATTON, 1990, p. 180).

Assim, ao oportunizar-se a aplicação da pesquisa a esses descendentes de imigrantes, buscou-se a credibilidade e mais informações sobre a história das famílias, suas origens, descendências, que foram enriquecidas pelos relatos, vivências e experiências de vida, repassadas por gerações. Mesmo que, às vezes, as histórias relatadas evidenciavam-se de forma fragmentada, percebeu-se um esforço dos entrevistados em relatar aspectos de toda a história que envolvia a imigração da Colônia Dom Pedro II.

Dessa seleção inicial, algumas pessoas se recusaram a participar da entrevista. São pessoas que diante de contatos esporádicos demonstram ser possuidoras de um conteúdo substancial sobre o assunto, mas para a pesquisa apresentavam insegurança e certa resistência. As justificativas passavam pelos seus perfis de colonos simples, humildes, pela pouca escolaridade, são retraídos em sua polonidade, em seu mundo construído e amparado pela família, com uma limitada participação social na comunidade.

Para aplicação da pesquisa em uma realidade sociocultural constituída como a Colônia Dom Pedro II, a pesquisadora teve que adotar uma atitude de flexibilidade, interação, humildade, adoção de uma linguagem simples e a língua no idioma falado, polonês, e, às vezes, recorrer ao hibridismo, à mistura do polonês aportuguesado. Cada entrevista demandou a necessidade de um planejamento, combinando-se os horários dos dias da semana com as variações meteorológicas, relacionando-se os horários de trabalho na agricultura, cultivo de

plantas ou colheita, com o tempo de seca ou período de chuvas. Na Colônia, os colonos acordam muito cedo e trabalham o dia todo. Ao escurecer, jantam, logo em seguida rezam o terço em família e dormem cedo, para descansar e madrugar para o trabalho do dia seguinte. Em período de plantação e colheitas, trabalham com máquinas, adentrando a noite. Nesse período da coleta de dados da pesquisa, que coincidiu com a colheita e debulha de feijão, houve necessidade de remarcar os dias de pesquisa, mesmo assim em entrevista agendada para certo sábado, às 16 horas, encontrou-se famílias trabalhando na colheita de feijão, tendo que aguardar o término do serviço. Se o feijão não for colhido no tempo seco, ao caírem as chuvas, ele faz a brota nos cachos, dando prejuízo aos colonos que vivem da produção agrícola. Da mesma forma, os que haviam agendado para as tardes de domingo, 17 horas, em duas situações, as famílias estavam com visitas de familiares e não havia possibilidade e nem ambiente para realização da pesquisa e registros, necessitando-se um novo agendamento. Na Colônia é hábito as pessoas, ao se visitarem aos domingos, comunicarem-se no encontro durante as celebrações de missas ou a maioria chega de surpresa, não costumam prevenir a família a ser visitada. Em função disso, na Colônia é costume as mulheres fazerem a fornada de broa assada e outras guloseimas no sábado, para as possíveis visitas de domingo.

Para a realização da pesquisa de campo, fez-se o agendamento e uma breve explanação no primeiro contato sobre os objetivos e a escolha do familiar para participar da entrevista. No dia agendado para entrevista, cada família a ser visitada criava, na pesquisadora, uma expectativa e um estado de tensão, pois não podia se imaginar como seria o acolhimento, a receptividade, o entusiasmo e a colaboração dos entrevistados e da família, com entraves, limitações, oscilações de humor, ou, ainda, livre e com bom senso. A maioria das famílias polonesas da Colônia Dom Pedro II é reservada, de perfil simples e muito humilde em conceder informações de qualquer natureza de seu domínio. Ao sentirem algum indício de risco, danos ou ameaça, que possam afetar a si ou a sua família pela sua exposição, quebra-se a confiança e excluem-se imediatamente do compromisso proposto, sem perspectivas de retorno. E seus resquícios podem perdurar por muito tempo, ficando marcado na comunidade como a pessoa indesejável, “falsa que expõe a família”, cuja confiança dificilmente é recuperada.

Neste processo, para a realização da pesquisa era necessário o estabelecimento da confiança, da empatia entre o entrevistador e o entrevistado desde o primeiro contato, no

momento do agendamento da entrevista. “A confiança e a cooperação articulam-se em um cenário”, segundo Thompson (1991³⁷, apud Do Nascimento; Labiak 2011, p. 55).

Em um território constituído como a Colônia Dom Pedro II, esse atributo favoreceu a formação colaborativa, quando se estabelecia certa empatia para aceitar o outro, mediante a confiança mútua, a partir da relação social estabelecida. A confiança é um componente básico do relacionamento, mas não único. “[...] confiar no outro, de modo a atingir eficazmente os objetivos, levam ao estabelecimento da relação”, Baudry, (1995)³⁸, apud Do Nascimento e Labiak, (2011, p. 13). Na Colônia, a confiança é o elemento base para a formação das relações sociais que, juntamente com os dados sobre o território, complementados por informações agregadas à imigração, se constituíam em atributos elementares de colaboração do conhecimento para a pesquisa.

Em certas famílias, havia necessidade de assuntar e ouvir as ocorrências sobre a agricultura, as frustrações do trabalho na lavoura, das perdas da produção em função da seca, dos problemas de saúde, de situações enfrentadas pela família e dos acontecimentos na Colônia, para depois inserir o familiar nos interesses da pesquisadora e da entrevista da pesquisa. Em quase todas as entrevistas realizadas, os demais familiares residentes na casa se faziam presentes, ouviam com interesse o processo da pesquisa e, às vezes, interagiam, aguçando as lembranças da história de seus antepassados, relacionadas à imigração, seus desdobramentos, enquanto ficavam observando a proximidade de sua finalização, para preparar a mesa com guloseimas ou o café da Colônia. Mesmo as entrevistas realizadas com jovens, seu agendamento ocorria de preferência em horários em que os demais familiares estivessem presentes, que, neste caso, em suas respostas recorriam aos pais ou aos avós, como apoio para a pesquisa. O cenário da entrevista compunha-se da entrevistadora, do entrevistado, normalmente sentados ao redor da mesa na cozinha ou na sala da casa da família, acompanhados dos demais familiares presentes. Ao entrevistar os idosos e alguns adultos, estes escolhiam um filho ou neto como apoio, para a tradução das respostas da pesquisa do polonês para o português e a sua descrição no formulário da pesquisa.

Assim, em meio aos vários entraves ocorridos, a pesquisa foi aplicada com os colonos selecionados na amostra, que, a princípio, se mostravam surpresos por serem escolhidos como descendentes dos primeiros imigrantes da Colônia e, ao mesmo tempo, sentiam-se orgulhosos, demonstrando a importância de ter o sobrenome da família

³⁷ THOMPSON, Grahame et al. **Introduction**. In THOMPSON Markets, hierarchies & Networks: the coordination of social life, Londres: Sage publications, 1991.

³⁸ BAUDRY, Bernard. **D'économie des relations interente presis**. Paris. Presses Universitaires de France, 1995.

identificado e selecionado para a participação da pesquisa. Em certos casos alegavam que, por tratar-se de uma história com fatos ocorridos em período longínquo, a partir de 1876, as dificuldades para lembrar-se de detalhes seriam evidentes. Mas, ao se estabelecer o diálogo, explanar o protocolo com a justificativa e os objetivos da pesquisa no idioma polonês, os conteúdos se revelavam com muita riqueza de detalhes.

Assim, a primeira técnica de pesquisa utilizada para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Por se tratar de um estudo de caso sobre as políticas imigratórias e o desenvolvimento do território da Colônia Dom Pedro II, sob a percepção dos descendentes que a construíram, tema este ainda pouco explorado, que requer um aprofundamento de seus aspectos, esta entrevista foi considerada a mais adequada, por possibilitar uma investigação mais rica, detalhada e profunda na coleta dos dados. Para esse tipo de entrevista, o papel do entrevistador é fundamental. Seu processo não se limita apenas a fazer perguntas, mas orientar e estimular o entrevistado, a partir de um ambiente flexível e de harmonia (RICHARDSON, 1999).

Ao aplicar a entrevista aos descendentes de imigrantes da Colônia, já na introdução sobre o assunto e objetivos explanados, eram feitos comentários sobre a história familiar e sobre o processo da imigração ocorrida na Colônia Dom Pedro II. Ao ser perguntado sobre os ascendentes que vieram da Polônia para a Colônia, explanavam a história da família e suas ramificações de descendência que se constituíam em verdadeiras árvores genealógicas das famílias entrevistadas, encontrado no Apêndice D. As respostas da pesquisa nem sempre seguiam o roteiro proposto no formulário da pesquisa. A cada pergunta formulada abria-se um diálogo permeado pelo contexto histórico e pelos aspectos políticos, sociais, dos acontecimentos da conjuntura do continente europeu, que envolviam os familiares, seus antepassados, os bisavós e os avós no processo da imigração, desde a saída da Polônia, a travessia do oceano e os acontecimentos da viagem, até a chegada, acomodações e o início da vida na Colônia, o sonho da conquista das terras, as dificuldades e o sofrimento enfrentados. Pelas narrativas do diálogo foram se estruturando itens importantes e, depois, eram acrescentados às repostas do formulário da pesquisa. Dependendo do ânimo dos entrevistados, as respostas eram acompanhadas de uma gama de gestos, diferentes entonações de voz, sinais não verbais, alterações de ritmo expressas na comunicação não verbal, importantes para a compreensão dos significados das respostas. Além das respostas dos conteúdos das entrevistas descritas em formulário da pesquisa, houve o registro complementar dos conteúdos das falas, descritas pela pesquisadora em um Diário de Campo, durante o desenvolvimento da pesquisa.

As entrevistas duravam em média uma hora e trinta minutos cada e algumas chegaram a durar até duas horas, pois dependia do ânimo dos entrevistados e dos demais familiares que interagiam, recorrendo-se às lembranças históricas dos “causos” e dos fatos ocorridos, relacionados à imigração que, em certas situações, embora não fizessem parte das respostas, não havia possibilidade em fragmentar as falas. Era preciso habilidade para ouvir, conduzir e retornar aos objetivos da pesquisa. Em situações como esta, o pesquisador não deve perder de vista o foco da pesquisa. Gil (1999, p. 120) explica que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. No uso dessa técnica, aplicada a essa realidade, o pesquisador não pode se utilizar de outros entrevistadores para realizar a entrevista, mesmo porque é necessário um bom conhecimento do assunto. Segundo Gil (1999), em função desta possibilidade, deve-se cuidar para que o entrevistador não influencie ou interprete as respostas, apenas as reproduza e que não improvise. Pois, de acordo com Richardson (1999), a entrevista refere-se ao ato realizado entre duas pessoas, porém, deve seguir um rigor metodológico e científico.

O término das entrevistas se efetivava com o registro de fotos dos entrevistados, para demonstrar a concretização da pesquisa com a presença do pesquisando. Nessa oportunidade, os demais familiares também mostravam interesse em participar, fazendo-se necessário o registro fotográfico de todos os membros da família presentes. Neste caso, a pesquisadora assumia o compromisso do retorno à família, para a entrega das fotos, como resposta da confiança estabelecida e informar os resultados da pesquisa. E, mesmo esgotando-se o tempo da entrevista e o seu término, no diálogo durante o café oferecido pela família e, ou na demonstração da produção agrícola, dos animais na propriedade, na visita ao jardim da casa para apreciar as flores sob o cuidado e orgulho das mulheres, ou ao mostrar o lugar sagrado da casa, a sala de orações da família, os assuntos da pesquisa continuavam sendo abordados como reminiscências dos antepassados, fazendo-se uma analogia com o presente. Na despedida das famílias após a entrevista, a maioria sugeria e indicavam famílias de referência, dotadas de muita informação sobre a história da imigração dos antepassados na Colônia, que, neste caso, não faziam parte da amostra.

Outro fato interessante ocorrido no processo de coleta de dados, a notícia sobre a pesquisa se espalhou pela Colônia e pessoas idosas da Colônia vinham ao encontro da pesquisadora, com a intenção de colaborar com suas informações. Como não faziam parte da amostra, foi assumido o compromisso da continuidade da pesquisa, fazendo-se uma segunda

etapa e aproveitar o material, implementar a pesquisa e desenvolver um documentário sobre a Colônia Dom Pedro II.

Na realização dessa pesquisa percebeu-se que, embora tenham passado 138 anos do início da imigração polonesa para Colônia Dom Pedro II, as narrativas históricas demonstram que os assuntos voltados ao processo migratório ainda estão fortemente presentes no cotidiano da maioria das famílias. E pela interação geracional de convivência familiar, os jovens e crianças evidenciam o conhecimento histórico de seus ancestrais, mesmo que, às vezes, demonstrado em fragmentos de conteúdos, mas tentam reconstruir a história com base em lembranças das falas, vivências e experiências de vida com seus antepassados, com importantes significados para análise.

6 ESTUDO DE CASO: COLÔNIA DOM PEDRO II (CAMPO LARGO – PARANÁ)

Nesta seção são apresentados o objeto do Estudo de Caso (Colônia Dom Pedro II), os resultados encontrados e a sua análise.

6.1 DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DOM PEDRO II

A Colônia Dom Pedro II³⁹ foi fundada em 7 de julho de 1876 e emancipada em 10 de novembro de 1878 para abrigar os imigrantes poloneses (LIVRO TOMBO, 1876). Teve sua origem a partir da emigração europeia ao Paraná, quando foram instituídos os núcleos coloniais nos arredores de Curitiba. Estruturou-se com base nas propostas de colonização do Governo do Paraná⁴⁰ e localiza-se no Município de Campo Largo^{41,42}, Paraná.

Segundo Almeida (1984), a colonização de Campo Largo, em grande parte, desenvolveu-se pelos imigrantes europeus, os quais se instalaram em diferentes Colônias. Originou-se como Distrito Judiciário pela Lei nº. 23, de 12 de março de 1841, da comarca de Curitiba, na localidade de Nossa Senhora da Piedade em Tamanduá. A colonização iniciou no primeiro distrito, na Colônia Assungui (1860), na localidade de São Silvestre, por colonos ingleses. Seguiam promovendo a colonização, loteando as terras e vendendo, principalmente, para colonos vindos de outras colônias, surgindo novos e importantes núcleos como Mendes de Sá (atual Rondinha e Sereia), Mariano Torres (atual Rio Verde). Sua base econômica se constituía por fazendas de mineração de ouro, pecuária, invernada e de agricultura, desde o final do século XVIII. Suas terras eram doadas pelo governo em sesmarias e posse, habitadas por fazendeiros e escravos e por brasileiros. A região era desprovida de instituições escolares e religiosas até a chegada dos imigrantes.

Em 02 de abril de 1870, pela Lei provincial nº 219, foi criado o município de Campo Largo, como território desmembrado do Município de Curitiba, com sua instalação em 23 de

³⁹ Mapa de Localização – Anexo D

⁴⁰ Mapa de Localização – Anexo B e E

⁴¹ Mapa de Localização – Anexo C

⁴² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

fevereiro de 1871. A Lei Provincial nº 685, de 6 de novembro de 1882, concedeu à sede municipal, foros de Cidade, composto pelo único distrito até 1911. Em de 20 de outubro de 1938, pelo Decreto-lei Estadual nº 7573 foi criado o distrito de Ferraria, com terras desmembradas do extinto distrito de Nova Polônia, do Município de Curitiba, anexado ao Município de Campo Largo. E em 1951 contava com quatro distritos, Bateias, Ferraria, Três Córregos e São Silvestre, permanecendo esta divisão na atualidade (ALMEIDA, 1984).

A Colônia Dom Pedro II, desde a colonização, se estruturou na localidade à margem do rio Poça-Uma (Passaúna), ao lado da Colônia Orleans e Riviera, próximo à estrada Mato Grosso que dava acesso aos Campos Gerais. Segundo dados de Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II⁴³, no Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná⁴⁴, essa Colônia estruturou-se em terras devolutas que foram tituladas pelo Governo da Província do Paraná em 1876. E as demais terras para a colonização foram adquiridas da Família de Mariano Torres, que fazia divisa com a localidade de Campo Magro (BILINOSKI, 1997). Integrava o Distrito de Ferraria, um prolongamento da Colônia Riviera, inclusive na divisão territorial e na numeração dos lotes.

Teve sua fundação em julho de 1876 e foi emancipada em 10 de novembro de 1878, contendo 226 ha e 28 lotes, que serviram para abrigar emigrantes poloneses provenientes das regiões da Galícia, província da Silésia, Polônia, então sob a ocupação e domínio da Áustria (WACHOWICZ, 1976). A princípio, a Colônia recebeu o nome de Nova Polônia, posteriormente mudou para Dom Pedro II, uma homenagem ao Imperador do Brasil pela sua visita a este local, na passagem aos Campos Gerais, quando conheceu as terras da família de Mariano Torres, que foram adquiridas para a colonização, para acomodar os imigrantes poloneses desta colônia (BILINOSKI, 1997). Seus lotes se diferenciavam em tamanho dos outros núcleos coloniais, em média variavam entre 7 ha e 9,4 ha, pela sua localização em uma área mais distante do núcleo central de Curitiba, a 17 km. (WACHOWICZ, 1976).

Os imigrantes europeus e poloneses foram os primeiros a fixar residência na Colônia Dom Pedro II, num sistema considerado rural para desenvolver atividades agrícolas em função da própria característica camponesa, originados das aldeias nas regiões agrícolas da Polônia. Esta Colônia oferecia condições que favoreciam a inserção cultural, num ambiente constituído por uma geografia de relevo que oscilava entre as terras planas em certas áreas, com ondulações e declives. Constituía-se de clima tropical úmido no inverno e seco para

⁴³ Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II. Departamento de Geografia, Terras e Colonização sob o nº 0148-01 fl.143- 1876. Instituto de Terras e Cartografia do Paraná.

⁴⁴ Cadastro Territorial do Estado – Colônias do Núcleo de Curitiba – Anexo A e E.

variado nas outras estações do ano. Sua paisagem bucólica, com características que se assemelhavam com as paisagens da Europa, de florestas com matas e rios cortando as terras que desembocam no rio Poça-Uma (Passaúna) (BILINOSKI, 1997).

Em quase sua totalidade, a extensão territorial da colônia era revestida pela floresta tropical e subtropical. Os imigrantes encontraram a região coberta por extensa floresta de pinheiros, cedros, imbuías, entre outras de valor comercial inferior. Também encontraram locais que continham plantação de ervais nativos, cuja extração compunha a base econômica inicial, juntamente com a agricultura de subsistência. Isso começou a mudar nas primeiras décadas do século XX, quando se sucederam diferentes formas de implantação da infraestrutura viária, constituída por trilhas, picadas, caminhos carroçáveis e estradas, sendo suas construções realizadas por imigrantes do núcleo colonial. As vias de comunicação terrestre tiveram por objetivo ligar a localidade com o Centro da capital da Província do Paraná, à estrada de Mato Grosso e às demais colônias da região (BILINOSKI; SIKORA, 1997).

Os primeiros imigrantes constam do Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II⁴⁵, conforme registro em documentos do Arquivo Público do Paraná (2013), conforme o nº de seus lotes de terra, descritos no Quadro 5.

Quadro 05 - Cadastro do núcleo da Colônia Dom Pedro II – 1876

(Continua)

Nome	Número do Lote
João Hyla	Lote nº98
Augusto Jazcerski	Lote nº99
José Laskoski	Lote nº100
José Putulski	Lote nº101
Pedro Brzoski	Lote nº102
Anna Putulski	Lote nº103
Francisco Romkoski	Lote nº104
Jose Balzer	Lote nº105
Jose Lass	Lote nº106
Jose Przebyszowski	Lote nº107
João Stobzenski	Lote nº108
João Stobzenski	Lote nº109
Jose Zelinski	Lote nº110
Augusto Gronkoski	Lote nº111
Roberto Homan / Francisco Ciarochoroski	Lote nº 112
Simão Mukwieski	Lote nº 113
Estanislau Doynski	Lote nº 114
Ilário Salenski	Lote nº 115
Leonardo Gorenski /Adam Bilinoski	Lote nº 116

⁴⁵ Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II. Códice 858.1876. Arquivo Público do Paraná.

(Conclusão)

Nome	Número do Lote
Leonardo Gorenski /André Bilinoski	Lote nº 117
Francisco Emerit Julgai / Miguel Rendak / Jan Borkowski	Lote nº 118
Paulo Wisniarski	Lote nº 119
Bráz Rozycski	Lote nº 120
Felyp Mazur	Lote nº 121

Fonte: Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II. Códice 858.1876/1878. Arquivo Público do Paraná, (Doc. manuscrito).

Os primeiros imigrantes europeus compunham um grupo de 69 pessoas, provenientes de Lucena (Itaiópolis), Santa Catarina. Segundo Bilinoski (1997), os imigrantes encaminhados para esta Colônia tiveram apoio de Edmundo Wós Saporski, mediador da imigração polonesa na Província do Paraná e auxiliou no deslocamento dos poloneses para o Paraná e para esta colônia. Sua população inicial era composta por várias nacionalidades, conforme mostra a tabela 6:

Tabela 06 - Colônia Dom Pedro II por Nacionalidade - 1876/1878

DOM PEDRO	1876	1877	1878
Silesianos	-	19	-
Poloneses Galicianos	35	-	5
Poloneses Prussianos	20	-	88
Suíços	3	5	-
Franceses	-	7	-
Ingleses	-	7	7
Italianos	-	-	3
Total	69	38	103

Fonte: Adaptado de Ofício 1878 vol.1. Arquivo Público do Paraná.⁴⁶ Wachowicz (1976).

Como pode ser verificado na Tabela 5 os três primeiros grupos que compõem os emigrantes europeus, além de poloneses da Galícia e da Silésia, encontravam-se também outras etnias. Segundo Dembicz e Smolana (1993), nas seguintes fases da imigração os grupos de imigrantes se originavam da parte ocupada pela Áustria, das regiões da Galícia, Opole, Cracóvia, Katowice e das fronteiras com a Ucrânia.

Entre os demais imigrantes que colonizaram a Colônia Dom Pedro II, houve famílias reimigrantes de outras Colônias, que procuravam se agrupar junto aos seus familiares. Nessa

⁴⁶ Ofício. Quadro Estatístico da população de Imigrantes de diversas nacionalidades estabelecidas nas colônias fundadas nas circunvizinhanças da cidade de Curitiba, organizado pelo agente oficial de colonização, João Batista Brandão de Proença, ao Presidente da Província, em 01/01/1878 / Ofícios 1878 vol.1. Arquivo Público do Paraná (documento manuscrito).

relação encontram-se as famílias: Niemiec, Mierzwa, Lalik, Nalepa, Kossoski, Sikora, Hayduk, Kmiecik, Mika, Biernaski, Wałenga, Sedłowski, Słomski, Halerz, Dombroski, Spaki, Rugicki, Rendak, Surek, Burnat, Burkoski, Gogola, Schysta, Czelusniack, Kamyenski, Gorski, entre outros, que foram se inserindo na Colônia Dom Pedro II. A maioria era procedente da Galícia e das regiões da Silésia. Os imigrantes de outras nacionalidades, como suíços e franceses, iniciaram as atividades agrícolas nesta colônia, mas abandonaram o núcleo colonial e os poloneses permaneceram (SWIERCEK, 1980; SIKORA, 1997).

6.2 CARACTERIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO DA COLÔNIA DOM PEDRO II

No processo colonizador, a Colônia Dom Pedro II foi uma das mais distantes do núcleo de Curitiba, situada a 17 km. Os imigrantes encontraram o núcleo em formação, os terrenos estavam sendo demarcados pelo Governo. As famílias aguardavam em locais para acomodação de imigrantes, próximo a Curitiba (BILINOSKI, 1997). Os imigrantes nesta Colônia, apesar da dificuldade de acesso, das matas e da condição do solo, tinham a situação de vida melhor do que possuíam na Polônia, onde a maioria perdeu tudo (KULA, WACHOWICZ 1977).

Depois de assentados no núcleo da Colônia, segundo Swiercek (1980), os poloneses permaneceram nas terras adquiridas do Governo e procederam à organização da propriedade nos seus lotes. Os imigrantes de outras nacionalidades abandonaram as terras da localidade e buscaram oportunidades em outras colônias. Havia imigrantes inadaptáveis ao núcleo colonial determinado pelo Governo. Esses colonos, muitas vezes, entravam em conflito com os diretores dos núcleos colonizadores, exigindo melhorias para as condições de trabalho, moradia, estradas, ou pelo seu descontentamento com o tratamento dado, pelo descaso das autoridades (SIKORA, 1997).

A princípio, a Colônia Dom Pedro II era habitada por caboclos e brasileiros e, na medida em que os imigrantes foram chegando, as terras eram compradas por valores insignificantes e agregadas aos seus lotes de terreno recebidos do governo. Nem todos os lotes possuíam casas. No entanto, os colonos em mutirão procediam à construção de habitações com a matéria-prima encontrada na Colônia. Havia famílias que seguiam padrões propostos pelo Governo da Província, outros, aproveitando a abundância das terras recobertas por

árvores de pinheiros araucária, construíram suas casas conforme as características das regiões da Polônia (SIKORA; BELINOSKI, 1997).

A socialização revelava a reprodução dos padrões ancestrais de vida e produção, sustentada pelas características culturais e ideológicas dos imigrantes, demonstrando certas resistências aos costumes brasileiros (WACHOVICZ, 1981). O aspecto patriarcal, tradicional, caracterizava a família polonesa que era composta de pai e mãe, ambos da mesma etnia, com variado número de filhos, uma média de 6 a 10, agregavam também à família, os tios e avós. Suas relações eram reforçadas por laços parentais, de amizade, solidariedade, religião e etnia. A organização social se constituía pelo conhecimento dos saberes ancestrais, práticas culturais e tradicionais originárias das regiões da Polônia. Isso caracterizava o modo de organização da vida social, religiosa, moradia, trabalho doméstico e agrícola que reproduziam no cotidiano da Colônia. Assim, a socialização na Colônia era baseada na construção de um relacionamento fundado em características de identidade étnica, parentesco, religião, solidariedade e confiança no outro (BILINOSKI, 1997).

As manifestações culturais e das tradições presentes na vida dos poloneses, vividas desde o período da imigração, desenvolviam-se no decorrer dos séculos XIX e XX, com base no conhecimento ancestral, geracional, originado na Polônia. Entre as tradições estão as celebrações religiosas, festivas, o modo de ser e viver dos poloneses. Encontra-se a música, o folclore, a alimentação típica, patrimônio material e imaterial. Segundo Sikora e Belinoski (1997), na Colônia Dom Pedro II,

a cultura polonesa é representada pelas tradições, o modo de vida, trabalho, jeito de ser, as danças populares, folclore, canto polonês, versos, música popular e folclórica, a expressão da língua falada e escrita, culinária, o artesanato de flores de papel, as festas da cultura, as atividades religiosas, arquitetura das casas dos poloneses, o que eles sabem fazer, isso é o patrimônio cultural dos poloneses.

Os imigrantes eram acostumados a uma intensa vida espiritual e religiosa no seu país. Os católicos poloneses desejavam desenvolver as suas atividades tendo a paróquia como centro da vida social, uma pequena igreja, como nas aldeias da Polônia (WACHOWICZ 1981). Trouxeram consigo, como característica, uma religiosidade profunda, originária da Polônia. Veneravam a Nossa Senhora de *Częstochowa* (do Monte Claro). Com a inexistência de capela na Colônia Dom Pedro II, para professar a sua fé, buscavam apoio da Capela de Santo Antônio (1903), do núcleo da Colônia Orleans, para realizar as suas atividades religiosas (LIVRO TOMBO DA COLONIA ORLEANS, 1876 a 1885). Nesse período, esses imigrantes poloneses professavam sua fé diante dos Cruzeiros construídos nas principais entradas da Colônia

(SIKORA, 2008). As famílias reuniam-se para as orações do terço, de ladainhas, de novenas, para pedir e agradecer as chuvas para a lavoura e em Ação de Graças pelas colheitas. Em polonês rezavam e entoavam cantos como *Królu Boży, Serdeczna Matko i Gwiazda Śliczna* (BELINOSKI, 1997). A Cruz, símbolo da emigração polonesa desta Colônia, foi instituída em 1901, na entrada principal da Colônia Dom Pedro II. Foi construída por uma Comissão coordenada por Gaspar Valenga, pelo Padre Miguel Mientus e por um grupo de colonos poloneses (LIVRO TOMBO DA COLÔNIA DOM PEDRO II, 1876). Essa comissão desenvolvia a liderança, tomava conta do núcleo colonial e servia de apoio aos imigrantes.

A maioria dos imigrantes não possuía escolaridade básica, eram analfabetos. Sua comunicação se limitava à língua polonesa na família, na escola e na igreja, apoiavam-se em sacerdotes da igreja católica, que atendiam as colônias polonesas da região ou através de pessoas mais cultas de referência dos colonos na colônia (BILINOSKI, 1997). Em trabalho de mutirão e solidariedade conjunta, os colonos construíram a primeira escola étnica em 1908. Nesse ano, as Irmãs Religiosas da Sagrada Família assumiam o trabalho de educação dos filhos de imigrantes na Colônia. E mais tarde, em 1933, em conjunto, os colonos, com o apoio da igreja, construíram a primeira capela, uma sala anexa à escola, que se tornava a Capela Nossa Senhora da Anunciação, inaugurada em 25 de março desse mesmo ano (LIVRO TOMBO DA COLÔNIA DOM PEDRO II, 1876). Com a instituição da Capela provisória, construída na Colônia, os colonos, a partir desse ano, passaram a se reunir para as suas atividades religiosas (BILINOSKI, 1997).

Segundo Bilinoski (1997), o trabalho agrícola se realizava com base nos costumes e tradições originados da Polônia. Desde o início, os colonos imigrantes na Colônia se dedicaram ao trabalho de cultivo da terra. Esse trabalho exigia um esforço coletivo no desmatamento das terras para a extração das matas e produção. O trabalho agrícola apresentava um caráter familiar de subsistência, realizava-se por meio de instrumentos e técnicas primitivas de trabalho de força manual e animal. Dedicavam-se ao cultivo do centeio, trigo, batata, milho, repolho, feijão, cebola, à extração da erva-mate e da madeira. Segundo Sikora, Corrêa da Silva e Do Nascimento (2013), as rotinas de trabalho na Colônia traziam a questão de gênero na organização de atividades. Aos homens se designava a administração da propriedade, as atividades do trabalho agrícola externo, manuseio de instrumentos e tecnologias da época, compostas por artefatos agrícolas de força manual e o transporte em carroças. A mulher, na condição de submissão ao sistema patriarcal, assumia um trabalho multifuncional, dividido entre a maternidade, o serviço doméstico e o trabalho no campo em um sistema integrado e geracional desde a infância. No transcorrer dos anos, os colonos

imigrantes foram introduzindo diferentes técnicas de trabalho e novos produtos agrícolas. Segundo Ales (1997), nos períodos de entressafra os colonos assumiam o trabalho do Governo, na abertura de estradas para comunicação entre as colônias, para o deslocamento de carroças. “Além do trabalho nas estradas do núcleo, o colono encontrava serviço nas obras públicas gerais” (RELATÓRIO DO GOVERNO DO PARANÁ, 1877, p. 80).

O trabalho na área rural consistia no cultivo da terra, ocupando os períodos dos ciclos de cultivo agrícola anual. “Na agricultura, no início os poloneses, apesar de seu atraso com relação aos moldes da Europa Ocidental, sentiram sua superioridade técnica” (WACHOWICZ, 1981, p. 12). Segundo Ales (1997), no transcorrer dos anos do século XX, os colonos imigrantes foram introduzindo diferentes técnicas de trabalho e novos produtos agrícolas, trazendo algumas melhorias para a área agrícola, que se desenvolvia de forma morosa. Após a década de 1960, o governo viabiliza várias formas de desenvolvimento e financiamento para a agricultura. Desenvolve-se o trabalho mecanizado, ampliando a produção e a comercialização agrícola. Segundo registros de Bênção de Casas da Paróquia Nossa Senhora da Anunciação, da Colônia Dom Pedro II (2013), atualmente a Colônia se compõe de 180 famílias. Destas, 70 % são descendentes de imigrantes poloneses e 30% se compõem de outras nacionalidades. A maior parte das famílias possui pequenas e médias propriedades, entre 8 e 25 hectares de terra. A atividade econômica se divide entre a agricultura tradicional familiar, com o cultivo da soja, trigo e milho, orgânica, agroindústrias de farinha de milho, silos de secagem de grãos, suinocultura, floricultura, marcenarias, agronegócio, de turismo rural, entre outros profissionais liberais, professores e diaristas da cidade e de lavoura.

6.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste item são apresentados os resultados da pesquisa e suas respectivas análises.

6.3.1 Análise das Categorias da Pesquisa

No procedimento de análise, recorreu-se ao método de análise de conteúdo para o tratamento dos dados coletados nas entrevistas. Seus resultados formaram o inventário do lócus da pesquisa, que foram submetidos à análise e interpretação, em duas etapas. Nesse processo diante do problema de pesquisa proposto, optou-se pela utilização de duas técnicas de análise de conteúdo, visando atender os procedimentos de categorização e a inferência. Segundo Bardin (2009), produzir inferência acerca de determinada mensagem significa fundamentar com teorias, de forma concreta, as mensagens, considerando-se o contexto histórico e social de sua constituição. Nesta pesquisa, a categorização e a inferência se formaram pela análise categorial e a análise do discurso.

Segundo Bardin (2009), em uma análise qualitativa, a análise categorial fundamenta-se na apresentação ou não de temas. Suas características de conteúdo são encontradas na totalidade do texto, identificadas no relato das entrevistas transcritas. Os procedimentos previstos para esse tipo de análise compreendem a designação de unidades de contexto e de registro. Este procedimento possibilita decodificar os conteúdos e seus significados a partir dos recortes das entrevistas e a inferência por meio da correlação em base teórica.

No questionário dessa pesquisa, para a análise do conteúdo das entrevistas, considerou-se o uso de sentenças e frases que compuseram as unidades de análise definidas pelos recortes dos textos, obtidas por meio de mensagens e suas significações, no contexto das entrevistas. Sua validação ocorreu, segundo Bardin (2009), ao se relacionar os conteúdos das entrevistas concedidas pelos descendentes de imigrantes da Colônia Dom Pedro II, que, confrontada com a teoria da pesquisa, possibilitou a sua interpretação.

Para facilitar o entendimento, as unidades de contexto, respectivas propostas de codificação originadas e as unidades de registro, foram divididas em quatro blocos. Primeiramente, a partir de 4 categorias formaram-se as 23 subcategorias apriorísticas, que compõem as unidades de contexto, formuladas a partir da codificação temática dos textos da pesquisa, de acordo com os exemplos de Bardin (2009). Após os dados coletados na pesquisa com os descendentes dos primeiros imigrantes poloneses da Colônia Dom Pedro II, foram agrupados por categoria de gerações e classificados a partir dos recortes, que originaram as subcategorias não apriorísticas, procedendo-se à análise de conteúdo e à inferência.

As categorias do questionário da pesquisa referem-se a: I - dados biodemográficos dos descendentes, respondentes da pesquisa; II- dados sobre a imigração europeia no Brasil; III - as políticas brasileiras de imigração e colonização; IV- desenvolvimento do território da Colônia Dom Pedro II.

No que se refere à primeira categoria, ela é constituída pelos dados biodemográficos resultantes da amostra de 14 pessoas, que compõe a pesquisa, formados pelos descendentes dos primeiros imigrantes do núcleo da Colônia Dom Pedro II, conforme demonstrado no Quadro 6.

Quadro 06 - Dados Biodemográficos dos respondentes da Pesquisa

Descendentes dos primeiros imigrantes da Colônia Dom Pedro II - 1876		
Categoria	Subcategorias	Quantidades
Idade	Média	50
	Mínimo	16
	Máximo	84
Sexo	Masculino	4
	Feminino	10
Escolaridade	1ª à 8ª Fundamental Incompleto	7
	1ª à 8ª Fundamental Completo	0
	1º a 3º Médio Incompleto	1
	1º a 3º Médio Completo	4
	Superior Incompleto	0
	Superior Completo	2
Estado Civil	Solteiro (a)	4
	Casado (a)	7
	Viúvo (a)	3
	Divorciado (a)	0
Profissão / Trabalho	Produtor Rural / Agricultor	5
	Lavrador Aposentado (a)	3
	Auxiliar de Escritório	1
	Auxiliar de Serviços Gerais	2
	Estudante	1
	Professor (a)	2
Religião	Católica	14

Fonte: Dados da pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Em relação aos respondentes da pesquisa realizada com os descendentes dos primeiros imigrantes poloneses da Colônia Dom Pedro II, na amostra de 14 pessoas que participaram da pesquisa, a idade variou entre 16 a 84 anos, englobando três gerações de descendências. A 3ª geração, composta por idosos; a 4ª geração, constituída por adultos e a 5ª geração, formada pelos jovens dessas famílias. A escolaridade teve uma variação entre o fundamental incompleto e completo, apresentada pelos agricultores, produtores rurais e os aposentados. Os demais integrantes da pesquisa se diferenciaram pelas suas profissões de trabalho, de escritório e um estudante, apresentando uma escolaridade entre o ensino médio completo e incompleto. Os professores que integraram a pesquisa apresentaram a formação superior completa, que, embora tenham as suas atividades fora da Colônia, no entanto são

moradores da Colônia e nela desenvolvem atividades religiosas de Catequese, de liturgia e de cantos. Nesse processo, a escolaridade não interferiu nas respostas, uma vez que a pesquisa se fundamentava no processo histórico familiar, relacionado à imigração e à colonização na Colônia Dom Pedro II. E quanto à religião, em sua totalidade são católicos praticantes.

Na amostra pesquisada, foi observado que em termos de idade, as pessoas da 3ª geração, ou seja, representados pelos idosos da pesquisa, em suas narrativas mantêm viva a história da imigração e colonização sobre os fatos e os acontecimentos que permeiam esse período. Por sua vez, o grupo que representou a 4ª geração, constituído pelos adultos da pesquisa, os que tiveram maior proximidade de convivência e mantiveram maior contato com as vivências históricas com seus avós, bisavós ou tios idosos, trouxeram significativas contribuições. Da mesma forma, os jovens, que representaram a 5ª geração, os que tiveram a convivência com a família próxima aos avós, conseguiram responder melhor a pesquisa, pois, às vezes, buscavam apoio de seus familiares. Em todas as situações, nos diálogos que permeavam a pesquisa, aguçavam-se as lembranças com reproduções históricas recontadas ou vividas pelos seus antepassados na convivência familiar, conforme os acontecimentos de diferentes épocas do final do século XIX e XX, que ainda se mantêm latentes, cujos significados demonstram relevância histórica, atualmente, na vida destas famílias.

6.3.2 Categoria de Análise: A Imigração Europeia no Brasil

Ao se analisar a segunda categoria de pesquisa, ela é constituída pelos elementos pertinentes à imigração europeia no Brasil e se refere às questões de imigração, caracterizada pelos movimentos migratórios, resultantes de vários fatores que envolvem a mobilidade humana. No continente europeu, vários países passavam por mudanças e transformações originadas de conflitos políticos e econômicos, entre eles a Polônia. No contexto brasileiro, o fenômeno da imigração se originou de fatores econômicos e políticos. Desenvolveu-se em várias fases entre o século XIX e início do século XX, vinculada à ocupação demográfica, colonização, estruturação produtiva de policulturas e o desenvolvimento econômico.

A imigração europeia iniciou-se antes de 1850 e se intensificou a partir de 1870, principalmente nas Províncias Meridionais, Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre o final do século XIX e início do século XX, atraídos pela política desenvolvimentista do Governo Brasileiro. Entre as diversas nacionalidades que integravam

as migrações desse período estão os poloneses, que ocuparam em parte o Núcleo Colonial a partir de 1876.

De acordo com a categoria em análise, sobre a Imigração Europeia no Brasil – os Poloneses da Colônia Dom Pedro II, e, ao procurar saber os motivos que impulsionaram a imigração polonesa, os resultados aparecem descritos no Quadro 7 com diversos significados.

Quadro 07 - Análise da Categoria: Imigração Europeia no Brasil – Questão 01

(Continua)

Subcategoria - Principais motivos que impulsionavam a imigração polonesa para a Colônia Dom Pedro II			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Fatores Políticos	Guerras (A), Revoluções (B), Perseguições (C), Dificuldades (D)	<p>3ª Geração – Idosos <i>Na Polônia havia guerras, revoluções e perseguições aos católicos, não podiam rezar, não tinham liberdade (1). Tiveram guerras e revoluções (2). Tinha muitas dificuldade e perseguição do Governo (3). Por causa das guerras. Eram perseguidos (4). Tinha revoluções e crise muito grande na Polônia (5).</i></p>	A (5) B (7) C (8) D (4)
		<p>4ª Geração – Adultos <i>O Governo perseguia os poloneses. Proibiam falar e dar aulas em Polônês (6). Na Polônia a vida era muito difícil. O governo era muito ruim, os comunistas perseguiram os católicos, brigavam, se batiam com paus(7). Perseguição do Governo, revoltas, revolução (8). Tinha crise no país da Polônia (9). Fugiram da guerra, das crises e perseguições (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens <i>Havia muitas dificuldades na Polônia, revolução e perseguição do Governo (11). Na Polônia, tinha revoluções e perseguições (12). Ouvia-se dizer que estava ocorrendo muita guerra e comunismo (13). Por que existiam guerras (14).</i></p>	
Econômicos	Falta de Terras (A) Desemprego (B) Expulsão (C)	<p>3ª Geração – Idosos <i>Existia desemprego, não tinham terras para plantar (1). Tinha desemprego, pessoas perderam terras e foram expulsos (2). Havia muita miséria, pobreza, não tinham terras, trabalhavam em minas de carvão (3). Desemprego e perda de terras (4) Não tinham terra para plantar e tinha desemprego (5)</i></p>	A (11) B (6) C (3)
		<p>4ª Geração – Adultos <i>Havia desemprego e falta de terras (6) Viviam na pobreza e tinham que dividir os bens com os vizinhos e passavam muita fome (7) Expulsavam os poloneses das terras (8) Muitas dificuldades para sobreviver, não tinham terras (9) Expectativa de uma vida melhor (10)</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens <i>Havia desemprego e falta de terras (11). Tinha desemprego e falta de terras (12). Havia uma grande pobreza por lá (13). Não tinham terras (14).</i></p>	

			(Conclusão)
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Sociais	Pobreza (A) Miséria(B) Fome(C)	3ª Geração – Idosos <i>Havia muita pobreza e passavam fome (1).</i> <i>Muita pobreza e miséria (2).</i> <i>Tinha pouca comida e viviam em extrema miséria (3).</i> <i>Por causa da pobreza e dificuldades (4).</i> <i>Existia muita pobreza e as pessoas passavam fome (5).</i>	A (12) B (7) C (5)
		4ª Geração – Adultos <i>Fugiram para o Brasil por causa da pobreza e miséria (6).</i> <i>Tinha muita pobreza, miséria (7).</i> <i>Pobreza, miséria, desemprego (8).</i> <i>Passavam fome (9).</i> <i>Pobreza (10).</i>	
		5ª Geração – Jovens <i>Havia muita pobreza, miséria (11).</i> <i>Viviam na pobreza e passavam dificuldades e fome (12).</i> <i>Muita pobreza (13).</i> <i>Havia miséria e pobreza (14).</i>	

Fonte: Dados da pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Analisando-se as três unidades de contexto formuladas sobre a imigração europeia ao Brasil, é necessário frisar que seu estágio perdurou em boa parte entre o século XIX e o século XX. A imigração pôde-se desenvolver por vários fatores, os descendentes de poloneses na pesquisa ressaltam que, a emigração polonesa para o Brasil estava vinculada aos fatores políticos, econômicos e sociais. Pelo conhecimento que possuem dos problemas que seus antepassados enfrentaram na Polônia, relacionam os acontecimentos da época com guerras, revoluções, perseguições, muita opressão, atos de violência e crueldade praticados contra os poloneses.

Nem todos têm entendimento sobre os domínios da Polônia pelas três potências e sua política de dominação. Porém, foi considerado no discurso dos entrevistados o ano de 1876, como o período da emigração polonesa para a Colônia Dom Pedro II, no Paraná. Foi um período em que as emigrações foram motivadas por diversas circunstâncias conjunturais. O contexto europeu se transformava pela revolução industrial, gerando mudanças profundas nos meios produtivos e industriais, comprometendo os padrões econômicos, sociais e humanos de vários países.

No caso dos poloneses, a primeira condição é reconhecer a desestabilização da vida gerada nos vários períodos ocorridos na Polônia. Viviam em condições semifeudais de vida, de cultivo da terra e criação de animais em aldeias agrícolas. Buscavam continuar a vida como camponeses, evadiam-se de países dominados e opressivos da Polônia pelas potências

constituídas pelo domínio dos impérios Austro-Húngaro e Prussiano. Além da Revolução Industrial, a Polônia, sendo um dos países economicamente conceituados na Europa, porém desde 1795 a 1918, vivia a submissão, ao domínio dos países da Rússia, Áustria e Prússia (Alemanha). Corroborando com Stawinski (1976) e Wachowicz (1970), esse domínio originava intensas crises contra os poloneses. Ignoravam-se os direitos constitucionais, desencadeavam-se conflitos, levantes, revoluções sangrentas, confisco de bens, de terras, exílios, ações contra o catolicismo e a polinidade, fortes repressões e expulsão dos poloneses de suas terras. Entretanto, essas questões constituíam-se nas crises sociais, políticas e econômicas dos territórios dominados na Polônia, transformando-se em fatores desencadeantes dos movimentos emigratórios para o Brasil e Paraná. Segundo os entrevistados, seus ancestrais vislumbravam esperanças de continuar a vida em outro país. Isso aparece nos conteúdos das entrevistas quando falam dos motivos de sua escolha para emigrar, conforme descritos no Quadro 8.

Quadro 08 - Análise da Categoria: Imigração Europeia no Brasil – Questão 02

Subcategoria - Por que eles escolheram o Brasil para emigrar?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
As escolhas da emigração ao Brasil, Colônia Dom Pedro II	Vida melhor (A) Havia terras (B) Trabalho (C) Liberdade (D)	<p>3ª Geração – Idosos <i>Que no Brasil era melhor do que na Polônia, que viviam o comunismo, sem liberdade e diziam que no Brasil tinha terra e fartura de comida (1).</i> <i>O governo dava as terras e passagens (2).</i> <i>Ouviam promessas de vida boa e que o governo doava terras e trabalho (3).</i> <i>O governo ofereceu embarcação ao Brasil. Ele oferecia terras(4).</i> <i>A vida seria melhor, o governo estava distribuindo terras (5).</i></p>	A (8) B (6) C (4) D (2)
		<p>4ª Geração – Adultos <i>Para melhorar de vida (6).</i> <i>Diziam que no Brasil teriam uma vida melhor. Tinha comida, terra e liberdade para rezar (7).</i> <i>Tinham melhores condições de vida, falavam que iria ter terra e serviço (8).</i> <i>Saíram sem destino da Polônia, acreditando que iriam arrumar melhores condições de vida (9).</i> <i>Haviam cartazes espalhados na Polônia: no Brasil há leite e mel. A propaganda, de terra das realizações (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens <i>A vida era melhor, mais fácil, e mais possibilidade de crescimento, tinha terra e trabalho (11).</i> <i>Iriam ganhar terra e teriam comida para toda a família (12).</i> <i>Ouvia-se dizer que o Brasil era melhor para morar, trabalhar e para sobreviver (13).</i> <i>Por promessas de terra oferecidas pelo governo (14).</i></p>	

Fonte: Dados da pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

A maioria dos imigrantes poloneses escolhia o Brasil para emigrar, pois, muitas vezes, isso acontecia não por vontade, mas pela decisão em poder fugir das zonas de conflito que colocava em risco a vida dos poloneses e de suas famílias, portanto, o Brasil era vislumbrado como local para emigrar e dar continuidade à vida. A procura resultava da divulgação das vantagens sobre a colonização realizada pelo governo brasileiro nos países europeus. Essas iniciativas abriam possibilidades para aquisição de terras pelos imigrantes europeus, expectativa de trabalho e desenvolvimento da sua vida em território brasileiro.

Corroborando Ravestein (1980), a imigração ou a emigração podem resultar de questões de expulsão e atração. As questões de expulsão resultam de fatores políticos, econômicos e sociais, que afetavam os países do continente europeu. A atração ocorre em função das condições econômicas, sociais e políticas de um país por atrair a população. Esses fatores de atração se constituíam pela oportunidade de trabalho, disponibilidade de terras, oportunidades econômicas e liberdades políticas. No ato dos movimentos migratórios, a imigração polonesa é compreendida, pois, como um modo de expulsão e atração, em uma dada conjuntura política, econômica, histórica e sociocultural, que ocorre em uma dinâmica multifacetada e complexa no contexto europeu – Polônia, em que se encontravam inseridos.

No processo migratório, o Brasil era vislumbrado pelos imigrantes poloneses como um lugar de continuidade de sua vida, de seus costumes e tradições, cujas possibilidades de vida, conquista de terras, trabalho e liberdade se constituíam em esperanças em um novo território. Corroborando Wachowicz (1970) e Dembicz e Smolana (1996), os emigrantes eram induzidos pela injustiça social, pela falta de terra, pobreza e atraídos pelas perspectivas de uma vida melhor, liberdade e pela lenda de receber as terras abençoadas no Paraná. Ainda, corroborando Nadalin (2001), os contratos celebrados entre o governo e as Sociedades Colonizadoras para colonização de terras devolutas, fundação de colônias agrícolas, a concessão de benefícios aos agricultores, estimulava a imigração constituída por acordos e convênios com os governos dos países da Europa, segundo relatos descritos no Quadro 9.

Quadro 09 - Análise da Categoria: Imigração Europeia no Brasil – Questão 03

Subcategoria – O que pretendiam fazer no Brasil?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Pretensões dos emigrantes na Colônia Dom Pedro II	Melhorar de vida (A) Trabalho e terra(B) Costumes e tradições(C) Paz e sossego(D)	<p>3ª Geração – Idosos</p> <p><i>Na Polônia as pessoas não tinham paz nem sossego, viviam perseguidos. Aqui queriam tentar viver como eram acostumados na Polônia (1).</i></p> <p><i>Vieram para refazer a vida, conseguir trabalho e terra (2).</i></p> <p><i>Vieram para cá, pois queriam uma vida melhor, que na Polônia (3).</i></p> <p><i>Melhoria de vida, trabalhar na agricultura e conseguir terras (4).</i></p> <p><i>Procuravam pela vida melhor no Brasil, os imigrantes queriam manter os costumes e as tradições (5).</i></p>	A (8) B (5) C (7) D (4)
		<p>4ª Geração – Adultos</p> <p><i>Pretendiam uma vida melhor no Brasil (6).</i></p> <p><i>Tinham esperança de conseguir a terra, trabalho, paz e sossego. E viver conforme os costumes na Polônia (7).</i></p> <p><i>Queriam refazer a vida, mudar para melhor (8).</i></p> <p><i>Queriam uma vivência melhor no país, na colônia, seguir suas tradições polonesas (9).</i></p> <p><i>Vieram com perspectivas de ter uma vida melhor. Quando chegaram viram que a realidade era outra (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens</p> <p><i>Queriam mudar de vida, pois vieram sem muitas coisas, tentaram trazer seus costumes e tradições que se mantêm até hoje (11).</i></p> <p><i>Continuar com seus costumes e ter uma vida melhor (12).</i></p> <p><i>Vieram para ter uma vida melhor, ficar longe da pobreza. (13).</i></p> <p><i>Progredir e tentar uma vida melhor (14).</i></p>	

Fonte: Dados da pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Em suas narrativas na pesquisa, os descendentes de imigrantes explanam a realidade vivida pelos seus antepassados na Polônia. Essas políticas de repressão, praticadas pelos países dominantes na Polônia desencadearam a emigração para o Brasil e para outros países das Américas. Muitos vieram com esperanças de continuar sua vida em um país diferente. Almejavam obter mudanças de vida. Mesmo enfrentando um destino desconhecido e de aventura, prevendo as dificuldades a serem enfrentadas no Brasil, vislumbravam, porém, novas possibilidades de vida para a família, diferente do que viviam na Polônia. Conforme destaca a entrevista nº 11, “queriam mudar de vida, pois vieram sem muitas coisas, tentaram trazer seus costumes e tradições que se mantêm até hoje”. Buscavam uma vida melhor do que na Polônia. Preenchidos de esperanças, previam a concretização das promessas feitas pelo governo brasileiro. As políticas de governo previam a concessão de terras no Paraná, trabalho agrícola e manutenção para a família imigrante. Dessa forma, almejavam recomeçar sua vida camponesa em território brasileiro. Os poloneses tinham por objetivo refazer a vida no Paraná, longe de opressões e perseguições dos inimigos, desejavam encontrar a paz e viver

conforme os seus costumes e tradições da Polônia. Para a emigração ao Brasil, viabilizavam várias estratégias de organização, conforme demonstrado no Quadro 10.

Quadro 10 - Análise da Categoria: Imigração Europeia no Brasil – Questão 04

Subcategoria – Como os seus antepassados se organizaram para emigrar ao Brasil?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
O processo migratório para Colônia Dom Pedro II	Vinhão com as famílias (A) Vieram fugidos (B) Trouxeram objetos (C) Casavam no Navio (D)	<p>3ª Geração – Idosos</p> <p><i>A família e outros conhecidos vieram fugidos. Vinham famílias inteiras, todos podiam imigrar (1).</i></p> <p><i>Vieram em família. Trouxeram roupas, quadros, sementes de flores, traziam porcos e matavam na viagem. O padre Francisco Chylaszek mandava cartas à Polônia, convidava os poloneses para o Brasil (2).</i></p> <p><i>Eles vinham com as famílias e quem era solteiro, casava no navio por que no Brasil só ganhava terra quem era casado. As famílias se juntavam e vinham em grupo, até aldeias inteiras vinham (3).</i></p> <p><i>Trouxeram junto sementes para começar o plantio (4).</i></p> <p><i>Os imigrantes vinham com famílias. As pessoas casavam no navio. Para ganhar a terra tinham que vir casados (5).</i></p>	A (12) B (3) C (3) D (4)
		<p>4ª Geração – Adultos</p> <p><i>Vinhão com as famílias. Todos podiam vir ao Brasil (6).</i></p> <p><i>Vieram fugidos. Quando chegaram ao Brasil era como renascer de novo. Os filhos pequenos enrolavam com lençol na cintura, para proteger na viagem. Para fugir saíam a noite, pegavam o que dava, só a roupa necessária até em trouxas de lençol (7).</i></p> <p><i>Vinhão em famílias, algumas ficaram na Polônia e outros foram para os Estados Unidos (8).</i></p> <p><i>Vieram com a família. Um dos irmãos do avô nasceu no navio e outro faleceu, aí enterraram no mar (9).</i></p> <p><i>Vinhão com as suas famílias, fugidos com nomes trocados para não serem perseguidos (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens</p> <p><i>Vinhão com as famílias inteiras, trouxeram seus filhos e vieram também alguns irmãos. Alguns irmãos e os pais ficaram. Quem conseguia sair da Polônia, vinha para o Brasil (11).</i></p> <p><i>Os imigrantes traziam suas famílias, filhos, eram muito unidos (12).</i></p> <p><i>Vieram escondidos dentro do navio, com ajuda dos outros para não ver. A maioria veio com a família. E todo mundo podia vir, sem restrição (13).</i></p> <p><i>Vinhão com suas famílias. Casavam no navio (14).</i></p>	

Fonte: Dados de pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Pelos relatos da pesquisa, são evidenciados conteúdos sobre as várias estratégias utilizadas pelos imigrantes antepassados na emigração ao Brasil. Ao se referir às formas de organização para emigração, falam que vinham em famílias, destacando-se os acontecimentos de viagem, nascimentos, falecimentos e os enterros no mar, os que casavam no navio, pois para ganhar a terra no Brasil tinham que vir casados. Esporadicamente os grupos de

emigrantes eram acompanhados pelos padres capelães poloneses em viagem ao Brasil. Havia os que vieram fugidos, escondidos nos compartimentos dos navios, burlando as leis Russas, por intermédio de Agentes da emigração ou Organizações de Imigração; porém, houve os que vieram com documentos de passaporte. Corroborando Wachowicz (1970) e Dembicz (1993), essa forma de emigração caracteriza a política de domínio da Prússia e Rússia, exercida na Polônia, cujas perseguições e opressões violentas impeliam à emigração dos poloneses. Mesmo em condições restritivas, as saídas dos emigrantes eram concedidas pelo sistema de navegação da Prússia (Alemanha), desde que fosse em um navio de bandeira Alemã, com nome e passaporte desse país. Contudo, embora houvesse proibições de saída de imigrantes pelas autoridades Russas e Prussianas, as Organizações de Emigração estimulavam e viabilizavam as liberações clandestinas para os emigrantes da Polônia. Daí ressaltam os respondentes da pesquisa que, ao emigrar, vieram fugidos ao Brasil. Ainda, ao corroborar Wachowicz (1970) e Dembicz (1993), as condições políticas dos procedentes da Galícia, Gorlice, da Província da Silésia, região da Áustria, eram menos agressivas. O governo concedia documento de passaporte para emigração, porém com certas restrições em algumas situações, porque dessa região também aparecem os que vieram sem documentos.

Portanto, muitas saídas de emigrantes que vieram fugidos para o Brasil eram consentidas clandestinamente pelos próprios funcionários do governo russo, que burlavam as exigências e permitiam a emigração dos poloneses. Dessa forma, a saída dos emigrantes, pela liberação clandestina ou de forma oficial, ocorria por intermediários ou pelos agentes da emigração que providenciavam meios para a vinda ao Brasil, conforme mostra o Quadro 11.

Quadro 11 - Análise da Categoria: Imigração Europeia no Brasil – Questão 05

(Continua)

Subcategoria – Havia alguém intermediando, providenciando os documentos e passagens para o Brasil?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Mediação, documentação e passagem para o Brasil/Paraná / Colônia Dom Pedro II	Passaporte (A)	3ª Geração – Idosos <i>Sabemos que algumas pessoas tinham passaporte, mas a maioria veio fugida (1).</i>	A (5) B (7) C (4) D (7)
	Passagens do Governo (B)	<i>Veio um padre capelão com o grupo de poloneses, Francisco Chylaszek. Tinham passaporte, mas vieram, de graça, pois ganharam (a viagem) do governo (brasileiro) (2).</i>	
	Mediador (C)	<i>Com os grupos de imigrantes, vinham os padres. Uns vieram com os documentos e outros não e a passagem dizem que ganhavam (3).</i>	
	Documentos (D)	<i>Não temos informação a respeito disso (4). Era o padre Zielinski. Tinha pessoas que vieram com o passaporte e outros não. As passagens ganharam (5).</i>	

(Continua)

Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
		<p>4ª Geração – Adultos <i>Pagaram a passagem, sozinhos. Tinha alguns que vieram com passaportes (6). Alguns tinham passaporte, outros não. E as passagens ganharam do governo (7). Vinham por intermédio de alguém, sem documentos e as passagens o governo doava (8). Tinham ajuda de alguém, dizem que de um padre. A maioria veio fugida e não tinham documentos. A passagem era adquirida por gorjetas, para conseguir as passagens (9). Ajuda dos missionários e padres. Quanto aos documentos não há informações de como eram providenciados. Acredita-se que eles mesmos pagaram as suas passagens utilizando suas economias ou prestando serviços no navio (10).</i></p> <p>5ª Geração – Jovens <i>Tinham pessoas mais inteligentes que ajudavam os poloneses a vir para o Brasil. O governo pagou a viagem e vinham com o passaporte e outras vieram fugidas (11). Tinha pessoas que ajudavam os imigrantes. Vinham escondidos no navio, sem documentos. O governo pagava passagem para o Brasil (12). Tinha pessoas ajudando. O Governo pagava a passagem (13). Muitos vieram fugidos e sem documentos. Havia um padre intermediando (14).</i></p>	

Fonte: Dados de pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Diante dessa questão, os respondentes não têm clareza sobre a forma como foram providenciados os documentos e as providências da passagem dos seus antepassados quando vieram ao Brasil. Em meio ao contexto complexo em que se encontravam os territórios da Polônia, a maioria dos imigrantes chegava ao território brasileiro, sob a nacionalidade trocada de seus opressores e mesmo assim asseguravam a sua identidade polonesa. Contudo, há certas dissensões quando se referem aos documentos e à passagem. Diante de diferentes estratégias adotadas para as saídas dos domínios da Polônia, em sua maioria destaca que, ao emigrar, “vieram fugidos para o Brasil”. Portanto, há incertezas quando se referem às providências da documentação de emigração para o Brasil, pois relatam a inexistência de documentos e de passaporte. Em meio às circunstâncias, obrigavam-se a emigrar como clandestinos, embora a passagem fosse viabilizada pelo governo brasileiro. Essa estratégia era adotada para fugir das perseguições, prisões, e das possíveis extradições para lugares como a Sibéria ou para outros países da Europa, pelos países dominantes dos territórios da Polônia.

Indo ao encontro das afirmações de Wachowicz (1970), essa forma de emigração ao Brasil ocorre na segunda etapa migratória, realizada no período entre 1890 a 1894, quando

houve a fase da “Febre brasileira de emigração”. Neste período, os governos da Rússia e da Prússia proibiam a emigração e não liberavam passaportes. Portanto, nesses países, as Organizações de Imigração viabilizavam meios em que os emigrantes partiam clandestinamente para outros países. A Áustria, por sua vez, liberava documento de passaporte para emigração, porém, não em todas as situações.

Nos relatos há evidências de intermediários, como apoio aos imigrantes, durante o processo migratório, no caso, exercida pelos Padres Capelães Poloneses, Chylaszek e Zielinski. Esses padres atuavam em Colônias polonesas nas imediações do núcleo de Curitiba, intermediavam e ajudavam os emigrantes poloneses na saída da Polônia, nas suas chegadas ao Brasil e interviam nos encaminhamentos para as colônias próximas de Curitiba. Os relatos da pesquisa ressaltam que o Padre Chylaszek estabelecia a comunicação com a Polônia, convidando os cidadãos poloneses para emigrar ao Brasil. Corroborando Wachowicz (1970), essa iniciativa era apoiada por autoridades brasileiras diante de observações e análises sobre a realidade crítica vivida pelos poloneses nos países dominados. Eram feitos contatos com os padres poloneses que atuavam em Curitiba para que convidassem os poloneses a emigrar para essa região, fugindo das opressões e dos conflitos. Neste caso, os conteúdos e as naturezas dos relatos dependem das regiões de domínio a que pertenciam os poloneses e os períodos em que ocorreram os movimentos migratórios, conforme demonstrado no Quadro 12.

Quadro 12 - Análise da Categoria: Imigração Europeia no Brasil – Questão 06

(Continua)

Subcategoria – De qual região da Polônia vieram os antepassados?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Procedência dos imigrantes da Colônia Dom Pedro II	Regiões da imigração: Galícia (A) Gorlice (B) Prússia (C)	3ª Geração – Idosos <i>Dizem que vieram da Galícia (1).</i> <i>Eles eram de Gorlice (Polônia) (2).</i> <i>Das regiões da Galícia, do lado da Áustria (3).</i> <i>Vieram da Galícia (4).</i> <i>Dizem que das regiões da Galícia (5).</i>	A (8) B (3) C (3)
		4ª Geração – Adultos <i>Vieram das regiões da Galícia na Polônia (6).</i> <i>Pelo que sabemos vieram dos lados da Galícia da Polônia (7)</i> <i>Vieram de Gorlice da Polônia (7).</i> <i>Falam que da Galícia. Com eles trouxeram sementes, livros de oração e sibília (9)⁴⁷</i> <i>Vieram das Regiões da Prússia (10).</i>	

⁴⁷ A Sibília é um livro polonês de profecias, foi trazido da Polônia para a Colônia Dom Pedro II pelas famílias junto com a emigração. As famílias que possuíam este livro tinham o saber e o poder pelas previsões futuras.

			(Conclusão)
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
		<p>5ª Geração – Jovens <i>De Gorlice – Polônia (11).</i> <i>Vieram da localidade da Alemanha – Prússia (12).</i> <i>Pelo que se sabe, das regiões da Galícia (13).</i> <i>Vieram da região da Prússia (14).</i></p>	

Fonte: Dados da pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Ao se analisar a região da Polônia quanto à procedência e às origens da emigração dos antepassados, a maioria dos respondentes afirma como provenientes das regiões da Galícia, região da Áustria. Entretanto, há imigrantes de outras regiões dominadas pela Prússia (Alemanha). Os que possuem passaportes dos seus familiares informam a sua origem e se identificam como sendo de localidades conforme descrito no passaporte utilizado na viagem ao Brasil. Entre as localidades são citadas Gorlice e Opole, que se situavam em regiões sob o domínio da Áustria e Prússia. Portanto, diante da inexistência de documentos que comprovem a sua procedência, nem todos demonstram clareza sobre as regiões e origens dos seus antepassados. Isto se configura nas narrativas sobre os familiares que “vieram fugidos” para o Brasil, não existindo informações explícitas a respeito da viagem desses imigrantes ao Brasil.

Diante dessas narrativas históricas dos respondentes surge uma dúvida. Talvez, diante das incertezas das procedências e origens de seus antepassados e como uma necessidade do sujeito apresentar uma referência de sua existência, tenha ocorrido o fenômeno de adoção “das regiões da Galícia” como sendo suas origens. A identificação das procedências de alguns imigrantes por meio de documentos pode ter induzido outros habitantes da Colônia Dom Pedro II, pela identificação de parentesco entre as famílias, a acreditar que também se originam das mesmas localidades na Polônia.

Confrontando Wachowicz (1970), o domínio da Polônia pela Áustria, era uma das regiões que sofreu sucessivas divisões da propriedade familiar, não havia produção agrícola. Trabalhavam em terras alheias e viviam em condições de extrema pobreza e miséria, sob o domínio da aristocracia austríaca católica. E quando os poloneses emigravam dessas regiões, estabelecendo-se na Colônia Dom Pedro II, procuravam organizar-se em sua maioria no núcleo colonial, dando origem ao grupo étnico cultural de poloneses. Encontraram antigos moradores constituídos por diferentes etnias que viviam na região, como caboclos, russos e poloneses. A presença desses antigos moradores caracteriza a existência de movimentos

migratórios originados anteriormente ao período de 1869 ou de 1850, quando se iniciava a formação de colônias com imigrações esporádicas ao Brasil para colonização.

A partir dos movimentos emigratórios europeus, depois de 1870 em diante, formaram-se outras colônias étnicas nos arredores de Curitiba. Integravam os imigrantes de nacionalidades, como italianos, alemães, franceses, ingleses, suíços e poloneses. Os imigrantes dessas etnias também eram encontrados no núcleo da Colônia Dom Pedro II, bem como os brasileiros e caboclos, antigos moradores do local. Porém os poloneses galicianos permaneceram nesta colônia e os de outras nacionalidades evadiram-se para outras colônias (SWIERCEK, 1980). Mesmo desvinculados, os imigrantes poloneses buscavam conservar a convivência com outros imigrantes, porém, mantendo-se distantes, conforme é demonstrado no Quadro 13.

Quadro 13 - Análise da Categoria: Imigração Europeia no Brasil – Questão 07

(Continua)

Subcategoria – Como se relacionavam com imigrantes de outras regiões da Polônia e de outras etnias?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Relações entre imigrantes na Colônia Dom Pedro II	Relações interétnicas: Brasileiros (A) Italianos (B) Prussianos (C) Poloneses (D) Galicianos (E)	<p>3ª Geração – Idosos</p> <p><i>Com a vizinhança de brasileiros se relacionavam e com os italianos falavam pouco, para os prussianos (de Orleans) faziam venda da produção (1).</i></p> <p><i>Relacionavam-se bem pouco com os outros (2).</i></p> <p><i>Tinham convivência com a vizinhança de brasileiros, caboclos e os poloneses. E com outras etnias dificilmente se falavam (3).</i></p> <p><i>Os poloneses não podiam casar com pessoas de outras etnias, para não misturar o sangue (4).</i></p> <p><i>Na colônia tinha antigos moradores poloneses, russos e brasileiros. Davam-se, mas, brigavam muito por causa das picadas de terra e animais que estragavam as roças (5).</i></p>	A (6) B (4) C (6) D (4) E (2)
		<p>4ª Geração – Adultos</p> <p><i>A colônia era só mato fechado e tinha alguns vizinhos. E com eles e com outras etnias se relacionavam bem pouco (6).</i></p> <p><i>Pouco se falavam com os brasileiros da vizinhança e com as pessoas de outras raças, cada um vivia na sua colônia. Com os italianos não se misturavam. Para os prussianos de Orleans faziam algumas vendas, mas sem muita amizade (7).</i></p> <p><i>Relacionavam-se pouco com os prussianos e os brasileiros que moravam na região, que lhes vendiam suas terras (8).</i></p> <p><i>Não se misturavam com os brasileiros eles tinham outros costumes (9).</i></p> <p><i>Não se conheciam e não conseguiam se comunicar com outros e sabiam que havia moradores na região, pela fumaça que saia do mato (10).</i></p>	

(Conclusão)

Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
		<p>5ª Geração – Jovens <i>Com os moradores da localidade se davam bem, até compravam os terrenos e com outras etnias, italianos e prussianos pouco se falavam (11).</i> <i>Com italianos e prussianos só negociavam os produtos da lavoura (12).</i> <i>Cada um vivia na sua Colônia. Os poloneses não podiam se casar com outras raças para não misturar o sangue (13).</i> <i>Cada qual vivia na sua colônia. Prussianos, galicianos e italianos não se misturavam. Os prussianos não conseguiam progredir como os galicianos (tinham inveja e brigavam) (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

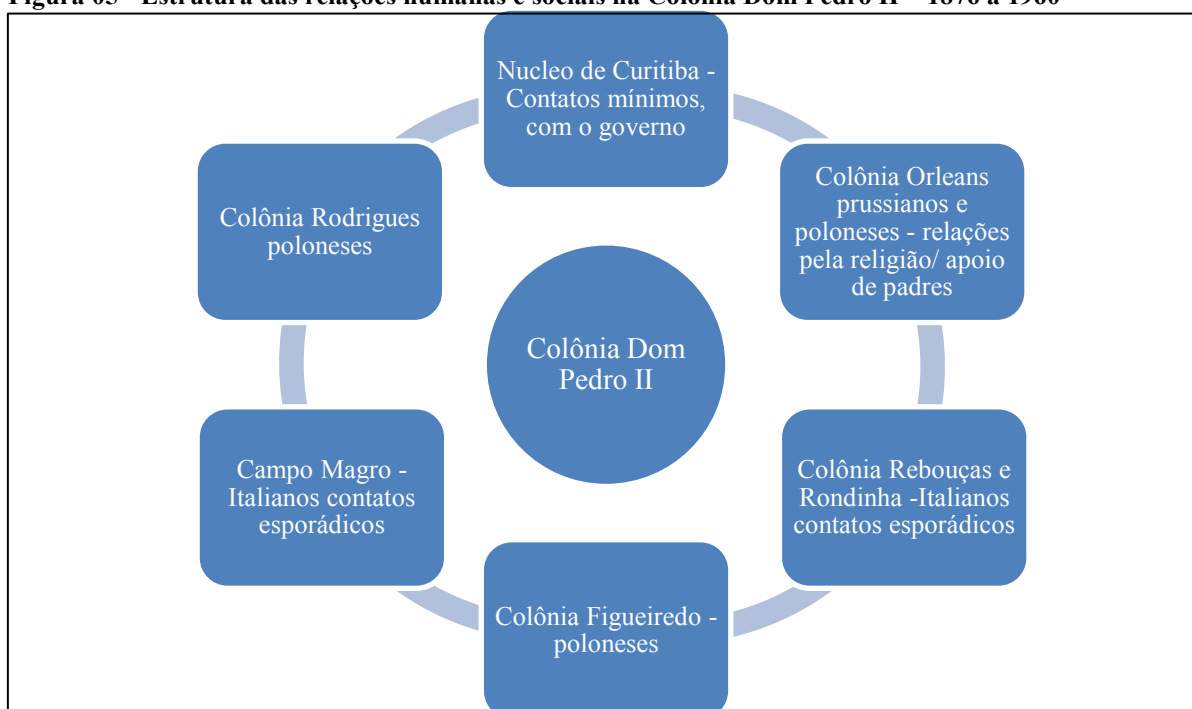
Com os movimentos migratórios europeus foram instituídas várias colônias étnicas no entorno de Curitiba. Segundo os relatos da pesquisa, os poloneses da Colônia Dom Pedro II apresentavam inúmeras dificuldades de relacionamento com os imigrantes de outras etnias. As deficiências no estabelecimento das relações sociais se davam em função das dificuldades de comunicação e da língua polonesa, do não entendimento de outras línguas. Quando ressaltam que se davam bem, pois, não havia comunicação, era limitada e esporádica. Com os eslavos, prussianos, mantinham alguma comunicação, que se localizavam nas Colônias, Orleans, Riviere e Ferraria. Mesmo assim, eram carregadas de resquícios das convivências oriundas dos países que dominavam os territórios da na Polônia. Suas diferenças se extraíam nos momentos esporádicos de convivência, fragilizada pelos encontros por ocasião das celebrações na saída da igreja ou nas festas de casamento, cujas provocações resultavam em conflitos. A entrevista nº 10, expressa que “davam-se, mas, brigavam muito por causa das picadas de terra e animais que estragavam as roças” e até agressões físicas aconteciam diante de comentários como “polaco sem bandeira”, “polaco sem pátria”, conforme complemento da entrevista nº 10 com registro em Diário da Pesquisa. Havia também rivalidade pelo fato dos poloneses conhecerem técnicas de trabalho, não dominadas pelos prussianos, que resultavam em progresso na agricultura, conforme a entrevista nº 14 “Cada qual vivia na sua colônia. Os prussianos, os galicianos e os italianos não se misturavam. Os prussianos não conseguiam progredir como os galicianos (tinham inveja e brigavam)”.

Os habitantes da Colônia Dom Pedro II não se misturavam com os italianos de Rebouças, de Rondinha, de Butiatuvinha e de Campo Magro, cada qual vivia na sua Colônia. A entrevista nº 13 ressalta que “os pais falavam que não podia namorar e nem casar com

peças de outras raças, para não misturar o sangue”. Com os brasileiros, caboclos que moravam na localidade, a princípio tentaram conviver, com certa distância, respeitando seus modos de vida. A entrevista nº 12 ressalta que “não se conheciam e não conseguiam se comunicar com outros, sabiam que havia moradores na região, pela fumaça que saía do mato”. Aos poucos, esses caboclos passaram a conviver com os poloneses e incorporar sua prática de trabalho e vida, vendiam-lhes suas terras e passaram a trabalhar nas atividades agrícolas. Seu relacionamento se manteve distante pelas diferenças culturais. Os poloneses, pela sua religiosidade, tinham uma vida regrada pelos princípios da religião, envolvendo toda a família nas atividades da igreja. Os caboclos tinham a sua vida cristã mais desleixada, sem a prática dos sacramentos da igreja, pela família.

Na Colônia Dom Pedro II, os poloneses mostravam resistência às influências externas e às diferentes etnias. Protegiam-se dentro da sua etnia, da sua comunidade, viviam em sua colônia. Sua socialização se constituía por relações que se construía de forma endógena e exógena. As relações sociais endógenas se caracterizavam pela integração da vida familiar parental, étnica, da interação com as ações da Igreja, da educação e pela convivência na comunidade, na Colônia. As relações sociais exógenas configuravam-se pelas relações intercoloniais com os poloneses, com a igreja e com os familiares na Polônia. E de forma restrita essas relações se formavam nas áreas circundantes do território, representadas pelos núcleos Coloniais de outras etnias e pelo Estado. Mesmo mantendo as relações sociais com as demais colônias polonesas na localidade, porém cada qual vivia no seu contexto delimitado geograficamente, inter-relacionavam-se pelos laços parentais, étnicos, de trabalho e da religiosidade, conforme demonstrado na Figura 5.

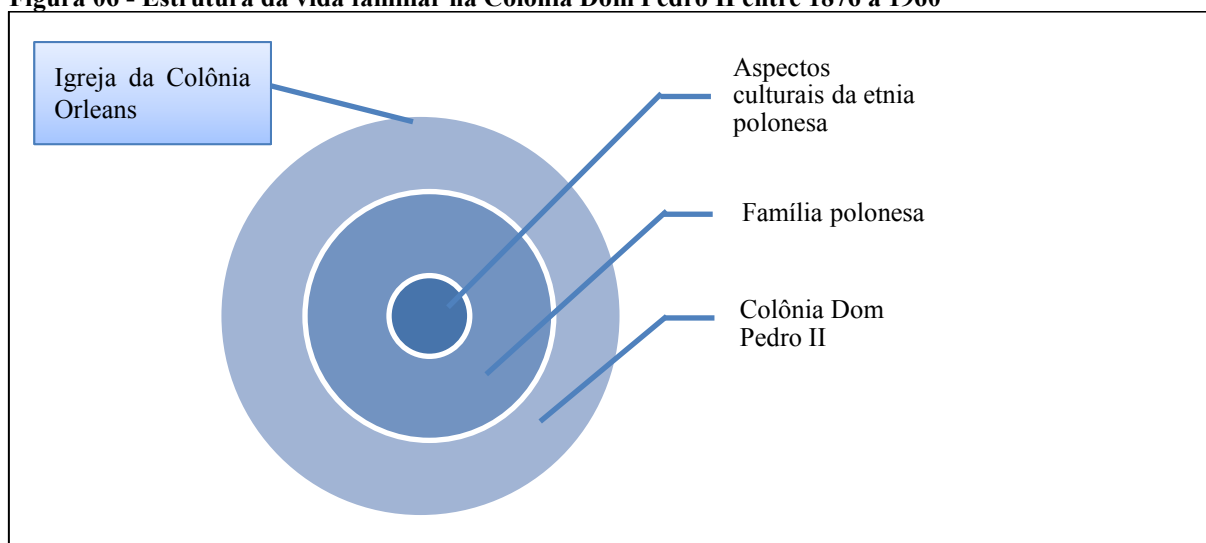
Figura 05 - Estrutura das relações humanas e sociais na Colônia Dom Pedro II – 1876 a 1960



Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Os imigrantes poloneses da Colônia Dom Pedro II, desde a emigração, ao se estabelecerem nesta colônia, mantinham a sua convivência em um sistema fechado, isolados e resistentes às outras influências e etnias. Acredita-se que essa forma de relacionamento das famílias, dentro das colônias polonesas, se manifestava em decorrência das dificuldades da língua, da comunicação com outras etnias e das situações humilhantes a que eram expostos com frequência. Eram excluídos de sua pátria, do civismo, da sua cidadania polonesa. Ante o novo território na Colônia, eram cercados de incerteza, insegurança e medo do desconhecido na nova trajetória da sua vida. Portanto, a característica do “polonês silenciado, resignado, fechado”, se constituía em mecanismos para suportar o sofrimento, diante de situações constrangedoras, enfrentadas em todo o processo migratório, desde a sua saída da Polônia, chegada ao território brasileiro, sua inserção na colônia e o início de sua trajetória de vida na Colônia Dom Pedro II. Procuravam conservar a sua cultura e as suas tradições em um sistema fechado, em sua etnia na Colônia. Adotavam como um princípio de autoproteção do grupo mantendo-se fortemente unidos, na família e na comunidade, caracterizados pela sua identidade étnica e cultural, como demonstrado na Figura 6.

Figura 06 - Estrutura da vida familiar na Colônia Dom Pedro II entre 1876 a 1960



Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Com base nesses princípios, estruturavam a sua vida familiar e social em uma redoma, a Colônia. Desenvolviam-se em um sistema endógeno, e a partir da reprodução cultural, reconstruíam o seu mundo em um novo território, a nova e pequena Polônia - Colônia Dom Pedro II, caracterizada pela sua identidade étnica cultural, religiosa e pela sua polonidade. Desde a emigração, os poloneses se mantinham neste sistema de grupo fechado em um território comum, unidos pelas características culturais de seus costumes, tradições, língua e religião, permeados por fortes laços familiares, por um sentimento de unidade étnica, de solidariedade, dentro da localidade que foram designados, a Colônia Dom Pedro II.

6.3.3 Categoria de Análise: As Políticas de Colonização e Imigração do Brasil - Colônia Dom Pedro II

No processo da análise, as unidades de contexto foram formuladas considerando as políticas de colonização e imigração do Brasil, no período entre o final do século XIX e o início do século XX. As políticas imigratórias foram constituídas nos regimes políticos de transição do governo imperial e republicano, período do fim do trabalho escravo, dos movimentos abolicionistas e da oligarquia. O latifúndio, a monocultura do açúcar e do café e a escravidão eram mantidos pela sociedade patriarcal (BRUM, 1985).

Nesse processo o Brasil integrou diferentes fases dos movimentos migratórios, com suas estratégias e enfrentamentos. Teve sua estruturação e desenvolvimento entre o final do século XIX e no decorrer do século XX, considerando-se as estratégias do Governo Imperial e das Províncias (Estados). Segundo Wachowicz (1976), no Paraná, no Governo Lamenha Lins (1875-1878), o projeto de colonização originou várias colônias de imigrantes europeus no entorno de Curitiba. Dentre estas colônias encontra-se a Colônia Dom Pedro II, criada em 1876, que recebeu imigrantes europeus e poloneses. Essa política de colonização do governo paranaense previa benefícios aos imigrantes europeus, conforme destacado no Quadro 14.

Quadro 14 - Análise da Categoria: Políticas de Colonização e Imigração do Brasil / Colônia Dom Pedro II Questão 01

Subcategoria – Como os seus antepassados se acomodaram na chegada ao Brasil- Paraná. Alguém ajudou? Quem?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Acomodação e mediação dos imigrantes no Brasil, Paraná, na Colônia Dom Pedro II	Acomodação em alojamento (A) Casas de imigrantes (B) Encaminhamento pelo governo (C).	<p>3ª Geração – Idosos <i>Ficavam num lugar perto de Curitiba, para os imigrantes. Depois de alguns dias mandavam para as colônias (1).</i> <i>Foram recebidos próximo da Colônia, na casa do Marchalek ou no Kamienski (2).</i> <i>Vieram para Paranaguá e depois para Curitiba. Eles caminharam a pé pelo carreador da Estrada da Graciosa, ficaram em alojamento improvisado e depois encaminhados para a colônia. O governo os encaminhava (3).</i> <i>Vieram para colônia Dom Pedro (Família Rugicki). O Governo ajudou (4).</i> <i>Ficavam no alojamento em colônia Orleans, na casa de Marchalek e o Karachenski que acolhia os imigrantes poloneses (5).</i></p>	A (9) B (5) C (6)
		<p>4ª Geração – Adultos <i>Os responsáveis pela imigração que recebiam os poloneses (6).</i> <i>Tinha um lugar perto de Curitiba para ficarem alguns dias, era tipo hotel, mal cuidado (7).</i> <i>O Karacheinski intermediava os imigrantes junto ao governo (8).</i> <i>Ficaram em Paranaguá, em alojamento para imigrantes, depois mandaram para as colônias pelas pessoas do governo (9).</i> <i>Ficaram no porto e depois seguiram para a terra prometida (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens <i>Ficavam em alojamento provisório por alguns dias. Havia pessoas responsáveis pela imigração, os padres também ajudavam (11).</i> <i>Os poloneses ficavam em alojamentos improvisados e encaminhados para as colônias. Os responsáveis pela imigração ajudavam (12).</i> <i>Tinha uns imigrantes poloneses na colônia Orleans que acolhiam as pessoas (13).</i> <i>Ficaram em alojamento em Paranaguá e alguns dias depois, vieram para Curitiba (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Em seus relatos, os respondentes da pesquisa descrevem que os seus antepassados imigrantes chegavam ao Brasil desembarcando no Rio de Janeiro, depois se dirigiam ao Paraná, pelo Porto de Paranaguá, ou para Santa Catarina. No porto eram recebidos pelos agentes da imigração e depois vinham a pé ou de carroças para Curitiba pelo caminho da estrada da Graciosa. Alguns afirmam que foram acomodados em Paranaguá, enquanto os demais relatam que foram recebidos em acomodações em Curitiba. Ao se referirem às instalações e acolhimento dos imigrantes em Curitiba, destacam que ficavam em alojamentos, nas casas de antigos imigrantes poloneses localizadas na Colônia Orleans, de propriedade da família Marchalek, Kamienski e Karachenski. Essas famílias cediam acomodações às famílias que emigravam da Polônia e intermediavam os colonos em suas necessidades emergenciais. A entrevista nº 7 ressalta que “tinha um lugar perto de Curitiba para ficar alguns dias, era tipo hotel mal cuidado”. Este local pode ter relação com a Hospedaria do Imigrante, local destinado para acomodação de imigrantes europeus, disponibilizado pelo governo do Paraná, com base nas políticas de colonização. Corroborando as Políticas de Governo, com base no Relatório do Governo (1877), as políticas imigratórias previam benefícios aos imigrantes, como a recepção no local de chegada, acomodação em Paranaguá, transporte para Antonina nos vapores e pernoite em hotel da cidade. No dia seguinte seria disponibilizado o transporte em carroças para a região de Curitiba, a hospedagem na Hospedaria do Imigrante, com interprete, alimentação, vestuário e assistência médica. Findos os cinco dias de descanso, os imigrantes seriam encaminhados para o núcleo colonial destinado. Porém, pelos relatos apresentados no Quadro 15, a realidade vivida pelos colonos emigrantes foi diferente (RELATÓRIO DO GOVERNO, 1877).

Quadro 15 - Análise da Categoria: Políticas de Colonização e Imigração do Brasil / Colônia Dom Pedro II
Questão 02

(Continua)

Subcategoria – Como ou por quem os imigrantes foram encaminhados para a Colônia Dom Pedro II?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Encaminhamento para a Colônia Dom Pedro II	Pelo Governo (A) Pelos Padres (B) Pelos antigos imigrantes (C)	3ª Geração – Idosos <i>Essa colônia demorou a sair. O pessoal do governo mandava para as colônias, onde tinha lugar. Uns ficaram nesta colônia e outros foram para Irati e Rio Azul (1).</i> <i>Pelos responsáveis pela imigração e pelos padres. Não podiam escolher a colônia (2).</i> <i>Pelos responsáveis da imigração (3)</i> <i>Tinha ajuda dos padres e outros imigrantes que ajudavam a encaminhar (4).</i>	A (13) B (6) C (2)

			(Conclusão)
Unidade de Contexto	Subcategorias Não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
		<p>3ª Geração – Idosos - Cont. <i>Eram encaminhados pelo governo. Não podiam escolher as colônias, tinham que ir onde mandavam. (5).</i></p>	
		<p>4ª Geração – Adultos <i>Pelo pessoal da imigração e pelos padres (6). Eram pessoas do governo e tinha que ir onde existia a terra havia vários familiares dos antepassados que não conseguiram terreno nesta Colônia e foram encaminhados para outras colônias mais distantes, como Irati, Rio Azul e Assungui (7). A família Karachenski que intermediou para a Família Rendaki se incluir na Colônia Dom Pedro. Tinha uma espécie de casa do imigrante (8). Eram enviados pelo governo para as colônias. O avô escolheu ficar em Dom Pedro II, teve ajuda de alguém (9). Nem todos receberam lotes aqui, por que trabalhavam na construção de estradas e casas (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens <i>Os responsáveis pela imigração e os padres que encaminhavam para as colônias (11). Os responsáveis do governo encaminhavam para as colônias e iam para os lugares onde tinha terra. Os padres da época tinham influência e ajudavam (12). Pessoas do governo que encaminhavam para a colônia não podiam escolher, tinha que ir onde o governo mandava (13). Pelos padres e pelos agentes da imigração (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Ao analisar as formas de encaminhamento dos imigrantes à Colônia Dom Pedro II, os respondentes, em suas narrativas históricas, explanam a realidade vivida pelos seus antepassados quando chegaram neste local. Passados alguns dias nos alojamentos, os imigrantes eram encaminhados para as colônias. Esta Colônia, como foi uma das últimas a ser colonizada, demorou a ser implementada. Quando os imigrantes antepassados chegaram ao núcleo da Colônia Dom Pedro II, seus lotes ainda estavam sendo demarcados. A demarcação das terras para os imigrantes era denominada pelo número de seus lotes. Os encaminhamentos se realizavam pelos agentes da imigração do governo. Porém, havia outros mediadores, como os padres capelães, que atuavam nas Colônias polonesas nas imediações do núcleo de Curitiba, que atendiam as colônias polonesas em suas necessidades, principalmente na comunicação entre o governo e os imigrantes. Havia algumas famílias polonesas provenientes de imigrações passadas, moradoras em Curitiba, que serviam de referência e mediação para os imigrantes poloneses em várias circunstâncias.

No processo da imigração e colonização, a igreja assumia o papel de mediadora, porém, a Província (Estado) do Paraná adotava a representação do governo. Essa ação de

mediação pela igreja católica se manifestava em todo o período migratório, representada pelos padres, que atuavam nas regiões do núcleo de Curitiba e intermediavam para acomodar os imigrantes poloneses em núcleos próximos à capital. Em se tratando do assentamento de imigrantes poloneses no núcleo da Colônia Dom Pedro II, porém, nem todos conseguiram acomodar-se nesta localidade. De acordo com a entrevista nº 12, “os responsáveis do governo encaminhavam para as colônias e iam para os lugares onde tinha terra. Os padres da época tinham influência e ajudavam”. Durante a acomodação, segundo a entrevista nº 7 “havia vários familiares dos antepassados que não conseguiram terreno nesta Colônia e foram encaminhados para outras colônias mais distantes, como Irati, Rio Azul e Assungui”.

O encaminhamento das famílias para a Colônia Dom Pedro II realizava-se pelos agentes de imigração do Governo, mediados pelos padres poloneses das colônias próximas ao Núcleo de Curitiba. Segundo Relatório do Governo do Paraná (1877), os imigrantes, depois de ficarem em alojamentos na Hospedaria do Imigrante por tempo necessário, seriam inseridos nos núcleos coloniais, onde estabeleceriam sua moradia, desenvolveriam as atividades agrícolas, com auxílio em dinheiro por um determinado tempo. Contestando a Política de Governo do Paraná desse período, a realidade do núcleo da Colônia Dom Pedro II não foi contemplada totalmente com as propostas das políticas imigratórias do governo, não só em relação à recepção, acomodação e ao transporte, mas na concessão dos demais benefícios propostos em promessas, referentes aos subsídios para o trabalho na terra. A inexistência de infraestrutura básica, a falta de moradia para o imigrante poder se estabelecer e reiniciar a sua vida e de sua família no Paraná, era questionado, conforme o Quadro 16.

Quadro 16 - Análise da Categoria: Políticas de Colonização e Imigração do Brasil / Colônia Dom Pedro II Questão 03

(Continua)

Subcategoria – Que tipo de subsídios receberam do governo para o trabalho na terra? Ou seja, como o Governo dava apoio?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Subsídios do Governo para Colonização da Colônia Dom Pedro II	Subsídios do Governo: Terras (A) Ferramentas (B) Falta de apoio para desenvolver a Colônia (C) Falta de Casas (D)	3ª Geração – Idosos <i>Ganharam as terras, as casas tinham que se construir sozinhos como dava, de barro e capim. Era uma casa muito ruim (1). Era a terra, ferramentas, machado, picareta, foice e sementes de centeio (2). Receberam as terras, as ferramentas. Em outras coisas o governo não ajudava para desenvolver a colônia. Os colonos sozinhos, com a ajuda dos padres que desenvolveram a colônia (3).</i>	A (14) B (11) C (3) D (5) E (2)

(Conclusão)

Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
	Concessão de Dinheiro (E)	<p>3ª Geração – Idosos – Cont. <i>O governo ajudava com terras e instrumentos de trabalho (4). Ganharam as terras e algumas ferramentas. Depois mais tarde se fizeram os arados de madeira para arar a terra, manual (5).</i></p> <p>4ª Geração – Adultos <i>Receberam as terras e as casas eram feitas de pau roliço e capim. Depois ganharam as ferramentas de trabalho (6). Ouviam promessas e pediam apoio para o governo e como resposta, diziam para os poloneses se arranjar sozinhos (7). Receberam a terra sem casa e construíram sozinhos, primeiro de barro e capim receberam as ferramentas de trabalho, tipo machado, enxada, foice e sementes que não nasciam (8). Ganharam as terras e as ferramentas, sementes, foice e enxada. Não ganharam casa do governo, cada um tinha que se fazer como podia, receberam uma ajuda em dinheiro no começo (9). Incentivo de explorar a terra que depois tinham que pagar. Não se sabe ao certo se haviam benefícios além das ferramentas (10).</i></p> <p>5ª Geração – Jovens <i>Receberam terrenos na colônia e instrumento de trabalho, sementes, enxada, machado, foice, picareta. Em outras necessidades ele (governo) não ajudava (11). Receberam as terras e faziam suas casas de barro, depois, fizeram suas casas de madeira, ganharam as ferramentas e certa quantia em dinheiro (12). Além das terras receberam foice, machado, enxada e sementes (13). Receberam as terras, sementes e ferramentas (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Ao analisar os subsídios que os imigrantes receberam do governo em termos de políticas imigratórias para o trabalho na terra, no núcleo da Colônia Dom Pedro II, pelos relatos descrevem a realidade enfrentada pelos seus antepassados no início da colonização. Segundo os relatos, conforme as promessas do governo, gradativamente foram recebendo os contratos de terra na colônia a ser paga em prestações e as ferramentas básicas para o trabalho agrícola. Houve casos de concessão de certa quantia em dinheiro para o início da organização da vida familiar, excluindo-se vários benefícios.

Os imigrantes, ao serem encaminhados ao núcleo da Colônia Dom Pedro II, defrontavam-se com as terras permeadas de matas virgem e densas, constituídas por floresta tropical de madeiras nobres, de pinheiros araucária, cedros, imbuías e outras de menor valor. Porém, inexistia infraestrutura de acomodações, alojamento ou casa para os imigrantes se fixarem com suas famílias em terras destinadas ao trabalho. Como ferramentas de trabalho, os imigrantes utilizavam a foice, machado, enxada, picareta. Receberam algumas sementes que

não germinavam. Segundo os depoimentos dos entrevistados, o governo não oferecia subsídios para o desenvolvimento da colônia. Os colonos unidos, e com o apoio da igreja, foram estruturando a Colônia. Para isso havia necessidade constante de trabalho em mutirão para lavramento das terras, extração das matas, serragem das madeiras e o destocamento da terra, à base de picaretas. Segundo a entrevista nº 1 “primeiro tinham que desmatar as matas, tirar os tocos com picareta, empilhavam nos montes e queimavam para depois plantar”. Os imigrantes, em sua maioria, se inseriram em colônias rurais e se dedicavam principalmente ao trabalho de agricultura familiar de subsistência. As deficiências da estrutura nas colônias, a inexistência de moradia, a precariedade das ferramentas disponibilizadas aos imigrantes, a falta de sementes e orientação para plantar, eram motivos para os colonos desistirem do projeto colonizador ou viver no marasmo e dificuldades. É o que afirma a entrevistada nº 7 “ouviam as promessas e pediam apoio para o governo e como resposta, diziam ‘que os imigrantes tinham que se arranjar sozinhos’”. A mesma entrevistada nº 7 ressalta que “os imigrantes vieram com muitas esperanças e encontraram muita pobreza e passaram dificuldades”.

O Quadro 17 apresenta as respostas dadas sobre a concessão das terras aos imigrantes, a documentação e as formas de pagamento ao governo.

Quadro 17 - Análise da Categoria: Políticas de Colonização e Imigração do Brasil / Colônia Dom Pedro II
Questão 04

(Continua)

Subcategoria – Eles receberam lote de terra? Havia documentos dessa terra? Pagaram pela terra? como pagaram?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Concessão de documentos da terra do Governo para Colonização da Colônia Dom Pedro II	Concessão de documentos da Terra Documentos de posse (A) Escritura de terra (B) Pagamento das terras (C)	3ª Geração – Idosos <i>Eles receberam as terras, mas não receberam documentos, só um papel (1).</i> <i>Não tinham documentos de terra, só ganharam depois mais tarde, quando pagaram a terra (2).</i> <i>Receberam os documentos não era uma escritura, era um documento de posse. Pagavam a terra com serviço de estradas, com mantimentos e com dinheiro durante sete a oito anos (3).</i> <i>Sim, não se tem conhecimento a respeito dos documentos e do pagamento das terras (4).</i> <i>Receberam a terra e ganharam um tipo de documento de posse. Mais tarde veio a escritura, os colonos trabalhavam nas estradas para o governo (5).</i>	A (10) B (7) C (9)

			(Conclusão)
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
		<p>4ª Geração – Adultos <i>Mais tarde receberam os documentos e registros das terras com base nos passaportes de cada uma das famílias (6). Receberam as terras que tinha placa com número e com isso pagavam (7). (Cadastro do Núcleo-Grifo nosso). Dizem que pagavam suas terras com trabalho e produtos (8). Ganharam um documento de posse com a terra (9). Comenta-se que os colonizadores, recebiam um documento chamado título provisórios de designação de lote. O governo financiava em cinco anos (10)</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens <i>As terras eram pagas para o governo, em prestações, por vários anos (11). Pagavam a terra ao governo em prestações pequenas e por vários anos. Depois recebiam o documento da terra (12). Receberam um documento provisório e não lembra como pagaram (13). Tinham documentos de posse. Pagaram a terra em prestações, por vários anos (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Há certas divergências nos relatos sobre a colonização inicial, mesmo que todos os imigrantes tenham recebido os contratos de terra do governo, porém não há clareza sobre a documentação existente na época e as formas de pagamento ao governo. Relatam que, no ato do recebimento das terras, recebiam documentos de posse ou um papel de comprovação, depois de vários anos era concedida a escritura de terra. O pagamento dessas terras ocorria durante sete a oito anos, por meio de pagamento em espécie, por meio de serviço realizado ao governo na cavação de estradas e sua manutenção e, ou por meio de mantimentos de produção. E há os que falam que suas famílias ganharam as terras do governo.

Ao analisar as políticas imigratórias no Brasil e corroborando com Wachowicz (1970), observa-se que tanto a primeira fase da emigração ao Paraná, ocorrida na década de 1870, como na segunda fase da imigração, de 1890 a 1894, a concessão de terras seguia de acordo com o que foi estabelecido pelo Governo Imperial em Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Com base nesse Decreto, o Governo, ao instituir os Núcleos Coloniais, concedia aos colonos imigrantes, entre outros favores, o contrato de venda das terras para serem pagas em cinco prestações, a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento (art. 6º); edifício especial para abrigar os colonos recém-chegados e um auxílio gratuito de 20\$000 réis para seu estabelecimento (art. 30) (BRASIL, 1867). Nesse processo, o pagamento das terras ao governo se efetivava pelas Coletorias das Províncias interligadas à Inspeção de

Terras e Colonização. Segundo dados do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná (2014), com base no Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II, as terras dessa região eram terras devolutas e foram tituladas pelo Governo do Paraná para concessão aos colonos imigrantes europeus nos anos de 1876 a 1880, porém, o pagamento dessas terras foi efetivado em prestações anuais por seus adquirentes, ao longo dos cinco a sete anos, conforme documento (anexo G e H). Após o pagamento, as terras eram tituladas aos seus proprietários e lavrada a escritura provisória e, depois, a escritura final. Nesse processo de fixação em terras brasileiras, os imigrantes tiveram que estabelecer a sua comunicação com o governo que se realizava conforme se apresenta no Quadro 18.

Quadro 18 - Análise da Categoria: Políticas de Colonização e Imigração do Brasil / Colônia Dom Pedro II
Questão 05

Subcategoria – Como os colonos, seus antepassados comunicavam-se com o governo? Diretamente ou por meio de intermediários?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Comunicação entre o Governo e os emigrantes da Colônia Dom Pedro II	Comunicação com o governo: Intermediários e outros imigrantes (A) Padres (B) Freiras (C)	<p>3ª Geração – Idosos</p> <p><i>Eles não falavam com o governo, tinham dificuldades em se entender, pois todos só falavam em polonês (1).</i></p> <p><i>As pessoas escolhidas falavam com o governo e os padres também falavam com o governo (2).</i></p> <p><i>Os colonos não falavam português, só o polonês, por isso, os padres intermediavam os imigrantes. Pediam recursos para o governo, mas tudo era difícil por que a colônia ficava longe (3).</i></p> <p><i>Por que só falavam em polonês e tinham dificuldade de se comunicar em outras línguas (4).</i></p> <p><i>Tinham apoio de outros poloneses, o Domakoski de Curitiba, o médico Flenik, o Tempski e o Francisco Dranka que falava com o governo para os colonos (5)</i></p>	A (8) B (7) C (2)
		<p>4ª Geração – Adultos</p> <p><i>Mas na comunicação havia ajuda dos padres e mais tarde das irmãs religiosas (6).</i></p> <p><i>No começo estavam perdidos na nova terra e apareceu um padre de Orleans que apoiava os imigrantes (7).</i></p> <p><i>Por intermédio dos antigos imigrantes, o Karachesnki de Orleans e os padres (8).</i></p> <p><i>Tinha uma pessoa que traduzia dos colonos para o governo. Meu avô ganhava jornal, quando fazia venda na cidade e aprendeu falar português e assim ajudava outros colonos a resolver problemas no governo (9).</i></p> <p><i>Fala-se que as relações não eram muito amigáveis. Quem mais ajudava eram os padres (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens</p> <p><i>Tinha uma pessoa que falava com o governo, sobre as necessidades dos poloneses. Também os padres davam muito apoio e mais tarde as freiras (11).</i></p> <p><i>Quando os poloneses precisavam de ajuda, pediam aos padres, eles também faziam o contato com o governo (12).</i></p> <p><i>Os padres de Orleans e as Freiras ajudaram (13)</i></p> <p><i>Por meio de intermediários e padres (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Conforme os respondentes da pesquisa, os seus antepassados, quando se inseriram na Colônia Dom Pedro II, dentre as dificuldades encontradas foi a comunicação. No processo de colonização, após o assentamento no núcleo da Colônia Dom Pedro II, os imigrantes apresentavam sérios problemas de comunicação com o governo. Em uma realidade constituída por estrangeiros e poloneses, a comunicação com o governo não se realizava diretamente, segundo os relatos dos respondentes da pesquisa. Os imigrantes só falavam em polonês e, portanto, a comunicação com o governo era limitada, sendo necessária a ação de intermediários, intérpretes.

Segundo os relatos, o processo da instalação dos imigrantes no núcleo colonial dependia das ações governamentais. Tanto a estada em alojamentos e hospedaria, como as perspectivas de liberação dos imigrantes ao núcleo colonial, o reconhecimento das terras na colônia para a moradia, cujas situações fundiárias dessas terras para acomodação no núcleo colonial, não estavam demarcados ou se realizavam em meio ao descaso dos agentes de imigração do governo. Segundo o historiador da Colônia Dom Pedro II, Estanislau Bilinski (1997), os imigrantes poloneses, destinados para esta Colônia, tiveram que aguardar mais de um mês, pois os lotes de terra ainda estavam sendo demarcados. Enquanto as famílias de imigrantes aguardavam na hospedaria ou nos alojamentos, os homens acompanhavam o trabalho dos agrimensores na Colônia. Eram dias incansáveis de vai e vem para a Colônia, que colocavam a família em estado de tensão e insegurança.

Tanto o desconhecimento da Língua Portuguesa, a falta de informação sobre acesso a serviços, a inserção aos núcleos coloniais e ao trabalho agrícola e na administração pública originavam situações de conflitos entre os imigrantes e o governo. Desse modo, o processo de imigração dos poloneses nas fases iniciais do movimento migratório evidenciavam problemas tanto na comunicação, como no estabelecimento das relações com o governo. Diante dessas situações, os sacerdotes poloneses das Paróquias do Núcleo de Curitiba prestavam assistência aos imigrantes poloneses e intermediavam junto às instancias do governo do Paraná. Bem como por intermédio de imigrantes poloneses de Curitiba e da Colônia Orleans, que aparecem na pesquisa, como referência aos poloneses. E mais tarde recebiam apoio também das Freiras, Irmãs religiosas. Diferente das propostas apresentadas pelas políticas imigratórias, que entre os benefícios aos imigrantes, desde a recepção em Paranaguá, seria providenciado intérprete e mediadores, segundo o Relatório do Governo do Paraná (1877).

6.3.4 Categoria de Análise: O Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II

No Brasil, os territórios se originaram juntamente com os interesses pelo povoamento e colonização nas várias regiões, por meio da exploração de terras no decorrer do século XIX e século XX. Com a instituição das políticas de terras (1850), é viabilizada a imigração europeia e a colonização no Brasil e no Paraná, onde são estabelecidos núcleos coloniais.

Os territórios se originaram a partir da instituição dos núcleos coloniais, organizados pelos governos das províncias (Estados) em várias regiões do Sul do Brasil para o desenvolvimento demográfico, agrícola e econômico. Ao se analisar os núcleos coloniais no processo de colonização, as noções de espaço e de territórios são distintas e se caracterizam por diferentes níveis de interpretação, ao confrontar (ALBAGLI, 2004). Ao corroborar Wachowicz (1976), nesse contexto, a Colônia Dom Pedro II, inserida (atualmente) na região do Município de Campo Largo, recebeu a emigração europeia a partir de 1876.

Os europeus foram os primeiros a se fixar na área rural da Colônia, em função da sua própria característica camponesa, procedentes das aldeias de origem agrícola dos países da Europa. Uma vez inseridos na região de colonização do Paraná, no núcleo da Colônia Dom Pedro II, os imigrantes começaram a ocupar os espaços geográficos, pela exploração das terras, dos recursos naturais para sua sobrevivência com base no conhecimento de sua organização social e do trabalho. Corroborando Albagli (2004), cada região ou localidade demonstra diferentes características na organização de territórios. A ocupação dos espaços geográficos e sua composição ocorreram de acordo com o aspecto físico geográfico e as características específicas nas diferentes regiões. O território envolve questões ligadas ao espaço geográfico, físico, aos processos de expansão, dos domínios regionais, à sobrevivência e suas relações sociais. E confrontando Sachs (2008), a organização de territórios está relacionada às várias dimensões, como, econômicas, culturais e sociais. Elas são decorrentes de inter-relações entre aspectos físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos e institucionais, num contexto histórico. Portanto, as formas como os antepassados imigrantes ocuparam a terra, o espaço da Colônia Dom Pedro II, a sua descrição, encontra-se no Quadro 19.

Quadro 19 - Análise da Categoria: Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II – Questão 01

Subcategoria – Como seus antepassados ocuparam a terra/espço (equipamentos, construções, outros recursos materiais, aproveitamento dos recursos naturais ali existentes)?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Ocupação do Espaço pelos imigrantes na Colônia Dom Pedro II	Ocupação do Espaço: Trabalho em mutirão (A) Abertura de Estradas (B) Construção de casas (C) Agricultura de subsistência (D) Proveito da Madeira (E)	<p>3ª Geração – Idosos</p> <p><i>Desmataram as terras, destocavam com as ferramentas que ganhavam e abriam estradas. Trabalhavam com os vizinhos e família em mutirão (1).</i></p> <p><i>No começo, plantavam de forma manual. As coisas da cozinha eram tudo de madeira, tigelas, gamelas, manteigueiras. Tinham moinhos na colônia (2).</i></p> <p><i>Lavravam as terras, plantavam uma agricultura básica, com as ferramentas que ganhavam do governo (3).</i></p> <p><i>Faziam casas de madeira derrubada e comercializavam a madeira. Tudo fazia de forma manual, junto com os vizinhos e familiares (4).</i></p> <p><i>Lavravam as terras, construíram suas casas de barro e capim, depois de troncos e de após 1930 de madeira serrada em estaleiro. Abriam estradas e fabricavam objetos de lavoura e de cozinha faziam de madeira como ventilador e plantador de feijão, arado, baldes, gamelas e bacias, máquina de suco manual e bateadeira de manteiga (5).</i></p>	A (6) B (4) C (2) D (6) E (6)
		<p>4ª Geração – Adultos</p> <p><i>Abriam estradas em mutirão. Construíam as casas (6).</i></p> <p><i>Tiravam as madeiras para construir as suas casas. As primeiras eram de barro e capim, depois era de troncos e mais tarde de madeira serrada de modo manual (7).</i></p> <p><i>Vendiam as madeiras para sobreviver (8).</i></p> <p><i>Todo que produziam vendiam de carroça ou trocavam por tecido, querosene e comida (9).</i></p> <p><i>Tudo era feito na base do mutirão. Comemoravam com danças os finais de colheitas e as obras feitas (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens</p> <p><i>Abriam picadas para fazer estradas e plantavam agricultura de subsistência (11).</i></p> <p><i>Desenvolviam agricultura da época, só para sobrevivência e também revendiam ou trocavam por outros produtos e sementes (12).</i></p> <p><i>Trabalhavam em mutirão, abriam estradas, plantavam e vendiam o que sobrava também a manteiga, ovos e lenha, ou trocavam por sementes ou animais. Os utensílios de casa e de lavoura eram de madeira (13).</i></p> <p><i>A madeira era aproveitada para móveis, utensílios de casa e da lavoura. Faziam agricultura nessas terras que limpavam, vendiam a produção, a madeira e as lenhas (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

A ocupação da terra, do espaço, no núcleo colonial na Colônia Dom Pedro II, de acordo com as narrativas históricas, demonstra a realidade encontrada pelos seus antepassados quando chegaram a esta Colônia. A Colônia Dom Pedro II se caracterizava por elementos ambientais importantes para a sua estruturação física no espaço geográfico, configurando-se como território e seu desenvolvimento. Os modos de vida trazidos da Polônia eram

preservados para as atividades no espaço geográfico do território rural do núcleo da Colônia Dom Pedro II. Corroborando Bilinski (1997), esta Colônia constituía-se por características geográficas semelhantes às das localidades das regiões da Polônia, composto por um clima frio e temperado, pelo solo arenoso, rios, flora formada por densas florestas e pinheiros araucária.

As terras concedidas pelo governo, recobertas de matas, as poucas ferramentas e sua precariedade tecnológica, demandavam um esforço coletivo, habilidade e estratégias de trabalho no desbravamento das terras. Os colonos trabalhavam unidos entre vizinhos e parentes ou trocavam serviço. Assim, também construíam as suas primeiras casas, tipo (lepyonice), choupanas de barro. Para esse tipo de construção utilizavam-se dos recursos da natureza, matéria-prima encontrada no núcleo da Colônia Dom Pedro II. Sua construção se formava por uma mistura de lenha, capim e barro. Com o barro também revestiam as paredes da casa, sua cobertura era feita de capim e o chão de terra batida. Segundo a entrevista nº 12 “única matéria-prima disponível aos imigrantes, quando chegaram para a Colônia Dom Pedro II”.

Ao se referirem ao território, corroborando Llorens, (2002 p. 111⁴⁸ apud Do Nascimento; Labiak Jr., 2011, p. 79), sua exploração compreende a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os sujeitos, a mobilização em torno das diversas estratégias, a existência e o acesso aos recursos disponíveis para o desenvolvimento. Na Colônia Dom Pedro II, a exploração do território e o seu desenvolvimento eram favorecidos pela demanda de madeira, da terra para a agricultura de subsistência e dos rios. Os colonos procediam à exploração dos recursos naturais no território, foram evoluindo durante o decorrer do final do século XIX e melhorando as suas condições de vida. Organizavam-se e promoviam a construção das moradias a partir da matéria-prima disponível no território. Das casas de barro misturadas ao capim, evoluíam com melhorias de moradia, exploravam os recursos, a madeira disponível e construíam suas casas de troncos, típicas do sul da Polônia. Eram falqueadas e sua estrutura não exigia o uso de pregos, a sua cobertura se completava com telhas de madeira. Nas primeiras décadas do século XX até a década de 1930 originavam-se as casas de madeira serrada de forma manual, com uso de estaleiros, eram mais amplas e com acabamento em lambrequim. Com a madeira, fabricavam também os móveis rústicos para casa e utensílios para o uso na Colônia. Segundo a entrevista nº 5 “fabricavam objetos de lavoura, de cozinha e faziam tudo de madeira, como ventilador e

⁴⁸ LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

plantador de feijão, arado, baldes, gamelas e bacias, máquina de suco manual e bateadeira de manteiga”.

Os colonos exploravam o território coletivamente, procediam à abertura de estradas, faziam picadas e caminhos para circulação de carroças. Integravam os instrumentos de trabalho como a carroça polonesa, o arado, a grade, a gadanha, o picador de palha, o mongol, o (radnik) aradinho, a alfanje, enxada, machado e foice. Desbravam as terras para desenvolver a agricultura de subsistência, manual. Possuíam uma bagagem prática trazida das aldeias agrícolas da Polônia, no manuseio da terra, no trabalho de carpintaria e ferraria que favorecia a integração ao novo lugar. Os modos de vida trazidos da Polônia eram preservados para as atividades na agricultura. Assim, a madeira e a lenha, extraídas das matas, o excedente da produção, derivados de leite, ovos, comercializavam em Curitiba ou adotavam o sistema de troca, conforme a necessidade para sobrevivência da família. Corroborando Do Nascimento e Labiak Junior (2011), ao se referirem ao território, diante das necessidades de apropriação do espaço geográfico, sua configuração abrange diferentes dimensões, como a econômica, a ideológica e a política.

A estruturação do território do núcleo da Colônia Dom Pedro II se configura conforme os relatos do Quadro 20.

Quadro 20 - Análise da Categoria: Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II – Questão 02
(Continua)

Subcategoria – Como se estruturou o território da Colônia Dom Pedro II? Como foi viabilizada a infraestrutura no local?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Estruturação do Território da Colônia Dom Pedro II	Estruturação do Território:	3ª Geração – Idosos <i>Na colônia só tinha mato. Sozinhos os colonos se uniram e foram organizando a colônia (1).</i> <i>Uniram-se e construíram as casas, abriam as estradas e depois construíram a escola em 1908. As freiras vieram da Polônia, ensinavam os filhos e os imigrantes (2).</i> <i>Como o governo não ajudava, os colonos se uniram e construíram a escola, depois a igreja, com apoio de padres. Surgiram também ferreiros e fabricavam arados e outras ferramentas de trabalho para agricultura (3).</i> <i>Foram abrindo estradas, aumentando a área de plantio (4).</i> <i>Em união fizeram primeiro as suas casas. Abriam as estradas e construíram a primeira cruz na colônia com ajuda de padres (5).</i>	A (8) B (6) C (4) D (5) E (5) F (5) G (3)
	Uniram-se (A) Abriam as estradas (B) Organizaram a agricultura (C) Construíram a primeira Cruz (D) Construíram Casas (E) A escola (F) A igreja (G)	4ª Geração – Adultos <i>O governo ajudou com a doação de terras e as ferramentas para o trabalho (6).</i> <i>Com o apoio do padre da colônia Órleans, se organizou muita coisa na colônia Dom Pedro II. Colocaram a cruz na entrada da colônia para poderem rezar mais perto (7)</i>	

(Conclusão)

Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
		<p>4ª Geração – Adultos – Cont. <i>Organizavam-se em mutirão para fazer trabalhos na, construção de casas (8).</i> <i>Depois construíram a escola, em 1908, à custa de união dos colonos e mais tarde fizeram a capela, em 1933. Organizaram a agricultura para subsistência. Começou surgir moinhos de água para moer trigo, centeio, os ferreiros fazem arados e outras ferramentas de lavoura e carroça por carpinteiros (9).</i> <i>A estruturação aconteceu através da união e esforço dos poloneses com pouco apoio das autoridades políticas (10).</i></p> <hr/> <p>5ª Geração – Idosos <i>Depois construíram a Igreja, mas no início construíram as cruzes nas entradas da colônia (11).</i> <i>Antes da escola construída pelos colonos, havia um polonês Niemiec que dava aulas para os filhos dos poloneses (12).</i> <i>Abriam estradas para carroça. Era tipo de roça. Faziam as casas de tronco em mutirão. Plantavam uma lavoura para sobreviver. Os colonos se uniram, e, fizeram a escola e depois a capela (13).</i> <i>Primeiro desmataram as terras, fizeram estradas, construíram a cruz, construíram a escola e depois Igreja (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

A estruturação do território da Colônia Dom Pedro II foi sendo feita pelos colonos imigrantes quando chegaram a esta região, a partir de 1876, segundo os respondentes da pesquisa. Ao serem designados para essa localidade, recoberta pela mata e sem estrutura suficiente disponibilizada pelo governo, os colonos, unidos, corroborando Sachs (2008), organizavam o território atuando nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental. São dimensões que dão base às relações entre indivíduos e organizações. De acordo com a entrevista nº 5, “a estruturação aconteceu através da união e esforço dos poloneses com pouco apoio das autoridades políticas”. Em sua estruturação, segundo a entrevista nº 9, ressalta que “construíram a escola em 1908, à custa de união dos colonos e, anos mais tarde, fizeram a capela, em 1933. Organizavam a agricultura para subsistência”. Mais tarde “começou a surgir moinhos de água para moer trigo, centeio, os ferreiros que faziam arados e outras ferramentas de lavoura e carroça por carpinteiros”, segundo a entrevista nº 9. Assim organizavam a lavragem das terras para a agricultura com os equipamentos disponíveis e o sistema de comercialização, de venda ou trocas. A instituição da escola (1908) inserindo-se a preocupação com a educação, a catequese e a assistência aos imigrantes, com a vinda das

Irmãs Religiosas da Polônia⁴⁹. E, em (1933) foi instituída a capela, para a prática da religiosidade. A igreja e a escola favoreciam a formação e o fortalecimento das relações humanas e sociais, o que vem persistindo atualmente. O colono polonês sempre manifestava um elo forte entre a igreja e a família. E tinha, na figura do padre polonês, o seu refúgio espiritual e amparo para o enfrentamento dos problemas de ordem pessoal, familiar e social.

E, no processo histórico de sua constituição, instituíam-se outros recursos na comunidade, como moinhos, ferrarias, entre outros equipamentos que se materializavam para o desenvolvimento territorial. Corroborando Boudeville (1973), o desenvolvimento regional do território se materializa por meio de atividades e relações econômicas e humanas, ao serem implantadas cidades, estradas, culturas e suas civilizações. A organização da vida na Colônia acontecia conforme descrito no Quadro 21.

Quadro 21 - Análise da Categoria: Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II – Questão 03
(Continua)

Subcategoria – Como se organizava a vida na Colônia? E atualmente, como se organiza?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Organização da vida na Colônia Dom Pedro II	Começa em família (A) Religião (B) Igreja (C) Comunidade (D) Mutirões (E)	<p>3ª Geração – Idosos</p> <p><i>Estava sempre ligada na família, comunidade e religião. Isso continua até hoje (1).</i></p> <p><i>Trabalhavam em mutirão e todos se ajudavam, tanto na lavoura, como na parte da religião. Hoje as famílias trabalham sozinhas, mas existe solidariedade (2).</i></p> <p><i>Sempre começava em família, parentes, pelas comemorações religiosas, estendendo-se a convivência com a comunidade. E atualmente continua assim (3).</i></p> <p><i>Faziam mutirão para construir cruzeiros, escola, estradas e desmatamento (4).</i></p> <p><i>Começavam na família, era ligada pelo trabalho, na agricultura, pela religião e nas atividades realizadas pela Igreja (5).</i></p>	A (14) B (10) C (8) D (5) E (4)
		<p>4ª Geração – Adultos</p> <p><i>Pela união das famílias, pelo trabalho na Igreja, pela religião. A própria comunidade como vivia e trabalhava unida. Faziam assim e isso continua até hoje (6).</i></p> <p><i>Existia muita união na família e dos parentes, na igreja as pessoas se encontravam para orações, novenas e outras rezas (7).</i></p> <p><i>Organizavam-se a princípio em família, também faziam mutirões para plantio e colheita. Atualmente ainda há essa solidariedade na comunidade (8).</i></p>	

⁴⁹ Em 1908, os colonos da Colônia Dom Pedro II, por meio de um abaixo-assinado, reivindicavam Irmãs Religiosas para Madre da Polônia, Sofia Tereza Ulatowski. Em 26/07/1908 as Irmãs Religiosas, Irmã Maria Grzegorzewicz e a Irmã Alexandra Zielinski vieram de Warsóvia, para ajudar as famílias dos imigrantes poloneses na catequese, na educação, na assistência à saúde e em outras necessidades diante da pobreza que viviam (LIVRO TOMBO DA COLÔNIA DOM PEDRO II – 1876). Registro Histórico da Colônia Dom Pedro II- Campo Largo, PR.

(Conclusão)

Subcategoria – Como se organizava a vida na Colônia? E atualmente, como se organiza?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
		<p>4ª Geração – Adultos – Cont. <i>Começa na família que sempre foi unida, depois é ligada pela religião, pelas atividades na igreja, onde a família toda participa hoje isso continua (9).</i> <i>Tudo girava em torno da Igreja. Atualmente também a Colônia apresenta uma influência forte da Igreja (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens <i>A religião e a família caminham juntas. Atualmente já existem histórias de união sem casamento e separação (11).</i> <i>Em primeiro lugar partia da família se relacionava com a parte espiritual, religiosa da igreja (12).</i> <i>Na família. Viviam sempre unidos e se ajudavam e se ligavam pelas atividades da igreja e da comunidade, isso acontece até hoje (13).</i> <i>Em família, depois na igreja pelas atividades religiosas, se realizam no decorrer do ano. Atualmente, acontece da mesma forma (14).</i></p>	

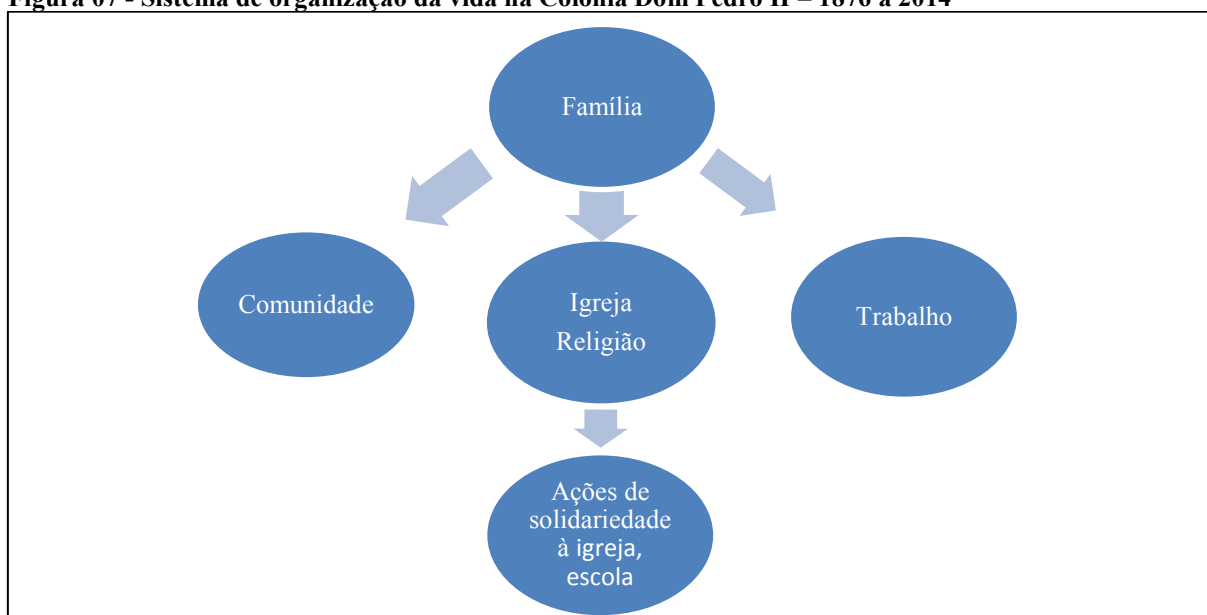
Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II – 2014.

De acordo com as narrativas dos respondentes da pesquisa, a organização da vida iniciava pelo núcleo familiar, com base na religiosidade e nos aspectos culturais. A forte relação na unidade familiar dos imigrantes se caracterizava em decorrência das formas conflitantes com que se realizavam os movimentos migratórios de poloneses ao Paraná, ocorridos desde 1876. As situações complexas com as quais os imigrantes se defrontavam em uma realidade territorial nas desconhecidas terras brasileiras, sua aventura, a insegurança, incertezas de sobreviver longe da terra natal, as frustrações perante o paraíso prometido, portanto, as estratégias de sobrevivência se estruturavam no meio familiar, e a forte relação de seus laços, culturalmente fundamentados na religião, e a veneração a Nossa Senhora de *Częstochowa*, padroeira dos poloneses.

Desde a imigração, a vida dos poloneses se organizava na unidade familiar, conservadora e tradicional. Sua dinâmica de vida fundamentava-se nos ensinamentos conservadores da cultura polonesa, baseada nos ensinamentos bíblicos da religião católica e pelas ações de solidariedade na comunidade. Em seu processo organizacional, ancoravam-se nos conhecimentos ancestrais. Assim procuravam conservar a sua cultura e as tradições, em um sistema fechado em sua etnia nas Colônias, como um princípio de autoproteção, dentro da família e da comunidade. Corroborando Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), a formação do território se constitui pelo seu “valor” e a necessidade de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida. Quando se referem à organização da vida na Colônia Dom Pedro II, relatam que se inicia na unidade familiar, mantendo-se

associada às celebrações religiosas na igreja, estendendo-se à convivência na comunidade, ao trabalho e às ações de solidariedade para igreja, escola e pela doação aos necessitados, representada pela Figura 7.

Figura 07 - Sistema de organização da vida na Colônia Dom Pedro II – 1876 a 2014



Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Desde o princípio, a família tem uma forte representação em todas as situações relacionadas à vida na Colônia. Na própria vivência familiar, social, religiosa, na comunidade e no trabalho, manteve-se sempre unida. Bem como nas atividades agrícolas solidárias, diante das necessidades de problemas de saúde e de morte de familiares ou vizinhos. Mesmo diante das mudanças ocorridas no decorrer do século XX, em que a família assume novas configurações, a maioria das famílias da Colônia Dom Pedro II se mantém unida pelos laços familiares, da religião ou de solidariedade, presentes nas ações familiares e de comunidade, estruturados culturalmente de forma geracional.

As relações humanas e sociais na Colônia Dom Pedro II se desenvolviam, conforme mostra a Quadro 22.

Quadro 22 - Análise da Categoria: Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II – Questão 04

Subcategoria – Como era e é a vida na Colônia Dom Pedro II (as relações humanas e sociais, família, grupos, atividades sociais)?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
As relações humanas e sociais na Colônia Dom Pedro II	União da família (A) Celebrações religiosas (B) Festas de família (C) Festas de tradição (D) Pelo Trabalho (E)	<p>3ª Geração – Idosos</p> <p><i>A família era unida aos parentes e aos vizinhos pelo trabalho na lavoura. Participavam das comemorações religiosas na igreja, das festas na família, com as tradições polonesas (1).</i></p> <p><i>Viviam unidos nas famílias, nas festas religiosas, nos casamentos e sempre se visitavam. Hoje se encontram nas festas de cultura e de parentes (2).</i></p> <p><i>Participavam das atividades religiosas na colônia, durante o ano todo. Faziam parte das festas de família, desde casamentos, batizados, festas de santos e também carnaval polonês e tudo voltado às tradições polonesas. (Os aniversários se comemorava relacionado aos dias de santos, como São João, São Pedro e Santo Antônio) (3).</i></p> <p><i>Participação nas festas religiosas, casamentos, confraternizações e orações (4).</i></p> <p><i>Pelo trabalho de mutirão, viviam as tradições de natal e kolendas, páscoa, padroeira e os dias santos durante o ano. Hoje se mantém muitas das tradições (5).</i></p>	A (8) B (11) C (10) D (7) E (4)
		<p>4ª Geração – Adultos</p> <p><i>As relações eram fortes entre as famílias e parentes e pelo trabalho em mutirão. Nas atividades da Igreja e também pelas festas de famílias. Atualmente continua da mesma forma (6).</i></p> <p><i>Em família pela sua participação nas festas da Igreja e nas festas da família (7).</i></p> <p><i>As famílias sempre se reuniam em festividades, se visitavam, participavam das celebrações, de festas. Hoje continuam (8).</i></p> <p><i>Viviam em famílias muito unidas, iam para as missas e outras celebrações juntos e para outras festas na casa das famílias. Hoje mudou alguma coisa os casamentos são diferentes (9).</i></p> <p><i>A convivência era mais participativa, pois se ajudavam entre eles, no plantio, colheitas, construções, orações, festas, casamentos. Hoje se perdeu muito da tradição (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens</p> <p><i>Participavam de celebrações religiosas e de festas familiares, das festas culturais e tradicionais, no decorrer do ano (11).</i></p> <p><i>Participavam das celebrações religiosas (Páscoa, Quaresma, Natal e dias santos) tudo com cantos poloneses (12).</i></p> <p><i>Acontecia na vivência das famílias, nas celebrações realizadas na igreja, no ano inteiro. Nas festas da igreja, festas de família e falecimentos (13).</i></p> <p><i>Realizavam-se nas novenas de natal, nas missas, nos casamentos, nas festas de igreja. Continua da mesma forma (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Os imigrantes europeus, ao se inserirem nos núcleos coloniais, organizavam a sua vida nos territórios e buscavam estabelecer as relações humanas e sociais, que eram permeadas de sua cultura, tradições e costumes, ancorados na identidade cultural. Segundo os relatos, as relações humanas e sociais se estruturavam a partir dos laços de parentesco,

étnicos, religiosos e de trabalho. Sua manifestação acontecia em família em decorrência da realização de festas familiares. Comemorações familiares, como de aniversários, aconteciam relacionando-os aos dias de Santos correspondentes no calendário do mês, durante o ano. O colono chamado Pedro, por exemplo, comemorava o aniversário no mês de junho, dia de São Pedro. Essas comemorações se fortaleciam pelas relações de parentesco e étnicas.

A comemoração da festa do carnaval polonês, período de encontros entre as famílias, para visitas, para conhecer novas técnicas de trabalho, receitas de culinária e para festejar o encontro, era mediada com bebidas fermentadas, comidas típicas e danças em família. O casamento polonês, porém, era a maior manifestação que configurava as relações sociais em grupo na Colônia. Conforme os costumes e a tradição polonesa, a preparação ocorria durante uma semana e, a sua realização durava três dias. Caracterizava-se como acontecimento festivo na Colônia. Os poloneses, segundo a entrevista nº 2 ressalta que “faziam casamentos alegres com muita música, com muitos enfeites nas casas, nos paióis e nos portões”.

As relações sociais também se estabeleciam durante as atividades agrícolas, realizavam-se por meio de *mutirões* e *picherões* (trabalho coletivo para desmatamento de terras, descascar e debulhar o milho, ou para cortar, malhar o centeio e trigo), atividades estas que envolviam ações de trabalho agrícola, alimentação típica e, ao final, música e dança polonesa tradicional. Assim, os poloneses “viviam unidos nas famílias, nas festas religiosas, nos casamentos e sempre se visitavam. Hoje se encontram nas festas de cultura e de parentes”, segundo a entrevista nº 2. O século XX foi permeado por mudanças, porém, a maioria das tradições se mantém na Colônia e as relações sociais continuam se estruturando na família, nas ações da igreja católica, nas festas de famílias e culturais.

A organização da produção e do trabalho se organizava conforme o Quadro 23.

Quadro 23 - Análise da Categoria: Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II – Questão 05
(Continua)

Subcategoria – Como era e como é organizada a produção/trabalho na Colônia Dom Pedro II?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Organização da produção e do trabalho na Colônia Dom Pedro II	Modos de Trabalho: Trabalho manual em família e mutirão (A) Trabalho mecanizado (B)	3ª Geração – Idosos <i>No início, trabalhava a família inteira, com ajuda dos vizinhos e com poucas ferramentas para desmatar e plantavam tudo manual. Hoje trabalham com tratores, aumentaram as lavouras. Uma pessoa faz o serviço pela família (1). Trabalhavam em mutirão, sempre se ajudando. Na lavoura era trabalho manual. Hoje em dia as famílias trabalham com tratores e máquinas, não precisam trabalhar todos (2).</i>	A (14) B (14) C (7) D (5)

			(Conclusão)
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
	Trabalho assalariado (C) Trabalho, pelas terras locadas (D)	<p>3ª Geração – Idosos (Cont.) <i>Tudo era manual. Depois, mais tarde, se fabricavam arados, o trabalho melhorou e a produção aumentou. Atualmente, é tudo mecanizado. As mulheres trabalham fora, para aumentar os recursos da economia. Alguns proprietários moram na colônia, alugam as terras e procuram trabalho assalariado, em função da necessidade da modernização da agricultura (3).</i> <i>Era tudo feito manual. Hoje é tudo mecanizado (4).</i> <i>Lavravam a terra de forma manual. Os padres Mientus e Kandora atendiam a colônia Dom Pedro II e com a ajuda do Tempski abriram a Sociedade Agrícola da Colônia Orleans para ajudar os colonos. Surge a máquina de malhar trigo. Depois dos anos 60, a vida começou a melhorar, os colonos adquirem máquina manual e surge o caminhão. Hoje a maioria trabalha com tratores, plantam mais lavoura ou alugam suas terras (5).</i></p> <p>4ª Geração – Adultos <i>Com cavalos, arados e carroça e a família toda se envolvia. Atualmente, o trabalho é feito pelos tratores (6).</i> <i>Antigamente o trabalho era tudo feito a base de enxada, picareta, machado e a família inteira precisavam trabalhar na roça. Não conseguiam produzir muito. Nos dias de hoje, o trabalho é feito com tratores e poucas pessoas, colhem bem e vendem fácil (7).</i> <i>As pessoas trabalhavam em família e a força manual e em mutirão. Atualmente, o trabalho se realiza por meio de máquinas. Em muitas famílias, a mulher trabalha fora, ajuda na renda da família. (8).</i> <i>Os colonos trabalhavam na terra e era tudo manual. As mulheres faziam o serviço de casa e iam ajudar os maridos na roça, hoje tem colonos que alugam suas terras e trabalham fora por salário e as mulheres também (9).</i> <i>As pessoas se uniam em picherões, para o plantio e colheitas com cavalos e arados. Hoje fazem com maquinários (10).</i></p> <p>5ª Geração – Jovens <i>O trabalho era de subsistência. Nos dias de hoje é feito por máquinas e dispensa a família. A mulher tem oportunidade de trabalhar fora para ajudar a família. Pois muitos não têm condições de modernizar a agricultura (11).</i> <i>O trabalho na lavoura exigia muito esforço e dedicação, era feito com cavalo, arado, carroça e o serviço era pesado. Hoje em dia o trabalho é mecanizado (12).</i> <i>Antigamente trabalhavam com a família, vizinhos e faziam tudo de modo manual, depois com arado e cavalos e não plantavam muito. Hoje, os colonos trabalham com tratores. Os jovens podem estudar. Tem mulheres que trabalham na cidade e alguns colonos também, pois, o lavrador pequeno não sobrevive mais da agricultura (13).</i> <i>A família toda trabalhava. Atualmente, o trabalho se realiza com maquinários e com poucas pessoas. Com isso, as mulheres saem da colônia e trabalham como diarista (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

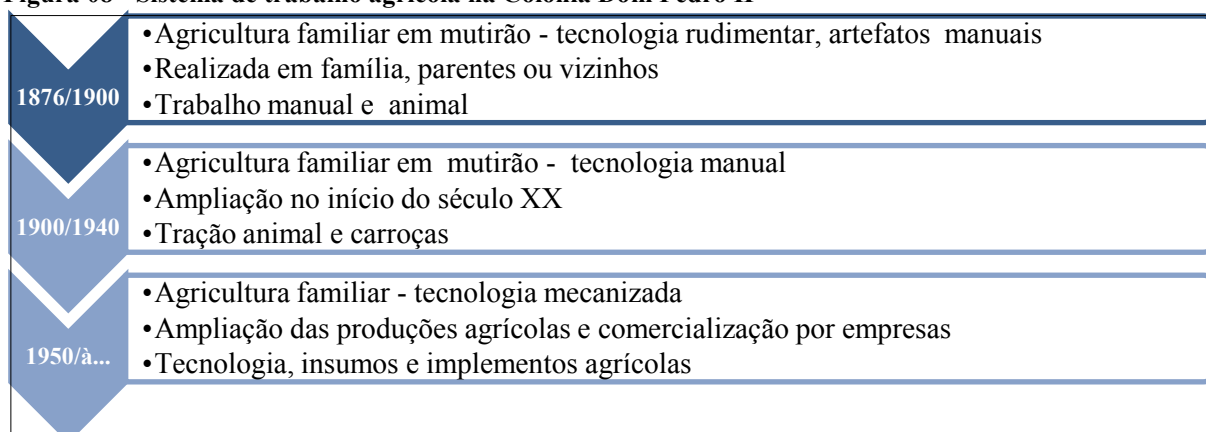
De acordo com as narrativas, a produção e o trabalho na Colônia Dom Pedro II se organizavam na unidade familiar nas terras no núcleo colonial, em pequena propriedade. Corroborando Petrone (1982), o assentamento de imigrantes europeus nas colônias de

pequena propriedade, instituídas nas áreas rurais nas províncias do Sul do Brasil, com suas técnicas de trabalho, constituiria um sistema agrícola composto de policulturas, visando atender às demandas de consumo. As relações de produção e reprodução do trabalho acompanhavam o desenvolvimento econômico do País. Corroborando Wachowicz (1976), no processo da colonização, os imigrantes desenvolviam uma agricultura de subsistência de policulturas e concentradas na extração da erva-mate e madeira, com produções que não atingiam os objetivos do Governo até 1900. O trabalho agrícola se estruturava pela família, em mutirão em conjunto com parentes ou vizinhos ou em *picherões*, em um sistema de troca de serviço, mediante ferramentas disponíveis da época, uma tecnologia precária manual, fazia-se o desmatamento de áreas e o cultivo agrícola.

No início do século XX, as atividades agrícolas se realizavam pelo uso de cavalos, arado e carroças. Todo o excedente da produção, madeira, lenha, derivados de leite (manteiga, requeijão, nata) e ovos revendia-se no comércio de Curitiba ou procedia-se à troca por semente, tecidos, sapatos, querosene e outras necessidades. O Governo do Paraná, em seu Relatório (1877), destacava que os colonos estabelecidos nos núcleos coloniais encontrariam na cidade de Curitiba o mercado para o comércio da produção de sua lavoura, lenha, hortaliças e demais produtos da pequena propriedade. Porém, a morosidade da expansão agrícola, sem subsídios do governo, desenvolveu-se até as primeiras décadas do século XX, em função das crises políticas das duas Grandes Guerras Mundiais e da crise do capitalismo.

Corroborando Furtado (1976), a economia e a agricultura de subsistência tiveram um desenvolvimento linear, sem subsídios do governo até a primeira metade do século XX. E ao corroborar Brum (1985), a economia brasileira se insere nas estratégias do capitalismo internacional, integrando importantes setores das indústrias interligados com o setor agrícola. Ao confrontar Souza (1987), as novas incursões de desenvolvimento surgem depois de 1950, impulsionados pelos programas do Governo Federal.

Após 1964, durante o regime militar, são implantados projetos de reformas econômicas e sociais, com modernização da agricultura no Brasil. E depois de 1970, sua dinâmica se insere nas políticas agrícolas e às novas relações econômicas, com diferentes configurações nas relações de produção. Corroborando Paludo e Barros (1995) e Magalhães Filho (1972), na economia, a expansão da indústria madeireira, aliada às inovações da ciência e da tecnologia ampliaram as possibilidades para o desenvolvimento industrial e agrícola no Brasil. No período desde a imigração, as relações de produção e reprodução do trabalho se realizaram em diferentes fases, como representado na Figura 8.

Figura 08 - Sistema de trabalho agrícola na Colônia Dom Pedro II

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Atualmente, o trabalho de agricultura familiar na Colônia Dom Pedro II se realiza por meio de máquinas e implementos agrícolas, com aumento da produção das lavouras cultivadas. Planta-se milho, trigo, soja, feijão e sua comercialização se realiza por empresas locais de grãos, cooperativas ou pelo sistema de *commodities*. Outros desenvolvem o trabalho de agricultura familiar orgânica. Com a tecnologia inserida na produção, um menor número de familiares realiza o trabalho no campo. Com isso, abrem-se possibilidades para que membros da família, as mulheres, sejam liberadas para o trabalho externo à Colônia. Dessa forma muitas mulheres da Colônia buscam oportunidades de trabalho fora da Colônia e assumem funções como (professoras, serviços gerais, auxiliar de cozinha e diaristas), e, desta forma, auxiliam na renda familiar, porém, não deixam de atender a família com suas responsabilidades, com bases nos costumes e tradições da família polonesa. Da mesma forma, há colonos que mantêm a propriedade na colônia, buscam novas alternativas de renda, do agronegócio, microempresas ou alugam suas terras para outros agricultores e, como opção, se inserem no trabalho assalariado, em função da falta de recursos, diante das necessidades da modernização agrícola e nos enfrentamentos perante as dificuldades na agricultura. Nessa ocasião os colonos, muitas vezes, recorrem aos conselhos da igreja, que desempenhou o papel de mediadora e exercia o seu poder junto aos paroquianos.

A Colônia Dom Pedro II, desde o início da imigração, passou por várias fases, desenvolveu-se e manteve-se sob a liderança de diferentes poderes, conforme é demonstrado no Quadro 24.

Quadro 24 - Análise da Categoria: Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II – Questão 06

Subcategoria – Como funcionavam e como funcionam as relações de poder na Colônia Dom Pedro II? (Como era e é comandada a Colônia)?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
As relações de poder na Colônia Dom Pedro II	<p>Relações de poder no período da imigração:</p> <p>Igreja (A) Governo/inspetores (B) Irmãs Religiosas (C)</p> <p>Relações de poder atualmente:</p> <p>Igreja (A) Governo (B) Mov. de Pastorais (C)</p>	<p>3ª Geração – Idosos</p> <p><i>No começo os padres davam conselho para os colonos. Tinha um coordenador escolhido e o inspetor de estrada, escolhido pelo vereador. Hoje tem a prefeitura, que atende a colônia, mas quem decide o que fazer é o Padre, mas nem todos escutam (1).</i></p> <p><i>Antigamente, orientavam-se pelos padres depois pelos inspetores de estradas, depois, mais tarde, pelos que comandam a colônia, Padre, os movimentos do CAEP, marianos, apostolados e também a prefeitura comanda a parte do governo (2).</i></p> <p><i>Antigamente, eles escutavam mais o padre, as freiras. Existiam os inspetores de estradas, escolhido pelo prefeito, funcionava tipo pastoral da família. Atualmente existe ainda a influência forte da liderança do pároco (3).</i></p> <p><i>Era comandada pelo padre e por inspetores da própria colônia. Hoje é com a orientação do Padre da paróquia (4).</i></p> <p><i>Os padres de Orleans vinham atender a colônia Dom Pedro II, nas necessidades dos colonos. Colaboravam os inspetores de estrada. Meu pai foi inspetor por seis anos e meu sogro por vinte anos. Atendiam as famílias em suas necessidades. Atualmente a igreja tem grande influência na direção da colônia. (5).</i></p>	<p>A (12) B (10) C (2)</p> <p>A (14) B (7) C (5)</p>
		<p>4ª Geração – Adultos</p> <p><i>Antigamente, os imigrantes escutavam os conselhos dos padres. Existiam os inspetores de trechos de estradas, escolhidos pelo prefeito do município e atualmente a colônia é comandada pelo município e influência forte da Igreja (6).</i></p> <p><i>Antigamente os colonos viviam conforme o que os padres falavam e aconselhavam nas missas. Mesmo que ainda existe influência da Igreja, a prefeitura que tem maior comando (7).</i></p> <p><i>Orientavam-se pelos conselhos dos padres. Os inspetores de estradas que eram escolhidos pelos prefeitos. A Comissão Administrativa e Econômica Paroquial - CAEP da igreja tem influência no comando sob a orientação do padre (8).</i></p> <p><i>Hoje já mudou o sistema, mas ainda as pessoas se apoiam nos conselhos do padre (9).</i></p> <p><i>Acredita-se que havia uma liderança da comunidade, do Padre e poder público. Hoje não é muito diferente (10).</i></p>	
		<p>5ª Geração – Jovens</p> <p><i>Desde o começo a colônia era comandada pelos padres de Orleans e tinham as lideranças indicada pelo prefeito, os inspetores de estradas. Atualmente, tem o município que comanda a colônia e também a forte liderança do padre (11).</i></p> <p><i>Hoje, além de a prefeitura fazer a sua parte na administração, na paróquia há forte liderança do padre e do CAEP (12).</i></p> <p><i>Os padres da colônia Orleans, atendiam a Colônia Dom Pedro II e os inspetores que cuidavam das estradas ajudavam os colonos, pagos pelo prefeito. Hoje a prefeitura comanda o município e tem grande influência da igreja (13).</i></p> <p><i>Os padres da colônia Orleans, que aconselhavam os imigrantes e depois as irmãs religiosas. Atualmente, existe grande influência do padre (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Ao analisar as relações de poder, de acordo com os respondentes, concentravam-se nas ações do governo, que determinava o processo migratório e de colonização, e na igreja católica. A igreja desenvolveu forte liderança junto às colônias de imigrantes poloneses, por intermédio dos padres Capelães poloneses do núcleo de Curitiba, do Padre Zielinski e do Padre Chilacek. Sua atuação deu-se em função das necessidades que os imigrantes europeus apresentavam na assistência religiosa e de mediação entre o governo e de outras instâncias. Teve apoio também de Edmund Wós Saporski, mediador da imigração polonesa no Paraná. Embora a Província (Estado) do Paraná representasse o Governo, nesse processo a Igreja assumia o papel de mediadora. As relações de poder se manifestavam conforme o período e as determinações dos órgãos do Estado no decorrer dos movimentos migratórios.

Corroborando Becker (1983), no processo histórico, o Estado assume a forma reguladora de relações institucionais, o que lhe assegura o domínio e a gestão de territórios, mesmo havendo outras instituições como a Igreja. Neste sentido, o território, sendo, constituído por relações de poder delimitadas no espaço geográfico, como o da Colônia Dom Pedro II, suas relações de poder se expressavam pela liderança da igreja católica. Essa liderança se operava pelos padres Capelães que acompanhavam, intermediando os imigrantes poloneses nas Colônias, por meio da assistência religiosa, moral, de aconselhamento e orientações. No processo de estruturação da religiosidade no núcleo da Colônia Dom Pedro II, escolhia-se um coordenador⁵⁰ pela igreja católica, para auxiliar o padre no comando administrativo da igreja e ou escola. Essa coordenação, com seu esforço, favoreceu a instalação da primeira Cruz da Imigração Polonesa (1901), a construção da primeira escola étnica (1908) e a construção da Capela (1933).

Em termos de administração pública na Colônia, elegiam-se inspetores de estrada pelo vereador do Município. Eles tinham a função de administrar trechos de estradas na Colônia Dom Pedro II e fazer a sua manutenção, mediante remuneração. Em sua atividade, desempenhavam o papel de conselheiro familiar, sua intervenção se realizava por meio de conselhos diante das dificuldades e problemas familiares. Trabalhavam com o apoio dos padres católicos em sua atividade religiosa na Colônia. Atualmente, embora o Município desenvolva o seu papel na administração pública, a influência da igreja católica ainda se mantém forte, tanto pelas várias pastorais de evangelização como pela liderança exercida pelo

⁵⁰ O coordenador, os zeladores e promotores da Igreja eram nomeados pelo Pároco da Igreja Católica no início da colonização 1876, como membro auxiliar nos serviços de administração da paróquia. LIVRO TOMBO. Narady Komitetu Koscielnego z Kolonii Orleans, 1876-1885. Registro dos Serviços da Comissão da Igreja da Colônia Orleans, 1876 - 1885.

pároco junto à comunidade. O Quadro 25 apresenta as respostas dos entrevistados sobre os valores, a ética e o respeito e sua relação com a religião.

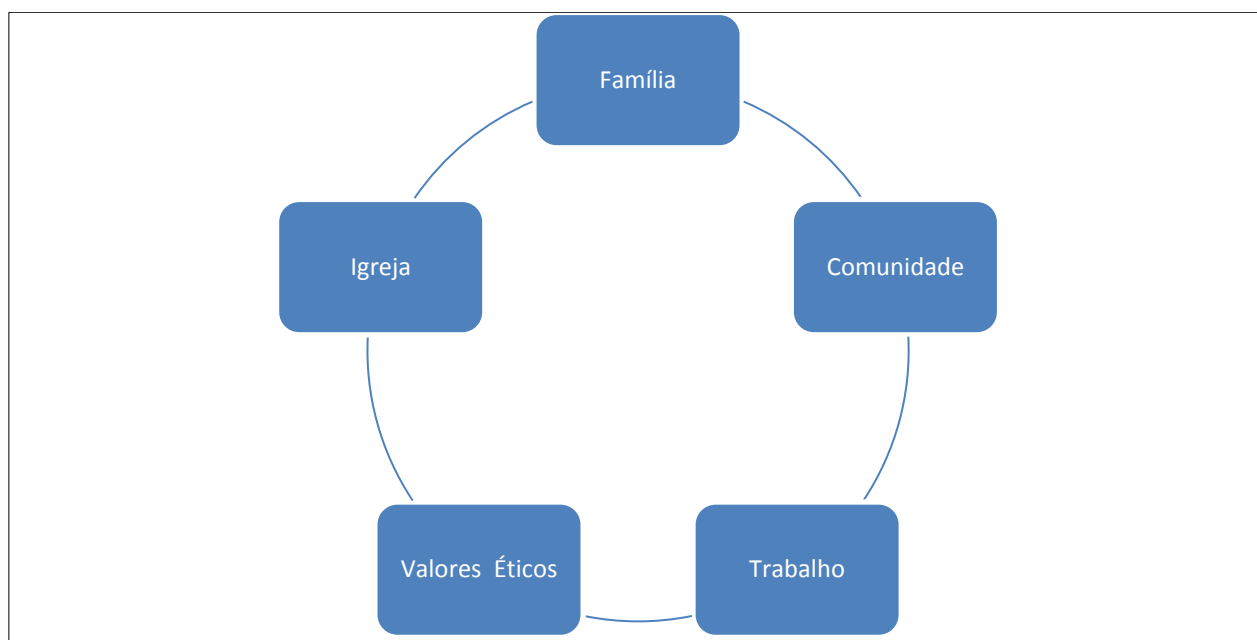
Quadro 25 - Análise da Categoria: Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II – Questão 07
Subcategoria – Como eram e são tratados os valores, a ética (moral/respeito)?

Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Como são tratados os valores éticos.	Valores éticos: Com base no ensinamento da bíblia e religião e igreja (A)	<p>3ª Geração – Idosos <i>Viviam conforme os ensinamentos da Igreja tinham respeito, união, compreensão, ajuda ao próximo. Isso continua até hoje (1). Sempre se respeitaram nas famílias e comunidades, tinha solidariedade e ajuda e muito respeito aos idosos. Hoje ainda tem respeito, amizade, trabalho voluntário, ajuda para igreja. (2). Os valores se voltavam mais aos ensinamentos da religião (tudo era pecado), existia muito respeito, solidariedade, ajuda, se doavam para a manutenção da escola, para manutenção das freiras e da Igreja. Nos dias atuais, isso ainda se mantém. (3). Sempre houve respeito, solidariedade, ajuda amizade e dedicação ao próximo (4). Eram voltados nos ensinamentos bíblicos e da religião católica. As famílias viviam unidas havia muito respeito, solidariedade e assim continua (5).</i></p>	A (13) B (14) C (7) D (4) E (3) F (5)
	Respeito (B)	<p>4ª Geração – Adultos <i>Os valores eram voltados aos ensinamentos bíblicos. Atualmente, muitos destes valores permanecem na colônia (6).</i></p>	
	Ajuda ao próximo (C)	<p><i>Antigamente os valores se baseavam nos ensinamentos da bíblia e da religião, era de muito respeito, solidariedade aos necessitados. Atualmente os valores nas famílias mudaram, tem os que não seguem as tradições da Igreja (7).</i></p>	
	Solidariedade (D)	<p><i>O respeito a educação era importante e a ajuda ao próximo e aos mais necessitados. Continua até hoje (8).</i></p>	
Alteração de valores e da ética:	<p><i>Os filhos respeitavam sempre os mais velhos, pais e avós e se ajudavam. Hoje os casamentos têm separações e famílias que se juntam e os jovens já não rezam muito (9).</i></p>		
União conjugal (E)	<p><i>Havia um respeito forte pelas pessoas mais velhas. Isso era passado de geração em geração. Hoje o acesso às mídias sociais é livre alterando-se valores e a ética (10).</i></p>		
Jovens liberais e mídias (F)	<p>5ª Geração – Jovens <i>Tudo se voltava aos ensinamentos da religião, na família, na igreja e na comunidade (11). Desde o início, os valores são tratados com base nos ensinamentos religiosos, porém hoje os jovens têm atitudes mais liberais (12). Os valores eram voltados para orientação da religião. Tinha sempre muito respeito, solidariedade. Assim é até hoje, os jovens não participam muito das celebrações da igreja. A mídia vem mudando o comportamento (13). Havia muito respeito. Atualmente, as pessoas em família, se respeitam, os jovens não rezam tanto e também há famílias se separando (14).</i></p>		

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

A partir das narrativas dos respondentes da pesquisa, observa-se que os valores, a ética (moral/respeito) sempre foram tratados com relevância. Desde o período da chegada dos imigrantes, as famílias da Colônia Dom Pedro II tinham as suas dinâmicas da vida privada e pública que se baseavam nos ensinamentos conservadores da cultura polonesa, fundamentados nos ensinamentos bíblicos, orientados pela Igreja Católica Apostólica Romana. Nesse processo histórico, a Igreja Católica, em sua missão, exercia o poder na Colônia, radicanando os seus princípios cristãos, expressos pelas homilias dominicais no Evangelho, ao proclamar aos seus fiéis, homens e mulheres, as orientações e conselhos que influenciavam os direcionamentos da vida da Comunidade, conforme a Figura 9.

Figura 09 - Estruturação das relações humanas, sociais e éticas na Colônia Dom Pedro II.



Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

No processo de formação do território da Colônia Dom Pedro II, a religião tinha o poder disciplinador, com obrigação de fundamentar a ética, o comportamento, a moral pública e a moral privada aos membros das famílias, com base nos ensinamentos bíblicos. Dessa forma, a maioria das famílias vivia sob um sistema social de submissão religiosa. O controle da moral e da ética se constituía numa constante observação ao comportamento correto em todas as ações, conforme os padrões sociais estabelecidos de vida em sociedade. Todas as ações contrárias aos ensinamentos que não fossem pelo viés religioso se caracterizavam como “pecado”. Corroborando Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), o poder de laço territorial está

investido de valores, não apenas materiais, mas também éticos e espirituais. Os resultados corroboram Lemos, Santos e Crocco (2005). A pesquisa confirma que o território, em sua estruturação e constituição, não é formado somente pelos recursos geográficos, mas por meio da história construída pelos sujeitos, suas convenções, valores e formas de organização.

Os poloneses viviam sob um controle exacerbado da moral, da ética e dos bons costumes, para não inferir na moral e comprometer o nome da família perante a sociedade. Esse cuidado acentuado se estendia às dimensões da vida social, familiar e religiosa na Colônia. A vigília constante e o controle do comportamento no meio familiar e social favoreciam a manutenção do nome da família em seu grau de honra, respeito e prestígio na igreja e na sociedade. O controle exaustivo para não “sujar o nome da família” perante a sociedade, tinha como referência a linhagem de descendência, a genealogia, lideranças da igreja, de pastorais e características como “pessoas de valor”, identificadas pelas suas “marcas” no território⁵¹. Corroborando Albagli (2011), as expressões se configuram pelas “marcas” territoriais, o que condiciona os sujeitos ou grupos sociais aos processos de análise positiva ou negativa, de identificação no território. Nesta perspectiva, o território assume um caráter de identidade, de representação cultural simbólica sobre sujeitos ou grupos sociais.

Atualmente, a mídia vem influenciando os valores éticos, religiosos e gradativamente vai impondo algumas alterações na vida familiar e social da Colônia Dom Pedro II. São observações identificadas pelos idosos e jovens, expressas na entrevista nº 13, “havia um respeito forte pelas pessoas mais velhas. Isso era passado de geração em geração. Hoje, o acesso às mídias sociais é livre, alterando-se os valores e a ética”. Há evidências e mudanças na estrutura familiar, nem todos seguem os ensinamentos religiosos com bases bíblicas e a prática dos Sacramentos da Igreja Católica. Evidenciam-se casos de união instável sem oficialização, separações, e mudanças nas relações familiares, no comportamento dos filhos em relação aos pais. Há uma menor frequência dos jovens em atividades religiosas e em celebrações da igreja. Porém, ainda existe a solidariedade, ajuda ao próximo e a união entre as famílias. As transformações ocorridas no limiar do século XXI vêm alterando a vida em uma Colônia tradicional, conforme observado na entrevista nº 11 “os filhos respeitavam sempre os

⁵¹ As marcas no território na Colônia Dom Pedro II se referiam às famílias que apresentavam algum prestígio social, possuíam Padres ou Irmãs religiosas. As famílias tradicionais deviam honra ao nome da família (marca de referência), em respeito aos seus antepassados, bisavós, avós e pais, onde a desonra, a vergonha e a falta de respeito a esses entes queridos na sociedade, deviam ser evitados. As condutas desviantes de comportamento evidenciadas em famílias na Colônia, como (alcoolismo, prostituição, mãe solteira, bigamia e homossexualidade) caracterizavam o desprestígio social, o preconceito e até a exclusão do convívio social. Embora tivessem uma convivência normal com os demais na comunidade (em certos casos esses membros familiares se excluía da Colônia para proteção moral e ética da família perante a sociedade). Porém, não eram aceitos para formação de nova família pelo matrimônio em famílias de prestígio.

mais velhos, pais e avós e se ajudavam. Hoje os casamentos têm separações e famílias que se juntam e os jovens já não rezam muito”.

A ética ainda se fundamenta na religião permeada pela dimensão espiritual na Colônia, conforme os relatos do Quadro 26.

Quadro 26 - Análise Categoria: Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II – Questão 08

(Continua)

Subcategoria – Como era e é a dimensão espiritual na colônia?			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Dimensão espiritual na Colônia Dom Pedro II	Dimensões da espiritualidade: Em cruzeiros da Colônia (A) Em Igrejas das Colônias Orleans e Dom Pedro II (B) Em família (C) Participação em celebrações religiosas (D)	<p>3ª Geração – Idosos</p> <p><i>Do início, rezavam nas cruzeiros das colônias, todos iam assistir a missa na Igreja da colônia Orleans só mais tarde participavam da igreja da Colônia Dom Pedro (1933). As famílias rezavam muito e para a Padroeira da Polônia, Nossa Senhora de Czestochowa (1). Sempre rezavam unidos e desde a época que não tinha igreja, se reuniam nas cruzeiros. Participavam nas missas em Orleans. Hoje as famílias participam das missas nas paróquias e nas casas as pessoas rezam em família (2).</i></p> <p><i>Sempre era voltada a igreja, desde as cruzeiros que construíram no começo. Participavam das missas, celebrações religiosas (novenas, quaresma e kolendy) é forte a oração em família, que rezavam e hoje ainda rezam unidos (3).</i></p> <p><i>Nunca deixavam de rezar. Reuniam-se nas igrejas, perto das cruzeiros e nas casas, para as rezas, novenas e terços. Até hoje, conservam altares de oração nas suas casas (4).</i></p> <p><i>Os imigrantes trouxeram a religiosidade forte da Polônia e devoção a Nossa Senhora de Czestochowa. Aqui rezavam nos cruzeiros e participavam das celebrações na igreja. Durante o ano, Natal, Páscoa, Quaresma com cantos em polonês. As festas religiosas e da cultura (5).</i></p>	A (13) B (10) C (11) D (9)
		<p>4ª Geração – Adultos</p> <p><i>Antigamente não existia Igreja, mas os poloneses rezavam com fé nos cruzeiros da colônia. As famílias ainda rezam o terço em família. (6).</i></p> <p><i>Os poloneses com suas famílias rezavam muito e desde a imigração se reuniam para rezar. Primeiro se uniam nas cruzeiros da colônia para oração. Nas famílias tinham o costume de rezar o terço depois do trabalho. Isso ainda continua. Em muitas casas se mantém a sala de orações da família, altar com quadros de santos e nossa senhora da Polônia (7).</i></p> <p><i>Desde o início da imigração para fazer as rezas, se reuniam nas cruzeiros. Participavam das missas na igreja de Orleans e mais tarde participavam nas celebrações na capela da própria colônia. As famílias sempre rezavam bastante e hoje rezam em família (8).</i></p> <p><i>Os poloneses sempre rezavam muito. Na páscoa, quaresma com os cantos em polonês (gorzkie żale), as (Kolendy) em polonês de natal e outras celebrações dos dias santos. Nas famílias se reza o terço em devoção a Nossa Senhora de Czestochowa (9).</i></p> <p><i>Tinham costume de colocar as cruzeiros nas encruzilhadas e fazer as suas orações por ocasião de ação de graças e pedidos para novas plantações. As tradições de reza polonesa estão se perdendo (10).</i></p>	

(Conclusão)

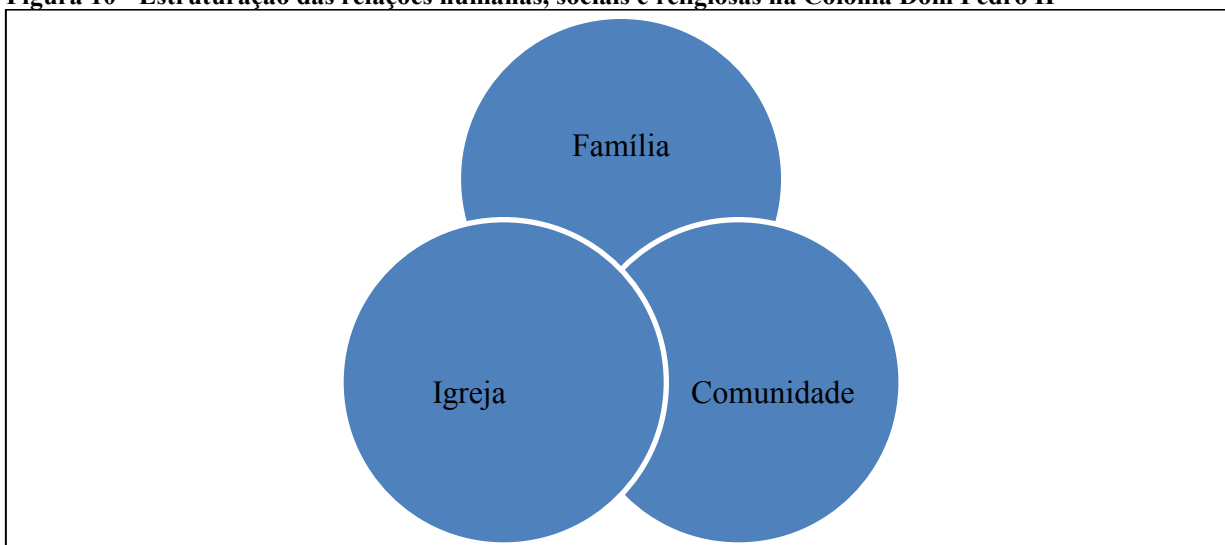
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
		<p><u>5ª Geração – Jovens</u> <i>Desde antigamente, se uniam para rezar nas cruces da colônia, participavam das celebrações em Orleans e depois na Colônia Dom Pedro, no decorrer do ano. São forte ainda, as orações em família (11).</i> <i>Os poloneses são devotos de Nossa Senhora do Monte Claro. E pelas novenas, (kolendy), via sacras, procissões de padroeiras, nas famílias se reza o terço todos os dias (12).</i> <i>Voltava-se para a religiosidade, desde a imigração, mesmo que não tinha igreja, rezavam nos cruzeiros da colônia Hoje ainda fazem dessa forma, as famílias rezam o terço, unidas (13).</i> <i>Era muito religiosa. Atualmente as famílias, mantêm a espiritualidade forte e rezam o terço todos os dias (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

De acordo com as narrativas, a dimensão espiritual na Colônia Dom Pedro II se organizava a partir da unidade familiar. Os imigrantes europeus, ao se inserirem nos núcleos coloniais, organizavam a sua vida espiritual de acordo com suas identidades culturais originais de seus países.

Ao se tratar dos poloneses, o modo de organização da dimensão religiosa, evidente no cotidiano da vida dos descendentes de imigrantes na Colônia, revelava e revela a reprodução dos padrões ancestrais de vida e religião, sustentada pelas características culturais e ideológicas dos emigrantes poloneses. A entrevista nº 7 demonstra que “os poloneses com suas famílias sempre rezavam muito e desde a imigração se reuniam para rezar. Primeiro se uniam nas cruces da colônia para as orações”. Continuando a entrevista nº 7 destaca que, “em família tem o costume de rezar o terço, depois do trabalho. Até hoje rezam, e muitas famílias mantêm a sala de orações da família, altar, quadros de santos e de Nossa Senhora da Polônia” (7). Essa simbologia sacra externava a proteção para a família, para a propriedade e para o trabalho na lavoura.

Assim, a organização religiosa caracterizava um elemento de significativa importância simbólica para os poloneses da Colônia, representava para a comunidade o fortalecimento da identidade, de pertencimento ao lugar, onde a religiosidade se constituía em um dos principais elos entre a identidade do lugar e as tradições culturais. Essa relação da religiosidade na vida dos poloneses, favorecia a estruturação das relações sociais e religiosas na Colônia, conforme mostra a Figura 10.

Figura 10 - Estruturação das relações humanas, sociais e religiosas na Colônia Dom Pedro II

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Os imigrantes poloneses, em seu processo de formação durante todo o período de imigração, expressavam um profundo sentimento de patriotismo ao seu país, constituídos por fortes laços familiares e de religiosidade, na preservação de sua identidade cultural.

Corroborando Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), a formação do território se define por princípios culturais de identificação. O território representa a fonte de recursos e o espaço se constitui por valores de identificação e como apropriação simbólica religiosa. Assim, o território assume um caráter de identidade, de pertencimento, ao qual se atribui um sentimento de ligação pelos valores simbólicos. Corroborando também Albagli (2004, p. 39), “as representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se, materializam-se no espaço transformando-se em símbolos geográficos, [...] cristalizando-se numa identidade territorial”. É o que se identifica na Colônia Dom Pedro II, a religiosidade dos poloneses e a devoção à Nossa Senhora de *Częstochowa*, padroeira da Polônia, tradição milenar, foram impregnando o território, desde o início.

No período da imigração, com a inexistência de igrejas próximas, as famílias praticavam sua fé diante dos Cruzeiros construídos pelos colonos, nas entradas das Colônias. As Cruzes à beira da estrada nas Colônias originaram-se na Polônia e é um símbolo Sagrado de religiosidade, de prática da fé dos poloneses pelas rezas, orações, novenas e canções polonesas, realizadas em família ou em comunidade. A primeira Cruz da Imigração e Colonização Polonesa, instituída em 1901, na entrada da Colônia Dom Pedro II, caracterizavam-se em símbolo de religiosidade dos imigrantes poloneses. A espiritualidade se evidenciava por meio das celebrações e comemorações religiosas, realizadas pelas atividades

da igreja católica, praticadas no período inicial da emigração na Colônia Orleans e depois de instituir a capela, essas celebrações realizavam-se na Colônia Dom Pedro II. Os poloneses sempre tiveram participação assídua em celebrações realizadas durante o ano litúrgico pela Igreja Católica. No período da quaresma participam das celebrações do (*wielki post*) período de jejum e abstinência, com celebrações acompanhadas de canções em polonês, (*gorzkie żale*) canto de lamentações da vida de crucificação de Jesus e via sacra. No sábado de aleluia celebram a (*święconka*), bênção de alimentos e (*Wielkanoc*), Páscoa da Ressurreição. No período de Natal ao celebrar o nascimento de Jesus, expressam as tradições religiosas com cantos poloneses entoando as (*kolendy polskie*) e a bênção das casas dos poloneses realizadas pelo Pároco da Igreja Católica. No aspecto festivo, celebram as (*kolendy i turón*) e realizam-se no período até o Dia de Reis, por grupos de pessoas caracterizadas, acompanhadas pelo (*turón*) e músicos, que visitam as famílias para festejar as festas de Natal.

Também são comemorados os dias santos e a festa dos padroeiros na paróquia da Colônia Dom Pedro II. Essas celebrações se realizam até a atualidade e, mesmo em meio a mudanças e transformações sociopolíticas e econômicas, muitas das tradições religiosas se mantêm por poloneses na Colônia. A espiritualidade move a comunidade em todas as dimensões. Sua manifestação se realiza na família, na igreja e em todos os ambientes para início de atividades, reuniões e encontros, sendo que a oração em família se mantêm forte. No cotidiano da família polonesa, após o jantar se reúnem para a reza do terço. Isso se realiza em ambiente permeado de símbolos representados por quadros de santos e imagens sacras, em uma sala de rezas, mantido como ambiente tradicional na casa da maioria das famílias polonesas. Lugar sagrado reservado a Deus, para orações e canções religiosas polonesas, usado também para velar os membros falecidos da família.

O Quadro 27 expõe os pontos de vista dos respondentes em relação à identidade cultural, à afetividade e à expressão de pertencimento ao território.

Quadro 27 - Análise da Categoria: Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II – Questão 09
(Continua)

Subcategoria – Como se construiu a identidade cultural, a afetividade e a expressão de pertencimento ao território na Colônia Dom Pedro II?			
Unidade de Contexto	Subcategoria não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
		<p>3ª Geração – Idosos <i>Pelos costumes, cultura e as tradições polonesas. As comidas típicas e a religião com os cantos e músicas em polonês (1). Pela parte espiritual e cultural, que são conservados os costumes, a culinária, e pelo fato e gostar de morar aqui, um lugar sossegado, gostoso, no meio dos poloneses (2).</i></p>	

(Conclusão)			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
Construção da identidade cultural na Colônia Dom Pedro II		<p><u>3ª Geração – Idosos (Cont.)</u> <i>Por que ainda se mantém as tradições culturais, orações, cantos poloneses e festas tradicionais polonesas com produtos típicos da colônia (3).</i> <i>Pela cultura polonesa, arquitetura danças e cantos. Pela religiosidade, pelas comidas típicas e música e os costumes (4).</i> <i>Pela vivência das tradições e cultura polonesa, celebrações religiosas, pela união, religiosidade das famílias e dos cantos e missas em polonês. A colônia dos poloneses que vive unida (5).</i></p>	
	<p>Identidade cultural polonesa:</p> <p>Cultura (A) Tradições (B) Religião (C) Cantos sacros em polonês (D) Comida típica (E) Música e danças (F) Costume (G) Relações entre as famílias (H)</p>	<p><u>4ª Geração – Adultos</u> <i>Pela cultura e pela espiritualidade, costumes e tradições e o relacionamento entre os familiares, que é forte na colônia (6).</i> <i>Pelos costumes, tradições, pela união das famílias, pelas celebrações da igreja, que acontece durante o ano (7).</i> <i>Pelas tradições, pela cultura, as festas religiosas e culturais, comida típica, cantos, música popular. Gostar de morar na colônia e sentir o ar, a própria cultura no grupo de poloneses (8).</i> <i>As celebrações religiosas, com os cantos poloneses, as comidas típicas, as festas de casamento, as casas do jeito que construíam e como faziam as plantações. As celebrações de quaresma, páscoa e as kolendy. Pela união dos poloneses desde o começo da imigração (9).</i> <i>A identidade cultural importante foi passada de geração em geração, mas se perdeu com o passar do tempo. Poucos têm interesse de se envolver com o resgate das origens (10).</i></p>	<p>A (13) B (11) C (10) D (8) E (7) F (6) G (5) H (5)</p>
		<p><u>5ª Geração – Jovens</u> <i>Através das participações voltadas à religião, pelas festas culturais e tradicionais. Por que é bom de morar na colônia, o lugar é calmo (11).</i> <i>Pela religião, pelas tradições religiosas, pela cultura polonesa, cantos de igreja, de natal, quaresma, músicas populares, casamentos e jantares, pelas comidas típicas dos poloneses (12).</i> <i>Se formou pelas atividades da cultura e das tradições polonesas, vividas pelas famílias. Pelas celebrações da igreja, pelas festas religiosas e as festas da cultura (13).</i> <i>Atividades culturais e tradições, a música, danças, comida típica, os cantos religiosos (os cantos poloneses) celebração da quaresma e páscoa, natal e kolendy (14).</i></p>	

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Segundo os respondentes da pesquisa, a identidade cultural, a afetividade e a expressão de pertencimento ao território na Colônia Dom Pedro II fundamentavam-se nos aspectos culturais da etnia polonesa, originários das diversas regiões da Polônia. Em suas respostas, a maioria caracteriza a identidade cultural e de pertencimento como expressões das tradições, pela cultura polonesa, as festas religiosas e culturais, comida típica, cantos poloneses de igreja, de Natal, quaresma, músicas populares, casamentos e jantares, pelas comidas típicas dos poloneses. Corroborando Albagli (2004), o território é suporte do produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de

pertencimento. As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se, materializam-se no espaço, transformando em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos aos atores sociais que cristalizam uma identidade territorial. Nesse aspecto, os resultados corroboram Senècal⁵² (1992, p. 28 apud ALBAGLI, 2004) quando afirma que a identidade territorial, “[...] os lugares, os trajetos, os territórios apresentam-se impregnados da consciência, da intencionalidade humana e da identidade”.

Na Colônia Dom Pedro II, as manifestações culturais polonesas se realizam pela língua, pelos costumes religiosos católicos (*oplatek*), pelas canções e pelas celebrações da missa em polonês, das *kolendy* de Natal, das rezas em família permeadas de simbologias, na realização dos funerais poloneses. Os costumes se manifestam também no folclore e nos trajes típicos, na música polonesa, na alimentação, pelas moradias típicas, pela tradição polonesa, na memória histórica da imigração polonesa, no patrimônio material e imaterial, caracterizando a identidade cultural dessa etnia.

Com base nisso, ao se referir aos níveis de consciência, de pertencimento ao grupo dos poloneses, ao espaço geográfico organizado, que caracterizam a região, definem-se por “poloneses da Colônia Dom Pedro II”. Ao se referir à identidade e ao pertencimento ao território da Colônia Dom Pedro II, a entrevista nº 8 afirma que isto se dá “pelas tradições, pela cultura, as festas religiosas e culturais, comida típica, cantos, música popular. Gostar de morar na colônia e sentir o ar, a própria cultura no grupo de poloneses”. Essa forma de relacionar o território à identidade corrobora Bonnemaïson e Cambrèzy (1996). Os autores defendem que o território emerge tacitamente com sua simbologia, impregnando a sua identidade de pertencer enquanto “ser”, atribuindo valor de representação não só aos vivos na ocupação dos territórios. A presença dos mortos marca o lugar sob o signo do sagrado. Essa força simbólica de pertencimento cumpre a função material e a condição espiritual dos que habitam o território, que vai construindo a identidade, principalmente quando se referem às sociedades tradicionais.

Na Colônia Dom Pedro II, o respeito designado aos locais e símbolos sagrados, a Igreja Católica e os seus objetos sacros, as cruzes nas estradas, a sala de reza na casa das famílias, incluem-se ao do cemitério, onde jazem os familiares falecidos em seu descanso eterno, merecedores de respeito, integram a simbologia no território, permeada pelos costumes e tradições polonesas. Dessa forma, a unidade familiar, religiosa, os laços de

⁵² SENÈCAL, G. “Aspects de l’Imaginaire Spatial: Identité ou fin des territoires”. *Annales de Géographie*, CI. Anné, 1992.

parentesco e étnicos, integram e solidificam a identidade cultural da comunidade, ao pertencimento local do território.

Assim, a projeção da cultura na organização do território manifesta-se como referência, é o território usado, “[...] é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS 2011, p. 14). Suas ações são resultantes da história cultural que se revela pelos hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana, representada pela cultura, costumes e tradições, que se manifesta pelos símbolos da religião, da arquitetura, do artesanato, da comida típica, da dança, da língua polonesa, da literatura e da música que refletem o patrimônio histórico e cultural da região. E ao se observar as famílias polonesas da Colônia Dom Pedro II, observa-se que, independente da modernidade, a expressão cultural ainda está arraigada ao passado, decorrente dos ancestrais poloneses, presente na família polonesa, pelas manifestações culturais.

O Quadro 28 apresenta as respostas dos entrevistados e suas percepções sobre o papel do Estado na vida do território.

Quadro 28 - Análise da Categoria: Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II – Questão 10
(Continua)

Subcategoria – Como os habitantes da Colônia percebiam e percebem o papel do Estado (governos) na vida da Colônia (importante ou não, dependente, independente, foi mais importante no passado do que agora, ou não, ou o contrário, varia de acordo com o nível – Federal, Estadual, Municipal)?.			
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
O papel do Estado (governo) na Colônia Dom Pedro II	<p>Período da imigração:</p> <p>Apoio do governo aos imigrantes (A)</p> <p>Sem apoio para a Colônia (B)</p> <p>Construção da escola e igreja (C)</p>	<p>3ª Geração – Idosos</p> <p><i>No começo os colonos tinham ajuda quando ganharam a terra e as ferramentas de serviço. As estradas, escola e igreja, com esforço, conseguiram sozinhos. O governo começou a ajudar só pelos anos 1950 com máquina de estrada da colônia. Hoje tem financiamento para lavoura. A prefeitura cuida das estradas (1).</i></p> <p><i>Antigamente não ajudou muito só deu terras e pouca ajuda. Hoje o governo do município ajuda pelas estradas. O Governo Federal financia a lavoura as máquinas e tratores. (2).</i></p> <p><i>Do começo o governo ajudou um pouco e atualmente quem atende a colônia é o Governo municipal, com estradas e o transporte escolar. E o governo federal apoia o financiamento das lavouras (3).</i></p> <p><i>No passado o Governo não dava muita importância para a colônia. Atualmente o município apoia mais a colônia com, manutenção de estradas (4).</i></p> <p><i>O governo deu apoio pelas terras que concedeu aos imigrantes. Não deu apoio para a colônia se desenvolver. O governo começou a ajudar só depois de 1950, patrolou as estradas da colônia. Depois de 1970 veio a luz, começou a financiar os tratores e a lavoura (5).</i></p>	<p>A (12)</p> <p>B (7)</p> <p>C (8)</p>

			(Conclusão)
Unidade de Contexto	Subcategorias não apriorísticas	Unidade de Registro	Ocorrência
	<p>Atualmente:</p> <p>Apoio do Governo Municipal (A)</p> <p>Estradas, escola e luz (B)</p> <p>Apoio do Governo Federal (C)</p>	<p>4ª Geração – Adultos</p> <p><i>No início o governo ajudou pelas terras concedidas. Depois de 1950 o governo do município ajudou com abertura das estradas e a energia elétrica. O Governo Federal apoia os colonos (6). Antigamente o governo ajudou dando a terra e as poucas ferramentas para os colonos começar a vida, pois muitas coisas na colônia se fizeram sozinhos. Nos dias de hoje veio a luz, as estradas, melhoraram, ajuda para financiamento da agricultura (7).</i></p> <p><i>Antigamente o Governo colaborou na distribuição de terras, ferramentas e sementes, que foi importante. Atualmente, ele administra a colônia pelas estradas, financiamento das lavouras (Governo Federal) (8).</i></p> <p><i>Do começo não tiveram ajuda, só com as terras e os poucos instrumentos de trabalho. Só depois, mais tarde, na década de 1950 que começou ajudar e em 1970 quando aparecem tratores e a luz. Hoje financia as lavouras e cuida das estradas (9).</i></p> <p><i>O estado não é bem visto, não faz muito pela comunidade. Para arrumar as estradas é um sacrifício, a comunidade se vira como pode (10).</i></p> <hr/> <p>5ª Geração – Jovens</p> <p><i>No começo o governo teve uma importante participação pela doação das terras para os colonos. Atualmente o governo municipal atende com as estradas, atendimento a escola, trouxe energia em 1972. O governo Federal apoia com financiamento agrícola, como o PRONAF a juros mais baixos (11).</i></p> <p><i>Não deu apoio para estruturar a colônia os imigrantes sozinhos construíram a escola e a Igreja. No século XX, que o governo ajudou na abertura das estradas (1950), energia elétrica (1970), atualmente o governo municipal atende as estradas e as escolas da localidade. E o Governo Federal apoia no financiamento da agricultura, pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF (12).</i></p> <p><i>No período da imigração, o governo deu apoio pelas terras aos colonos. Não teve ajuda nos demais anos para o desenvolvimento da colônia Dom Pedro II. Atualmente, o governo tem ajudado na manutenção das estradas, da escola e luz rural. Pelo PRONAF, o governo ajuda no financiamento de tratores (13).</i></p> <p><i>Antigamente o governo repassou a terra aos poloneses, atualmente, o governo dá apoio na arrumação das estradas e financiamentos agrícola, educação pública, coleta de lixo e luz rural (14).</i></p>	<p>A (12)</p> <p>B (14)</p> <p>C (9)</p>

Fonte: Dados da Pesquisa realizada na Colônia Dom Pedro II (2014).

Os respondentes da pesquisa relatam que o papel do Estado se concentrava nas ações do governo na administração do processo migratório e da colonização. No início, o governo teve uma importante participação pela concessão do contrato de terras e de outros benefícios aos colonos. O núcleo colonial da Colônia Dom Pedro II reunia um conjunto de lotes de

terras, com quantidade, modalidades e tamanhos distintos, com base em área de terras, disponíveis para colonização, diferente de outros núcleos coloniais.

A princípio, a Colônia Dom Pedro II se concentrava como continuidade da Colônia Riviere. Segundo o Instituto de Terras e Cartografia do Paraná e do Arquivo Público do Paraná, com base nos documentos do cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II, seus lotes começavam com o de nº 98 e finalizavam com o de nº 121, em 1876. Porém, nas décadas seguintes, este núcleo colonial teve suas terras e a colonização ampliadas, estendendo-se para os municípios de Campo Largo e Campo Magro.

Entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Estado do Paraná manteve atuação mínima para o desenvolvimento das Colônias de imigrantes, como da Colônia Dom Pedro II. Nessa dinâmica, os respondentes percebem o papel do Estado como importante no início da colonização, mantendo-se ausente, nos demais períodos da estruturação da Colônia. Segundo a entrevista nº 2 “antigamente o governo ajudou, dando a terra e as poucas ferramentas para os colonos começar a vida, pois muitas coisas na colônia se fizeram sozinhos”. As mudanças são percebidas depois da metade do século XX, quando são instituídas políticas de desenvolvimento pelo governo federal. As comunidades rurais agrícolas se inserem em programas de governo por meio de assistência técnica rural, nos municípios, nas regiões do Brasil. A entrevista nº 5, expressa que “o governo começou a ajudar só depois de 1950, patrolou as estradas da colônia. E depois de 1970 veio a luz e começou a financiar os tratores e a lavoura”. Ou conforme expressa a entrevista nº 13 “atualmente, o governo tem ajudado na manutenção das estradas, da escola e luz rural. E pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o governo ajuda no financiamento de tratores”. Na década de 1960, com a modernização agrícola são criados planos de desenvolvimento econômico pelo Governo Federal, que asseguravam o desenvolvimento rural em várias regiões do Brasil. Com a implantação desses Programas de Desenvolvimento de Comunidades, vinculados ao Ministério da Agricultura, os setores agrícolas passaram por uma readequação e transformação no sistema de produção, com desenvolvimento de programas e políticas do governo federal, voltados à agricultura familiar no Brasil (SOUZA, 1987). Depois de 1990, o interesse pela agricultura familiar no território brasileiro se efetivou por meio das políticas públicas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e pela criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, proporcionando garantias ao sistema agrícola.

Embora o governo municipal de Campo Largo - Paraná, em seu processo de administração, esteja viabilizando ações por meio de políticas públicas, na pesquisa os

colonos descendentes de imigrantes da Colônia Dom Pedro II, percebem a presença do governo e o papel do Estado como expressão das políticas públicas setoriais, predominantes, pelas ações pontuais no território, viabilizados por meio do acesso à educação, pela infraestrutura da Colônia e pelas políticas agrícolas do Governo Federal. Deixam de observar que na dinâmica do desenvolvimento territorial pode-se verificar que a divisão do espaço se evidencia em termos de partilha dos poderes exercidos nas três esferas de governo, que assumem o papel de Estado. Verificam-se as manifestações e a predominância da soberania nacional, estadual e municipal e de controle espacial do território, ao corroborar (BECKER, 1983). E em termos de pertencimento, o território mantém níveis de estabilidade econômica, social e cultural sustentados pela preservação da memória coletiva em bases ancestrais polonesas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando o estudo, diante das informações coletadas e analisadas, pode-se concluir que as políticas brasileiras de imigração dos séculos XIX e XX no Brasil estiveram vinculadas à formação e à expansão de territórios, pela colonização e reestruturação produtiva em diferentes regiões do Sul do Brasil.

O Paraná, ao se inserir no projeto de colonização na década de 1870, criou núcleos coloniais no entorno de Curitiba e em outras regiões para imigrantes europeus, que vieram atraídos pelas políticas de colonização. Nesse contexto, instituiu-se a Colônia Dom Pedro II. Os colonos imigrantes, até as primeiras décadas do século XX, realizaram uma autogestão administrativa compartilhada, com base nas habilidades e competências técnicas, para estruturação e desenvolvimento do território da Colônia. Neste processo, a Igreja Católica teve uma importante participação e influência. Os colonos organizavam o núcleo colonial, com a construção das habitações, de estradas e equipamentos públicos, como, a escola e a igreja. No processo de organização do território, os colonos inseriam a sua cultura, a tradição e a religiosidade, manifestadas pelo valor simbólico. Sua forma de organização favoreceu o fortalecimento das relações produtivas, que gradativamente influenciaram no desenvolvimento socioeconômico do território, onde a cultura e a religião promoviam o sentimento de pertencimento à vinculação dos emigrantes ao território. Enfim, todo este processo foi estimulado em seu gênese pelas políticas públicas voltadas à colonização, nessa parte do território brasileiro, e por meio da imigração europeia consolidou-se pela catálise de três elementos fundamentais que caracterizam o território da Colônia Dom Pedro II: os vínculos familiares, a religiosidade e a identidade cultural polonesa.

Ao término desta pesquisa voltada às políticas brasileiras de imigração do século XIX e XX e às influências no desenvolvimento de territórios, sob a perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses que constituíram a Colônia Dom Pedro II (Campo Largo-Paraná), conclui-se que os objetivos da pesquisa foram atingidos no decorrer do seu desenvolvimento.

Para responder ao objetivo geral da pesquisa, os objetivos específicos foram descritos e identificados nas seções e subseções deste trabalho, na medida em que se estruturou a pesquisa teórica e de campo. No primeiro objetivo específico, buscou-se identificar os movimentos migratórios europeus no Brasil e, mais especificamente no Paraná, descrito na segunda seção, a qual converge para as políticas migratórias no Brasil e ao

fenômeno da imigração. Foram explorados nesta investigação, abordagens teóricas, as fases e os dados que compõem os movimentos migratórios ao Brasil e às Províncias (Estados), como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, destacando-se a imigração europeia a partir de 1870, quando são criados os núcleos coloniais nos arredores de Curitiba.

O segundo objetivo específico foi respondido a partir do momento em que foram contextualizadas e identificadas as políticas brasileiras de imigração entre os séculos XIX e XX, explanadas na terceira seção desta pesquisa. Estas políticas de imigração estiveram vinculadas ao povoamento e à colonização, resultantes das legislações adotadas aos processos de desenvolvimento econômico, instituídas em diferentes épocas de governo no século XIX e XX, conforme os interesses do governo Colonial, do Império e da República. Em suas fases, o governo previa a instituição de colônias de pequena propriedade pela posse, ocupação demográfica, a reestruturação produtiva e o desenvolvimento econômico do país. Favorecia a colonização para imigrantes estrangeiros, e no período entre 1870 e 1920 registra-se a entrada de milhares de imigrantes dos países do continente europeu, da Itália, Alemanha, Prússia, Polônia, entre outros, que se dirigiram ao Brasil, às Províncias (Estados), Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Nesse período, o Paraná se insere nas políticas imigratórias, implanta um projeto de colonização e os imigrantes europeus formavam colônias no entorno de Curitiba, integrando também a Colônia Dom Pedro II (1876).

O terceiro objetivo específico foi atingido na medida em que se procurou caracterizar o desenvolvimento do território da Colônia Dom Pedro II, segundo os descendentes de imigrantes poloneses. Seus resultados, encontrados na quarta seção, são evidentes nas diferentes categorias e subcategorias, decorrentes da pesquisa realizada nessa Colônia em 2014. Demonstram que a Colônia Dom Pedro II, instituída em 1876, é parte integrante das políticas imigratórias, constituídas nos regimes políticos de transição do governo imperial e republicano, fim do trabalho escravo, dos movimentos abolicionistas e da oligarquia. Integrou diferentes fases dos movimentos migratórios, com suas estratégias e enfrentamentos. Sua estruturação e seu desenvolvimento entre o final do século XIX e no decorrer do século XX passaram por diferentes influências e transformações em várias dimensões.

O quarto objetivo específico foi respondido na medida em que se estruturaram os resultados das análises das categorias e subcategorias, decorrentes da pesquisa realizada, demonstrados na sexta seção deste trabalho. Nesse processo, as políticas imigratórias, anunciadas pelo governo, eram parcialmente concedidas aos imigrantes do núcleo da Colônia Dom Pedro II. Em meio aos processos migratórios e diante da falta de recursos do governo, os imigrantes recorriam a outros Órgãos de poder, mediados pela Igreja Católica, e aos antigos

imigrantes poloneses da região. Enfatiza-se que o território da Colônia Dom Pedro II, em seu processo de estruturação, teve o desenvolvimento em várias dimensões. Essas dimensões se formaram em decorrência das políticas imigratórias desde o início e integravam os aspectos de colonização do território, como a dimensão política, econômica, social, cultural, religiosa e de pertencimento ao território.

Já em relação ao quinto objetivo específico, ele foi atingido, uma vez que se situou o desenvolvimento do território no contexto político, cruzando-se os resultados da pesquisa bibliográfica com o material coletado para o estudo de caso. Seus resultados foram obtidos com base nas teorias encontradas na segunda seção deste trabalho, as quais ressaltam os movimentos migratórios no contexto brasileiro. Na terceira seção do trabalho encontram-se as políticas imigratórias no contexto histórico do século XIX e XX e na quarta seção, essas teorias possibilitaram fundamentar o desenvolvimento dos territórios no âmbito da imigração europeia. Com base nessas teorias, procedeu-se à inferência com análise das categorias efetivadas nesta pesquisa, as quais se encontram na sexta seção deste trabalho.

As análises evidenciam que as políticas imigratórias do século XIX e XX favoreceram a formação de territórios em diferentes regiões do Brasil. No Paraná, originaram as colônias de imigrantes europeus, assim como a Colônia Dom Pedro II (1876), formada por imigrantes europeus, poloneses. Em seu período de estruturação e desenvolvimento, essa Colônia passou por mudanças no cenário socioeconômico, político e cultural, decorrentes da condução das políticas imigratórias, dos regimes do sistema econômico imperial, de transição do final de trabalho escravo e republicano.

No processo migratório, no princípio, os emigrantes se defrontaram com várias dificuldades, que se originaram das ocupações na Colônia, gerando problemas sociais de várias naturezas. Enfrentaram as dificuldades de moradia, língua e comunicação; o clima, os costumes dos brasileiros, a alimentação em nova terra, a incompatibilidade de trabalho agrícola e as deficiências dos instrumentos de trabalho, terras com matas para desbravar, fatores que geraram a pobreza e miséria nas famílias na Colônia Dom Pedro II, mas que gradativamente foram superando. Enquanto território de desenvolvimento, a Colônia Dom Pedro II integrou as políticas imigratórias brasileiras de colonização do século XIX e XX e em seu processo histórico trouxe contribuições em várias dimensões. Em termos políticos, estruturou-se a partir de políticas imigratórias do governo, com o apoio da igreja, para o desenvolvimento local, interligada ao desenvolvimento regional. Na economia, desenvolveu-se pelas mudanças nas relações de produção agrícola. Sua evolução culminou com o desenvolvimento econômico do Brasil. Da agricultura familiar de subsistência, para uma

agricultura familiar tradicional, orgânica, mecanizada, do agronegócio, turismo rural, com a comercialização por empresas, cooperativas e pelo sistema de *commodities agrícolas*. Depois da metade do século XX, ampliaram-se as políticas agrícolas e a modernização tecnológica da agricultura, com apoio nas três esferas de governo. Na cultura, suas ações são resultantes da história cultural de ancestrais provenientes da Polônia. Os imigrantes poloneses, em sua ocupação geográfica, foram gradativamente inserindo a sua cultura, costumes, tradições e a religiosidade que se estruturavam no território. Compartilhavam-se por meio das relações humanas, sociais, espirituais e de produção, fundamentadas nos laços de identidade cultural e de pertencimento ao território, que favoreceu a formação da identidade territorial. Independente das transformações ocorridas nesta Colônia, desde o início da emigração, a expressão cultural ainda está arraigada ao passado recorrente dos ancestrais poloneses, presente na família, representada pela identidade cultural. Os poloneses da Colônia Dom Pedro II trouxeram consigo fortes laços de patriotismo, de religiosidade e a perseverança em preservar sua identidade cultural. Contribuíram com técnicas de trabalho agrícola e introduziram a carroça polonesa, a culinária, as tradições, o folclore, os costumes, a religião, a música e a arquitetura. Seus legados culturais contribuíram para a colonização, para a economia e a formação do povo do Estado do Paraná.

De acordo com a literatura, historicamente, as políticas imigratórias brasileiras de colonização dos séculos XIX e XX influenciaram o desenvolvimento dos territórios nas regiões do Brasil. Resultaram de fatores econômicos, políticos e sociais do Brasil e dos vários países do continente europeu, favorecendo a mobilização humana por meio dos movimentos migratórios. A Região Sul do Brasil se inseriu no processo de desenvolvimento regional dos territórios, onde os núcleos coloniais antigos evoluíram para povoados, bairros, cidades e se constituíram em territórios de desenvolvimento que integram as cidades e as áreas rurais dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Paraná.

Ao finalizar a presente pesquisa, observa-se que a sua realização ocorreu em diferentes fases constituídas por estudos e pesquisas de várias naturezas, resultando em uma série de descobertas de novos conhecimentos. Seu desenvolvimento foi permeado por algumas limitações. Uma dificuldade encontrada deveu-se à existência de pouco material para subsidiar a pesquisa sobre a Colônia Dom Pedro II, Município de Campo Largo. Fez-se necessário uma busca de dados em documentos originais⁵³, constatando-se que a maior

⁵³ Coleta de dados em Livros Tombo das Paróquias de Orleans (1876 a 1885). E da Colônia Dom Pedro II (1876), Cartórios de Ofícios de Curitiba, INCRA, Instituto de Terras e Cartografia, Arquivo Público do

dificuldade do pesquisador é com os dados estatísticos, notícias da época de 1870/1900, registros de ocupações das Colônias no entorno de Curitiba e no Paraná. Entre as limitações, referencia-se a realização da pesquisa na Colônia Dom Pedro II, com sua população de perfil singular, reservado, de expressão simples e coloquial, cuja comunicação exigiu explicações e tradução no idioma falado, o polonês. Bem como, a coleta de dados da pesquisa de campo realizou-se a partir de planejamento e observações meteorológicas, respeitando-se o período de colheitas e do trabalho agrícola dos colonos. Porém, trouxe uma riqueza significativa de resultados, que, somados à pesquisa teórica, aos dados documentais das instituições pesquisadas e aos documentos históricos, proporcionaram os resultados da pesquisa apresentados e trouxeram subsídios que se abrem para novas pesquisas.

Esta pesquisa vem contribuir para estudos e pesquisas de várias áreas do conhecimento, importantes para implementação das políticas públicas de imigração e de preservação de povos tradicionais, como os poloneses da Colônia Dom Pedro II, que, desde a imigração (1876), se mantêm em Colônia. Diante disso, levantam-se propostas para novos trabalhos e propostas de ação, tais como: instituição de Políticas Públicas de Imigração no Brasil, considerando-se que, nestes últimos séculos, os processos migratórios ficaram vinculados à colonização e ao trabalho subordinado ao Ministério da Agricultura; análise dos movimentos migratórios contemporâneos, constituídos por imigrantes dos países como a Nigéria, Haiti e Bangladesh, a partir das políticas imigratórias atuais e as perspectivas de desenvolvimento em território Paranaense; pesquisa sobre a cultura ancestral polonesa e o patrimônio imaterial, mantido na Colônia Dom Pedro II, com registro e tombamento histórico de práticas tradicionais de gênero e sua metodologia; realização de um estudo comparativo sobre a religiosidade ancestral dos poloneses da Colônia Dom Pedro II e do interior da província da Polônia, das regiões da Silésia, Gorlice, Wadowice ou Jaslo, localidades das migrações, e verificar a representação imaterial e simbólica da religiosidade, na formação e desenvolvimento de territórios.

Concluindo-se esta Dissertação, e, ao explicar estas propostas para futuras pesquisas, as análises apontam para novas possibilidades de pesquisa sobre o tema, referente às políticas imigratórias dos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios, voltadas também ao território da Colônia Dom Pedro II.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Cyntia Mendes. Departamento de Polícia Federal. **Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras**. Arquivo digital, 1. Santos, SP: 1876-1986. Disponível em: <http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa.asp?v_Cod.Referência_ID=1326>. Acesso em: 11 jun. 2013.

ALES, Luiz. **Entrevista com história oral sobre a Colônia Dom Pedro II**. Campo Largo: 1997.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ANDREAZZA, Maria Luiza e NADALIN, Sérgio. **O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante**. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas: ABEP, v. 11, jan. a jun., 1994.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço de Documentação Escrita. **Seção de Documentação Histórica**. Documentos em caixas. Org. por Ivete Magalhães. Rio de Janeiro: 1962.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Dados Demográficos do Estado do Paraná**. Colônias do Município de Curitiba por nacionalidade, 1890.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1967.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Un Mazolino Di Fiori**. Vol. III. WESTPHALEN, Maria Cecília, (Org). Um Mazolino Di Fiori. Curitiba: Imprensa Oficial, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, e Ensino Superior, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 2009.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**. Um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R.; SILVEIRA, C. **Abordagens políticas da espacialidade**. RJ: UFRJ, 1983.

BECKER, Dinizar Fermiano. **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e ou possibilidade. Santa Cruz do Sul. RS: UNISC, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIERNASKI, Lourenço. **Quem foram, o que fizeram, esses missionários**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ed., 2003.

BILINOSKI, Estanislau. **Entrevista com história oral sobre a Colônia Dom Pedro II**. Campo Largo: 1997.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BONNEMAISON, Joel.; CABREZY Luc. **Le lien terrotorial: entre frontières et identités**: Géographies et cultures: Paris L. Hartmat - CNRS, 20, 1996.

BOSCHILIA, Roseli. **Reconstruindo Memórias**: Os Poloneses de Santo Inácio. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2004.

BOUDEVILLE, Jaques Raoul. Os espaços econômicos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973. In: Marcos Junior Marini; Christian Luiz da Silva. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR. v. 8, n. 2, p. 107-129, mai-ago /2012, Taubaté, SP, Brasil.

BRANDÃO DE PROENÇA, João Batista. Agente oficial de colonização ao Presidente da Província, em 01/01/1878. **Ofícios 1878 vol.1**. Quadro Estatístico da população de Imigrantes. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1878. (Doc. manuscrito).

BRASIL. **Lei de 20 de maio de 1720**. Disponível em: <http://www.museu-emigrantes.org/docs/conhecimento/legislacao_emigracao.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2013.

BRASIL. **Carta Régia de 28 de janeiro de 1808**. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1808. Página 1 Vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Carta Régia de 17 de janeiro de 1814**. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1814. Página 1 Vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto de 16 de maio de 1818 em Carta Régia**. Coleção de Leis do Império do Brasil –1808, Página 7 Vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Resolução nº 76, de 17 de julho de 1822**. Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata organizada por Joaquim Modesto Pinto Júnior e Valdez Farias (Brasília: MDA, 2007, p. 44).

BRASIL. **Constituição de 1824**. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1824. Página 1 Vol. 1(Publicação Original).

BRASIL. **Ato Adicional da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1834, Página 15, Vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Lei n.º 514, de 28 de outubro de 1848 (art. 16º)**. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1848. Página 25 Vol. pt I (Publicação Original).

BRASIL. **Lei 591, de 4 de setembro de 1850 Lei Eusébio de Queirós**. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1850. Página 10, Vol. pt I (Publicação Original).

BRASIL. **Lei 601, de Terras, de 18 de setembro de 1850**. Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 20 de setembro de 1850. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço de Documentação Escrita. Seção de Documentação Histórica. Documentos em caixas. Org. por Ivete Magalhães. Rio de Janeiro: 1962. p. 57.

BRASIL. **Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, Página 10, Vol. 1 pt II (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 3.784, de 19 de Janeiro de 1867**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 19/1/1867, Página 31, Vol. 1 pt II (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto n. 6.129, de 23 de fevereiro de 1876**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876, Página 247, Vol. 1 pt II (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890**. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1424, Vol. 1 fasc.VI (Publicação Original).

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Coleção de Leis do Brasil - 1891, Página 1, Vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 68, de 21 de março de 1891**. Amplia as disposições dos § 1º e 2º do art. 5º do decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Coleção de Leis do Brasil - 1891, Página 1563, Vol. 1 pt II (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto n. 603, de 26 de julho de 1890.** Coleção de Leis do Brasil –1890, Página 1634, Vol. Fasc. VII (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/5/1907, Página 3086 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 9.081, de 3 de novembro de 1911.** Altera Art. 61 da Lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/12/1911, Página16411. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1911.

BRASIL. **Decreto nº 3.550, de 16 de outubro de 1918.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/10/1918, Página 13196 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto n.º 19.667, de 4 de fevereiro de 1931.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/2/1931, Página 1875 (Publicação Original).

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.** Diário Oficial da União - Seção 1 - Suplemento - 16/7/1934, Página 1(Publicação Original).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938.** Coleção de Leis do Brasil - 1938 Página 92, Vol. 2 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 3.691, de 6 de fevereiro de 1939.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/2/1939, Página 3197 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto nº 2.009, de 9 de Fevereiro de 1940.** Coleção de Leis do Brasil - 1940, Página 73, Vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/10/1945, Página 1582 (Publicação Original).

BRASIL. **Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954.** Coleção de Leis do Brasil - 1954, Página 7 Vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. **Lei nº11, de 11 de outubro de 1962.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/6/1962, p. 9657(Publicação Original).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1110, de 9 de julho de 1970.** Coleção de Leis do Brasil - 1970, Página 13, Vol. 5 (Publicação Original).

BRASIL. **Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980.** Coleção de Leis do Brasil - 1981, Página 145, Vol. 7 (Publicação Original).

BRASIL. **Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/12/1981, página 2320 (Publicação Original).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado Federal, Brasília, 1988. Coleção de Leis do Brasil – 1988.

BRÁZ, Fabio César. **História do Paraná**. Das origens à atualidade. Vol 1, 1. ed. Arapongas: El Shaddai, 2000.

BRÁZ, Fabio César. **História do Paraná**. Das origens à atualidade. Vol.1, 3. ed. Arapongas: El Shaddai, 2002.

BRUM, Argemiro, J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na Era Vargas**. 3. ed. ampliada. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CARVALHO Alisson et al. (Org). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFBH Proex, 2002.

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTLES, Stephen. MILLER, Mark J. **The age of migration**: international population movements in the modern world. London: Macmillan. 2009.

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850**: e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. Artigo 2. Ed. de junho de 2005.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

CLAVAL, Paul. **O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana**. In ROSENDAHL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

COLBY, Michel E. **Environmental Management in Development**: The Evolution of Paradigms. Em Ecological Economics, nº 3, Amsterdam, 1991.

COHEN, Roberto. **Global Diasporas**. An Introduction. London: UCL Press, 1999.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Relatório do Iº ano de Trabalhos. In: REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, ano I, nº 1, janeiro de 1940, p. 10.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR –
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2013.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Afonso. **Estudos de Economia Nacional: o Problema da Imigração**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1911. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223027265V7zXA5sz0Qo45UM6.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEMBICZ Andrzej e SMOLANA Krzysztof. **La presencia polaca en América Latina**. Varsóvia: CESLA, 1993.

DEMBICZ Andrzej e SMOLANA Krzysztof. **A presença polonesa na América Latina**. Varsóvia: Centro de Estudos Latino – Americanos da Universidade de Varsóvia, 1996.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DO NASCIMENTO, Décio Estevão; LABIAK, Silvestre Junior. **Ambientes e dinâmicas para cooperação e inovação**. Curitiba: Aymar, série UTFinova, 2011.

DO NASCIMENTO, Décio Estevão; SOUZA Marília de. Valorização do Terroir: Uma estratégia do desenvolvimento local. 2011. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro- Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 1982.

FERNANDES, Duval; NUNAN, Carolina, CARVALHO, Margareth. **O fenômeno da migração internacional de retorno como consequência da Crise Mundial**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: 1995. Disponível em: <http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=123704363&att_display=n&att_download=y>. Acesso em 14 jun. 2012.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus Municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. 7. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

GOVERNO DO PARANÁ. **Os poloneses no Paraná**. "Revista Etnias no Paraná". Curitiba: Governo do Paraná, 1989. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Imigração_no_Brasil>. Acesso em: 17 jun. 2013.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GREGÓRIO, Davidson. **A degradação do Meio Ambiente**. Dezembro 2007. Disponível em <www.pt.shvoong.com/tags/gregório/page-17>. Acesso em: 17 out. 2008.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GRONIOWSKI, Krzysztof: **Polska emigracja zarobkowa w Brazylii, 1871-1914** [A imigração polonesa por motivos econômicos, no Brasil, nos anos 1871 -1914], Wrocław, PL: 1972.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. (et al). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

HEMPEL, Antônio. **Os poloneses no Brasil. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. 7, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas Históricas do Brasil**. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 - a 1988. 2ª edição revisada e atualizada. Rio de Janeiro. IBGE, 1990. Disponível em: <Biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v3.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Supervisão de Documentos e Disseminação de Informações**. Paraná. Dados Estatísticos, Colônia Dom Pedro II, Campo Largo. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos 1853 a 2000 IPPUC** - Elaboração: Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A./Informações Socioeconômicas.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAWKA, Mariano. A presença polonesa no Brasil. In: **Relações entre Polônia e Brasil – passado e presente**. Varsóvia: CESLA, 1980.

KRONEMBERGER, Denise. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: Editora SENAC, 2011.

KULA, Marcin. WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. v. VIII. Curitiba: Edição do autor, 1977.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Universidade de Caxias do Sul, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **Introduction to modernity: Twelve Preludes**. Verso. London, 1995

LEMOS M. B.; SANTOS, F.; CROCCO, M. Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos. In: DINIZ, C. C.; LEMOS M. B. (Orgs.) **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

LIVRO TOMBO DA COLÔNIA DOM PEDRO II - 1876. **Registros históricos da Paróquia Nossa Senhora da Anunciação**. Campo Largo, 1876.

LIVRO TOMBO. Narady Komitetu Koscielnego z kolonii Orleans - 1876. **Registro dos Serviços da Comissão da Igreja da Colônia Orleans**, Curitiba, 1876.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná**. Curitiba: UFPR, 1963.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. **Evolução histórica da economia paranaense**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES. Jan./fev., 1972.

MALCZEWSKI, Zdzisław. **Os poloneses e seus descendentes no Brasil**: Esboço histórico e situação atual da colônia polonesa no Brasil. 2000. Disponível em: <<http://www.polonicus.com.br/pt/historia/historiapolonii.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2011.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975.

MARMORA, Lélío. **Las políticas de migraciones internacionales**. Alianza Editorial S.A , - Buenos Aires, Argentina, 1997. Informações disponíveis no site da International Migration Organization (IOM). Disponível em: <<http://www.iom.int>>. Acesso: 31 out. 2010.

MARINUCCI, Roberto; MILESI Rosita. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios/ Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Disponível em <http://www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm>. Acesso em: 03 ago. 2012.

MARTINS, Joel C.; BICUDO, Maria Aparecida V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes / EDUC, 1989.

MASSEY, S. Douglas. **International Migration and Economic Development in Comparative Perspective**. Population and Development Review. 1998.

MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.), **Deslocamentos e histórias**: os Portugueses, BAURU: Edusc, 2008.

MENDES, Estevane de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005 – Acesso em: 10 jan.2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social**. Teoria método e criatividade. 5.ed.Petrópolis: Vozes, 1993.

MOTTA, Márcia M. Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

NADALIN, Sergio Odilon. Paraná: **Ocupação do Território, Populações e Migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NOVAIS, Fernando A. ; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. República - da Belle époque a era do rádio. V.3, São Paulo: Cia das letras, 1998.

OFÍCIO. **Estatística da população de Imigrantes de diversas nacionalidades estabelecidas nas colônias fundadas nas circunvizinhanças desta cidade de Curitiba**. Organizado pelo agente oficial de colonização João Batista Brandão de Proença, ao Presidente da Província, em 01/01/1878 / Ofícios 1878 vol.1. Arquivo Público do Paraná, (Doc. manuscrito).

OFÍCIO. **Ofício ao Presidente da Província Lamenha Lins**, APP. 0492 fl. 05/1876. Arquivo Público do Estado do Paraná, (Doc. manuscrito).

OFÍCIO. **Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II**. Códice 858.1876. Arquivo Público do Estado do Paraná, (Doc. Manuscrito).

OLIVEIRA, Márcio de. **Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.22, n.43. Jan./Jun.218-237, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a12.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

PALUDO, G. B.; BARROS, D. A. **Síntese da história do Paraná**. Cascavel: Assoeste (Associação Educacional do Oeste do Paraná), 1995.

PARANÁ, Governo. **Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892**. De Terras e Colonização no Paraná. Estatuto do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná. Curitiba e os Atos Constitutivos. Curitiba: Imprensa Oficial, 1978. (Publicação Original).

PARANÁ, Governo. **Lei Provincial nº 29, de 21 de março de 1855**. Governo da Província do Paraná. 1855–1857. Curitiba: Typographia Penitenciária, 1912, p.16 e 17. (Publicação Original).

PARANÁ, Governo. **Lei nº 23, de 12 de março de 1841**. Distrito de Campo Largo. Campo Largo (PR). Câmara. 2014. Disponível em:<<http://www.cmcampolargo.pr.gov.br>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

PARANÁ, Governo. **Lei provincial nº 219, de 2 de abril de 1870**. Cria o Município Campo Largo com território desmembrado do Município de Curitiba, instalação em 23 de fevereiro de 1871. Câmara. 2014. Disponível em: <http://www.cmcampolargo.pr.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2014.

PARANÁ, Governo. **Lei Provincial nº 685, de 6 de novembro de 1882**. Elevada à condição de cidade com a denominação de Campo Largo. Câmara. 2014. Disponível em: <http://www.cmcampolargo.pr.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2014.

PARANÁ, Governo. **Decreto-lei Estadual nº 7.573, de 20 de outubro de 1938**. Cria o distrito de Ferraria, com terras desmembradas do extinto distrito de Nova Polônia do

município de Curitiba, anexado ao município de Campo Largo. Câmara. 2014. Disponível em: <http://www.cmcampolargo.pr.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2014.

PARANÁ, Governo. André Augusto de Pádua Fleury. **Relatório apresentado à Assembleia da Província do Paraná**. Curitiba: Typografia Candido Martins Lopes, 1865.

PARANÁ, Governo. Adolfo Lamenha Lins. **Relatório apresentado à Assembleia da Província do Paraná**. Curitiba: Typografia da Viúva Lopes, 1877-A.

PATTON, Michel Q. **Qualitative evaluation and research methods**. Beverly Hills, CA: Sage, 1990.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora, Campus, 2000.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. **Preconceito Racial e Igualdade Jurídica no Brasil - A Cidadania Negra em Questão**. São Paulo: Julex, 1979.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUIRINO, Célia G.; MONTES, Maria Lúcia. **Constituições**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAVESTEIN, Ernst. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. (Coord.). **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza: Etene, 1980.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Peres (et al.). São Paulo: Atlas, 1999.

RITER, Maria Lurdes. **As sesmarias no Paraná no século XVIII**. Curitiba: Instituto Geográfico, Histórico e Etnográfico Paranaense, 1980.

ROCHA E TRINDADE, Maria Beatriz da. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/abordagens-teoricas-sobre-migracoes/47805/#ixzz32rNSQf4c>. Acesso em: 03 jan. 2013.

ROCHA POMBO, José Francisco da. **O Paraná no centenário: 1500 - 1900**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Ideias sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Milton (et al). **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SASAKI, Elisa Massa; ASSIS, Glaucia de Oliveira. **Teorias das Migrações Internacionais**. In: ANAIS XII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP. Caxambu: ABEP, 2000.

SELLTIZ, Claire (et al.). **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. In Revista USP, São Paulo, nº 53, p. 117-149, março/maio 2002.

SIKORA, Mafalda Ales; SILVA, Maclovia Corrêa da; DO NASCIMENTO, Décio Estevão. **Os saberes, os fazeres da mulher, na dinâmica da família polonesa - Colônia Dom Pedro II**. Campo Largo-PR. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, V, UTFPR, 2013. Disponível em: <http://www.portaldegenero.com.br/sites/default/files/downloads/GT04-18-05.pdf> >. Acesso em: 20 jan. 2014.

SIKORA, Mafalda Ales. **Centenário das Irmãs da Sagrada Família da Colônia Dom Pedro II – 1808 a 2008**. Cem anos de vida e ação. Revista. Colônia Dom Pedro II- Campo Largo: Gráfica Pema, 2008.

SIKORA Miguel. **Entrevista com história oral sobre a Colônia Dom Pedro II**. Campo Largo: 1997.

SCHMIDT, Vera V. **Sociedade civil organizada, políticas públicas e políticas de saúde no Brasil**. INTERthesis, Florianópolis, v. 3, n.1, p. 1-28, jan/jun 2006. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/745/10827>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1971.

SCHNEIDER, Jürgen. **Emigração Alemã para o Brasil - 1815/1870**. In: III COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS. Porto Alegre: Ed. da URGs, 1980.

SOUTO MAIOR, A. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território**: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES Paulo Cesar da Costa; CORREA Roberto Lobato orgs. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1976.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. 2. ed. Porto Alegre: Edições EST, 1999.

STRAUHS, Faimara do Rocio (et al.). **Gestão do conhecimento nas organizações**. Curitiba: Aimaré Educação, série UTFinova, 2012.

SWIERCEK, Wendelin. **A Seara do semeador**. Curitiba: Vicentina, 1980.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WACHOWICZ, Romão. **Homens da terra**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1997.

WACHOWICZ, Ruy Christóvam. **A conjuntura emigratória polonesa no século XIX**. In Anais da comunidade brasileira - polonesa. Curitiba: julho de 1970.

WACHOWICZ, Ruy Christóvam. **Órleans**: um século de subsistência. Curitiba: Editora. Paiol, Fundação Cultural de Curitiba, PR, 1976.

WACHOWICZ, Ruy Christóvam. **Tomás Coelho**: uma comunidade camponesa. Curitiba: Real Artes Gráficas Ltda., 1977.

WACHOWICZ, Ruy Christóvam. **O Camponês Polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981.

WACHOWICZ, Ruy Christóvam. **Paraná sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WACHOWICZ, Ruy Christóvam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAMBERLAM, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização.** Porto Alegre: Pallotti, 2004.

ZEUS, Edmundo. **A febre brasileira na imigração polonesa.** In: ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. Curitiba V. 1. 1970.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Protocolo de Pesquisa

PROTOCOLO DE PESQUISA⁵⁴

- 1 Dados de Identificação
 - 1.1 Título do Projeto: As políticas brasileiras de imigração dos séculos XIX e o desenvolvimento de territórios: Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná) sob a perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses que a constituíram.
 - 1.2 Realização: Programa de Pós-Graduação de Tecnologia – PPGTE, do Curso de MESTRADO da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.
 - 1.3 Nome do responsável/pesquisador: Mafalda Ales Sikora.
 - 1.4 Orientador: Professor Dr. Décio Estevão do Nascimento.
 - 1.5 Entidade Patrocinadora: CAPES.
 - 1.6 Período de realização: Janeiro e fevereiro de 2014.
 - 1.7 Local de realização: Colônia Dom Pedro II – Município de Campo Largo
- 2 Introdução
 - 2.1 Tema/Justificativa de sua realização: No Brasil previa-se a reestruturação produtiva para o desenvolvimento econômico decorrente de um sistema colonial imperial, marcados por transformações políticas e econômicas, instituindo-se políticas de Colonização e imigração dos séculos XIX e XX. Esse processo trouxe várias influências no desenvolvimento dos territórios.
 - 2.2 Objetivo: Analisar as influências das políticas brasileiras de imigração dos séculos XIX no desenvolvimento da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná) sob a perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses que a constituíram. Objetivos específicos: Contextualizar e identificar as políticas brasileiras de imigração entre os séculos XIX e XX. Identificar os movimentos migratórios europeus no Brasil e, mais especificamente, no Paraná. Caracterizar o desenvolvimento do território sob a perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná). Relacionar as dimensões de desenvolvimento, sob a percepção dos descendentes de imigrantes poloneses da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná), com os objetivos das políticas da imigração séculos XIX e XX. Situar no contexto político o desenvolvimento do território, cruzando os resultados da pesquisa teórica com o material coletado para o estudo de caso.
 - 2.3 Metodologia: Constituiu-se no Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II, complementada pela pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Sua interpretação será mediante análise de conteúdo.
 - 2.4 Identificação de seus potenciais beneficiários: Investigar uma Colônia de Imigrantes poloneses do período da Colonização europeia, demonstrando seu desenvolvimento e as influências sofridas nesse período séculos XIX e XX. Circunscrição espacial e temporal: Pesquisa realizada em 2013 e a coleta de dados se desenvolverá no mês de janeiro e fevereiro de 2014, na Colônia Dom Pedro II – Campo Largo, PR.
 - 2.5 Relevância teórica e prática do estudo: No Brasil o desenvolvimento e a reestruturação produtiva foram decorrentes de um sistema colonial imperial, marcados por

⁵⁴ GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

transformações políticas e econômicas, instituindo-se políticas de imigração e colonização. Estas políticas estabeleciam uma forma de colonização que privilegiava a vinda de camponeses da Europa Central durante o século XIX e XX para um trabalho familiar. Foram instituídos Núcleos Coloniais em pequenas propriedades na Região Sul do Brasil. Neste contexto, o Paraná recebeu imigrantes de diversos países do continente europeu italianos, poloneses, ucranianos, prussianos, holandeses e suíços, que se instalaram nos núcleos coloniais nos arredores de Curitiba e se constituíram territórios de desenvolvimento. Entre os Núcleos Coloniais encontra-se a Colônia Dom Pedro II - Município de Campo Largo, PR, formada em 1876. Portanto, propõe-se a pesquisa pelo Estudo de Caso e investigar as influências das políticas migratórias no desenvolvimento do território da Colônia Dom Pedro II. A Colônia é constituída por imigrantes poloneses, que em seu período de desenvolvimento viveu diferentes processos de transformação desde a imigração. Nessa investigação a pergunta que a pesquisa pretende responder é: **Como as políticas brasileiras de imigração dos séculos XIX e XX influenciaram o desenvolvimento da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná) sob a perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses que a constituíram?** Essa pesquisa pode contribuir: com o esforço da comunidade científico-acadêmica na sua busca contínua de respostas para problemas que lhes são postos, no caso envolvendo o binômio, políticas de imigração e desenvolvimento de territórios; com a sociedade pela relevância da pesquisa sobre processo histórico desta colônia tradicional de imigrantes europeus entre o final do século XIX e século XX, e também pela sua importância na concepção e implementação de políticas públicas voltadas à conservação de localidades de povos tradicionais como da Colônia Dom Pedro II e ao desenvolvimento sustentável.

- 3 Trabalho de Campo – Pesquisa na Colônia Dom Pedro II
 - 3.1 Organização: Comunidade da Colônia Dom Pedro II.
 - 3.2 Pessoas que constituem o objeto da pesquisa: Descendentes de imigrantes poloneses radicados na Colônia Dom Pedro II, que desenvolvem atividades econômicas.
 - 3.3 Estratégias para obtenção de acesso a organização aos informantes: Contatos e visitas prévias com agendamento para entrevista e coleta de dados.
 - 3.4 Agenda para atividades de coleta de dados: Mês de janeiro e fevereiro de 2014.
 - 3.5 Termo de livre consentimento: A ser apresentado no ato da aplicação do questionário.

- 4 Instrumentos para coleta de dados
 - 4.1 Observação informal; entrevista semiestruturada; formulário com temas de perguntas de pesquisa; diário de registros.

- 5 Análise dos dados
 - 5.1 Análise de dados: Os conteúdos das entrevistas serão analisados entre janeiro e fevereiro de 2014, pelo método de Análise de Conteúdo. Da teoria serão extraídas as categorias de análise relacionadas às políticas de imigração e ao desenvolvimento de territórios, a serem utilizadas no tratamento dos conteúdos das entrevistas.

 - 5.2 Estruturação da Dissertação e relatório

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a)

Convidamos a participar de uma pesquisa a ser realizada pela mestranda Mafalda Ales Sikora, do Programa de Pós Graduação de Tecnologia – PPGTE, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, sob a orientação do Prof. Dr. Décio Estevão do Nascimento.

Esta pesquisa trata do tema Políticas brasileiras de Imigração entre o século XIX e XX e o desenvolvimento de territórios. Ela será realizada entre o mês de janeiro e fevereiro de 2014, na Colônia Dom Pedro II, Município de Campo Largo. O objetivo da pesquisa é analisar as influências das políticas brasileiras de imigração dos séculos XIX no desenvolvimento da Colônia Dom Pedro II (Campo Largo – Paraná) sob a perspectiva dos descendentes de imigrantes poloneses que a constituíram.

A sua participação é muito importante, porém não é obrigatória. A qualquer momento o entrevistado pode desistir da participação e retirar seu consentimento. Isso não comprometerá a sua relação com a pesquisadora ou com a instituição de pesquisa. Suas informações contribuirão com a pesquisa sobre as políticas de imigração europeia, implementadas pelo Governo Brasileiro, que resultou na criação da Colônia Dom Pedro II, entre outras. Busca-se demonstrar as suas influencias no desenvolvimento desse território no período final do século XIX e no decorrer do século XX.

A sua participação na pesquisa consiste em responder algumas perguntas. Diante de dúvidas em relação às perguntas formuladas ou sobre a pesquisa, a pesquisadora poderá dar mais esclarecimentos. E a qualquer momento, pode contatar a pesquisadora Mafalda Ales Sikora, telefones 3335-7031/9631-9905.

Mafalda Ales Sikora – Mestranda PPGTE/UTFPR

Declaro que obtive o conhecimento sobre os objetivos, benefícios e riscos na participação da pesquisa, recebi todos os esclarecimentos e concordo em participar. Concordo ainda que o conteúdo da minha entrevista seja utilizado na Dissertação de Mestrado. Solicito que o meu anonimato seja resguardado. Sim () ou Não ().

Nome do participante da pesquisa _____

R.G. ou CPF: _____

Colônia Dom Pedro II, Mun. de Campo Largo, ____ de _____ de 20__.

Assinatura: _____

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA
 Pesquisa sobre as Políticas de Colonização e Imigração no Brasil - século XIX e XX.
 Imigração na Colônia Dom Pedro II (1876) – Município de Campo Largo –PR.
 Mestranda: Mafalda Ales Sikora
 Data: ____ / ____ / 2014.

Categorias 1- Imigração ao Brasil; 2- Imigrantes; 3- Políticas de Colonização e imigração do século XIX e XX 4- Desenvolvimento de Territórios.	Unidades de Registro Temas de perguntas	Unidades de Contexto Entrevistas – Colônia Dom Pedro II
Dados biodemográficos		
Idade _____ Sexo: _____ Estado Civil: _____ Escolaridade: _____ Profissão: _____ Trabalho _____ Religião: _____		
1. Responda as questões sobre a imigração ao Brasil – Paraná/Colônia Dom Pedro II?		
Quais foram os principais motivos que impulsionaram a emigração dos seus antepassados ao Brasil(fatores políticos; econômicos ;sociais)? _____ _____ _____ _____		
Por que eles escolheram o Brasil para emigrar? _____ _____ _____		
O que pretendiam fazer no Brasil? _____ _____ _____ _____ _____ _____		
Como os seus antepassados se organizaram para emigrar ao Brasil? _____ _____		

<hr/> <hr/> <hr/>
Havia alguém intermediando, providenciando os documentos e passagens para o Brasil? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
De qual região da Polônia vieram os seus antepassados? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
Como se relacionavam com imigrantes de outras regiões da Polônia e de outras etnias, como alemães, ucranianos, prussianos, entre outros? <hr/> <hr/> <hr/>
2.Responda as questões sobre as Políticas de Colonização e Imigração do Brasil/Colônia Dom Pedro II?
Como os seus antepassados se acomodaram na chegada ao Brasil. Alguém ajudou? Quem? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
Como ou por quem os imigrantes foram encaminhados para a Colônia Dom Pedro II ? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
Que tipo de subsídios, receberam do governo para o trabalho na terra? Ou seja, como o Governo dava apoio? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
Eles receberam lote de terra? Se sim, ao receberem a terra, havia documentos dessa terra? Precisaram pagar pela terra? Se sim, como pagaram? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

Como os colonos, seus antepassados, comunicavam-se com o governo? Diretamente ou por meio de intermediários?

3.Responda as questões sobre o Desenvolvimento do Território da Colônia Dom Pedro II?

Como seus antepassados ocuparam a terra/espço (equipamentos, construções, outros recursos materiais, aproveitamento dos recursos naturais ali existentes)?

Como se estruturou o território da Colônia Dom Pedro II? Como foi viabilizada e infraestrutura no local?

Como se organizava e se organiza a vida na Colônia?

Como era e é a vida na Colônia Dom Pedro II(relações humanas e sociais, família, grupos, atividades sociais)?

Como era e como é organizada a produção/trabalho na Colônia Dom Pedro II?

Como funcionavam e funcionam as relações de poder na Colônia Dom Pedro II? Onde estava e está o poder e como ele é sentido pelos habitantes?

Como eram e são tratados os valores, a ética (moral/respeito)?

Como era e é a dimensão espiritual na colônia?

Como se construiu a identidade cultural, a afetividade e a expressão de pertencimento ao território na Colônia Dom Pedro II ?

Como os habitantes da Colônia percebiam e percebem o papel do Estado (governos) na vida da Colônia (importante ou não, dependente, independente, foi mais importante no passado do que agora, ou não, ou o contrário, varia de acordo com o nível – Federal, Estadual, Municipal)?

APÊNDICE D – AMOSTRA DE PESQUISA DAS FAMÍLIAS DA COLÔNIA DOM PEDRO II

AMOSTRA DE PESQUISA – DESCENDENTES DOS PRIMEIROS IMIGRANTES POLONESES DA COLÔNIA DOM PEDRO II	
FAMÍLIA RENDAKI -	Silvério Rendaki - Filho de Bernardo Rendak - Neto de Adão Rendaki - Bisneto de Miguel Rendaki - (Polónia) c/ Eva Patek c/ Ana Haiduk
Otilia Rendaki	- Filha de Silvério Rendaki - Bernardo Rendak - Bisneto de Adão Rendaki - Bisneto de Miguel Rendaki - (Polónia) c/ Casimiro Haiduki c/ Eva Patek c/ Ana Haiduk
Silvia Rendaki - Solteira	Filha de Januário Rendaki - Neta de Izidório Rendaki - Bisneto de Jacob Rendak - Tataraneta de Adão Rendaki c/ Maria Bilnoski c/ Balvina Pienta c/ Eva Rugiski irmão de Miguel Rendaki (Polónia)
FAMÍLIA CIACHOROSKI -	Florentina Ciachoroski (70) – Filha de Ladislau Ciachoroski – Neta de Leonardo Ciachoroski e irmão de Francisco Ciachoroski (Polónia) c/ Estanislau Bilnoski c/ Filomena Rendaki c/ Justena Malnoski
Lidia Bilnoski c/ Guilherme Spaki	- filha de Florentina Ciachoroski - Neta de Ladislau Ciachoroski - Bisneto de Leonardo Ciachoroski c/ Estanislau Bilnoski c/ Filomena Rendaki
FAMÍLIA BILINOSKI –	Rosália Bilnoski Nalepa - Filha de Vicente Nalepa - Neta de Jose Nalepa - Bisneto de André Nalepa (Polonia) c/ José Ukaszinski c/ Apolonia Bilnoski Neta de João Bilnoski c/ Catarina Nalepa - Bisneto de Adão Bilnoski (Polonia)
Aleixo Bilnoski - c/ Verónica Valenga	Filho de Miguel Bilnoski - Neto de João Bilnoski - Bisneto de Adão Bilnoski (Polónia) c/ Longuina Rendaki - c/ Catanna Nalepa
Taline Bilnoski - Solteira	Filha de Mario Bilnoski - Neta de Vicente Bilnoski - Bisneto de João Bilnoski - Tataraneta de Adão Bilnoski Ida Biernaski Barbara Valenga Catanna Nalepa
FAMÍLIA HOMAN –	Lucia Homan – filha de Martin Homan – Neta de Anastácio Homan - Bisneto de Roberto Homan (Polónia) c/ Martin Debax c/ Maria Shultz c/ Marta
Franciele Debax –	Filha de Mario Debax - Neta de Lucia Homan - Tataraneta de Roberto Homan (Polónia) c/ Olivia Kossoski c/ Martin Debax

Fonte: Amostra da pesquisa: Descendentes dos 1ºs imigrantes poloneses da Colônia Dom Pedro II.

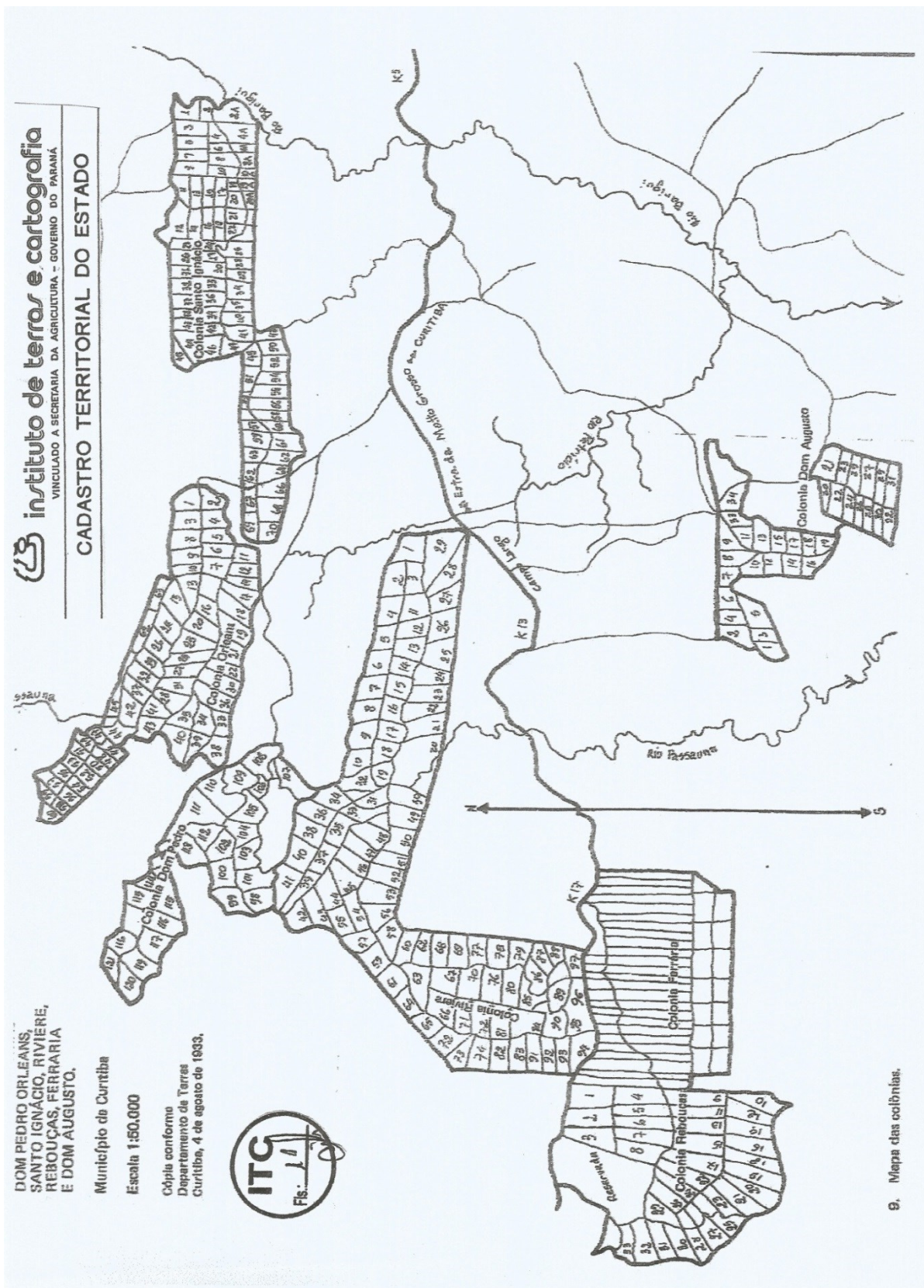
ANEXO G – AMOSTRA DE PESQUISA DAS FAMÍLIAS DA COLÔNIA DOM PEDRO II - CONTINUAÇÃO

FAMÍLIA BORKOSKI – (Não responderam a pesquisa)	Lucas Borkoski – c/ Anastácia Biernaski	Filho de José Burkoski	- Neto de João Burkoski (Polónia)
	Miguel Borkoski – c/ Celestina Bilinoski	Filho de Luiz Burkoski c/ Ludwina Biernaski	- Neto de José Burkoski - c/ Antonia Burda Bisneto de João Burkoski (Polónia)
FAMÍLIA ROGYCKI -	Marta Rogycki Patek - c/ Miguel Patek	Filha de Inácio Rogycki c/ Verónica Biernaski	- Neta de José Rogycki - c/ Victória Rogycki Bisneta de Bráz Rogycki (Polónia) c/ Catharina Bianek Rogycki
	Iolanda Rendaki Biernaski - Viúva de Fausto Biernaski	Filha de Isidório Rendaki - c/ Balvina Pienta	- Neta de Jacob Rendaki - c/ Eva Rogycki Bisneta de Bráz Rogycki (Polónia) filha de Catharina Bianek Rogycki - Irmã de Adão Rogycki- c/ Leonora Ciachoroski
FAMÍLIA ROMKOSKI –	José Romkoski - c/Maria de Poncheki	Filho de José Romkoski c/ Helena Ciachoroski	Neto de Francisco Romkoski (Polónia)
	Eluel Romkoski Sikora – Solteiro	Filho de Dionísio Sikora c/ Josi Izabel Romkoski	- Neto de Luiz Romkoski - c/ Viralina Kaminski Bisneto de José Romkoski - c/ Helena Ciachoroski Francisco Romkoski

Fonte: Amostra da pesquisa: Descendentes dos 1ºs imigrantes poloneses da Colônia Dom Pedro II.

ANEXOS

ANEXO A – MAPA DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA



Fonte: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ. Mapa de Colonização do Município de Curitiba, Paraná. Escala 1:50:000. Curitiba: Departamento de Terras, 4 de ago.de 1933.

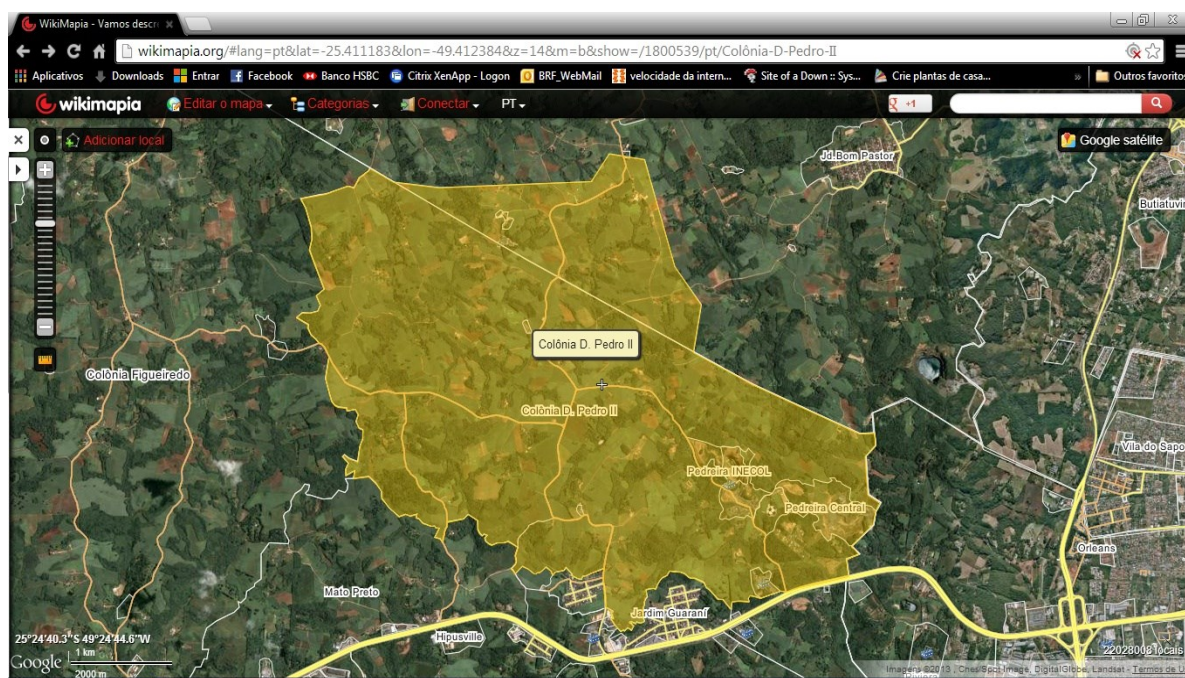
ANEXO B- MAPA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE CURITIBA

Regiões de Curitiba. Localização das Colônias instituídas na década de 1870. São Venâncio, Argelina (Bacacherry), Abranches/Pilarzinho, Santa Cândida, Orleans, Lamenha, Dom Augusto, Santo Inácio e Riviera (Município de Curitiba). As Colônias Thomaz Coelho (Município de Araucária) e Dom Pedro II (Município de Campo Largo), não constam no mapa.



Fonte: WIKIPEDIA.: Lista de bairros de Curitiba. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_bairros_de_Curitiba>. Acesso em: 15 jan. 2014.

ANEXO D- MAPA DA COLÔNIA DOM PEDRO II – CAMPO LARGO



Fonte: WIKIMAPIA. Disponível em: <<http://wikimapia.org/#lang=pt&lat=-25.283196&lon=-49.511261&z=10&m=b&show=/1800539/pt/Colônia-D-Pedro-II>>. Acesso em 14 out. 2013.

ANEXO E – MAPA DE COLONIZAÇÃO DE CURITIBA - 1876



Fonte: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ. Mapa de Colonização do Município de Curitiba, Paraná de 1876. Escala 1:100:000. Curitiba: Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Curitiba: 1876.

ANEXO F – CADASTRO DA COLÔNIA DOM PEDRO II

N.º 143

Departamento de Geografia, Terras e Colonização
CADASTRO DA COLÔNIA DOM PEDRO II

SENTENÇA DE

MUNICÍPIO DE CURITIBA

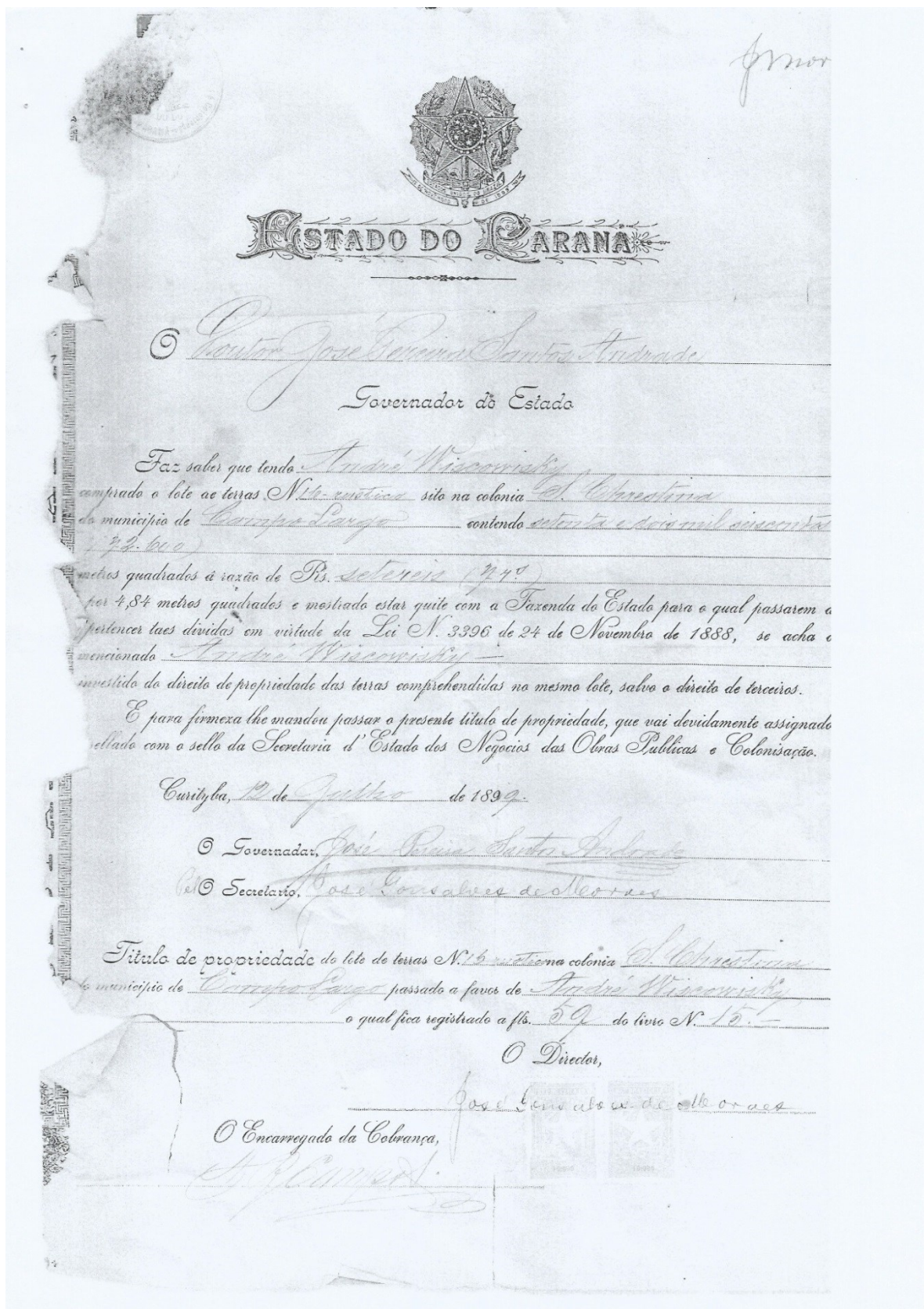
DISTRITO DE

C. U. 0148-01

N.º do PROT. C. T. C.	DATA	NOME DO REQUERENTE	NOME DO TITULADO	TITULO		N.º do lote	ÁREA EM M ²	Observações
				N.º	Data			
			Antonio (Schmeid) SCHNEIDER	82	11/9/895	98	81.269	
			Augusto Zarowski	2	26/5/891	99	81.269	
			José Lelewski LACKOWSKI	4	12/26/10/898	100	81.269	
			José Patulsky	55	25/9/895	101	81.269	
			Pedro Bogoski	384	11/9/898	102	81.269	
			João Patulski	134	13/12/890	103	81.269	
			Francisco Benkowski	287	21/7/898	104	81.269	
			José Balser	42	19/6/894	105	81.269	
			José Pezypiranski PEZYPIRANSKI	131	3/8/898	106	78.264	TITULADA A ÁREA DE 78.264 M ²
			Leonardo Zismermann	276	16/7/898	108	81.269	
			Leonardo Zismermann ZISMERMANN	28	12/30/11/898	109	81.269	
			Fustina Ofiensky	1153	11/28/7/915	110	155.355	
			Augusto Gronkowski	92	5/11/10/895	111	155.355	
			Francisco Jacowski	262	10/12/7/898	112	81.269	
			Angelina Mademski MADEMSKI	277	28/6/2/924	113	81.269	
			Stanislaw Denick	275	10/16/7/898	114	81.269	
			Hilario Sulmasy	65	27/9/895	115	81.269	TITULADA A ÁREA DE 16.253,8 M ²
			MICHAŁ SZYMANSKI	16	27/9/895	115	1.328	
			André Belkowski	321	10/21/7/898	116	162.558	TITULADA A ÁREA DE 162.558 M ²
			André Belkowski	322	10/21/7/898	117	81.269	
			José Brobski	274	10/16/7/898	118	81.269	METROS
			Paulo Winarski	2	30/9/890	119	81.269	
			Braz Rozyski	196	9/27/6/898	120	81.269	
			Felipe Nasr	46	12/7/12/898	121	81.269	
			MICHAŁ SZYMANSKI	3	27/9/895	122	362.998	
			Miguel Bendaak	185	9/27/6/898	118	81.268	
			José Patulsky	2	21/7/890	103	81.269	
				54	3			

Fonte: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ. Cadastro do Núcleo da Colônia Dom Pedro II de 1876 sob o nº 0148-01 fl.143- 1876. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Curitiba: 1876.

ANEXO G – DOCUMENTOS DE POSSE DE TERRAS



Fonte: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ. Título provisório de Designação de Lotes. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Curitiba: 1892. Doc. do Arquivo particular de José Ronkoski. Campo Largo: Colônia Figueiredo, 2014.

ANEXO G – DOCUMENTOS DE POSSE DE TERRAS - CONTINUAÇÃO

NUCLEO SANTA CHRISTINA

ido pelo Illm. e Exm. Snr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay a 26
de Abril de 1886.

Installado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho
a 20 de julho de 1886.

TITULO PROVISORIO DE DESIGNAÇÃO DE LOTES

Ao Sr. Carlos Pavia fica pelo presente Titulo designado o lote de terras, (de 1ª classe mencionado sob N. 16 na planta do nucleo situado no municipio de Campo Largo da Provincia do Paraná, afim de adquiril-o como propriedade esta sob as condições e mais obrigações estabelecidas no Regulamento de 19 de Janeiro de 1867, de que se fez devido conhecimento

Este lote contém a área de 42.600 metros quadrados e acha-se medido e demarcado em sua frente e fundos, indicados por 4 marcos; ficando a cargo do possuidor deste Titulo, e dos heréos confinantes, a continuação das picadas lateraes e sua conservação, bem como a dos referidos marcos.

O preço deste lote é de 14,0 réis por braça quadrada, ou 4,84 metros quadrados, com o adicional de 20 % sobre o valor total, sendo o pagamento feito em cinco prestações a contar do sacando annuo do estabelecimento, que teve lugar no dia 26 do mez de julho do anno de 1886.

Se o Sr. Carlos Pavia, possuidor deste titulo, pagar, antes dos respectivos vencimentos, terá um abatimento de 6 %, correspondente ao total das prestações antecipadas.

A importancia de quaesquer adiantamentos feitos pelo Governo será reunida ao preço das terras, para ser paga conjunctamente com este e pela forma acima declarada.

A designação deste lote, comprada a prazo, importa para o possuidor a clausula de não poder sujeitar a onus real, de qualquer natureza que seja, nem as terras, nem as benfiteações nelle existentes, ficando umas e outras hypothecadas á Fazenda Nacional para o pagamento de todas as quantias que dever ao Estado e das multas em que incorrer.

Os direitos conferidos pelo presente Titulo provisório aproveitão somente a pessoa ou familia, em cujo beneficio é expedido, ou aos seus descendentes e herdeiros, que cumprirem com os deveres preceituados no Regulamento citado.

Para a transferencia destes direitos, por venda ou por outro qualquer modo, deverá preceder approvação da Presidencia da Provincia, sobre a informação da Sociedade de Immigração de Curitiba.

O presente Titulo ficará sem effeito se o respectivo possuidor deixar de observar as obrigações nelle declaradas e as prescritas no supradito Regulamento de 19 de Janeiro de 1867.

Achando-se, porém, satisfeitas todas as condições estipuladas, e o comprador quite com o Fazenda Nacional, terá direito a receber o Titulo definitivo de propriedade do lote que pelo presente lhe é designado.

Este titulo definitivo poderá também ser conferido em virtude de ordem do Governo ou de seu delegado, em vista de estipulação especial.

Nucleo Santa Christina, em 20 de julho de 1886.

O Vice Presidente da Provincia
Joaquim d'Almeida Faria Sobr.

Fonte: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ. Título provisório de Designação de Lotes. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Curitiba: 1886. Doc. do Arquivo particular de José Ronkoski. Campo Largo: Colônia Figueiredo, 2014.

ANEXO G – DOCUMENTOS DE POSSE E PAGAMENTO DE TERRAS – CONT.

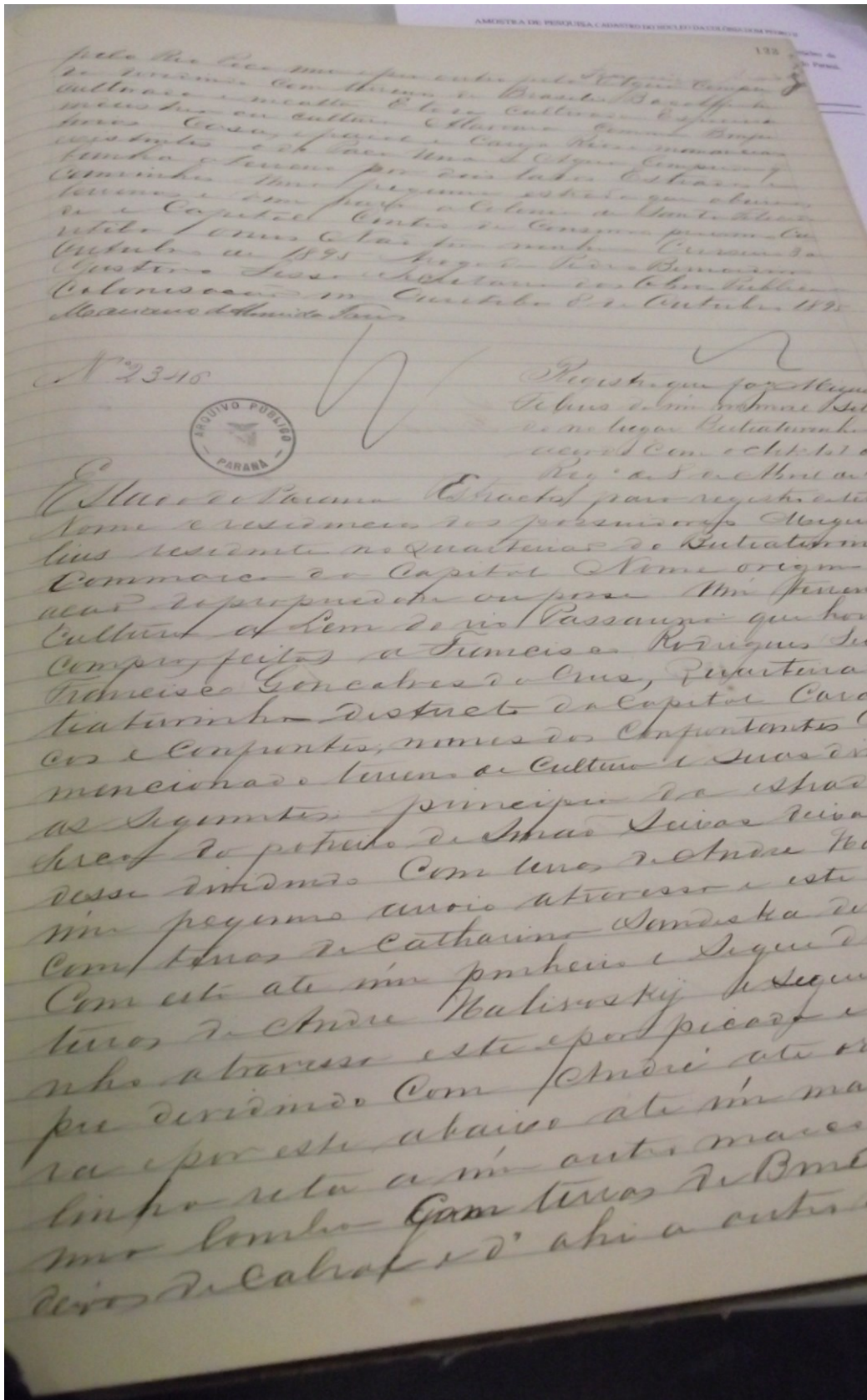
Valor do lote		2198000
Importancia e data dos pagamentos		
25 de julho de	1889	258000
25 de julho de	1889	358000
26 de julho de	1890	448000
26 de julho de	1891	538000
26 de julho de	1892	528000
		2198000

Agencia Oficial de Colonizaçao em Curitiba
26 de julho de 1896

O Agente Officiao de Colonizaçao
Candido P. Soares de Souza

Fonte: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO PARANÁ. Verso do Título provisório de Designação de Lotes e pagamento de Terras. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Curitiba: 1886. Doc. do Arquivo particular de José Ronkoski. Campo Largo: Colônia Figueiredo, 2014.

ANEXO H - REGISTRO PROVISÓRIO DE TERRAS.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Registro provisório de terras. Cadastro do Núcleo da Colônia Butiatuvinha de 1892, p.128, Lote nº 2346 de Miguel Filus. Curitiba: 1892, (Doc. manuscrito).